

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

HERMÓGENES SAVIANI FILHO

**O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL:
O CASO DE SÃO LEOPOLDO NO SÉCULO XIX**

**Porto Alegre
2008**

HERMÓGENES SAVIANI FILHO

**O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL:
O CASO DE SÃO LEOPOLDO NO SÉCULO XIX**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS para obtenção do título de Doutor em Economia – área de concentração: História Econômica.

Orientador: Profº Drº Luiz Paulo Nogueeról

**Porto Alegre
2008**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS

S267t

Saviani Filho, Hermógenes

O processo de colonização no Rio Grande do Sul : o caso de São Leopoldo no Século XIX / Hermógenes Saviani Filho. – Porto Alegre, 2008.

230f.

Orientador: Luiz Paulo Noguezól.

Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2008.

1. Colonização : Rio Grande do Sul. 2. Trabalho escravo : Rio Grande do Sul. 3. Escravidão : Rio Grande do Sul. 4. História econômica : Rio Grande do Sul. I. Noguezól, Luiz Paulo. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU 325.54(816.5)
33:94(816.5)

HERMÓGENES SAVIANI FILHO

**O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL:
O CASO DE SÃO LEOPOLDO NO SÉCULO XIX**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS para obtenção do título de Doutor em Economia – área de concentração: História Econômica.

Orientador: Prof^o Dr^o Luiz Paulo Noguerol

Aprovada em: Porto Alegre, 9 de dezembro de 2008.

Prof^o. Dr^o. Luiz Paulo Noguerol - Orientador
UFRGS

Prof^a. Dr^a. Marislei Nishijima
USP

Prof^o. Dr^o. Jorge Paulo Araújo
UFRGS

Prof^o Dr^o. Leonardo Xavier
UFRGS

**A Hermógenes Saviani, Eunice R. Saviani,
Giseli Saviani e Mônica Tumelero.**

AGRADECIMENTOS

Esta tese é dedicada a todos que, de uma forma ou outra, participaram e/ou presenciaram todo o seu processo de realização. Foram várias as pessoas, mas gostaria de destacar os meus pais – Hermógenes Saviani e Eunice Rodrigues Saviani –, que sempre foram um porto seguro nos momentos cruciais de minha vida e não poderiam deixar de sê-los durante mais esta caminhada.

À minha irmã Giseli Saviani, que sempre foi uma companhia essencial nos momentos em que eu precisava descontraír, me acompanhando em shows, cinema, teatro entre outras formas de lazer, sendo também uma boa ouvinte.

À Mônica Tumelero, que foi sempre uma fonte de incentivo e agüentou durante boa parte da realização deste trabalho alguns dos meus piores momentos, estando sempre ao meu lado, mesmo após discussões e minha volta a São Paulo.

Aos amigos que contribuíram para que eu vencesse esta etapa. Alguns, como Jorge Paulo Araújo e Marislei Nishijima, foram não apenas grandes conselheiros humanos, como intelectuais, em que muitas vezes deixaram de curtirem momentos de lazer para me auxiliar. Jorge, além de amigo e conselheiro, também foi meu hospedeiro durante minhas estadas em Porto Alegre, ajudando a economizar um bom dinheiro. Outros amigos, como Eduardo Luis Correa, Ademir Pernias, Luciano Somenzari, todos de longas batalhas desde a distante graduação em Jornalismo; André Barrocal, Giseli Cabrini, Chiara Quintão, Márcio Juliboni, Sergio Siscaro, Alessandra Saraiva, Solange Guimarães, Fernando Pinto, Lorena Vieira, todos companheiros da Gazeta Mercantil; Iran Pires Generoso, Adriane Canan, Sílvia Orm, Liane Keitel, Mauro César Santos, Rafaela Pederiva, que me receberam tão bem em Chapecó; Erick Brigante e Mariana Galiza, que me abraçaram em Brasília; Sidnei Ferreira de Vares, amigo de muitos cafés na zona leste de São Paulo e ao Padre Tarcisio, da Igreja Santa Izabel, pelas suas homílias, sempre tão proveitosas e pelas conversas enquanto comíamos pizzas. E a todos os outros amigos e colegas, que não foram citados aqui, mas que tiveram uma participação nesta caminhada meus sinceros agradecimentos.

Agradeço aos meus familiares: avôs, avós, tios, tias, primos, que não irei citá-los nominalmente, pois além de ser uma enorme lista poderia correr o risco de esquecer alguém.

Agradeço a todos os mestres que passaram e contribuíram em minha formação, do PPGE da UFRGS, da PUC de São Paulo, da USP e da Metodista, de São Bernardo do Campo.

Agradeço à CAPES pela bolsa de estudos concedida durante todo o período de pesquisa.

Agradeço aos funcionários do PPGE, representados nas figuras de Iara Cleci e Claudia Gomes, que também é uma amiga.

A amiga Tânia Fraga, que fez toda revisão das normas da ABNT. Aliás, já no mestrado ela havia feito a mesma gentileza.

A Márcia Maria Dutra Rodrigues, que fez toda revisão gramatical desta tese.

Ao meu amigo e orientador, Prof. Luiz Paulo Nogueiról, que sem ele essa tese não teria saído, pois além da idéia ele foi um ativo orientador, lendo, corrigindo, analisando e, em nenhum momento teve qualquer tipo de estrelismo ou esnobismo. Sempre me tratou de igual para igual, sem dúvida alguma um verdadeiro ser humano.

A Fabíola Porto Brigante que apesar de ter surgido na fase de defesa da tese contribuiu em muito para meu estado de espírito e para que eu voltasse novamente a sentir prazer em viver.

Enfim, agradeço a Deus por ter me dado pais, amigos e generosos, uma irmã incrível, amigos maravilhosos e por ter muita saúde, equilíbrio e paz espiritual.

RESUMO

Este trabalho tem por objeto a constituição da economia colonial no extremo sul da América portuguesa, em territórios que hoje compõem o estado do Rio Grande do Sul. Investiga-se como foram construídas suas estruturas produtivas mais típicas e como este espaço foi incorporado economicamente ao império português na América. Analisa-se a estrutura agrária através das estâncias, charqueadas e das unidades familiares da região de colonização alemã. O Rio Grande do Sul constituiu-se em importante região produtora de alimentos, charque e trigo, para o mercado interno da América portuguesa. Os dados obtidos através do Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul para a região de São Leopoldo nos levou a concluir que a região de colonização alemã dependia do setor voltado ao comércio externo, indo, assim, a favor da tese de Caio Prado Jr.

Palavras chaves: Rio Grande do Sul, Colônia, Estâncias, Charqueadas, Comércio, Mercado interno, Mercado externo

ABSTRACT

This work addresses colonial society in the southern part of Portuguese America, in the territories that are now the state of Rio Grande do Sul. I explore the ways in which this region's productive structures were constructed and how they were incorporated into the economy of the American part of the Portuguese Empire. I analyze the region's agricultural structures by looking at estancias (farms), charqueadas and the other family production units. The State of Rio Grande do Sul became an pivotal supplier food, such as charque and wheat, for internal market of Portuguese America. Data obtained of Archive of Rio Grande do Sul for São Leopoldo region's to take finished which the zone of German colonization be based of sector outside market in favourable of Caio's Prado thesis.

Key-words: Rio Grande do Sul, Agricultural structures, Estancias, Commerce, Internal markets, Outside markets

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Proprietários de escravos e escravos por origem.....	194
Tabela 2 – Variáveis derivadas dos inventários de São Leopoldo.....	204
Tabela 3 – Distribuição conjunta: proprietário alemão X possui escravo.....	205
Tabela 4 - Distribuição conjunta (%)......	205
Tabela 5 – Monte-mór da Comarca de São Leopoldo: dividido entre alemães e não-alemães (valor em reis).....	206
Tabela 6 – Valores médios das riquezas de alemães e não-alemães em SL.....	209
Tabela 7 – Distribuição por sexo.....	210
Tabela 8 – Probit.....	212
Tabela 9 – Probit.....	213

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	QUAL O VERDADEIRO SENTIDO DA COLONIZAÇÃO?.....	15
2.1	A VISÃO CLÁSSICA.....	17
2.1.2	O REVISIONISMO DA HISTORIOGRAFIA: O MERCADO INTERNO.....	23
2.2	O PROBLEMA DA MÃO-DE-OBRA	36
2.2.1	RIO DE JANEIRO.....	41
2.2.2	BAHIA.....	47
2.2.3	MINAS GERAIS.....	56
2.2.4	PERNAMBUCO.....	64
2.2.5	SÃO PAULO.....	66
2.3	RIO GRANDE DO SUL: UM NOVO TIPO DE COLONIZAÇÃO.....	72
3	A FORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL.....	78
3.1	O OLHAR DOS VIAJANTES.....	80
3.2	AS PRIMEIRAS VERSÕES HISTORIOGRÁFICAS.....	89
3.3	O RACISMO DE OLIVEIRA VIANNA.....	93
3.4	FHC E A DESMISTIFICAÇÃO DO MITO.....	97
4	A ESCRAVIDÃO NO RIO GRANDE DO SUL.....	102
4.1	O ESCRAVO NO RIO GRANDE DO SUL.....	102
4.2	AUMENTO DA IMPORTÂNCIA DO ESCRAVO NA ECONOMIA GAÚCHA.....	107
4.3	O ESCRAVO NAS GUERRAS E NA RESITÊNCIA.....	111
4.4	A ETAPA FINAL DO ESCRAVISMO GAÚCHO.....	114

5	O REVISIONISMO SOBRE A FORMAÇÃO DO RS.....	118
5.1	RELAÇÕES DO RS COM ECONOMIAS HEGEMÔNICAS NACIONAIS.....	119
5.2	O REVISIONISMO DE TARGA.....	135
6	A COLONIZAÇÃO ALEMÃ.....	160
6.1	A ORIGEM DAS COLÔNIAS ALEMÃS.....	161
6.2	CARACTERÍSTICAS DAS COLÔNIAS ALEMÃS NO SÉCULO XIX.....	167
6.3	CONTEXTUALIZAÇÃO DAS COLÔNIAS ALEMÃS NO RS.....	181
7	MODELO ESTATÍSTICO.....	185
7.1	CLIMETRIA.....	185
7.2	ESTATÍSTICAS SOBRE POSSE DE ESCRAVOS NAS CINCO OMARCAS INVENTARIADAS.....	192
7.3	ESTATÍSTICAS DE SÃO LEOPOLDO.....	198
7.3.1	METODOLOGIA.....	198
7.3.2	DADOS.....	201
7.4	RESULTADOS.....	205
7.4.1	ESTATÍSTICAS.....	205
7.5	MODELO ESTIMADO PROBIT.....	211
7.6	CONCLUSÃO GERAL DO CAPÍTULO.....	215
8	CONCLUSÃO.....	217
	REFERÊNCIAS.....	222

1 – INTRODUÇÃO

A intenção desta tese é contribuir para o debate a respeito de qual foi o sentido da colonização brasileira. Dessa forma, neste capítulo discutiremos as principais análises sobre o processo de colonização brasileira. Como o próprio título do capítulo pergunta, qual foi o seu verdadeiro sentido? A partir da década de 1940, a maior parte dos cientistas sociais brasileiros caracterizava a economia brasileira como subdesenvolvida, atrasada, não-industrializada e dependente. Entretanto, havia o consenso de que essa situação seria transitória e que superaríamos nosso passado econômico e social.

A chamada visão clássica, que conta entre outros autores com Caio Prado Jr. (1994, 2000), Celso Furtado (1977), Fernando Novais (1995) e João Manoel Cardoso de Mello (1986), transformou-se na explicação majoritária. Como veremos no primeiro capítulo, a tese desenvolvida por Caio Prado era de que o sentido de nossa colonização se devia ao mercado externo, ou seja, a nossa colonização ocorreu porque os portugueses, interessados em manter o território recém-conquistado, necessitavam encontrar uma forma lucrativa de colonizar o novo mundo. Assim, buscaram algum produto que tivesse aceitação no mercado europeu e que se adaptasse ao clima e solo brasileiros. A cana-de-açúcar, cuja experiência os portugueses já tinham em suas colônias africanas foi o produto escolhido. Posteriormente, outros produtos ganharam importância, mas todos, sem exceção à regra, destinavam-se ao mercado exportador. Dessa forma, o sentido de nossa colonização, nessa análise, seria o mercado externo.

O desenvolvimento da profissionalização dos cientistas sociais e historiadores no Brasil tem alterado as perspectivas acerca da escravidão em nosso país. Enquanto o estudo da demografia dos escravos há muito é bem desenvolvido nas ilhas caribenhas e nos Estados Unidos, no Brasil eram poucos até meados dos anos 1980. Existiam apenas algumas pesquisas pioneiras e realizadas por brazilianistas. Contudo, a partir dos anos 1980 a situação passou a mudar de figura e muitos estudos começaram a surgir – alguns com o objetivo de

confirmar o que os autores pioneiros afirmavam; outros no sentido de revisá-los, ou até mesmo refutá-los; e alguns poucos ou nada estudados, como, por exemplo, aspectos das atividades autônomas dos escravos nos níveis agrícola e comercial ou resistências e revoltas variadas dos cativos, ou ainda a alforria e a situação dos libertos.

Esse desenvolvimento da profissionalização dos cientistas sociais e dos historiadores nos cursos de pós-graduação levou, nos anos 1990, a formar um debate sobre a economia brasileira do século XIX. A Universidade Federal Fluminense foi um dos expoentes ao realizar a sistematização de trabalhos individuais. A chamada Escola do Rio, que tem como expoentes Maria Yedda Leite Linhares, João Luís Fragoso e Manolo Florentino e outros, como Hebe Maria Mattos de Castro e Ronaldo Vainfas – apesar de não pertencerem à essa escola têm estudos voltados para esse novo tipo de pesquisa⁹. Esses pesquisadores vêm, efetivamente, acumulando elementos para reescrever a história da escravidão, através de questões como a da terra e da organização do trabalho, presentes, sempre, as visões agrárias regionalizadas e até localizadas sem desconexão com a totalidade.

Um dos objetivos desses autores é, em última instância, procurar qualificar a compreensão da historiografia tradicional quanto às determinações externas, esvaziando as premissas “circulacionistas”. Dessa forma, eles colocam em dúvida de uma forma acintosa algumas teorias que haviam sido colocadas por autores como Caio Prado Junior (1994, 2000), Celso Furtado (1977), Fernando Novais (1995), João Manoel Cardoso de Mello (1989)¹⁰, dentre outros. A provável fonte

⁹ As principais obras são: Alcir Lenharo, *As tropas da Moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil 1808-1842*, Rio de Janeiro, 1979; Maria Yedda Leite Linhares, *História do Abastecimento: uma problemática em questão*, Brasília, 1979; Hernani Maia da Costa, *O triângulo das barreiras – as barreiras do Vale do Paraíba Paulista 1835 – 1860*, São Paulo, 2001; Robert Slenes, “Os Múltiplos porcos e diamantes: a economia escrava em Minas Gerais no Século XIX”, *Revista de Estudos Econômicos*, vol. 18, número 3, p.449-495, dentre outros.

¹⁰ As obras criticadas desta historiografia tradicional são: Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, 1942; Idem, *História Econômica do Brasil*, São Paulo, 1945; Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, 1958; Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, São Paulo, 1983; Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, São Paulo, 1978; João Manoel C. de Mello, São Paulo, 1982; José Jobson Arruda, *O império luso-brasileiro, 1750-1822*, Lisboa, 1986, dentre outros.

inspiradora dessa escola é um dos expoentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ciro Flamarion Cardoso (1988), que em 1981, identificou na introdução do livro *Ser Escravo no Brasil*, de Kátia de Queirós Mattoso (1982), três grandes articulações temáticas no estudo da escravidão no Brasil: a dualidade – mundo dos negros, mundo dos brancos – vivida diferentemente pelos negros africanos, pelos negros nascidos no Brasil e pelos mulatos; a diversidade das situações resultantes da oposição entre negros africanos, negros nascidos no Brasil e pelos mulatos ou da inserção em estruturas econômico-sociais diferentes, particularmente quando houvesse, como no sul, a presença do branco imigrante; por fim a modalidade das alforrias e do destino dos libertos, caminho para a revelação das estruturas da escravidão e da mentalidade dos senhores de escravos, com seus desdobramentos na sociedade pós-escravista (CARDOSO, 1982). Flamarion deve tê-los influenciado também na realização de estudos de história comparada (e estrutural da escravidão), pois fez isso para diferentes regiões das Américas.

Esses autores colocaram, em maior ou menor medida, dúvidas sobre algo fundamental para a historiografia tradicional: a importância do exclusivo metropolitano para a extração de excedentes coloniais. Algumas críticas questionam dentre outras coisas, as conclusões sobre os períodos anteriores ao fim da dominação metropolitana, a validade dos métodos estatísticos empregados entre outros. A historiadora Yeda Linhares, através das obras *História do Abastecimento* (1979) e *História da Agricultura Brasileira* (1980), este em parceria com Francisco Carlos Teixeira da Silva, introduziram a discussão sobre esquemas explicativos relativos à agricultura, que direcionavam a necessidade da produção de alimentos que não estivessem inseridas na economia de plantation, ou seja, sua preocupação estava voltada, para o mercado interno. Outra obra desse mesmo período é de Alcir Lenharo, *As tropas da moderação* (1979), que mostrava como o comércio interno de feijão, arroz, milho e gado repercutiu na prática política do início do século XIX, solidificando o Império e fazendo o país se voltar para ele mesmo, como parte do processo de interiorização da Metrópole.

Por fim, veremos a geração de autores gaúchos que surge em torno da Fundação de Economia e Estatística (FEE). Eles defendem que a escravidão no Rio Grande do Sul teria algo distinto daquela presente nas áreas de plantation o que, de resto, não podem ser encontradas na província meridional. Além disto, caracteriza-se a unidade produtiva agropecuária sul-rio-grandense pela presença de outras relações de produção que não a escravidão, o que não significa, ainda segundo tal visão, que escravidão não existisse. Pelo contrário, ressalta-se o papel secundário do cativo nas lides campeiras, nas quais o trabalho escravo seria inaplicável em virtude, dentre outras, das possibilidades de fuga e de proibitivos custos de vigilância. Admite-se, no entanto, que havia uso intensivo de escravos nas charqueadas, as quais seriam semelhantes as plantations por reunirem grande número de escravizados e estarem voltadas à produção de mercadorias exportáveis. No entanto, a produção de charque seria feita em centros urbanos, o que diferenciaria a unidade produtiva charqueadora das plantations tradicionais, estabelecidas no meio rural.

O primeiro capítulo da tese, portanto, abordará estas três vertentes historiográficas, tendo como análise as principais províncias brasileiras. O segundo capítulo abordará o olhar dos viajantes, que foram os primeiros autores a dissertarem sobre as impressões que tiveram nas terras meridionais. Será a partir desse olhar que surgirá o mito da democracia racial gaúcha. Esse mito foi tão forte, que os primeiros autores a escreverem sobre o Rio Grande do Sul tinham convicção de que na província sul-rio-grandense os escravos eram melhores tratados do que nas demais regiões brasileiras. Este imaginário durou até o início dos anos 1960, quando Fernando Henrique Cardoso (1997) defendeu a tese de que esse mito não existia e que, na verdade, o Rio Grande do Sul, era uma província semelhante às demais províncias brasileiras. No terceiro capítulo será apresentado como ocorreu a introdução dos escravos na região e como foi o processo adaptativo do mesmo, através de sua importância no processo produtivo, sua participação nas guerras pela qual a província passou e seus movimentos de rebelião. O quarto capítulo mostrará a inserção do Rio Grande do Sul no contexto nacional. As transações comerciais com o Rio de Janeiro, o

interesse dos comerciantes da praça fluminense na região. Na segunda parte do capítulo será apresentada a tese do economista Luiz Roberto Pecoits Targa (2002) de que o Rio Grande do Sul foi uma província com características diferentes das demais. Para comprovar sua teoria, ele utilizará do método comparativo entre o estado gaúcho e o paulista. Para ele, os intelectuais do centro do país – principalmente os de São Paulo – teriam desenvolvido a tese de que o que ocorreu na província paulista teria ocorrido no país inteiro, dessa forma, Targa (2002) procurará mostrar que isso não é verdade. O quinto capítulo será dedicado à colônia de São Leopoldo e às áreas de colonização alemã. Como ocorreu a entrada dos primeiros imigrantes, qual o interesse da coroa portuguesa nessa colonização e os impactos que ela gerou na economia sul-rio-grandense. O destaque será a região de São Leopoldo, pois é objeto de estudo desse trabalho. Por fim, o último capítulo tratará da análise quantitativa. A partir de inventários da comarca de São Leopoldo e de outras quatro comarcas gaúchas, através do modelo Probit, tentaremos verificar qual dos três métodos acima citados mais se encaixaria, ou seja, vou procurar analisar, pelos dados, qual o que melhor explicaria o sentido da nossa colonização.

2 – QUAL O VERDADEIRO SENTIDO DA COLONIZAÇÃO?

Neste capítulo serão apresentadas duas, das três, das principais interpretações da historiografia brasileira sobre o sentido da colonização. A primeira será a versão clássica difundida por Caio Prado Jr. (2000), em sua obra clássica *Formação do Brasil Contemporâneo*, que rompeu com a teoria dos ciclos econômicos e apresentou a tese de que o sentido da colonização brasileira era o de uma economia voltada para o exterior. Esta tese perdurou por algumas décadas como, quase exclusivamente, a única explicação para o sistema econômico adotado até a Revolução de 1930. Diversos autores, entre eles Celso Furtado (que em nenhum momento admitiu a influência de Caio Prado), em maior ou menor intensidade foram influenciados por esta teoria. Caio Prado fez uma leitura livre do marxismo, abandonando uma busca do “caráter nacional” e analisa a evolução política do país à luz das condições econômicas e sociais, das lutas de classe e das contradições geradas pelo processo histórico. Caio Prado define o sentido da colonização estabelecendo a relação da colonização como produto da expansão comercial européia. Ao privilegiar o comércio o resultado é a economia colonial ser voltada para o mercado externo e, dessa forma, ocorre a oposição colonial e nacional. Ele rompe com a historiografia anterior antecipando o que foi produzido no Brasil nos decênios subsequentes.

No final dos anos 1980 a produção historiográfica sobre o assunto passou a ter como alvo principal interpretar a sociedade colonial e imperial a partir dos aspectos internos, regionais e de outras dimensões da vida cotidiana das pessoas. Historiadores como Ciro Flamarion Cardoso, Maria Yedda Linhares, João Luis Fragoso, Manolo Florentino entre outros passam a estudar os mercados internos, principalmente do Rio de Janeiro e Minas Gerais, e sobre o tráfico direto, mostrando que havia um capital residente no país. Para esses autores, a acumulação externa é muito pequena, contrapondo ao modelo de interpretação. Eles partem do pressuposto que é necessário repensar a sociedade colonial, que teria uma autonomia maior concedida ao sistema de classes, a setores

econômicos cuja lógica era interna ao Brasil, não externa. Dessa forma, contrapõem-se às interpretações que apostam na circulação de mercadorias e excedentes. Influenciados pelo historiador francês Marc Bloch, passaram a desenvolver trabalhos através do método comparativo.

A terceira linha de interpretação – a dos pesquisadores ligados à Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE) – será apresentada no capítulo 4.

A parte final do capítulo será dedicada à apresentação do problema da mão-de-obra e as principais regiões produtoras brasileiras, como efeito de comparação com o Rio Grande do Sul.

2.1 – A VISÃO CLÁSSICA

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo sentido. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos, que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação (PRADO JR., 2004, p.11)

Com essas palavras, Caio Prado, em 1942, abria *Formação do Brasil Contemporâneo* - uma das obras clássicas da formação brasileira, junto com *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (1977)¹¹, e *Raízes do Brasil*, de Sergio Buarque de Hollanda - e começava a romper com a visão dos ciclos de produtos de exportação e, grosso modo, inaugurava uma nova tendência historiográfica que ainda hoje exerce uma grande influência. Caio Prado buscava o sentido da evolução do povo brasileiro e remetia à expansão marítima e comercial européia iniciada no século XV. Em outra grande obra, *História Econômica do Brasil*, de 1945, para encontrar tal sentido significava entender o descobrimento e a posterior estruturação da sociedade e economia coloniais como capítulos da história comercial européia.

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros: mais tarde ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Não mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira (PRADO JR., 2000, p. 23).

Observando essas duas passagens podemos concluir que a estrutura encontrada por Caio Prado Júnior na economia colonial seria a de um sistema

¹¹ Até o final da década de 1950 preponderava na historiografia nacional a interpretação que revelava o caráter humanitário da escravidão colonial. Esse referencial foi o anti-racismo desenvolvido por Gilberto Freyre. Esse caráter “mais ameno, mais brando”, foi aceita inclusive por Caio Prado Jr., que tinha uma posição mais crítica em relação aos senhores proprietários de escravos. A partir dos anos 1960, diversos autores passaram a desmistificar esse ponto de vista que, segundo eles, tinha um elemento recorrente da população cativa na colônia lusa, tais como, altas taxas de mortalidade e baixos índices de reprodução natural.

cujo funcionamento se explicita através da transferência de excedentes para a metrópole de além-mar. A partir disso a economia colonial se estruturaria num sistema de plantation (grande propriedade, monocultora e mão-de-obra escrava). Dessa maneira, segundo Fragoso (1988), a sociedade colonial estaria marcada:

- 1) por uma incapacidade de realizar acumulações endógenas;
- 2) pela subordinação da produção ao capital mercantil externo;
- 3) pela debilidade do mercado interno e, por conseguinte, das produções mercantis para ele voltadas;
- 4) e pela presença de uma massa de homens livres pobres vivendo ao nível da mera subsistência, à margem da história (identificada esta última às atividades exportadoras), ou subordinadas à grande propriedade escravista exportadora (FRAGOSO, 1988)¹².

Estes traços coloniais serão também encontrados em outros autores, como Celso Furtado, na década de 1950. “Sendo uma grande plantação de produtos coloniais, a colônia estava intimamente integrada nas colônias européias das quais dependia. Não constitui, portanto, um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de outros maiores.” (FURTADO, 1977, p. 95). Para Furtado (1977) a economia colonial, por ser um apêndice de sistemas maiores, não teria o seu próprio ritmo, que eram comandadas de fora, pelas economias européias que dominavam o mercado internacional. Quando se referia às flutuações coloniais, na verdade estaríamos nos referindo às flutuações do mercado internacional em relação à economia colonial. Em ciclos de alta internacional a colônia também viveria um momento de prosperidade, e passaria a viver uma fase de expansão. Quando os preços do mercado internacional caíssem, a colônia sofreria um momento de estagnação econômica.

[...] É evidente que, se o mercado externo absorvesse quantidades crescentes de açúcar a um nível adequado de preços, o sistema poderia crescer...até ocupar todas as terras disponíveis...a economia escravista dependia, assim, em forma praticamente exclusiva da procura externa. Se enfraquecia essa procura, tinha início um processo de decadência, com o atrofiamento do setor monetário [...] (FURTADO, 1977, p. 51-52).

¹² FRAGOSO, João L. R. Modelos explicativos da economia escravista no Brasil. In: CARDOSO, Ciro F. (Org.). **Escravidão e abolição no Brasil**. Rio de Janeiro: JZE, 1988.

Em Formação Econômica do Brasil o seu elemento fundamental é a mudança do centro dinâmico da economia brasileira a partir da década de 1930. Furtado compara os dados da economia brasileira com os dos Estados Unidos e demonstra como a economia estadunidense permanecia em crise ainda em 1933 e a brasileira já em 1932 apresentava crescimento. A sua conclusão é de que ela não crescia de forma reflexa, mas por um dinamismo próprio. Dessa forma, Furtado cria o conceito, influenciado por Keynes, de deslocamento do centro dinâmico. O deslocamento a que se refere é o predomínio do mercado externo para o interno na formação da renda nacional. Essa constatação partiu da observação de alteração do centro dinâmico da economia brasileira a partir da Crise de 1929. Entre 1929 e 1939, a economia brasileira teve seu PIB aumentado em 50%. Se levarmos em consideração nosso passado, as variações do crescimento econômico brasileiro se associaram com as exportações. Utilizando um método parecido com o de Max Weber, ele tipifica a economia brasileira como não podendo ser qualificada de desenvolvida, ou pertencente ao grupo dos países centrais em razão, dentre outras características de seu caráter reflexo¹³. Um dos principais elementos da demanda dos produtos nacionais era o consumo estrangeiro.

Para Furtado (1977), identificar o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira significava a possibilidade de uma passagem para a sociedade brasileira. A partir desta identificação, o autor procurou indicar as raízes da situação que aos poucos era deixada para trás, as raízes de nosso subdesenvolvimento. Dessa forma, passou a analisar a dinâmica, ao longo do tempo, entre os dois setores em que a economia brasileira foi dividida na maior parte de sua história: o de subsistência e o exportador. O setor exportador teria se formado ainda no período colonial por meio da própria colonização, caracterizando-se pela escravidão e o latifúndio. Já o setor de subsistência teria um baixo nível de mercantilização, se estabelecendo além da fronteira agrícola,

¹³ Chamava-se reflexa a economia que crescia ou se retraía em função das relações exteriores mantidas com outras economias.

com baixos rendimentos e se caracterizaria por relações de produção que não a escrava.

Os dois setores se relacionariam da seguinte forma: o setor exportador, quando estivesse crescendo tenderia a se especializar na produção para a exportação, tornando-se parcialmente dependente do fornecimento de mercadorias pelo setor de subsistência. Essa dependência garantiria a esse último um maior grau de mercantilização e maiores rendas. Quando o setor exportador entrasse em crise, o resultado era perda de vínculos mercantis com o de subsistência e a tendência à autonomia tanto quanto possível, das condições de reprodução das unidades produtivas exportadoras. A crise no setor exportador resultaria em queda do nível de renda e na regressão das unidades infra-marginais para a economia de subsistência. Neste setor, dada a baixa dependência que tinha em relação à circulação de mercadorias, tendia a sobreviver a partir dos próprios recursos, consumido-os e reproduzindo-os.

Um grave problema para o setor exportador era a reprodução da mão-de-obra, que supostamente tinha taxas de crescimento vegetativo inferiores a zero. Quando passava por períodos de crise, as condições para importação de escravos tornavam-se piores, resultando disto a supressão das unidades produtivas exportadoras se não obtivessem rendimentos mínimos capazes de garantir a substituição dos mortos, dos fugitivos e libertos.

João Manoel Cardoso de Mello (1986), analisa a possibilidade de valorização do capital ao longo do tempo, indicando cinco fases distintas para a história econômica brasileira: colonial, nacional-exportadora com mão-de-obra escrava, nacional-exportadora com mão-de-obra livre, industrialização restringida e industrialização pesada. Os marcos históricos que dividiram as fases seriam os processos de Independência, Abolição, Crise de 1929 e a viabilização pelo Estado de investimentos, complementares e concentrados no tempo, que permitiram a instalação da indústria pesada no Brasil.

No período colonial estaria ausente o estado Nacional e, portanto, as possibilidades de valorização do capital. A partir de 1822, a situação se modifica e se criam instituições nacionais para a acumulação de capital. Tal acumulação, no

entanto, encontra-se dependente do comércio exterior e, internamente, a escravidão estabelece limites para o processo de acumulação de capitais. Esta situação se modificará com a superação desta dinâmica, a partir do momento em que alguns centros urbanos ganham expressão e possibilitam a concentração das fábricas brasileiras a partir da mão-de-obra imigrante, liberta e livre. A abolição e a imigração permitirão que novos negócios se estabeleçam, favorecendo a diversificação de investimentos capitalistas. A Crise de 1929 fará o setor exportador entrar em colapso e o industrial se expandir. Para a expansão desse setor, produtor de bens, a restrição que se apresenta periodicamente é a impossibilidade de contar com cambiais suficientes para a expansão das próprias unidades produtivas, que têm que importar equipamentos e parte da matéria-prima, que Cardoso de Mello (1999) denomina de industrialização restringida. Essas restrições são eliminadas, finalmente, com a introdução da indústria pesada.

Para Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1977), a industrialização depende de decisões políticas e da formação de um determinado consenso em torno do assunto, razão pela qual, embora a Crise de 1929 tenha produzido aproximadamente os mesmos efeitos em toda a América Latina, com a substituição das importações por praticamente todos os países, poucos, passada a Segunda Guerra Mundial, avançaram no aprofundamento da diferenciação dos parques produtivos nacionais, denotando uma determinada opção política com profundos reflexos sobre as estruturas produtivas.

Já Fernando Novais (1995) situa a expansão colonial portuguesa como inserida em algo maior: a expansão geográfica do capital mercantil europeu. Assim como Caio Prado e Furtado, Novais acredita que a colonização brasileira adquire sentido se entendida dentro dos moldes da expansão mercantil européia. Da mesma forma, os processos de Independências corresponderiam não apenas à dinâmica social e econômica internas a cada sociedade americana, mas também a mudança da hegemonia das formas de acumulação de capitais, isto é, a passagem do predomínio do capital mercantil para o capital industrial nos países centrais. Os processos de Independência se apresentam, dentro de um ponto de

vista mais amplo, como reflexos das contestações do Antigo Regime que tinham no Mercantilismo sua expressão econômica e no Absolutismo sua expressão política. A eliminação do exclusivo metropolitano no Brasil foi feita ao longo do século. Com a independência passamos de colônia a periferia. Como colônia fornecíamos matérias-primas e alimentos baratos que eram vendidos caros, pela Metrópole à Europa. Como periferia, fornecíamos alimentos e matérias-primas baratos para a Europa e Estados Unidos. Entretanto, é por meio desses produtos que o capital industrial pôde se reproduzir a uma taxa maior que antes.

Como podemos observar os autores dessa escola tradicional podem divergir num ou noutro aspecto, mas têm em comum a certeza de que a economia brasileira até as primeiras décadas do século XX tinha como setor impulsionador o mercado externo.

2.1.2 – O REVISIONISMO DA HISTORIOGRAFIA: O MERCADO INTERNO

A crítica de Fragoso (1992) a estas linhas de raciocínio (Caio Prado Júnior e Celso Furtado) é de que quando se sai das economias exportadoras (açúcar e café) e se passa para as não-exportadoras, por exemplo, pecuária e produção autônoma de alimentos, as análises consagradas mostram-se incapazes de explicá-los. Para o autor fluminense, essas atividades.

Por estarem fundadas em larga medida na produção de subsistência e não recorrerem ao uso do trabalho escravo como mão-de-obra majoritária, tais setores não dependiam inteiramente das flutuações coloniais. Por estes mesmos motivos, contudo, não criavam por si próprios uma circulação de mercadorias e de moedas (FRAGOSO, 1992, p. 18-19).

Fragoso (1992) fará um estudo regional e elaborará um quadro teórico de uma sociedade historicamente definida – a montagem da agricultura do café no Médio Vale Paraíba – para contrapor às idéias de Caio Prado Júnior e Celso Furtado e os demais autores citados anteriormente¹⁴. O autor parte do pressuposto de que a implantação da agricultura do café ocorre numa época de depressão econômica em nível internacional, o que corresponderia a uma fase B do ciclo de Kondratieff – de 1815 a 1850. O que ele nota é que em termos da economia escravista-colonial alguns dados não acompanharam a tendência de baixa. Caso seguissemos os modelos de Prado Júnior e Furtado deveríamos ter um ciclo de baixa também na economia colonial, pois a Colônia seria apenas um apêndice do mercado internacional.

A partir de 1810, em Portugal a alta dos preços, iniciada em 1770, chegaria ao fim. Em 1811, a balança comercial portuguesa atinge o máximo de déficit. Em 1815-1817, ocorre uma grande crise mundial, marcando o início de uma fase depressiva que se estenderia até 1850. Essa tendência da economia européia se refletiria nos preços do açúcar e do algodão. Entre 1813 e 1820, os preços internacionais do açúcar, na bolsa de Amsterdã, caíram em 53,8%. Quanto ao algodão, os seus preços, entre 1816 e 1821, sofrem um declínio de 43,6%. Esses números

¹⁴ A obra no caso é a sua tese de doutoramento, *Escravidão e formas de acumulação na sociedade escravista colonial: o Médio Vale do Paraíba do Sul (1790-1888)*, que posteriormente resultou no livro *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

nos levam a pensar que a rápida montagem da agricultura cafeeira-escravista se daria em meio a uma conjuntura econômica desfavorável... essa é, por exemplo, a opinião de Celso Furtado... superada uma fase de falsa euforia, a economia brasileira viveria, na primeira metade do século XIX, uma época de franca decadência, somente superada pela consolidação da cafeicultura (1840-1850)... curiosamente não é bem o quadro recessivo que encontramos para a economia colonial da primeira metade do século XIX. Em realidade, o que observamos é uma tendência de alta nas flutuações coloniais e, portanto, uma não equivalência às tendências internacionais (FRAGOSO, 1992, p. 20-21).

Portanto, segundo Fragoso (1992), ao contrário do que a historiografia tradicional afirmava, a queda dos preços internacionais não levou, na época em questão, a uma retração da agroexportação ou do mercado interno na região sudeste. Em consequência, as flutuações coloniais, dentro de certos parâmetros tinham relativa autonomia. Reforçando isto, nota-se o crescimento das produções voltadas para o abastecimento interno em um nível superior ao das ligadas à exportação.

Ainda no período de 1799 a 1811, observa-se que os preços de produtos coloniais, como farinha e charque, mesmo apresentando uma taxa de crescimento anual negativa (respectivamente 0,5% e menos 0,4%), são superiores aos do açúcar branco exportado. E mais do que isso as receitas desses produtos são positivas (FRAGOSO, 1992, p. 22).

Desse modo, a economia escravista-colonial não seria apenas um mero reflexo de determinações externas e nem se resumiria à agroexportação.

Em outro trabalho realizado por Fragoso, agora em conjunto com Manolo Florentino (2001), os autores procuram entender de onde surgiu a persistente desigualdade existente na sociedade brasileira. Tentarão fazer a ligação com o que eles denominaram como “nossa história colonial tardia¹⁵” (séculos XVIII e XIX). Essa natureza arcaica, segundo os autores, impede que a economia possa ser apreendida por si mesma sem levar em conta os aspectos não-econômicos que informavam o seu funcionamento. A hipótese dos autores é de que a reprodução do sistema econômico se ligava a uma hierarquia social excludente

¹⁵Este termo há muito é utilizado na historiografia, que caracteriza a etapa final de um período e, simultaneamente, o início de um novo. Fragoso e Florentino se utilizam de Dauril Alden, “El colonial tardío”, in: BETHEL, L. (org). *História de América Latina*, Barcelona, Editorial Critica, 1990, vol. 3, pp. 306-358, que utiliza para definir as últimas décadas da economia e sociedade coloniais sob o efetivo domínio português, entre 1750-1808.

fundada numa ordem privada. Isto levaria a concretização do processo produtivo em análise. As próprias formas de ascensão social eram diretamente proporcionais à recriação do padrão excludente.

Com base na recente historiografia portuguesa, que defende a teoria de que o excedente produzido no ultramar tinha o objetivo de perpetuar na metrópole uma economia e sociedade vinculadas ao Antigo Regime, ou seja, a sua intenção era manter a estrutura então dominante, com a aristocracia agrária à frente. Dessa forma, a elite lusitana lutaria contra o estabelecimento e o enraizamento do capital mercantil metropolitano alcançado pelos mercadores das demais metrópoles europeias, que controlavam a reprodução de suas economias além-mar. Segundo Fragoso e Florentino (2001), se adicionarmos a este fator a natureza mercantil da produção colonial escravista – marcada pela frágil divisão social do trabalho e pouca circulação de numerário – estaremos frente aos detentores da liquidez do sistema, o capital mercantil residente.

Em suas análises perceberam que para a perpetuação desses grandes mercadores era necessária a contínua incorporação de fatores econômicos, cuja oferta combinava com uma enorme elasticidade e custos socialmente reduzidos: terra, mão-de-obra e alimentos. Para dar sustentação para toda esta estrutura eram necessários: a existência de uma fronteira aberta, onde se produzissem produtos não-capitalistas que garantissem o abastecimento interno; e o crescimento do tráfico atlântico de escravos. Essa natureza não-capitalista terminou por dar uma relativa autonomia à economia colonial em relação às flutuações do mercado internacional, além de desenvolver setores voltados ao mercado interno. Enquanto os negociantes coloniais, denominados por Fragoso de grosso trato, controlavam as atividades mais rentáveis – ligadas ao comércio atlântico – os demais agentes econômicos eram voltados para as atividades menos lucrativas, sobretudo, a agricultura. Outra constatação, a partir de dados do século XIX, foi de que mesmo com uma crescente e constante concentração de renda, os recursos produtivos (terra, alimentos e mão-de-obra) eram relativamente baratos o que facilitava o acesso às pessoas de menor poder aquisitivo e impediu

a ocorrência de conflitos sociais. A acumulação de capital¹⁶ por parte dessa elite marcou, o que os autores denominaram, de “ideal aristocrático”, que, segundo eles, consistia numa economia colonial tardia e arcaica por estar fundada na contínua reconstrução da hierarquia excludente (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 18).

O tráfico atlântico é um problema central nos clássicos modelos de explicação do Brasil colônia. Segundo Fragoso e Florentino (2001), os autores dessas vertentes levavam em consideração apenas os períodos de alta dos ciclos econômicos, ou seja, os momentos de expansão da economia internacional. O inverso, nos momentos de recessão do mercado mundial, não se era cogitado que pudesse ocorrer aumento das exportações de produtos tradicionais e, conseqüentemente um desembarque de africanos na colônia. Nesse caso, seria a escassez de mão-de-obra local, em quantidade insuficiente para suprir as necessidades exigidas pela produção um fator determinante para o crescente fluxo de escravos importados da África. Essa escassez de braços é que levaria ao tráfico negreiro, ou seja, para os autores desses modelos a demanda precederia à oferta de braços (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 38)¹⁷. Entretanto, quase nenhum dos autores clássicos faz uma análise aprofundada sobre em que condições se davam o comércio de busca e apreensão realizadas no continente africano. Este apareceria como portador de uma oferta elástica e pouco custosa de mão-de-obra. Além disso, esse comércio seria um negócio de caráter metropolitano, que se estruturaria e funcionaria em prol do capital comercial europeu.

¹⁶ Segundo Manolo Florentino, em “*Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*”, a capacidade de acumulação do comércio negreiro carioca começava a partir do giro comercial do traficante que iniciava com o dinheiro (moedas, créditos ou letras) que permitia com que ele pudesse adquirir uma determinada quantidade de mercadorias, comprar ou alugar o negreiro, manter a tripulação e a escravaria em trânsito e segurar todo o empreendimento. O seu capital-dinheiro transformava-se em bens que, através do escambo, se transmutavam em mercadorias humanas junto aos régulos do interior da África. Efetuada a troca, o circuito que levava o escravo até a a costa africana conhecia uma nova troca, finda a qual o traficante carioca tinha em mãos uma mercadoria especial, posto que viva. Esta era revendida no mercado brasileiro, onde, mais uma vez, se transmutava em dinheiro (moedas, créditos e letras). O ciclo se fechava quando o escravo assumia a forma de capital-dinheiro, pp. 155.

¹⁷ Os autores destacados como pertencentes a esta visão são: Caio Prado Jr., Celso Furtado e Ciro Flamariona Cardoso.

Segundo Fragoso e Florentino (2001), esses modelos ao assumirem que os plantadores são o pólo hegemônico da sociedade colonial terminaram por excluir o setor mercantil da Colônia. Para a historiografia tradicional a necessidade estrutural de financiamento exterior impossibilitaria pensar na existência de uma verdadeira sociedade escravista no Brasil. A conclusão a que chegaram Fragoso e Florentino (2001, p. 51-53) após analisarem a dinâmica da elite portuguesa é de que:

O século XVIII assistiu à sedimentação desse quadro, quando a atividade mercantil agrícola por si só não podia manter a dominação aristocrática. Logo a participação direta ou indireta dessa fração na exploração do comércio ultramarino já tinha deixado de ser condição sine qua non para sua sobrevivência. A redefinição da acumulação mercantil como elemento de sustentação da posição aristocrática traduzia-se, igualmente, numa política contrária à constituição de companhias monopolísticas mercantis que pudessem fortalecer a posição dos grandes comerciantes... Enfim prevaleciam valores não-capitalistas, para os quais acender na hierarquia social necessariamente implicava tornar-se membro da aristocracia. Daí a grande propensão dos meios mercantis à aristocratização, e a canalização e esterilização de vultosos recursos adquiridos na esfera mercantil para a atividade de cunho senhorial. Daí também poder-se assumir que o “atraso” português, em pleno século XVIII, não se constituísse em mero anacronismo, fruto de uma putativa incapacidade de acompanhar o destino manifesto capitalista europeu; ao contrário, o arcaísmo era, isto sim, um verdadeiro projeto social, cuja viabilização dependia, no fundamental, da apropriação das rendas coloniais... a atividade comercial lusitana tinha por fim último a permanência de uma sociedade arcaica, não chegando a assumir os contornos revolucionários que desempenhava em outros países.

Esses fatores redundaram numa frágil divisão social do trabalho que implicava numa anêmica circulação de numerário e bens, o que levava a poucos mecanismos de crédito. Dessa forma, o capital mercantil residente passava a deter a liquidez do sistema, o controle do financiamento e a própria reprodução da economia. Como os fatores internos de produção eram baratos e controlados por esta elite mercantil, a economia colonial gozava de uma relativa autonomia diante das turbulências internacionais (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001).

Segundo os autores, não era a desvalorização cambial que inibia a queda das cotações externas dos produtos exportados e, dessa maneira, permitia aos fazendeiros deterem uma importante fatia da moeda em circulação, mas o que ocorria era a empresa escravista exportadora enfrentar a queda dos preços

através do aumento da produção. Dessa forma, ela procurava manter sua capacidade de acumulação global em uma fase de recessão no mercado internacional, o latifundiário escravista aumentava a produção buscando compensar a diminuição do lucro por unidade produzida através de um maior volume exportado. O limite dessa política era dado pelos gastos relativos à compra de escravos, os autores concluem, que se isso não ocorreu era porque os preços de venda dos escravos africanos no Rio de Janeiro eram baixos.

A conclusão é de que a oferta de mão-de-obra africana deveria ser atendida não apenas nos momentos de alta do ciclo econômico, mas, também, nos de baixa. Os seus preços deveriam ser atraentes o suficiente para que os empresários brasileiros os adquirissem em ambas as fases. A oferta de cativos africanos deveria ser elástica e barata (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001). Ela perdurou por mais de 350 anos, sem que os traficantes americanos e europeus tivessem a necessidade de aprisioná-los. Essa oferta relativamente grande e longa aconteceu graças à demanda americana por escravos, que incentivou o desenvolvimento da produção e circulação inicial dos cativos na África. Esse tráfico atlântico, diferentemente do que se poderia imaginar, não era forçado, mas, principalmente, desempenhava funções estruturais¹⁸ nos dois continentes. Como destaca Florentino (1997, p. 108):

[...] Uma vez produzido o cativo, a etapa africana de circulação tinha por eixo o duplo fluxo que se estabelecia nos pontos de embarque: o da exportação de escravos do interior para a costa, e o de importação de bens euro americanos do litoral para as savanas e áreas florestais. Eram circuitos complementares e, por conseguinte, inseparáveis... Esta primeira troca de uma mercadoria contra outra não se constituía em uma troca equivalente, pois implicava a apropriação, por parte dos mercadores africanos e das elites apresadoras, de parcela substantiva de sobretrabalho das comunidades nativas. As expedições militares ou de razias, por mais que redundassem em gastos organizativos ou de manutenção, eram sempre mais baratas do que o valor (em horas/trabalho) dos custos sociais necessários a reprodução pretérita do escravo.

¹⁸Era estrutural na África por dois motivos: 1) por um fortalecimento político e econômico dos grupos cativos dominantes; 2) à utilização cada vez mais expressiva dos escravos produzidos por guerras dentro do continente africano.

Para o autor, o comércio de escravos não estava relacionado às questões meteorológicas que, de acordo com as estações, poderiam facilitar ou dificultar as navegações, mas a própria lógica de funcionamento das plantations e a sua especificidade histórica como núcleo produtivo. A incorporação de escravos no processo produtivo era o que determinava o tamanho da área de plantio, pois eram a colheita e o beneficiamento as fases que mais demandavam mão-de-obra, ou seja, eram elas que iriam condicionar os momentos de maior aquisição de escravos e serviriam como base para o cálculo econômico da empresa escravista (FLORENTINO, 1997).

A frágil circulação monetária e a grande quantidade de entesouramento (esterilização temporária de valor) indicam que havia poucas opções de investimento. Como a riqueza era concentrada, os mecanismos econômicos não eram colocados em prática, dessa forma, a circulação tornou-se o grande eixo de acumulação da época, o que levaria a um mercado restrito. Havia uma específica reprodução econômica composta por dois movimentos sucessivos: o primeiro movimento era a apropriação de sobretrabalho na esfera da circulação; e a segunda, era que grande parte do produto apropriado na circulação se transformaria em atividades produtivas stricto sensu (FLORENTINO, 1997). Os empresários traficantes e a elite mercantil em geral buscavam diversificar seus investimentos com a dupla finalidade de garantir a segurança de suas aplicações como de auferir as maiores taxas de lucro possíveis. Dessa forma, aproximadamente dois terços das compras dos futuros traficantes cariocas se davam no mercado imobiliário urbano; o segundo principal tipo de investimento era o próprio comércio marítimo e, por último, os investimentos no setor agrícola e pela esfera terrestre de circulação de mercadorias (FLORENTINO, 1997).

Os autores destacam que a importância do tráfico negreiro para a cidade do Rio de Janeiro, num momento de um ciclo de baixa internacional, foi importante para que sua economia mantivesse a tendência de alta. Contudo, numa das passagens acredito que os autores se equivocaram. Vejamos:

Vale lembrar que, para esses anos, não dispomos de números relativos às exportações fluminenses de africanos para Minas Gerais, capitania que aparece nas estimativas demográficas de 1819 como a maior

concentradora de escravos do Brasil (mais ou menos 15% dos cativos coloniais. Entretanto, sabe-se que, entre 1825 e 1830, para Minas Gerais se dirigiram mais de 40% dos escravos desembarcados no porto do Rio de Janeiro (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001, p. 108).

É importante ressaltar que os autores afirmam não dispor de números relativos à exportação para as Gerais, em 1819, e, logo em seguida, apontam que 40% dos escravos, entre 1825 e 1830, desembarcados no porto do Rio de Janeiro se dirigiram para Minas, entretanto, não é apresentado de onde saiu isto. Mas, talvez, o aspecto que mais contradiga os autores são os dados apresentados por Laird Bergad, que serão apresentados, sobre a colonização de Minas Gerais, onde ele apresenta a colonização mineira como diferente das demais regiões brasileiras e muito próxima do sul dos Estados Unidos, ou seja, com um grande número de escravos reproduzidos internamente.

Na conclusão final de seu livro Fragoso e Florentino (2001, p. 224-226) apresentam o seu sentido de colonização. Para eles, a colonização e a montagem de estruturas hierarquizadas e excludentes no Ultramar serviram para a elite portuguesa preservar a antiga ordem metropolitana. Dessa maneira, ao invés de fortalecer novos grupos sociais, que estavam fora do controle do Antigo Regime, essa estrutura serviu para perpetuá-la. E quem esteve à frente desta perpetuação desta ordem arcaica foram, não apenas, a aristocracia como os mercadores fidalgos, que tinham interesse em fazer parte desta nobreza. A sua manutenção estava centrada no excedente gerado no Ultramar, através de sua economia colonial. As suas pernas eram: o comércio exterior e a captação de impostos. Essa estrutura evitava que se criasse a constituição de um sólido capital mercantil dentro de Portugal e permitia, dessa forma, o nascimento e crescimento de poderosas comunidades mercantis em sua colônia.

Para mostrar que a classe mais poderosa eram os mercadores de escravos, os autores fazem uma comparação entre a lucratividade do comércio negreiro e as fazendas de açúcar e aluguéis urbanos. O retorno líquido de uma plantação de açúcar poderia atingir um máximo de 12% ao ano; os aluguéis urbanos, 10%; enquanto, o tráfico de escravos atingiam uma lucratividade média de 19%. Como explicar, então, porque os comerciantes de escravos

abandonavam essa lucrativa atividade e se tornavam fazendeiros? Uma boa justificativa apresentada pelos autores seria a maior estabilidade dada pela agricultura à fortuna comercial constituída. Contudo, eles mesmos a descartam para o caso brasileiro, pois se tornar agricultor na colônia portuguesa traria os mesmo riscos de continuar no mercado de escravos, isto porque, a grande lavoura era voltada para fora, ou seja, estava sujeita às flutuações do mercado externo. A explicação então seria a presença de um forte ideal aristocratizante, identificado ao controle de homens e à afirmação de certa distância em face do mundo do trabalho. Era uma estrutura cujo funcionamento se baseava na constituição das relações de poder. Essa transformação servia significativamente para a perpetuação da aristocracia imperial (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001).

Outro aspecto que o revisionismo historiográfico concluiu é quanto à posse da terra. A historiografia tradicional acredita que a terra era um fator de capital abundante e que, dessa maneira, os donos de terras não tinham preocupação em desenvolver tecnologias que melhorassem ou poupassem o seu uso. Para esses pesquisadores, a posse de cativos foi a forma de riqueza dos produtores brasileiros colonial e imperial. Luna e Klein (2005) reconhecem o tamanho da força de trabalho como o fator mais importante na riqueza de um domicílio. Entretanto, eles destacam a importância de que – apesar de possuir a terra não explicaria sozinha a posição social de uma pessoa naquele período – o seu valor dar-se-ia como meio de produção, reserva de valor e instrumento de poder.

A historiadora Vera Ferlini (2003), ameniza a ênfase nos processos circulatórios, sem, contudo, deixá-los de considerar importantes. O centro de sua análise é o engenho produtor de açúcar e suas especificidades. Um aspecto em que as suas análises reforçam a tese de Fragoso e Florentino (2001) é que os lucros auferidos pelos engenhos eram poucos. Outra conclusão interessante de sua obra é que o escravismo, no século XVII, se consolidava e desqualificava o trabalho, condenando o branco pobre a viver às margens do sistema. Seguindo a escola de Caio Prado e Furtado, a autora afirma que:

A gênese do escravismo moderno está profundamente ligada à articulação de grandes unidades produtivas, voltadas para o mercado

européu. A produção em larga escala, para um mercado distante e sem qualquer ligação imediata com o consumo, exigia grande contingente de trabalhadores que se submetessem a trabalhar para outros, sem terem, eles mesmos, qualquer motivação pelo processo de produção (FERLINI, 2003, p. 24).

Segundo ela, existem duas explicações sobre o escravismo moderno, não as sendo excludentes. A primeira atribui sua origem à necessidade de limitar o acesso à terra, pois a existência de grandes quantidades de terras disponíveis levaria o escravismo a impedir a apropriação e ocupação por colonos que a desejassem povoá-la, o que levaria a economia a produzir em grande escala dentro dos padrões mercantilistas; na segunda, a escravidão levaria à criação de uma nova categoria de trabalhadores, dirigidos pelo capital mercantil, a proletarianização da mão-de-obra européia e o escravismo colonial garantiriam o lucro capitalista, com trabalhadores despossuídos dos meios de produção e saber técnico (FERLINI, 2003). Além disso, a organização da produção do açúcar é semelhante às organizações manufatureiras européias, correspondendo ambas à racionalidade do capital mercantil. Para Ferlini (2003), o sentido da necessidade de escravos estava na racionalização extensiva da produção. Quanto maior o número de cativos, maior seria a produção, o que excluiria do mercado os produtores não escravistas, pois a produção dependia de grandes extensões de terra para sua expansão, o que requeria mais mão-de-obra. Se compararmos com Fragoso e Florentino (2001) este ponto de vista é divergente, pois esses autores estavam muito mais preocupados com o tráfico negreiro.

É interessante destacarmos uma passagem da obra de Ferlini (2003, p. 33) que, mais uma vez, confronta as dos autores fluminenses, pois vemos: "... onde o escravismo se impôs, a apropriação de terras para outros fins e com outra forma de trabalho não era possível, e o colono branco esteve vinculado às determinações da produção mercantil e escravista."

Se levamos em consideração que Fragoso e Florentino (2001) destacam sobremaneira a produção interna, mesmo nas regiões escravistas, esta visão é completamente oposta. Outra passagem que deixa explícita a forma de Ferlini (2003, p. 35) encarar o processo colonial brasileiro diferente do apresentado por

Fragoso e Florentino (2001) é o fato da autora entender que o senhor de escravos estava inserido dentro de algo muito maior que era o “grande negócio colonial metropolitano.

Um ponto interessante a ser analisado é quanto à participação do Estado português na análise de Fragoso e Florentino (2001), pois, apesar de destacarem sua importância, os autores, talvez almejando iluminar o ponto principal de suas teses, ou seja, a importância do traficante de escravos, o deixaram desfocalizado. No entanto, seria interessante recordarmos que, apesar de todo o poder concedido pelo monarca aos seus súditos mais proeminentes – seja na metrópole ou na colônia – seus poderes sempre foram limitados pelos poderes reais.

O absolutismo articulou, contraditoriamente, elementos oriundos da antiga ordem feudal e as novas formas mercantis, fomentando a ambição dos que buscavam acumulação de riquezas... O Estado foi, nesse período, organizador das condições gerais de produção... a ele coube a extensão permanente de mercados e a criação de colônias. Para o Estado acionar esse processo, fez-se necessária a mobilização de recursos advindos do antigo circuito mercantil ou, o que não foi incomum, de financistas feudais. Neste sentido o Estado exerceu papel fundamental no processo de acumulação primitiva de capitais... Basta observarmos a legislação real do comércio e depois mais diretamente, da ocupação e exploração das terras para notarmos a preocupação em evitar a reativação das relações de caráter feudal. Os colonizadores muitas vezes buscaram usufruir rendimentos do tipo feudal. Os monarcas, todavia, obstaculizaram essas ambições, centralizando rigidamente poderes e taxações. Assim, desfrutar de certas rendas foi sempre concessão real, muitas vezes suspensa (FERLINI, 2003, p. 38-40).

Segundo Fragoso e Florentino (2001) o preço do escravo era relativamente baixo. No entanto, se analisarmos o seu preço durante o século XVII veremos que ele estaria longe de ser barato. Os preços do produto-rei sofreram, entre 1622 e 1634, forte baixa devido às guerras européias e ao aumento da produção brasileira. Entretanto, no mesmo período, na Bahia, o preço do escravo aumentou 55%, enquanto o do açúcar sofreu uma redução de 17%, ou seja, o poder aquisitivo e o grau de endividamento dos comerciantes foram bastante acentuados. Mesmo com a tendência de alta do açúcar a partir de 1635, o preço dos escravos permaneceu, percentualmente, mais alto (FERLINI, 2003). A partir de 1660, os preços do produto voltam a cair e atingiram seu pior momento entre

os decênios de 1670 e 1690, quando tiveram uma queda de 45%. Estas baixas levavam a sérios problemas monetários na colônia, além disso, caso os preços dos produtos coloniais não baixassem na mesma proporção que no mercado europeu, os mercadores, para manterem seus lucros, aumentavam os preços dos produtos dentro da colônia. Esse período de recessão econômica levou a uma escassez de mão-de-obra e a um esgotamento no tráfico com a região de Angola (FERLINI, 2003). A partir de 1690, o preço do açúcar volta a se recuperar e essa situação perdurara até 1710. Contudo, a concorrência mineira gerou um aumento generalizado nos preços, o que levou a uma redução ou mesmo uma total anulação da margem de lucro. Em 1711, o declínio na economia baiana era geral, não apenas na produção de açúcar, mas também nos gêneros de subsistência (FERLINI, 2003).

Segundo Ferlini (2003), o preço das terras produtoras de cana de açúcar era determinado dentre outros fatores pela distância do engenho, fertilidade do solo e proximidade dos rios. Para identificá-lo a autora partirá do excedente gerado pela lavoura e apropriado, como renda, pelo engenho. Como o senhor de engenho detinha o seu monopólio, os lavradores de cana ficavam a ele submetidos, o que permitia uma apropriação de parcela considerável sob renda da terra. As oscilações no preço do açúcar tornavam extremamente arriscada a sua produção. Nas fases prósperas, era necessária grande quantidade de matéria-prima, necessitando de um grande número de cativos. Os elevados gastos com a escravaria eram o principal fator de endividamento dos colonos. A oferta de crédito pelo engenho representava endividamento antecipado que assegurava os recursos necessários ao plantio e replantio da cana, compra de escravos, bois e instrumentos. Mesmo não cobrando juros desse adiantamento, os lucros obtidos por esses adiantamentos e intermediações de crédito eram substanciais.

Procurei apresentar os principais argumentos, da chamada Escola do Rio, de que o sentido da colonização brasileira seria, diferentemente da análise clássica, o mercado interno. A historiadora, Ferlini (2003), que não é da escola clássica, mas tem uma grande aproximação com esta linha de pensamento, como

podemos observar, apresenta pontos interessantes de convergência e divergência com Frago e Florentino (2001).

2.2 – O PROBLEMA DA MÃO-DE-OBRA

Agora será apresentado como era a situação do escravo e como foi introduzida a mão-de-obra livre no Brasil. Serão apresentadas as situações de algumas regiões para efeito comparativo. Deter-me-ei, principalmente, nas que produziam o produto rei: Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo.

Na segunda metade do século XIX, a situação econômica do Norte¹⁹ brasileiro era extremamente delicada devido à queda no preço e procura de seus principais produtos e, principalmente, existia entre a elite política-econômica da região a certeza de que a perda de dinamismo dar-se-ia pela remessa dos saldos provinciais e pela migração de escravos para as províncias cafeeiras. O sentimento que começava a tomar conta de alguns representantes dessa elite era a separação do Norte do resto do Brasil. Para uma boa parte, o governo seria indiferente aos problemas enfrentados pela região devido à queda nos preços do açúcar, algodão e aguardente, enquanto os produtos consumidos tinham seus preços em ascensão. Existia a preocupação de que o País pudesse se desmembrar, como ocorrera com a América espanhola, devido às reivindicações regionais. Evaldo Cabral de Mello (1999) ao estudar o período de 1871 a 1889 destaca três momentos críticos: a grande depressão, de 1873 a 1896, que afetou a economia mundial; a 'crise do norte', que praticamente eliminou o açúcar e o algodão nortista do mercado internacional; e a agonia do sistema monárquico.

Segundo Cabral de Mello (1999), entre 1830 e 1870, havia uma certa homogeneidade econômica entre as províncias, entretanto, para o período subsequente de 1870 a 1930, as discrepâncias começam a surgir numa velocidade cada vez maior. Os motivos que levaram a esta situação se iniciaram com a ascensão do café e a tornaram irreversível a partir da introdução da mão-de-obra assalariada européia, que foi incentivada no Sul e obstaculizada no Norte. Reivindicações declaradas de interesses regionais ou provinciais não eram vistas

¹⁹ Diferentemente das subdivisões territorial que conhecemos atualmente, do Império até a República Velha, o Brasil era dividido em Norte, que ia do Amazonas à Bahia, e Sul, do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul.

de forma honrosa. A primeira província a romper com esta forma de fazer política foi o Rio Grande do Sul que, até a década de 1870, era uma província marginalizada – assim como São Paulo – e que rompeu com essa tradição e obteve entre outros benefícios tarifa especial, ferrovias, verbas para construção do porto de Rio Grande, entre outros benefícios. Nas palavras de Cabral de Mello (199, p. 16), “os gaúchos anteciparam, muito mais do que seus colegas paulistas e mineiros, a mentalidade estadualista da República Velha... Donde a impressão que se dá muitas vezes à política gaúcha de constituir um corpo estranho no conjunto da política monárquica”.

A questão da mão-de-obra foi muito debatida durante o Império. Enquanto o Norte teve facilidade para incorporar a mão-de-obra livre em sua lavoura açucareira, através dos trabalhadores que viviam à margem do sistema escravista; a abolição teria representado um problema financeiro, político e emocional, mas não de mão-de-obra. Já o Sul teve que utilizar o elemento servil e sub utilizado em outras províncias em suas plantações de café. O elemento europeu só será contratado muito mais tarde pelos fazendeiros paulistas, que num primeiro momento, se dirigiram para os núcleos coloniais, formados à base da pequena propriedade nas províncias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O surto da borracha, na Amazônia, foi atendido pelos excedentes demográficos das faixas áridas e semi-áridas das províncias do norte, principalmente do Ceará (MELLO, 1999). A expansão dos cafezais levava a falta de braços, que era suprida pelo tráfico interprovincial. Num primeiro momento, as províncias do Norte tentaram evitar a sangria, contudo, a partir da década de 1870 essa atitude é revertida, pois a disponibilidade de mão-de-obra deixa de ser agudo, como o era nas províncias do Sul, e, pelo contrário, passa a ser uma fonte de recursos para os nortistas financiarem suas dificuldades econômicas. Contudo, como destaca Cabral de Mello (1999, p. 38-39), isso:

Não impediu que essa questão não assumisse um aspecto emocional ao simbolizar o declínio da grande lavoura, e, sobretudo a perda de substância relativa ao sul, numa lenta hemorragia mediante a qual uma parte da nação via-se sacrificada à prosperidade da outra.

A transferência de mão-de-obra do norte para o sul não era apenas uma questão de natureza econômica, mas também, política, devido ao desequilíbrio regional. Além do desequilíbrio econômico, o tráfico interprovincial deformou a estrutura regional da população escrava, segundo idade, sexo e eugenia. Os cafeicultores do sul preferiam os escravos jovens, vigorosos e do sexo masculino. O comércio inter-regional constituía fundamentalmente um negócio da praça do Rio de Janeiro (MELLO, 1999).

Segundo Cabral de Mello (1999) o tráfico interprovincial desagregou o sistema escravista brasileiro, liquidando o nosso passado colonial; e a imigração européia que introduziu o trabalho livre, inserindo a economia brasileira na nova divisão internacional do trabalho, introduzida pela Revolução industrial – que liberou mais de nove milhões de europeus para emigrarem para a América e Austrália, entre 1846 e 1875, devido à introdução de novas técnicas de produção. A imigração européia serviu para desequilibrar ainda mais a distribuição regional contando, inclusive, com a colaboração governamental que, diferentemente dos Estados Unidos e da Argentina, não deixou o assunto para a iniciativa privada, sendo decisivo para o estímulo dessa imigração às províncias do sul do país em detrimento das do norte, que receberam como justificativa o fator clima. O governo imperial tentou abandonar a política de subvencionar a imigração no início dos anos 1880, após sofrer inúmeras críticas e oposição, principalmente pelas províncias do norte, que, na verdade acabavam por subsidiar a imigração européia para o sul, mas foi vencido pela força das províncias meridionais (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo). Dessa vez, contudo, o maior beneficiário será São Paulo, que inverteu em seu favor o fluxo imigratório que se dirigia para as outras três províncias. Segundo Cabral de Mello (1999), os políticos do norte não souberam tirar proveito das rivalidades entre as províncias do sul, pois não existia entre os nortistas uma posição regional comum. Para tentar driblar a dificuldade do fazendeiro fluminense em atrair a mão-de-obra européia que preferia ir para São Paulo, devido ao melhores salários, o governo da província do Rio de Janeiro decidiu pela imigração chinesa, que não interessava à vizinha paulista. Para Cabral, a historiografia tradicional se calou para o caráter

discriminatório, em nível regional, da política de imigração e sobre a discriminação, em escala nacional, do trabalhador brasileiro, fosse livre ou liberto (MELLO, 1999). A imigração europeia segregou o trabalhador brasileiro – livre ou liberto – e dificultou, quando não os excluiu, o seu acesso ao mercado de trabalho precisamente dos setores mais dinâmicos da economia. Os cafeicultores paulistas se recusaram a aceitá-los sob outra forma que não fosse a do trabalho servil.

O governo imperial beneficiou o grande comércio do Rio de Janeiro e os fazendeiros de café do Vale do Paraíba ao adotar a política de centralização do crédito. Mais uma vez as lavouras de açúcar e algodão estabelecidas no norte se viram usurpadas. Isto porque, enquanto as províncias cafeeiras tinham uma taxa de juros cobradas pelos seus empréstimos da ordem de 10 a 12% ao ano, as nortistas pagavam entre 18 e 24% (MELLO, 1999).

Uma das maiores queixas das províncias nortistas estava relacionada ao segundo plano em que eram colocadas quando o assunto se referia as 'melhoras materiais', ou seja, as obras de infra-estrutura, principalmente em portos e ferrovias. Pernambuco não conseguiu, por exemplo, concretizar a ampliação e modernização de seu porto em Recife. Da mesma forma que a Bahia não teve a conclusão da ferrovia de Salvador a Juazeiro. Enquanto Pernambuco e Bahia se esforçavam junto ao Parlamento para conseguirem uma concessão de vinte léguas de estrada de ferro cada uma, o governo imperial concedia à província do Rio Grande do Sul 248 léguas de estrada de ferro, que ligaria Porto Alegre à fronteira argentina. As demais províncias nortistas não chegaram a receber um só quilômetro de ferrovia. Segundo Cabral de Mello (1999), as ferrovias deveriam servir de instrumento da emancipação territorial, desviando para as pequenas capitais o movimento comercial. Os partidários da provincialização condicionavam o progresso das províncias à conquista da sua autonomia frente aos grandes entrepostos e ao comércio direto com o exterior, contudo, nesse caso, os representantes do norte não podiam se queixar de discriminação por parte do governo imperial em relação às províncias sulinas, pois tanto o porto de Santos como o do Rio Grande apenas foram modernizados na República.

Outro aspecto a ser destacado se refere à questão dos impostos provinciais, que demonstrou não apenas a incapacidade do governo provincial como o ressentimento deixado, principalmente, nas grandes províncias nortistas. Os constantes déficits adquiridos por elas devido à recessão econômica mundial a partir de 1873 não receberam a devida atenção da administração central. A lei orçamentária foi instituída em 1835 e vigorou até o fim do Império, através dela quem detinha a maior fatia da arrecadação era o governo central e o poder de criar taxas por parte das províncias ficava subordinado à conveniência de não causar dano à imposição geral, ou seja, as províncias ficavam limitadas em sua competência pra tributar. Isso, contudo, era uma faca de dois gumes, pois sem ter os recursos suficientes a única saída era recorrer ao governo central. Com a recessão internacional a partir dos anos 1870, as províncias começaram a protestar contra os impostos. A grita era principalmente dos pernambucanos contra o Rio de Janeiro que, segundo eles, drenava toda a prosperidade gerada pelas províncias do norte. Com base no exercício financeiro de 1883-1884, em ambas as regiões existiam províncias superavitárias e deficitárias a diferença, entretanto, era que no sul apenas São Paulo e Rio de Janeiro produziam saldos positivos, ao passo que no norte o Tesouro geral dispunha de saldos vultosos nuns e modestos noutros. O resultado era que como um todo o norte era superavitário enquanto o sul deficitário. Outro foco de reclamação dos nortistas era sobre a tarifa externa especial que beneficiava a província do Rio Grande do Sul. A partir dessa tarifa, que vigorava desde 1878, os gaúchos pagavam menos do que as demais províncias, o pretexto era a redução do contrabando com a Argentina e o Uruguai (MELLO, 1999).

2.2.1 – RIO DE JANEIRO

Para Fragoso (1992), o Rio de Janeiro se constitui numa região privilegiada para estudo dos modelos da economia colonial, pois entre fins do século XVIII e primeira metade do século XIX a província apresenta todas as características de uma economia escravista colonial sublinhada por tais modelos, pois vejamos:

- a) a hegemonia do trabalho, reproduzido externamente via tráfico atlântico;
- b) a existência de grandes unidades agrícolas (plantation);
- c) a produção voltada para o mercado internacional, no caso, através do açúcar (FRAGOSO, 1992).

Dito isto o autor procura entender como se abastecia a plantation. Haveria a possibilidade dela ser abastecida via importação. Analisando a balança comercial entre 1796 a 1811 ele chega à conclusão de que isto seria válido para insumos manufaturados, mas não o seria para os ligados a dieta dos escravos e camadas populares (mandioca, charque e carne de porco), que eram produzidos pela própria Colônia. Alguns autores defendem que este conjunto de alimentos básicos seria produzido no interior da própria plantation. Contudo, segundo o inquérito agrícola realizado pelo Marquês de Lavradio em 1778, as principais áreas produtoras de açúcar²⁰ eram as que menos produziam alimentos. Dessa forma, a conclusão de Fragoso (1992), em relação ao abastecimento, é de que as áreas exportadoras eram caudatárias de regiões não-exportadoras.

É evidente, portanto, que a plantation fluminense não conformava uma autarquia...a agroexportação fluminense se valia não só de áreas abastecedoras dentro da própria Capitania, como Cabo Frio, mas também de áreas mais distantes, a exemplo do Rio Grande do Sul...assim sendo, ao lado da agroexportação, e mesmo servindo de seu

²⁰ Não sabemos exatamente a data exata da introdução por parte dos portugueses do açúcar em sua colônia americana. Existem informações de que em 1518 existia um engenho operando no Brasil. No entanto, a sua efetiva implantação ocorreu entre 1530 e 1540. Ele foi produzido em todo território, de São Vicente a Pernambuco. Quando já estava consolidado, mais ou menos, em 1570, a sua principal região produtora era o Nordeste. A capitania de Pernambuco era a principal produtora da colônia, em 1580, contava com 66 engenhos, a Bahia, segunda maior produtora, contava com 40 engenhos. As duas produziam aproximadamente $\frac{3}{4}$ de toda produção brasileira. A escravização dos índios nativos, numa primeira etapa serviu para fornecer mão-de-obra barata para o plantio e beneficiamento da cana. Isso possibilitou o acúmulo de recursos suficientes para que o dono de engenho se capitalizasse. A segunda fase, entre o final do século XVI e início do XVII, a mão-de-obra escrava indígena foi substituída pela africana.

pano de fundo, surgem áreas ligadas ao abastecimento da Colônia. Áreas cuja reprodução depende e simultaneamente gera um mercado interno na colônia (FRAGOSO, 1992, p. 86-91).

O autor defende a idéia de que ocorreu na colônia uma acumulação endógena devido à existência de um mercado doméstico e de segmentos produtivos voltados para ele. Dessa forma, seria possível a realização do sobre-trabalho dentro da própria economia colonial e, com isso, ela teria autonomia diante das flutuações externas. Essa autonomia é contrária ao que defende a historiografia tradicional, pois para esses autores a economia colonial estaria sujeita à total dependência externa, pois ela apenas se justificava para servir a sua metrópole. Essa reprodução endógena para o autor é realizada num mercado interno com traços não-capitalistas e, dessa forma, implica numa hegemonia de um capital mercantil, que para Fragoso (1992), seria realizado dentro da colônia, por uma elite colonial²¹, via apropriação do sobre-trabalho.

A maior parte do comércio, no final do século XVIII e início do XIX, era realizada através do porto do Rio de Janeiro²². Eram produtos que abasteciam o mercado interno e, além disso, segundo o autor, o capital mercantil ficava retido, em sua maior parte no mercado colonial, a influência desses mercadores se ampliava.

A justificativa que Fragoso (1992, p. 150-178) dá para o aumento dessa influência é o monopólio que este seletivo grupo teria. Vejamos:

[...] na principal praça mercantil do País, entre 1810 e 1840, mais de 50% da riqueza inventariada é retida por menos de 10% dos inventariados...a

²¹ Segundo Fragoso e Florentino, em *O Arcaísmo como projeto*, a primeira elite senhorial do Rio de Janeiro foi formada a partir da concessão de sesmarias, além de participarem de “guerras justas” e “resgates” de indígenas, o que lhes davam acesso a mão-de-obra barata. Além disso, essa elite fez-se a partir do controle de cargos políticos e administrativos e por meio de alianças políticas e matrimoniais, onde se apropriavam de uma parcela substancial da riqueza gerada em detrimento do restante da sociedade. Segundo os autores, essa elite se formou dentro de um “mercado imperfeito” – não regulado pela oferta e procura, mas por privilégios obtidos na esfera da política. Op. cit. pp.66.

²² Ao longo do segundo quartel do século XVIII, as receitas da alfândega do Rio de Janeiro tenderam a superar as dos outros dois portos mais importantes da América portuguesa (Salvador e Recife) e a partir do terceiro decênio, a cidade se transforma no principal centro comercial – no mais importante porto receptor de importações de outras partes do Ultramar e das reexportações de produtos europeus. Além disso, a partir de meados do século XVIII os negócios cariocas respondiam por parte significativa dos impostos ultramarinos, o que reforçaria o seu papel como principal centro mercantil do Ultramar. A partir de 1810, o comércio de africanos para o porto carioca só encontrava competidores de porte em Cuba, com as médias de desembarque no porto brasileiro superando os cubanos de duas a quatro vezes.

existência de um mercado restrito, baseado em uma frágil divisão social do trabalho e numa precária circulação de mercadorias (inclusive moedas) onde se verificam práticas monopolistas, especulativas e a usura, não é privilégio do circuito mercantil do Sudeste-Sul brasileiro. Tais traços são atinentes àquilo que normalmente se denomina de mercado pré-capitalista... as fortes variações conjunturais, em um mercado como o colonial, reforçam o caráter especulativo de seu empresário. Mais do que isso, aquelas flutuações coloniais irão acentuar também o monopólio. Isto é, são poucos os comerciantes que, talvez, possuam condições, independentemente das conjunturas, de se manter em um mesmo segmento mercantil... o fato de os comerciantes com mais consignações serem aqueles também mais estáveis no mercado nos insinua um outro problema: o monopólio...em termos de acumulações endógenas, esse fenômeno ganha maior peso se considerarmos produtos como o charque. Esse produto era um dos elementos básicos da dieta do escravo e somente quatro a cinco mercadores, em 1812 e 1817, controlavam ao redor de 20% das compras do Rio Grande do Sul (principal área produtora) para aquele porto (o Rio de Janeiro), que era o seu principal mercado comprador... temos o fenômeno da concentração mercantil e a constituição de um privilegiado grupo de mercadores. Este último além de concentrar grande volume de negócios em suas mãos, tinha uma maior estabilidade no tempo, o que lhe permitia executar práticas monopolistas.

Isto se referia ao monopólio do mercado interno. Entretanto, esses mesmos mercadores, segundo Fragoso (1992, p. 180-183), detinham também o monopólio do comércio de longa distância, ou seja, o do tráfico negreiro.

[...] se nos determos nas regiões de onde partiam seus negócios, notaremos que 43,8% das suas consignações provinham da África, Portugal e Oriente, ou seja, decorriam do comércio internacional...a rentabilidade do tráfico de escravos era dada fundamentalmente pelos índices de mortalidade durante a travessia oceânica, um fator de altíssimo risco... se pensarmos que o investimento inicial para a montagem de uma expedição negreira variava, então, entre 10 e 40 contos de réis, teremos que o acesso aos negócios negreiros era restrito a uma pequeníssima fração das comunidades mercantis coloniais...a existência, desse pequeno e abastado grupo de empresários talvez seja um dos melhores índices de uma química colonial que combina dois elementos estruturais: o caráter desigual da hierarquia econômico-social da Praça do Rio de Janeiro, onde através dos inventários post-mortem, menos de 10% da população pode concentrar até 50% da riqueza recenseada e a natureza não-capitalista do mercado colonial, com suas práticas monopolistas e especulativas... o fato de esses comerciantes serem residentes (no Rio de Janeiro) permite que a acumulação decorrente de seu comércio de longa distância seja absorvida pela economia colonial...passaremos a chamar o comerciante de longa distância colonial de comerciante de grosso trato, com o objetivo de distingui-los dos demais coloniais.

Fragoso (1992) traça todo esse percurso para concluir que eram os comerciantes de grosso²³ trato que comandavam a reprodução ampliada da economia, o que significa dizer que a acumulação mercantil, enquanto fenômeno estrutural, se desdobrava na produção. Os comerciantes eram de grosso trato, entre outras razões, por atuarem em diferentes ramos de negócios. Eram simultaneamente traficantes de homens e mercadorias, financistas, e também podiam ser fazendeiros. Como negociantes, suas fortunas foram acumuladas a partir do comércio interno e externo. Tendo por base capitais acumulados nestes dois mercados, eles (e/ou seus descendentes) se transformavam em senhores de homens e terras (fazendeiros). Deste modo, o capital mercantil não limitava sua ação à apropriação, via circulação, de parte do sobretrabalho gerado na produção. Aqui, o capital mercantil ia além: uma parcela de sua acumulação era reinvestida na produção.

Um outro aspecto destacado por Fragoso (1992) para que uma parte da renda ficasse retida na colônia é a cobrança de impostos²⁴, por parte de um particular. A coroa portuguesa havia autorizado que a cobrança de impostos poderia ser realizada pela iniciativa privada, dessa forma, os impostos passaram a ser cobrados pelos coloniais. Segundo o autor, os comerciantes coloniais ao diversificarem os seus negócios (comercializavam não apenas escravos, mas também produtos consumidos internamente), passaram a se confundir com uma prática monopolista.

O mesmo negociante, que diversifica os seus empreendimentos, tende em cada um deles, a exercer uma posição monopolista. Os monopólios existentes em cada segmento de mercado não geram uma variedade de elites mercantis; a realidade é outra. Se temos em conta os ramos-chaves da economia colonial, não encontramos uma multiplicidade de grupos monopolistas setoriais, mas sim, uma única elite, que possui uma posição de força nesses setores (FRAGOSO, 1992, p. 270).

²³ Ao lado de uma nobreza da terra, descendente dos conquistadores quinhentistas, consolidava-se um novo grupo: os comerciantes de grosso trato. Seu poder econômico era de tal monta que, em 1778, o Marquês de Lavradio relatava que a Coroa devia a esses comerciantes a astronômica quantia de cinco milhões de cruzados. Ao longo da segunda metade do século XVIII, esses comerciantes passaram a constituir a elite fluminense.

²⁴ Esta é uma das principais diferenças entre os comerciantes de Lisboa e os do Rio de Janeiro. Enquanto estes não arrematavam tantos contratos reais como os portugueses, por outro lado, eles controlavam a base de parte substantiva dos negócios que eram tributados pelos contratos ultramarinos.

A partir disso, segundo Fragoso (1992), a expansão da agroexportação ganha um novo sentido que é o de preservar a estrutura social interna da sociedade escravista-colonial. Daí que ela ocorra, em tese, como resultado de pressões internas à sociedade e não externas a ela.

[...] na economia pré-capitalista considerada, ao contrário de outras, o investimento produtivo do sobretrabalho e a subsequente reprodução ampliada formavam um fenômeno constante. Isto era comandado, outrossim, por aqueles que se situavam no topo da hierarquia econômica da sociedade escravista: os negociantes de grosso trato (FRAGOSO, 1992, p. 29).

Em *O Arcaísmo como Projeto*, Fragoso e Florentino (2001) chegam a conclusão de que como a rentabilidade do setor agrário era muito menor do que no comercial, o setor do mercado não-capitalista (as regiões produtoras para o mercado interno) levava os homens livres com pouco ou sem capital a investirem em atividades com baixa lucratividade, tornando-se um ciclo vicioso, ou seja, a pobreza e o aumento da desigualdade social se perpetuava. Segundo eles, a constituição da elite mercantil esteve diretamente relacionada à sua apropriação, pela esfera mercantil, no excedente gerado pela agricultura.

Grosso modo estas são as principais teses defendidas por Fragoso (1992) e pela maioria dos autores da Escola do Rio. Existe, contudo, uma vertente de cientistas sociais que, apesar de reconhecerem a importância de alguns pontos desenvolvidos por estes pensadores, questionam algumas de suas análises. Um desses estudos é *Economia escravista e preços de escravos em Minas Gerais: o caso de Sabará entre 1850 e 1887*, de Luiz P. Nogueiról (1997), que contradiz a tese de Fragoso (1992) sobre o monopólio dos homens de grossa aventura do Rio de Janeiro. Para ele, os preços dos escravos da comarca de Sabará acompanhavam os dos cativos fluminenses. Em 1880, véspera da assinatura da Lei Áurea, ocorreu uma queda nos preços, que foi atribuída a diminuição das expectativas de permanência do sistema escravocrata. Diferentemente dos do sul dos EUA, em que os donos de escravo tinham uma expectativa diferente dos brasileiros, pois neste país os preços se mantiveram ascendentes até a proximidade da Guerra de Secessão. O conflito estadunidense serviu de exemplo para os proprietários de escravos do Brasil. Se, como diz Fragoso (1992), existe

um monopólio, não deveria haver variações semelhantes nos preços desses escravos nas diversas regiões da colônia, o que segundo o estudo de Nogueeról, ocorre. Além disso, foram realizados outros estudos que confrontam a extensão das conclusões obtidas a períodos anteriores ao ocaso da dominação metropolitana, como o de Stuart Schwatz, *Somebodies and Nobodies in the Body Politic: Mentalities and Social Structures in Colonial Brazil*. Outros questionam a validade dos métodos estatísticos empregados para afirmar, por exemplo, que a independência dos ritmos de preços internos em relação aos europeus no início do século XIX, como Mercado Interno Colonial e Grau de Autonomia: Críticas às Propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino, de Eduardo Barros Mariutti, Luiz Paulo Ferreira Nogueeról e Mário Danieli Neto.

No estudo que Luna e Klein (2005) realizaram sobre a economia escravista de São Paulo eles constataram que, entre 1804 e 1829, o número de escravos na agricultura paulista teria aumentado em dois cativos, sendo que as fazendas agrícolas voltadas para a exportação é que teriam sido as responsáveis por este aumento. As fazendas de açúcar teriam dobrado o seu plantel, que passou a ser de 31 cativos por engenho em 1829, enquanto as fazendas de café atingiriam o número de 10 escravos por unidade. Por outro lado, as regiões que produziam para o consumo local ou interno e nas áreas pecuaristas houve uma relativa estabilidade no tamanho médio do plantel ao longo do tempo. Esses dados mostrariam que, diferentemente, do que acredita Fragoso, o setor voltado para a exportação permaneceria sendo o que moveria a economia colonial e não o direcionado ao mercado interno. Além disso, estava ocorrendo uma lenta, mas crescente concentração de escravos nas propriedades voltadas para a exportação. O índice de Gini para a distribuição dos cativos entre os escravistas aumentou não apenas na província de São Paulo como na de Minas Gerais (LUNA; KLEIN, 2005).

2.2.2 – BAHIA

Uma das obras mais marcantes sobre a escravidão no Brasil é Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre (1977). O livro se tornou um clássico das ciências sociais não apenas brasileira, mas também mundial. O maior problema de uma obra se tornar clássica é o fato de ser muito mais difícil contestá-la. Freyre (1977) destacou a forma como os colonizadores se adaptaram e integraram os escravos em seu meio (casa-grande). Esta imagem marcou a maior parte da população brasileira, como de uma boa parte da intelectualidade, em seu imaginário de que o Brasil era um país em que existia uma “democracia racial”. O início da desmistificação começou, nos anos 50 do século passado, com trabalhos de pesquisa entre outros de Florestan Fernandes, Roger Bastide, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso entre outros. Esses cientistas sociais realizaram estudos, principalmente, no sul do País, onde os escravos eram tidos como uma forma secundária de mão-de-obra. Com a busca incessante por fontes primárias, uma sólida base teórica e um bom número de dados, realizaram uma nova interpretação da escravidão. Mas como tudo no Brasil é feito aos extremos a partir desses novos trabalhos Freyre passou por um período de ostracismo e só voltou a ser resgatado nos anos 90, pois, apesar de todos os seus defeitos, sua análise da formação da sociedade açucareira ainda é de extrema importância, principalmente o seu estudo sobre as relações entre senhores e escravos no contexto familiar, mesmo que sua abordagem seja através da família patriarcal da casa grande e não com o núcleo familiar dos escravos.

A capitania baiana contava com condições geográficas favoráveis ao desenvolvimento da atividade açucareira. O solo de massapé e seu litoral tropical eram apropriados para o desenvolvimento dessa cultura. A sua principal região produtora, o Recôncavo, com índices pluviométricos e solos apropriados. Outra vantagem eram as condições de transporte e comunicação acessíveis e baratas para os proprietários de engenhos. A cidade de Salvador, que começou a ser construída em 1549, por Tomé de Sousa, tornou-se a capital da colônia até 1763, quando foi substituída pelo Rio de Janeiro.

Durante a implantação dos engenhos e no início da produção açucareira a mão-de-obra utilizada foi a indígena. A partir da capitalização por parte dos proprietários de engenho a substituição dessa mão-de-obra pela escrava africana foi se realizando paulatinamente durante, aproximadamente, cinqüenta anos. Conforme iam aumentando os recursos financeiros e o crédito se tornava disponível, os proprietários gradativamente adquiriam cativos africanos. O motivo dessa transferência de mão-de-obra não tem qualquer relação com argumentos de ordem racista, como muitos cientistas sociais quiseram demonstrar, mas com o que Schwartz (2005) definiu como existindo uma vantagem comparativa em relação à produtividade em termos de retornos sobre os investimentos entre os africanos e os indígenas, com vantagem para os primeiros. Em que pese o mesmo autor fazer uma ressalva de que estavam presentes, também, determinantes culturais e políticos envolvidos na questão.

A sociedade baiana se constituiu a partir da base escrava. No início do século XIX, um terço dos 500 mil habitantes da capitania eram escravos. A maioria dos cativos era de origem africana e a sua taxa de crescimento vegetativo era negativa, necessitando de uma constante importação de escravos da África. Existia uma preferência por parte dos senhores de engenho pelos cativos do sexo masculino. A população escrava baiana sempre foi composta de uma grande parcela de estrangeiros, possuindo em média 70% de africanos desde 1600 até o fim da era colonial. Um problema central da maior parte das regiões escravistas brasileira foi o reduzido número de nascimento nos engenhos. Além do grande desequilíbrio entre os sexos – existiam quase três homens para cada duas mulheres – ainda havia altas taxas de mortalidade infantil e baixas taxas de fecundidade. Segundo Schwartz (2005), os estudos historiográficos sobre a família escrava no Brasil, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos e nas Antilhas, são influenciados pelo ponto de vista de que a escravidão foi uma força destrutiva que impediu ou desorganizou a vida familiar dos cativos e contribuiu para uma série de desordens na era pós-escravidão. O principal representante desta posição seria o sociólogo Florestan Fernandes. A relação que se extrai dessas análises é que os escravos se comportam como agentes passivos ao

poder dos senhores. Schwartz (2005) discorda dessa posição, pois ela não leva em consideração a cultura dos escravos. Os cativos, na verdade, eram desencorajados, pelos senhores e pela Igreja, a casarem e formarem família. No entanto, como destaca Schwartz (2005), mesmo com todo poder dos senhores, os escravos tinham espaço para realizarem manobras e influenciarem na relação senhor-escravo, tais como bajular, barganhar ou se recusarem a cooperar. Estas estratégias levaram os senhores a fazer uma série de concessões aos escravos e, dessa forma, eles puderam criar suas famílias e formar redes de parentesco.

A principal região açucareira da Bahia era o Recôncavo. Schwartz (2005) o define como uma área em que ocorria, além da plantação de cana, o cultivo de vegetais de tipos europeus e americanos, como laranja, feijão, pimenta e mostarda. As melhores áreas eram destinadas à produção açucareira; se existissem outras culturas destinadas às exportações elas também poderiam ser cultivadas nessas terras. Às hortaliças e mandioca eram destinados os solos de qualidade inferior; ficando as de ainda pior qualidade como áreas de pastagem.

O único produto de exportação, além da cana, que conseguiu ganhar algum destaque foi o fumo, em que pese às tentativas da Coroa de encontrar outras culturas que tivessem uma atração por parte dos consumidores europeus. O fumo apresentava características diferentes em relação a sua organização econômica e social, pois podia ser cultivado em pequenas propriedades familiares. O seu beneficiamento era menos complexo e menos dispendioso em relação ao açúcar. Assim, produtores com pouco capital podiam ingressar nesse mercado. Apesar disso, não pode ser considerada uma “cultura do homem pobre”, pois era fortemente dependente do trabalho escravo (SCHWARTZ, 2005). A região açucareira era dependente do sertão, pois necessitava da carne bovina que este fornecia, além de bois para transporte e força motriz que os engenhos necessitavam. “Os grandes pecuaristas eram verdadeiramente senhores de homens e gados. Não eram raras as sesmarias de centenas de quilômetros quadrados, e o braço da justiça régia dificilmente ia além da costa...a dependência da indústria açucareira com relação ao gado do interior tornam-nas...essencial (SCHWARTZ, 2005, p. 89)”. Com as dificuldades enfrentadas pelo açúcar a partir

de meados do século XVII, o fumo, gradativamente, passou a ter importância na pauta de exportação baiana, que produzia aproximadamente 90% do fumo brasileiro.

Um aspecto que deve ser destacado e de mitos que foram criados se refere às grandes famílias proprietárias de engenhos. Como destaca Schwartz (2005, p. 93),

[...] Para cada família..., que construíram, sustentaram e conservaram suas propriedades e sua posição social, houve cinco ou dez que fracassaram ou gozaram de sucesso apenas momentâneo. Os engenhos mudavam de mãos rapidamente; uma má colheita, a chegada tardia de uma frota, uma guerra europeia podiam acarretar um desastre”.

Em 1818, 29% dos engenhos baianos pertenciam a vinte grandes famílias, ou seja, esse poder que elas detinham, aliado às obras de Gilberto Freyre, geraram um enganoso imaginário. A sociedade colonial brasileira foi moldada a partir de dois elementos da sociedade portuguesa: a possibilidade de mobilidade social (o senhor de engenho se tornar um fidalgo) e o desejo de conciliar e legitimar o “status” de nobre. Esse ideal de nobreza acabou por dominar a sociedade colonial. A forma tradicional de ascender à fidalguia era através da posse da terra, pois além de conferir prestígio, também era a forma mais segura de sustentar a vida de nobre (SCHWARTZ, 2005).

A conclusão de Schwartz (2005) é muito parecida com a de Fragoso no tocante aos comerciantes serem também proprietários de engenho. Ele considera que 1/3 dos engenhos do Recôncavo, em 1580, pertenciam aos comerciantes, que trocaram a atividade comercial pela produção de açúcar, com alguns continuando a exercer ambas simultaneamente.

Com a invasão holandesa na capitânia de Pernambuco, em 1630, e a conseqüente tomada da sua capital, Olinda, os pernambucanos, então maiores produtores de açúcar da província, perderam a hegemonia para a Bahia. Durante 24 anos, Pernambuco ficou sob domínio da Holanda. Houve uma grande destruição de canaviais e engenhos. A queda na produção elevou os preços internacionais do produto, beneficiando os produtores baianos. Quando os holandeses são definitivamente expulsos da capitania pernambucana, em 1654, a sua produção havia sido reduzida para apenas 10% do total brasileiro. A Bahia

aproveitou-se desse momento turbulento e tornou-se o principal produtor brasileiro, posição está que se manteria pelos próximos 150 anos. A incipiente produção de açúcar nas ilhas antilhanas no início do século XVII ganhou impulso a partir da alta do preço da mercadoria, a partir de 1633, e se intensificou com a expulsão dos holandeses. Segundo Schwartz (2005, p. 162), “entre 1650 e 1710, a quantidade de açúcar brasileiro nos mercados europeus diminuiu em cerca de 40%...Na década de 1630, aproximadamente 80% do açúcar vendido em Londres provinha do Brasil. Em 1670, essa participação caiu para 40% e, em 1690, para apenas 10%.

É interessante destacarmos que alguns dos aspectos que aconteciam na economia baiana no período colonial perduram até os dias de hoje. Dentre eles: problemas relacionados a transporte – a duração da temporada de colheita era parcialmente determinada pela capacidade de conduzir as canas e as caixas de açúcar, pois se evitava fazer o transporte nos meses chuvosos; a falta de estradas adequadas; o peso da caixa (esse problema perdurou durante todo o período); e a qualidade declarada do conteúdo (ocorreram constantes reclamações por parte dos exportadores sobre a falsificação de peso e qualidade). Estes dois últimos problemas geravam a desconfiança e a má reputação em relação ao açúcar brasileiro. Esta situação só foi solucionada em 1751, com a criação das mesas de inspeção nos principais portos brasileiros, com as medidas criadas pelo Marquês de Pombal. Outro aspecto que carregamos até nossos dias é sobre o não-cumprimento das leis quando o envolvido é uma pessoa que pertence à elite. Existe uma série de relatos sobre escravos espancados pelos seus senhores, que por regulamentações da Coroa deveriam ter sido punidos, e acabaram pôr não serem punidos pelas autoridades locais. As enormes taxas que o setor pagava e que não era revertido para solucionar, por exemplo, os problemas enfrentados acima, mas, pelo contrário, foram direcionados para o pagamento de dívidas diplomáticas e gastos de guerras da Coroa portuguesa.

Outro mito, que até os dias de hoje muitos cientistas sociais ainda acreditam, é com relação ao tamanho das unidades produtoras de açúcar. O número de escravos derivava do tipo de uso que se fazia da terra na região em

questão. Nas áreas dedicadas à agricultura de subsistência ou de produção para os mercados locais, o número de cativos era pequeno – quase $\frac{3}{4}$ dos senhores possuíam, em média menos de cinco escravos (dados de 1816-17). Já no Recôncavo – principal região produtora e que continha os maiores engenhos e o maior número de escravos – o tamanho mais comum dos engenhos era entre sessenta e cem escravos, contudo um grande número operava com vinte a sessenta escravos. A média era de 65 cativos por engenho, número bem abaixo do que acreditam alguns pensadores imaginavam. Mais de 80% dos engenhos possuíam entre 20 e cem escravos. Os grandes engenhos, com mais de 150 cativos, que se aproximam mais do imaginário popular, eram atípicos, correspondendo a 17% dos engenhos. No Recôncavo, a maioria dos proprietários possuía menos de quatro escravos e mais da metade dos cativos vivia em plantéis com menos de vinte indivíduos (SCHWARTZ, 2005).

Um dos principais elementos, senão o principal, eram os comerciantes. Segundo Schwartz (2005), além de transacionarem a cana de açúcar eles forneciam as instalações para o embarque das mercadorias, a organização da comercialização e concediam crédito para o estabelecimento e operação dos engenhos. Citando Engel Sluiter, afirma que $\frac{2}{3}$ do volume comercializado do açúcar brasileiro eram transportados por navios holandeses no século XVI. O crédito, nas palavras de Schwartz (2005) foi o que fundamentou a organização da economia açucareira no Brasil, segundo ele, o acesso ao crédito era mais importante que o dinheiro em caixa. Esses recursos eram provenientes dos holandeses e italianos, ou mesmo da metrópole.

Outro aspecto importante que Schwartz (2005) rompe, a partir de seu estudo, é que, diferentemente, de boa parte do que os historiadores imaginam o principal item nas despesas de capital, na Bahia, não era a mão-de-obra, mas a terra. Para esses historiadores, a terra era relativamente abundante e pouco valorizada. Ele chegou a essa conclusão a partir da análise de um conjunto de dez engenhos avaliados entre 1716 e 1816. Além disso, Schwartz (2005) destaca que muitos autores, entre os quais Celso Furtado, menosprezaram as ligações internas entre a economia açucareira e os demais setores, que foram

fundamentais para enfrentar os momentos de crise que este setor passava. Segundo ele, “os engenhos incentivavam a produção primária, consumiam matérias-primas e mão-de-obra especializada e sem especialização, além de fornecerem, em pequena escala, açúcar e seus subprodutos aos consumidores da própria colônia.” (SCHWARTZ, 2005, p. 205).

Ocorreram tentativas marginais de melhorar a técnica de produção do açúcar. No entanto, as suas técnicas básicas permaneceram praticamente inalteradas durante todo o período. No século XVI, o sistema adotado na colônia era o mais avançado sendo, inclusive, copiado pelos demais produtores. Ele só veio a ser substituído em meados do século XVIII, quando a economia açucareira estava perdendo espaço para os seus concorrentes, que ela passou a ser considerada tradicionalista e atrasada. Foram incentivadas novas invenções ou novas formas de produção, entretanto, a maior parte foi inócua. Schwartz (2005, p. 120) rebate as críticas de que a lavoura escrava era improdutivo: “... A escravidão na grande lavoura baiana não foi improdutivo, nem inerentemente antitética a técnicas inovadoras; todavia, como na Antiguidade clássica, forneceu uma matriz de atitudes e relações sociais com efeitos degradantes sobre toda a força de trabalho.” A maior parte dos senhores de engenho não plantava outro tipo de alimento nas terras em que produziam o açúcar. Este fato possibilitou desenvolver outras áreas próximas ao Recôncavo onde se desenvolveu a agricultura destinada ao abastecimento dos engenhos.

Diferentemente das demais economias açucareiras americanas, que era controlada pelos senhores de engenhos, no Brasil quem controlava a matéria-prima – cana-de-açúcar – e a mão-de-obra escrava eram os lavradores de cana. Esses lavradores pertenciam à elite colonial, numa escala hierárquica seriam classificados logo após os senhores de engenho. A sua importância derivava da posse da terra. Os que eram proprietários eram chamados de independentes, o que lhes permitia ter um maior poder de barganha sobre a moagem da cana com os senhores de engenho, que em períodos de queda na demanda necessitam enormemente desses agricultores, pois na moagem da cana a divisão era de 50% para o dono do engenho e 50% para o lavrador. Para o lavrador a independência

lhe conferia vantagens como o empréstimo de escravos ou bois, suprimento de lenha para o engenho e tratamento preferencial na programação da moagem. Já os que não dispunham de capital ou crédito para comprarem terras, acabavam por arrendar as terras dos engenhos. Esses não tinham qualquer base de negociação com o dono do engenho, pois, automaticamente, ficavam comprometidos a moerem sua cana no engenho do senhor ao qual ele havia arrendado a terra (SCHWARTZ, 2005).

Uma das teses pioneiras é a obra *Ser Escravo no Brasil*, escrita em 1982, por Kátia de Queirós Mattoso (1982). Na introdução dessa obra, o historiador Ciro Flamarion Cardoso (1988) ressalta a sua importância ao dizer que a autora associa um conhecimento da documentação e da história regional da Bahia, vinculando o regional, com uma visão estrutural o conjunto, além de abordar temas de pouca pesquisa entre os pesquisadores brasileiros (em especial o da alforria e o do liberto, em suas ligações com o escravismo em geral).

É interessante notar que nos séculos XVI e XVII a Bahia, com seu porto de Salvador, e Pernambuco, com o de Recife, são os principais centros importadores de escravos, que são indispensáveis ao desenvolvimento do interior açucareiro da colônia. Já a partir de meados do século XVIII esta primazia passará para o porto do Rio de Janeiro, a partir do período mineratório e depois com a ascensão da cafeicultura. Este é um dos aspectos em que ocorre divergência com a tese de Fragoso (1992), pois este autor e os demais autores da escola fluminense generalizam a primazia do porto carioca e de seus mercadores para todo o período colonial. Como mostra Mattoso (1982), apenas a partir do século XVIII o monarca português irá alterar os privilégios, que ele mesmo concedia, e irá permitir a formação de companhias sediadas no Brasil. Um outro aspecto que vai contra a hipótese de Fragoso (1992) e podemos detectar no texto de Mattoso (1982) é que “a partir de 1730 o estado português começa a recear que os baianos monopolizem o comércio de toda essa região (Guiné) e impõe a concessão de uma licença do Vice-rei da Bahia ou de Pernambuco a cada navio de partida para a costa africana.” (MATTOSO, 1982, p. 34).

Segundo Mattoso (1982, p. 54), “a descoberta de ouro na província de Minas Gerais criará uma nova demanda por mão-de-obra e triplicará o volume do tráfico. Calcula-se que 1.700.000 negros foram importados...ao que parece 2/3 tomam o rumo do interior e povoam as Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.” Este ponto destacado na obra da historiadora é importante, pois demonstra que diferentemente do que pensa Targa, a história do Rio Grande do Sul não é diferente do restante do Brasil. Ela pode ser diferente quando comparada com as áreas de plantation, mas a região acima citada nunca teve sua economia voltada para este tipo de atividade.

2.2.3 – MINAS GERAIS

A capitânia de Minas Gerais será a salvação portuguesa e colonial no último decênio do século XVII. A economia luso-brasileira que enfrentava, como vimos acima, uma estagnação com a diminuição acentuada do comércio açucareiro, entre 1693 e 1695, ganhará, novamente, destaque no cenário econômico internacional. Neste período foram descobertas grandes jazidas de ouro e prata no interior brasileiro – aproximadamente 300 quilômetros da costa do Rio de Janeiro. Um fluxo enorme de pessoas, brasileiros e/ou portugueses, dirigiram-se para aquela localidade. Em vinte anos, a corrida ao ouro, levou mais de 20 mil brancos e 80 mil escravos negros a trabalharem nas regiões mineiras. Foram enviadas, em 1701, 1090 quilogramas de ouro; em 1704, a quantidade ultrapassou 4 mil quilogramas. Esse afluxo populacional criou uma demanda por produtos manufaturados, alimentos, escravos, mulas. Esse aumento da demanda levou a uma inflação de preços de todos os produtos, inclusive dos escravos.

Segundo Laird Bergad a história de Minas Gerais apresenta duas singularidades em relação às demais regiões da colônia portuguesa:

- 1) provavelmente foi o único sistema escravagista latino-americano a fazer uma transição adequada de um sistema monocultor para exportação para uma economia diversificada e predominantemente voltada para o mercado interno;

- 2) a dinâmica do crescimento da população escrava foi impressionante durante o século XIX feita, em grande parte, através da reprodução natural, e não da importação de cativos africanos (BERGARD, 2004).

Como veremos nos capítulos subseqüentes, o economista Luiz Roberto Pecoits Targa procurará demonstrar que a estrutura social gaúcha alcançada em fins do século XIX era inédita quando comparada com as demais regiões brasileiras. “Essa estrutura social se multiplicou e aprofundou os laços já existentes entre a economia do Rio Grande do Sul e as cidades dos subsistemas agroexportadores do Brasil; e o Rio Grande do Sul tornou-se o único subsistema

brasileiro voltado para as trocas inter-regionais”. (TARGA, 1996, p. 26). Está afirmação é controversa, pois apesar do Rio Grande do Sul ter provavelmente o maior nível de produção e de comércio inter-regional existem estudos que demonstram que outras regiões também forneciam produtos para as regiões centrais. Fragoso (1992)²⁵ apresenta uma série de dados que demonstram que não apenas o Rio Grande do Sul realizava comércio com as demais regiões, como estas também o exerciam. Ou ainda, como coloca Nogueiról (2003, p. 75, 88 e 92):

Minas transformou-se e o mesmo ocorre com o Rio Grande do Sul que passa a independe daquela, reduzindo-se a importância das exportações de bestas e avultando as exportações de uma atividade econômica antes inexistente no território meridional: o charque. Nestes termos, passaram de complementares, no século XVIII, a, parcialmente, concorrentes, no século XIX: a segunda província fornece carne processada, ainda que rudimentarmente, e a primeira carne verde, dentre outras mercadorias, para o Rio de Janeiro...tanto para cavalos quanto para bois, confirma-se aquilo que a historiografia sempre apontou: a economia gaúcha tinha maior facilidade para a produção destes tipos de mercadoria, razão pela qual integra-se ao restante da América Portuguesa...um outro elemento a apontar para uma certa integração dos circuitos mercantis do Centro-Sul é a inflação verificada no período: tanto os preços dos bois quanto os dos cavalos...as elevadas correlações de preços praticados em duas localidades (Sabará e Porto Alegre) tão distantes uma da outra, no Império, indicam uma certa integração econômica que não se deve desprezar, pois apontam para os limites da atuação do capital mercantil carioca.

Para corroborar este ponto de vista, Bergard (2004), citando um trabalho de Clotilde Paiva (População e economia nas Minas Gerais do século XIX), que criou uma série de mapas representando as atividades econômicas regionais no início do decênio de 1830, a economia mineira era movimentada pelo comércio exportador do Rio de Janeiro. A diversificação de produtos era outro aspecto importante: tabaco, queijo, carne, toucinho, café e couro (sul de Minas); algodão (Minas Novas e Pitangui); salitre (norte); ouro e diamantes (corredor central de norte a sul); pequenos engenhos de açúcar (em toda província). A partir dos rendimentos provenientes dos impostos recolhidos em Minas Gerais entre 1850 e

²⁵ “... a rede regional, a inter-regional que abasteciam a Capitania do Rio de Janeiro em 1791. Por ela se verifica que a agroexportação fluminense se valia não só das áreas abastecedoras dentro da própria Capitania, como Cabo Frio, mas também de áreas mais distantes, a exemplo do Rio Grande do Sul... A estas regiões mais próximas ao Rio de Janeiro agregam-se outras, voltadas particularmente para o comércio de produtos da pecuária (a exemplo de bovinos, suínos e muaras), como Minas Gerais, São Paulo e as regiões do Sul e do Centro-Oeste. Cf. João Luís Ribeiro Fragoso, *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, Rio de Janeiro, 1992, Página 86.

1860, o autor mostra que os valores absolutos das taxas eram semelhantes nas áreas cafeeiras do sul e do centro da província, o que mostra que as diferentes economias regionais se desenvolviam mais ou menos no mesmo ritmo, independentemente do produto ou para onde estivessem destinadas (mercado interno ou externo). A capitânia de Minas Gerais estava entre as mais diversificadas da colônia, sendo que o setor externo contribuiu para inserir vastas áreas periféricas no mapa econômico brasileiro, além das regiões que passaram a fornecer produtos para o mercado interno.

A estrutura fundiária era, mais ou menos, uniforme, ou seja, extremamente concentrada, apesar de suas estruturas sócio-econômicas serem completamente distintas de uma região para outra, todas apresentavam acesso restrito posse da terra. As propriedades que tinham menos de vinte alqueires mineiros – equivalente a 4,8ha – perfaziam 54,2% e ocupavam 6,2% área total. Por outro lado, as grandes propriedades, com mais de mil alqueires eram 6,4% das propriedades e detinham 48,9% da terra (BERGARD, 2004). Um dos fatores dessa acentuada concentração foi o desenvolvimento da pecuária, que exigia grandes áreas de terra. Apesar da escravidão ser utilizada em todas as áreas e setores econômicos, a mão-de-obra predominante, no decênio de 1850, era a livre. Não existe documentação específica sobre o impacto que a abolição dos escravos causou nas indústrias mineira. O setor que mais sofreu o impacto da libertação foi a áreas das comarcas do sul, que produziam café. No entanto, Bergad destaca que a partir de 1870 a produção cafeeira aumentou sistematicamente, o que prova que a transição para o trabalho livre nas fazendas de cafés mineiras foi empreendida com sucesso. Isso ocorreu mesmo após a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, em que o presidente da província pediu aos proprietários para que se espelhassem no exemplo de São Paulo e passassem a introduzir a mão-de-obra europeia. No entanto, não houve qualquer tipo de subsídio à imigração, como ocorreu na província paulista. Os imigrantes europeus tiveram pouca influência na mão-de-obra mineira antes ou depois da abolição da escravatura. Minas era a província que detinha maior número de escravos em todo País e a abolição se completou sem que ocorresse qualquer

tipo de imigração de fora, o que levou Bergad a concluir que “os antigos escravos muito provavelmente tenham sido bem integrados à força de trabalho depois da abolição.” (BERGARD, 2004, p. 125)

Estudos mostram que a população escrava cresceu durante do o século XIX. A grande discussão que foi travada, a partir dos anos 80 do século passado, é se o aumento ocorreu através do tráfico negreiro ou pela reprodução natural ou ainda por uma combinação dos dois fatores? Analisando a relação entre o número de homens e o número de mulheres – quando o sexo masculino predomina em uma população, isto geralmente é consequência de imigração forçada ou voluntária. Se a relação entre homem e mulher se aproxima de 100 (cem homens a cada cem mulheres), provavelmente essa população tem um aumento natural. A partir do momento em que a extração de ouro e diamante ficou num plano secundário e Minas deixou de atrair imigrantes a razão entre os sexos, que no auge da mineração era francamente desproporcional em favor do masculino, a razão relativa aos sexos começou a se aproximar de 100.

Com os escravos ocorreu algo semelhante com o comércio escravagista em direção a Minas praticamente e encerrando entre 1786 e 1808. A conclusão que Bergad chega é que “o número de escravos entre 1808 e 1821 resultou amplamente reprodução natural. Se a expansão fosse consequência de um renovado comércio escravagista para Minas, haveria um aumento evidente na razão de homens para mulheres.” (BERGARD, 2004, p. 174). Bergard faz uma comparação entre a porcentagem sobre a proveniência de escravos entre Cuba e Minas Gerais. Entre 1790 e 1880, havia em Cuba 52% nascidos na própria Ilha, ante 48% nascidos na África; enquanto em Minas, 67% era nascido no Brasil, ante 33% provenientes do continente africano. A conclusão do brazilianista seria de que se a população escrava da província mineira houvesse recebido um grande número de escravos, a porcentagem relativa de escravos nascidos no Brasil e na África seria compatível com Cuba. Outro aspecto que ele destaca para comprovar sua teoria é quanto as porcentagens relativa por sexo em cada região mineira, entre 1715 e 1888, que apesar de apresentarem uma preponderância masculina com o decorrer dos anos ocorreu um aumento relativo mulheres, o que reforçaria

a proporção da relação homem/mulher se aproximar de 100. Outro indicador seria, apesar de haver mais homens adultos, um número maior de crianças em relação às mulheres em idade de parir – isto indica um elevado índice de fertilidade (em 1820 a razão de crianças abaixo de 10 anos era de 1482 para cada mil mulheres entre 15 e 45 anos)²⁶.

Com o término do período áureo da mineração, por volta de 1760, a agricultura, a pecuária e o artesanato passaram a se tornar as atividades econômicas dominantes, mesmo sem a mineração ter desaparecido completamente. Segundo Bergard (2004), a economia colonial voltou a crescer a partir do início do século XIX, fundamentada no abastecimento dos mercados urbanos internos, principalmente a cidade do Rio de Janeiro. Este argumento termina por concordar com a tese defendida por Fragoso sobre a importância do mercado interno. A partir da Independência, em 1822, algumas companhias estrangeiras se estabeleceram na região; a indústria têxtil ensaiou seus primeiros passos, o café começou a ser produzido no sudeste da capitania, enquanto a agropecuária se difundia. A mão-de-obra utilizada em todas essas atividades era a escrava. Bergard critica os pesquisadores brasileiros por não terem identificado essas transformações, criando-se generalizações amplas, sem fundamento. Adotaram-se a idéia da completa decadência a partir do término do período de abundância da mineração. Estas teorias começaram a sofrer um processo de revisão a partir dos anos 70 do século passado. Análises quantitativas passaram a serem utilizadas no estudo da escravidão, se concentrando na demografia histórica de Minas Gerais. Vidal Luna e Iraci Costa comprovaram que houve uma expansão natural da população escrava. Outros estudos mostraram que entre 1819 e 1872 a população escrava em Minas aumentou de 168.500 para 370.000 cativos. Esse crescimento, segundo conclusão dos autores Amílcar Martins Filho e Roberto B. Martins, ocorreu por causa da crescente demanda por mão-de-obra da economia agropecuária interna (BERGARD, 2004).

²⁶ Para efeito de comparação, em São Paulo havia 560 crianças com menos de 10 anos para cada mil mulheres com idade entre 5 e 49 anos, em 1829; e na Bahia a proporção era de 597 crianças com menos de nove anos para mil mulheres entre 15 e 45 anos, em 1788. BERGARD, Laird W. Op. cit. pp. 206 e seguintes.

A contração econômica do final do século XVIII levou a uma transferência de mão-de-obra escrava das antigas regiões mineradoras para as áreas fronteiriças da capitânia. As regiões sul e sudoeste cresciam mais depressa que as outras e a agropecuária se concentrava, principalmente, na região de Rio das Mortes (BERGARD, 2004).

No início do século XVIII, os mercados de produtos alimentícios, segundo Bergard (2004), eram muito lucrativos, o que levou ao estabelecimento de muitas fazendas com produção diversificada e também criação de animais. A associação da mineração e comercialização de produtos pecuários possibilitou o acúmulo de capital por parte de homens de negócios. Os produtos agrícolas mais comuns eram os alimentos básicos tais como: milho, mandioca, feijão e arroz. Esta produção diversificada transformou Minas numa província relativamente auto-suficiente, o que fez com que o golpe sentido pela decadência da mineração fosse melhor absorvido. No final do século XVIII, começaram a se desenvolver lavouras de algodão, tabaco e café.

A produção de algodão serviu para abastecer um pequeno setor manufatureiro em torno de uma indústria caseira. Esses pequenos produtores caseiros seriam os precursores das empresas têxteis fundadas no século XIX com capital nacional. Outro setor que começou a aparecer foi a produção de ferro. No ano de 1818-19, as exportações mineiras estavam distribuídas da seguinte forma: setor pastoril (44%), algodão bruto e produtos têxteis (26,5%), ouro e diamantes (21%), produtos agrícolas (7,5%) e outras mercadorias (1%) (BERGARD, 2004).

A tese de doutoramento de Roberto Borges Martins, defendida em 1980 na Vanderbilt University, assim como em Fragoso, parece discordar do modelo de Celso Furtado de que ocorreu uma exportação de escravos da região mineira para o setor cafeeiro.

[...] A corrida do ouro e aos diamantes diminui após 1760. A mão-de-obra escrava é atraída principalmente para o litoral, onde a produção açucareira passa por um novo impulso, com períodos gloriosos como o que vai de 1787 a 1817-20, e até conquista novos campos na capitania de São Paulo. Além disso, outros cultivos, como os da lavoura de subsistência, aumentam ainda mais as necessidades de mão-de-obra escrava, da qual o Brasil não consegue se privar (FURTADO, 1977, p. 54).

Para Martins (apud NOGUEROL, 1997), o comportamento da população cativa mineira entre 1808 a 1873 não sofre redução, como o modelo tradicional defende. Em 1808, estimava-se que esta população contava com 148.772 escravos; em 1873, ela contava com 381.893. Um segundo ponto refutado, refere-se exatamente à ocupação dos escravos mineiros, que não se deslocaram para as regiões do café. Frágoso (1992, p. 105) segue essa mesma linha, “...o definhamento das atividades mineradoras, na segunda metade do século XVIII, ao contrário do que pensava Celso Furtado, não ocasionou ‘uma rápida e geral decadência’ para economia da Capitania. E muito menos tal Capitania ‘involuiu’ para uma economia de subsistência à margem da atividade mercantil.”

Em cada região da vasta colônia brasileira os escravos manterão relações que os obriga ao trabalho de formas muito diversas. Na região mineira ele poderá ascender socialmente e tornar-se livre, pois trabalha numa sociedade mais aberta do que a das zonas agrícolas. Já no Rio Grande do Sul a situação é bem diversa.

[...] O senhor proprietário de rebanhos de gado, leva a mesma vida nômade do escravo que o ajuda a pastorear os bois. Essa sociedade rústica dos vastos sertões brasileiros é muito pouca hierarquizada devido ao reduzido número de escravos empregado no pastoreio, à rudeza do tipo de vida dos senhores, e ainda a presença de brancos pobres, os peões, aventureiros de todos os bordos. Terras de nômades, de relativa liberdade, também para o escravo, que sofre as mesmas restrições impostas a todos os indivíduos nesse meio austero. No século XIX, porém, quando se estabelecem no Rio Grande do Sul as grandes charqueadas para a salga de carne seca, parte da população de pecuaristas se estabilizará em torno dos núcleos recentes. Essas novas sociedades esclerosam-se imediatamente, tomando como seu modelo a sociedade agrária patriarcal e patrimonial: o número de escravos aumentará, ao tempo em que se reduzirão as suas possibilidades de subir na escala social e se farão mais rígidos os controles (MATTOSO, 1982, p. 109).

Francisco Vidal Luna (apud SCHWARTZ, 2005, p. 368), analisando os dados de registros locais de impostos e de censos populacionais de cinco regiões de Minas Gerais, entre 1718 e 1804, concluiu que o tamanho médio de um plantel variou entre 3,7 e 6,5 escravos dependendo da época e local. Estes números demonstram que o plantel médio era pequeno e menos concentrado do que nas grandes regiões produtoras de açúcar para exportação. Minas era uma economia escravista e de “pequena propriedade.”

Mesmo com todas as transformações sociais e econômicas geradas pela mineração em nenhum momento ela ou qualquer outro produto, entre 1600 e 1800, superou o valor das exportações do açúcar. Como observa Schwartz (2005, p. 169), “apesar de uma tendência na historiografia brasileira de apresentar um ciclo do açúcar seguido por um ciclo do ouro, mesmo no auge do período aurífero a renda proveniente do açúcar foi sempre maior que a do ouro ou a de qualquer outro produto.” Esta observação é compartilhada por outros pesquisadores como, por exemplo, Celso Furtado (1977).

2.2.4 – PERNAMBUCO

Nos últimos vinte e cinco anos do século XIX, o processo produtivo do norte agrário passou por um processo de “modernização”, com o bangüê (fundado na integração agrícola, de cultivo de cana, e da fabril, de manufatura do açúcar) sendo substituído pelo engenho central, que os dissociou para promover a especialização, em que ele ficaria com a manufatura do açúcar e deixaria o cultivo da cana para o engenho que seria o fornecedor de matéria-prima. Numa etapa posterior, a usina voltaria a fazer as duas etapas produtivas numa unidade de maior capacidade e eficiência.

Para Cabral de Mello (1999), a política dos engenhos centrais teria sido imposta autoritariamente pelas autoridades centrais para beneficiar os capitais externos e da pressão do grupo de ‘melhoramentos materiais’ sediados no Rio de Janeiro, que obtinham altos lucros através da intermediação da intermediação e venda de concessões governamentais. Da forma que dar-se-ia o desenvolvimento dos engenhos centrais haveria uma desnacionalização da agroindústria açucareira com os lucros se dirigindo à indivíduos completamente estranhos à lavoura, além das remessas de lucros para o exterior.

Para a açucarocracia pernambucana a modernização tecnológica feita através de investimentos estrangeiros a inferiorizou como classe. Ela deixou de ter o peso econômico que teve durante quase trezentos anos para se tornar mera fornecedora de cana de açúcar aos capitalistas estrangeiros. Não deixará, entretanto, de fazer oposição aos engenhos centrais e obterá seu triunfo durante os anos 1890 (MELLO, 1999). Os próprios agricultores tinham consciência de que a situação havia chegado neste ponto não apenas pela falta de recursos financeiros, mas também pela completa falta de espírito de colaboração. O governo ao determinar a separação das etapas e ao entregar a mais rentável os investidores externos deixou, por outro lado, a fase agrícola no mais completo abandono. Contudo, por volta de 1881, ainda não havia um único engenho central em operação em todo Império. Mesmo com todas as vantagens oferecidas pelo governo às empresas estrangeiras, nenhuma havia se sentido atraída a fazer as

inversões necessárias, mais concessões foram, então, feitas. O resultado final, como se previra foi decepcionante, após negociações brasileiras e abusos ingleses, o desempenho das empresas britânicas foi desanimador, caracterizando-se pela incompetência e pela motivação especulativa (MELLO, 1999).

A praça do Recife foi até o final dos anos 1860 a principal área de entreposto comercial do norte brasileiro, posição que já vinha desde o período colonial. No entanto, já na década de 1870, o declínio pernambucano já era sentido, pois algumas das principais províncias do norte, que antes enviavam sua produção para Pernambuco e compravam de Recife os produtos que consumiam, passaram a comerciar diretamente com a Europa (MELLO, 1999).

2.2.5 – SÃO PAULO

Nos primeiros séculos da colonização portuguesa na América, São Paulo era uma capitania isolada na região de fronteira com a América espanhola, marginal e de uma economia de subsistência dentro de uma colônia de economia agrícola exportadora baseada na mão-de-obra escrava. Nas palavras de Luna e Klein (2005, p. 25):

Provavelmente em nenhuma outra região das Américas escravos índios e trabalhadores livres, fossem índios ou mestiços, integraram-se tão plenamente em um regime colonial dominado por brancos...Isto conferiu à sociedade local um singular aspecto mestiço e criou uma população fronteiriça célebre por suas proezas militares, habilidade exploradora e extraordinária mobilidade, que conduziu os paulistas a todo o oeste da América do Sul, do Amazonas ao rio da Prata.

A escassez de mão-de-obra fez com que os paulistas penetrassem no interior do continente, inclusive atacando, em 1629, as missões jesuítas instaladas no território espanhol, na região do Rio da Prata. O tráfico indígena foi importante para a economia paulista.

No final do século XVII um novo horizonte irá apresentar-se para os seus habitantes através das descobertas de metais preciosos em Minas Gerais, feito este, realizado por exploradores paulistas. A população mineira cresceu rapidamente e São Paulo tornou-se fornecedor de gêneros alimentícios para a capitania mineira, o que motivou a sua expansão doméstica. Somado a isso estava a criação e comércio de gado, com Sorocaba se tornando, desde meados do século XVIII, com suas famosas feiras, o grande centro de venda e distribuição de mulas e cavalos procedentes do Sul do país. Contudo, este desenvolvimento sofrerá um declínio quando, em 1730, abre-se uma nova rota comercial, mais curta, ligando o Rio de Janeiro às áreas mineradoras²⁷. Isso, aliado à expansão

²⁷ Está nova rota foi tão impactante que a Coroa portuguesa transferiu, em 1763, a capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro. Para a capitania paulista, o complexo Minas Gerais-Rio de Janeiro, além de gerar estragos econômicos fez com que ela perdesse a sua autonomia administrativa por 17 anos, a partir de 1748, ficando subordinada ao Rio de Janeiro. A região só retomou a autonomia com a decadência da economia mineira pós-1750, quando a Coroa decidiu estimular a produção agrícola e passou a ter interesse na região meridional em direção ao Rio da Prata. Como São Paulo era a região de fronteira no sul mais povoada e com maior capacidade militar necessária à expansão, a Coroa decidiu pelo retorno à autonomia, em 1768. Foram feitos investimentos por parte da administração portuguesa, tais como: melhora nas estradas em toda a província o que fez baixar os custos com transporte e garantiu o uso de mulas. Além disso, foram realizados

das atividades agrícolas nas Gerais reduziram a demanda pelos produtos paulistas.

Na metade do século XVIII, o Rio de Janeiro torna-se um dos principais exportadores de açúcar da colônia. A proximidade entre as duas capitânias irá beneficiar a São Paulo, pois as suas ricas terras ainda não exploradas tornaram-se uma extensão da expansão fluminense, principalmente a região do Vale do Paraíba, onde apareceram as primeiras fazendas de açúcar e café, com mão-de-obra escrava africana. Outra importante região, com solos ainda melhores – o Oeste paulista – onde se iniciou o plantio de açúcar quase simultaneamente ao Vale do Paraíba. Estas duas áreas, como pode ser observado, eram voltadas ao setor externo da economia colonial. Entretanto, como já havia sido colocado anteriormente, os paulistas abasteciam o mercado de Minas Gerais, ou seja, existia uma variedade de outros produtos que a capitânia produzia. Diferentemente do que ocorria nas demais capitanias – a produção de gêneros alimentícios produzidos para consumo de escravos. Em São Paulo, essa produção excedia amplamente a sua necessidade local que era negociada no mercado pelos fazendeiros.

Com a ascensão da economia açucareira os fazendeiros, paulatinamente, passaram a substituir a mão-de-obra indígena pela africana. Esta mudança acarretará numa transformação demográfica, social e cultural. Além disso, aumentou a capacidade de importação de cativos africanos resolvendo o constante problema da falta de braços indígenas. A transformação de São Paulo de zona de fronteira e capitania pobre para uma economia de sociedade agrícola e comercial baseada na grande lavoura para exportação foi gerada pelo açúcar. Contudo, devemos salientar que esta região, diferentemente das tradicionais áreas produtoras (Nordeste e Rio de Janeiro), iniciou seu processo de produção como uma economia pequena e tecnologicamente atrasada voltada para o suprimento de suas necessidades locais. A produção nessas propriedades não era voltada exclusivamente para o açúcar, mas, também, eram produzidas outras

gastos com as guerras contra os espanhóis, onde a população e a capitania envolveram-se em quase um século de esforços de guerra. A maior parte dos soldados e suprimentos de guerra vieram de São Paulo.

culturas²⁸. Apenas, a partir da metade do século XIX, com as grandes lavouras de café é que essas culturas foram desalojadas. Luna e Klein (2005) fazem uma comparação entre São Paulo, Nordeste e Rio de Janeiro: os engenhos baianos eram maiores, com número médio de sessenta escravos, com um terço dos cativos residindo em engenhos com mais de cem escravos; no Rio de Janeiro, os engenhos possuíam em média 36 escravos, com um terço de seus cativos residindo em unidades com cem ou mais escravos; em São Paulo os engenhos eram menores em relação ao padrão verificado nas outras regiões, com média de 31 escravos.

A partir do decênio de 1830, o café²⁹ começa se tornar um importante produto da economia paulista, mas ainda não tinha a força que passaria a ter duas décadas depois. O seu padrão de desenvolvimento dar-se-ia de forma semelhante à agricultura canavieira: grande extensão de terra, voltada para o mercado externo, com mão-de-obra escrava africana. Contudo, diferentemente da cana-de-açúcar, que levava 18 meses entre o plantio e a primeira colheita, no café o seu período de maturação era de quatro a cinco anos. Como a província paulista tinha uma universalidade de produtos de gêneros alimentícios, foi importante para que os cafeicultores tivessem fontes de renda alternativas para se manterem até o início da primeira colheita. Como exemplo, podemos citar que as zonas cafeeiras se destacaram como as maiores produtoras de milho de São Paulo. O caráter misto dessas fazendas, no início de sua produção, e os baixos custos de beneficiamento, compra e plantio do produto permitiram a participação de um número muito maior de pequenos agricultores. Contudo, a partir de 1850, as grandes extensões de terras e numerosa escravaria mudou grandemente o perfil de seus produtores. No início dos anos 1830, o café supera o açúcar em valor

²⁸ Nessas unidades açucareiras, além da cana, plantavam-se: milho, feijão, arroz, tabaco, café, algodão e mamona. Além disso, produziam aguardente e toucinho.

²⁹ Em BRUNO, Ernani Silva, *Café e Negro*, São Paulo, Atalanta, 2005. Segundo o autor, o café foi introduzido na colônia na metade do século XVIII. No Rio de Janeiro os primeiros pés de café foram plantados entre 1760 e 1768 trazidos do Maranhão ou do Pará. A cultura começou a se expandir e atingiu as regiões de Minas Gerais e São Paulo. Na capitania paulista o café foi introduzido durante as duas últimas décadas do período setentista, no sul e sudoeste paulista. No começo do século XIX, as lavouras mais importantes de café em São Paulo eram as do litoral norte e Vale do Paraíba. A penetração no Oeste da província – região que seria a mais importante do País a partir da metade do século XIX – ocorreu no final do primeiro decênio do século XIX.

total das exportações brasileiras e era responsável por metade do valor exportado total. Contudo, em 1836, uma parcela grande de fazendas não tinham cativos produzindo café. Para efeitos de comparação, as unidades produtoras de açúcar tinham em média trinta escravos enquanto as fazendas de café tinham, em média, dez cativos. Mas em 1854 a situação havia se alterado completamente, com cerca de 54 mil escravos, distribuídos em 2.600 fazendas, e média por unidade de 21 cativos, contudo a região mais importante ainda era o Vale do Paraíba (LUNA; KLEIN, 2005).

A província de São Paulo apresentou um diferencial importante quando comparado com as demais regiões brasileiras que foi a percentagem elevada de cativos casados. A Igreja apoiava formalmente, desde 1720, o direito de casamento de escravos com escravos ou de escravos com pessoas livres, além de procurar convencer os senhores de impedir estas uniões. O número de matrimônios registrados em São Paulo supera não apenas as uniões do resto do Brasil como também nas Américas (LUNA; KLEIN, 2005). Outro aspecto a ser destacado é quanto ao número de ex-escravos existentes no Brasil, que no início do século XIX possuía a maior população negra de todas as sociedades americanas. Em 1872, existiam 4,2 milhões de negros livres ante uma população de 1,5 milhão de escravos. Minas Gerais foi a província com o maior número de escravos libertos. Mas este aspecto não queria demonstrar que a sociedade brasileira fosse menos racista que as demais similares americanas. A elite branca brasileira discriminou de várias maneiras os negros livres, mesmo concedendo um elevado nível de alforrias (LUNA; KLEIN, 2005).

A chegada da ferrovia, em 1870, no Oeste paulista fortaleceu a produção de café nesta região. A lucratividade da região era elevada o que fez que em 1872 existisse na província paulista 157 mil escravos, a terceira maior do Império. Com o fim do tráfico de escravos em 1850, os cafeicultores começaram as primeiras experiências com mão-de-obra livre européia, Como os resultados não foram os esperados, o trabalho escravo perdurou até a libertação dos escravos. Com a demanda pelo produto crescendo e os preços em ascensão possibilitaram aos cafeicultores paulistas substituírem sua força de trabalho escrava pela mão-de-

obra européia (principalmente italianos, espanhóis e japoneses) (LUNA; KLEIN, 2005).

Como vimos anteriormente, a economia paulista era diversificada e a monocultura só irá se consolidar com o período áureo do café, que começa a partir da segunda década do século XIX e se torna o produto-rei a partir de 1850, coincidentemente o ano em que foi abolido o tráfico de escravos para o Brasil. Segundo Luna e Klein (2005), não foi a inovação tecnológica a força motriz que deu dinamismo ao crescimento da agricultura paulista. A explicação estaria na abertura de terras virgens exploradas através da mão-de-obra escrava africana, que se tornou cada vez mais importante.

Com a abundância de terras virgens a preocupação dos agricultores dava-se apenas com o suprimento de mão-de-obra africana. A mudança de atitude apenas dar-se-á a partir de meados do século XIX, quando os agricultores decidem investir em métodos de cultivo modernos e novas tecnologias. O motivo dessa nova postura foram os crescentes custos da mão-de-obra. Para Mattoso (1982, p. 137):

[...] os proprietários serão obrigados a não desperdiçar a mão-de-obra escrava, muito cara então... Contudo, apesar da presença dessa importante população livre, os fazendeiros de café implantaram em suas terras o sistema patriarcal do nordeste, com seus campos de cana e de algodão, que lhes serviu de modelo. O fazendeiro de café passa por ter sido um empresário mais atilado e eficiente que o dono dos canaviais...Na realidade, a vida diária da plantação de café assemelha-se à dos engenhos nordestinos.

A posse cada vez maior de cativos por parte dos agricultores transformou a sociedade paulista que tinha uma maior liberdade de ascensão social, numa sociedade estratificada e, cada vez mais, concentrada por uma elite de proprietários de escravos. Segundo Luna e Klein (2005), a expansão de setores não-agrícolas sustentou o crescimento do setor exportador e a expansão de mercados locais e regionais. O que teria diferenciado o Brasil e, particularmente São Paulo, das demais sociedades escravistas americanas seria o fato de que uma parcela significativa da população livre que trabalhavam nos setores agrícolas e não-agrícolas era constituídas por ex-escravos.

Quando os escravos conseguem obter a sua liberdade, através da carta de alforria, eles passam a enfrentar o preconceito e a concorrência com o branco. Isto é, principalmente sentido no Centro-Sul do País. Na Bahia, onde a concorrência com os brancos é quase inexistente, o ex-escravo pode aspirar à integração sem muitos problemas. Entretanto, num meio onde a imigração branca foi importante, o liberto demorará a conseguir a sua integração na sociedade.

“Os escravos só muito tardiamente foram introduzidos em grande número nas regiões do sul do Brasil. Além disso, chegaram ali ao mesmo tempo em que os imigrantes brancos. Nas zonas de forte presença branca e indígena, os negros forros têm de lutar muito mais duramente do que o seu camarada do nordeste, de Minas ou mesmo do Rio de Janeiro. No sul o processo de embranquecimento e de aculturação é imperativo. Mas ali a sociedade, dominada pelo modelo branco, é um corpo bloqueado. Defende-se veementemente da mestiçagem negra – o índio era considerado mais nobre (MATTOSO, 1982, p. 218).

Em 1804, o número médio de escravos por proprietários era de aproximadamente cinco, com 72% dos senhores possuindo menos de seis escravos. Em torno de 35% da escravaria habitava estas pequenas propriedades, com até dez cativos a percentagem sobe para 60%³⁰

³⁰ LUNA, Francisco Vidal e COSTA, Iraci Del Nero da. *Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX*, apud SCHWARTZ, Stuart B. Op.cit. pp.368

2.3 – RIO GRANDE DO SUL: UM NOVO TIPO DE COLONIZAÇÃO

O movimento migratório para a Província do Rio Grande de São Pedro, iniciada em 1824, diferenciou a região meridional do país em relação às demais províncias brasileiras. Essas áreas coloniais dinamizaram a economia sul-riograndense. Paulatinamente, os produtos agrícolas deixaram de ser importados e passaram a ser produzidos internamente, além disso, a província se transformou numa abastecedora para as demais províncias.

Um aspecto muito destacado não apenas pela historiografia gaúcha, mas também por historiadores de outras regiões, é que o escravismo gaúcho era diferente das demais regiões devido ao fato do Rio Grande do Sul estar em constante instabilidade por ter uma vasta aérea fronteira com os países platinos e estar em constante conflito com os mesmos. Isto fez com que se limitasse o desenvolvimento do sistema escravo na província meridional. Esta tese é compartilhada por Fernando Henrique, mas estudos como o de Helen Osório (2005, p. 2) entre outros demonstram, que “a capitania do Rio Grande de São Pedro passou pela consolidação de unidades produtivas dedicadas à pecuária e ao cultivo de trigo e de mandioca, pelo surgimento e expansão das charqueadas e por intensas disputas para delimitação dos territórios em relação ao império espanhol... apesar da limitação das fontes, é da utilização da mão-de-obra escrava na produção pecuária, atividade que tradicionalmente a historiografia brasileira julgou incompatível com a escravidão.”

Os trabalhos dos intelectuais citados acima irão romper também com a teoria, de que a mão-de-obra utilizada no trabalho de pastoreio do rebanho de gado era realizado por índios egressos das missões jesuíticas destruídas, por mestiços de índios com brancos e que a produção não era fundamentalmente escravista.

Osório (1999) concluiu que a importância dessa força de trabalho era similar a de muitas regiões consideradas predominantemente escravistas, como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. É interessante notar, através das informações apresentadas nos parágrafos anteriores, que Rio Grande do Sul e

São Paulo apresentavam, proporcionalmente, uma porcentagem de população escrava muito similar: 32,6% para a capitania paulista e 30,6% para a gaúcha. Ou seja, a tese de que havia um menor peso da escravidão no Rio Grande sofre um forte abalo.

Para Targa o que diferencia o Rio Grande do Sul das demais regiões coloniais é o fato de que ele não era agroexportador para o mercado mundial e que, pelas características destacadas no capítulo anterior a sua mão-de-obra não foi fundamentalmente escravista. Concluiu então, que nem o produto e nem a estrutura produtiva da grande propriedade se reproduziram. O autor tem razão quando se trata das regiões produtoras de açúcar e com relação à região cafeeira de São Paulo. Mas parece se esquecer de Minas Gerais, que apesar de ser a província, no século XIX, com o maior número de escravos, não era uma região, pelo menos em sua maior parte, nos moldes da plantation. O Centro-Oeste e o Norte do País também não foram, em nenhum momento da sua história, uma típica região de plantation. Ainda, levando-se em consideração o surgimento tardio do Rio Grande do Sul iremos verificar que no momento em que o açúcar era o produto rei, a capitânia de São Paulo sobrevivia basicamente de uma agricultura de subsistência; por outro lado, quando a capitânia paulista passa a ser o principal centro econômico do Brasil, o Nordeste está em franca decadência e a sua economia passa a ser eminentemente de subsistência. Ou seja, apesar de Targa contestar os historiadores que defendem a idéia de que o Rio Grande do Sul em linhas gerais reproduziu o mesmo tipo de economia que existia nas demais regiões brasileiras, a luz de novos estudos demonstram que esta tese – grande propriedade e escravismo – estão mais próximos da realidade do que a tese defendida pelo economista gaúcho.

Em outros momentos, Targa procura provar que o sistema escravista era diferente dos da plantation partindo do pressuposto de que o latifúndio do sul não era agroexportador para o mercado mundial e, por isso, não era fundamentalmente escravista. O único setor em que ele admite usar escravos com mais intensidade é na charqueada. Entretanto, a historiadora gaúcha Helen Osório (2005) confronta esta tese, em estudo recente mostra que se não havia economia

de subsistência, pelo menos existia uma produção agrícola conjuntamente a pecuária. “... o fato de que mais da metade das ‘estâncias’ (definidas por nós como as unidades produtivas com mais de cem cabeças vacuns), eram na verdade estabelecimentos mistos, dedicados simultaneamente à pecuária e à agricultura (especialmente do trigo e da mandioca); uma forte presença de mão-de-obra escrava, não só na agricultura, mas também na pecuária e, finalmente, que grande parte dos denominados ‘lavradores’ eram, também, pastores, criadores de pequenos rebanhos de gado”. Ou ainda em Noguéról (1997, p. 74) “... a província meridional era importadora de escravos na primeira metade do século XIX, vindo a ser uma das que mais escravos comprou dentre as províncias do Império.” Estes novos estudos vêm iluminar um caminho que era desconhecido ou não era levado em consideração pela historiografia. Digo isto porque, como afirma Gutfriend, ao analisar a forma como os historiadores se utilizaram da obra de Saint-Hilaire (1999), ela coloca que nem todos os dados fornecidos pelo botânico foram aceitos ou reproduzidos.

Por exemplo, os hábitos carnívoros dos habitantes da capitania, que os tornavam cruéis e sanguinário, na opinião do observador, não foram aceitos pelos historiadores rio-grandenses em geral...A avaliação de Saint-Hilaire (1999) sobre o perigo das províncias – entre elas o Rio Grande do Sul – se separaram da Casa de Bragança foi outra constatação à qual a historiografia sulina, em geral, não deu importância (GUTFREIND, 1997, p. 18).

Quando Targa admite o uso da grande propriedade com mão-de-obra escrava, na fabricação de charque, ele, em seguida procura encontrar uma forma de mostrar que ainda assim ela era diferenciada, pois numa grande charqueada se encontravam entre 60 e 90 escravos. Por outro lado, no auge da economia açucareira, os engenhos concentravam entre 100 e 200 cativos e nas fazendas de café de São Paulo esse número subia para 200 a 400³¹. Ora, qualquer um sabe que a rentabilidade dos produtos mais rentáveis proporciona um re-investimento de capital maior, como o açúcar e o café, em suas fases áureas eram considerados os produtos reis seria muito mais fácil para os senhores destas capitânicas contarem com uma maior quantidade de terra e de mão-de-obra.

³¹ Ver os itens que tratam de Bahia e São Paulo, respectivamente.

Um outro aspecto que Targa destaca é de que o setor de subsistência não era relevante para a economia rio-grandense, como o era para a estrutura da firma escravista das plantations, que, segundo ele, baseado em dados destacados por Gorender, era de 30 a 35% da força de trabalho escrava nas fazendas de café. Dessa forma, teria sido esse setor de subsistência que teria atravancado o desenvolvimento de um mercado interno, dado que os latifúndios apresentavam um elevado grau de autonomia. Por outro lado, a charqueada não comportava uma produção de subsistência, este ponto de vista, entretanto, está sendo colocado em xeque a partir de estudos recentes, que estão sendo feitos baseados na utilização de inventários e testamentos.

A tese de que não teria ocorrido no Rio Grande do Sul uma atividade de subsistência, como nas regiões voltadas para as atividades do setor externo da economia e a pouca importância a mão-de-obra escrava pode ser válida para as áreas de colonização de pequenas propriedades, mas, sem dúvida alguma, foram utilizadas com freqüência nas áreas de colonização antiga. Para reforçarmos ainda mais este ponto vejamos esta passagem em Noguéról (1997, p. 101):

A grande distância geográfica entre Porto Alegre e Sabará não estabeleceu, até onde revelam os inventários, procedimentos judiciais próprios a cada comarca. Imaginamos que, em que pese uma alegada menor relevância dos escravos gaúchos para a reprodução da sociedade gaúcha, em comparação com o resto do Brasil, os escravos do Rio Grande do Sul eram tratados de maneira muito semelhante àquela praticada em Sabará. A ausência de plantations não é característica somente da província meridional, não sendo as mesmas encontradas em Sabará.

Paulo Zarth (1994 apud OSÓRIO, 1999, p. 7), se baseou “numa amostra de inventários do século XIX demonstrou a forte presença da escravidão para municípios de várias regiões do Rio Grande do Sul. Observou, corretamente, que nas estâncias não se praticava apenas a pecuária, mas também a agricultura: no entanto, lança a hipótese que os escravos “roceiros” constituiriam a maior parte dos escravos das estâncias.” Osório (2005, p. 5) continua:

Todas (estâncias) possuem mais de mil cabeças de gado, desenvolvem atividades agrícolas (verificável não apenas na presença de escravos “roceiros”, “da roça”, ou “lavradores”, mas de instrumentos como arados, foices de trigo, atafonas, etc.) e criam mulas. Portanto são unidades produtivas com produção diversificada. O número de escravos de cada uma delas ultrapassa bastante, em geral, a média de 21 escravos por

inventário (e não por unidade produtiva, como aqui), dos proprietários de mais de mil cabeças da amostra.

A partir desses excertos concluímos que existiu sim uma agricultura de subsistência, que poderia não ser tão importante como a das regiões de plantations.

Numa outra passagem, Helen Osório, destaca que 97% dos estancieiros, com mais de 100 cabeças de gado possuíam escravos e entre os agricultores pastores - que detinham menos de 100 animais vacuns – 85% possuíam. A posse de escravos era muito difundida entre os produtores rurais. Outro exemplo é o trabalho de Luís Farinatti (2005, p. 2 e 4):

No caso do Rio Grande do Sul, as obras mais recentes começam a reconhecer que o trabalho escravo nas estâncias era importante no próprio costeio do gado (nesse caso, ao lado de peões livres) e não apenas em atividades acessórias, como os trabalhos de construções, serviços domésticos e da agricultura interna a essas unidades produtivas...assim, apesar de seu caráter de produção voltada para o mercado interno, a pecuária extensiva tinha por característica a incorporação contínua de trabalhadores escravos.

Apresentamos, dessa forma, as principais análises sobre qual seria o sentido de nossa colonização. Como foi visto a escola tradicional que acredita que a colônia estava voltada para o mercado externo e que tudo o mais decorria dessa situação, ou seja, quando não havia crise internacional e os nossos produtos conquistavam o mercado europeu e, posteriormente, o estadunidense não apenas o setor de subsistência ia bem como também as demais províncias que dependiam da negociação de seus produtos para o centro principal. Na seqüência, foi apresentada uma série de análises regionais por autores que fizeram, e fazem, uma revisão sobre o real sentido de nossa colonização. Para esses pesquisadores diferentemente do que afirmam os que defendem uma economia voltada para o exterior, o verdadeiro sentido estaria no mercado interno. Para eles, como podemos observar, não eram os grandes proprietários de engenhos ou os grandes fazendeiros de café que detinham as maiores riquezas, mas sim os grandes comerciantes de grosso trato. Finalmente, vimos como uma parte dos intelectuais gaúchos analisam o verdadeiro sentido, não discordam de que seria o mercado externo, mas defendem que o Rio Grande do Sul teve uma colonização diferente das demais regiões brasileiras.

Nos próximos capítulos analisaremos como se deu a colonização do Rio Grande do Sul, lembrando que o foco principal será a colônia de São Leopoldo. No capítulo seguinte, veremos como foi o processo de formação da sociedade gaúcha sob os olhares dos viajantes estrangeiros, dos primeiros intelectuais gaúchos e de dois expoentes de nossa intelectualidade, Oliveira Vianna e Fernando Henrique Cardoso.

3 – A FORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

No capítulo anterior vimos as principais interpretações da historiografia brasileira, sobre como se deu nosso processo de formação. A vertente tradicional defende a tese de que o sentido da colonização brasileira era o mercado externo. A escola do Rio e outros revisionistas, que não são ligados à ela, mas que comungam de idéias semelhantes, ou seja, defendem que o setor mais importante não era o de produtos voltados para o exterior: mas a força motriz de nossa economia estava na circulação interna de mercadorias. E finalmente, vimos uma nova linha de pensamento que surge no final dos anos 1980 no Rio Grande do Sul. Esses teóricos concordam com a visão tradicional, mas discordam quanto a colonização realizada no estado meridional. Para eles, o Rio Grande do Sul teve um colonização diferenciada do resto do país.

Neste capítulo, iremos apresentar as primeiras impressões sobre a colonização realizada na província de Rio Grande de São Pedro. Veremos, em primeiro lugar, o olhar dos viajantes europeus com relação à região, quais as análises, comparações com as demais regiões, entre outros aspectos. Na seqüência, veremos como os primeiros intelectuais verdadeiramente gaúchos analisaram o processo de colonização e qual a importância do estado para o Brasil. Veremos que esses primeiros estudiosos gaúchos tinham uma visão um tanto ufanista. Depois, será abordado o ponto de vista de um de nossos principais intelectuais do início do século XIX, o conservador fluminense Oliveira Vianna (1987), que irá reforçar o ponto de vista dos primeiros estudiosos gaúchos sobre o “mito da democracia racial do Rio Grande do Sul”. Para encerrarmos o capítulo, veremos o ponto de vista de Fernando Henrique Cardoso (1977), autor que rompeu com esse mito e que traçou novos parâmetros para os estudos sobre o Rio Grande do Sul.

A importância desse capítulo é que ele irá apresentar ao leitor, além do processo de formação do estado gaúcho o embate entre os intelectuais sobre a questão da democracia racial, que ainda hoje é discutida, em alguns períodos em

maior escala e noutros em menor. Essa tese, aliás, é oriunda, como poderemos observar, desse embate.

3.1 - O OLHAR DOS VIAJANTES

Com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), no início dos anos 20 do século passado, a produção intelectual gaúcha passou a ganhar força e aumentar a sua produção, considerada, até então, limitada. No entanto, como destaca Ieda Gutfreind (1992), nos pronunciamentos de Florêncio de Abreu e Silva, Lindolfo Collor e Souza Docca ficava clara a interpenetração da história com a idéia de nacionalidade. Como já havia acontecido no final do século XIX, a história, novamente, estava a serviço da política de uma forma direta e imediata, com o interesse de grupos políticos gaúchos assumirem a liderança nacional. Apesar de existir uma forte influência positivista entre seus principais membros, o que se pode depreender é que existia uma grande diversidade interna dentro do grupo.

Existia, naquele momento, um conflito entre os historiadores que defendiam algum tipo de relação ou influência do Rio Grande do Sul com a região platina (a matriz platina) e os que procuravam minimizar esta aproximação (a matriz lusitana). Como toda disputa esconde algum tipo de relação de poder, esta não podia deixar de ser diferente: envolveu disputa entre grupos da classe dominante. Entretanto, estas divergências não abalaram a ênfase que ambas davam para a história política-ideológica nacionalista, com o esforço político gaúcho de alçarem o estado à liderança nacional. No final do século XIX o discurso era de isolamento e de sobrevivência sem necessitar do resto do Brasil, mas a partir do final dos anos 1920 defendiam uma integração nacional sob liderança gaúcha. O discurso agora deixara de ser o de proteger, primeiro a colônia e depois o Império de inimigos externos para passarem a defender o país dos inimigos internos, no caso, principalmente, da oligarquia paulista e dos desmandos implantados pelo poder central.

Com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República, em 1930, e com a publicação de História da Grande Revolução; o ciclo farroupilha no Brasil, em 1933, de Alfredo Varela ocorreu uma grande agitação no meio intelectual gaúcho, isto porque ia contra o momento pelo qual passava o Rio Grande do Sul,

com um exacerbado regionalismo, advindo da chegada ao poder por um conterrâneo. Varella, em sua obra, irá inserir a Revolução Farroupilha em estreita ligação com a região platina.

Os viajantes estrangeiros no século XIX descreveram a paisagem, a hidrografia, os meios de transporte, as vilas, os povoados, os recursos minerais e as características físicas e de caráter da população do Rio Grande do Sul. Dessa maneira, os historiadores procuraram abstrair a ocupação do espaço e as alternâncias do tempo geográfico e histórico para analisar as suas atividades humanas e suas relações com o espaço geográfico. Segundo estes viajantes, no século XIX a província gaúcha apresentava um espaço geográfico diferente das demais regiões, o que será utilizado posteriormente como um discurso ideológico: o de que por ser diferente o Rio Grande do Sul necessitava de uma federação.

A região da Campanha, que constitui o pampa brasileiro, gerou lutas intensas em sua fronteira com os nossos vizinhos platinos. A área, propícia para a criação de gado passou a ganhar interesse econômico a partir do XVIII, com o deslocamento de tropeiros e coureiros. Entre 1820 e 1821 o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (1999, p. 26) percorreu o Continente de São Pedro e as suas observações sobre a geografia, história e etnografia influenciaram os estudos posteriores sobre a região. Ele argutamente observou o que se passava na Campanha: “Em nenhuma outra região brasileira seria tão acertada a instalação de um curtume, dada a abundância dos couros e a facilidade do mercado”.

Sobre os grupos formadores do homem gaúcho, o botânico também não deixou de tecer observações: “Aqui vêm-se pouquíssimos mulatos. A população compõe-se de pretos escravos e de brancos, em número muito mais considerável, e constituídos de homens grandes, belos, robustos, tendo a maior parte o rosto corado e os cabelos castanhos” (SAINT-HILAIRE, 1999, p. 26). Os elementos formadores dessa sociedade em grande parte não foram diferentes do resto das demais regiões brasileiras. O elemento indígena teve predominância do Tupi-Guarani, mas também os Guaicurus e os Gê. Esse elemento foi fundamental nas atividades da pecuária, principalmente na região das Missões. A sua influência pôde ser sentida nos traços físicos dos habitantes dessa área e nas técnicas de

trabalho aplicadas ao pastoreio e à agricultura. Segundo o historiador Guilhermino Cesar (2002) foram poucas as tribos que participaram do desenvolvimento cultural do Rio Grande.

O elemento branco surge com os portugueses, no litoral gaúcho. Os bandeirantes paulistas vieram em seguida atrás dos índios com o objetivo de escravizá-los. Com o ciclo da mineração os bandeirantes voltam seus olhares para a região mineira e se esqueceram da região meridional. Surge, então, o lagunense. A diferença é que a intenção agora é colonizar os campos do Sul, trazendo ferramentas e escravos. Tornam-se estancieiros. A política regular de trazer casais açorianos só acontecerá a partir da segunda metade do século XVIII. Apenas no século XIX é que surgirá a colonização não-ibérica – principalmente de alemães e italianos. O elemento negro aparecerá pela primeira vez, como já foi colocado acima com os lagunenses, por volta de 1725. Segundo Guilhermino César, nesse primeiro momento, o escravo não foi essencial ao desenvolvimento das estâncias. Ele irá ganhar força a partir de 1780, quando começam a aparecer as grandes charqueadas.

Os habitantes desta Capitania são originários de Açores, tal como os de Santa Catarina. Todavia uns e outros pouco se assemelham; os primeiros são os grandes, os outros são os pequenos; aqueles são corpulentos, estes são magros. Os catarinenses têm tez amarelada, os riograndenses são muito brancos e têm mais vivacidade de modos. Tais diferenças provêm naturalmente de seus regimes e hábitos...Não há quem não tenha observado que os negros crioulos são muito menos distanciados de nossa raça que os da costa da África. Pode-se atribuir à educação a superioridade que mostram em relação à inteligência, mas ao mesmo tempo eles são de um negro mais escuro, sua testa é menos arredondada, seus lábios menos grossos, seu nariz menos chato; enfim não há pessoa que, com um pouco de prática, não saiba distinguir um negro crioulo de um africano (SAINT-HILAIRE, 1999, p. 40).

É interessante notar que a propalada “democracia racial” rio-grandense, que perdurou até o lançamento da clássica obra *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, de Fernando Henrique Cardoso, surgiu a partir de uma das observações de Saint-Hilaire (1999, p. 47) quando se referiu ao tratamento dado pelos estancieiros:

Tive a oportunidade de referir ao fato de serem vendidos aqui os negros imprestáveis aos habitantes do Rio de Janeiro; quando querem intimidar um negro ameaçam-no de enviá-lo para o Rio Grande. Entretanto não há, creio, em todo o Brasil, lugar onde os escravos sejam mais felizes que

nesta capitânia. Os senhores trabalham tanto quanto os escravos, mantêm-se próximo deles e tratam-nos com menos desprezo. O escravo come carne à vontade, não é mal vestido, não anda a pé e sua principal ocupação consiste em galopar pelos campos, cousa mais sadia que fatigante. Enfim eles fazem sentir aos animais que o cercam uma superioridade consoladora de sua condição baixa, elevando-se aos seus próprios olhos.

No entanto, quando se refere às charqueadas a sua análise é diametralmente oposta, pois, ao contrário daquela, nesta o número de escravos utilizados é em grande número: “Nas xarqueadas os negros são tratados com rudeza. O Sr. Chaves, tido como um dos xarqueadores mais humanos, só fala aos seus escravos com exagerada severidade, no que é imitado por sua mulher; os escravos parecem tremer diante de seus donos.” (SAINT-HILAIRE, 1999, p. 73)

Esta afirmação por parte de Saint-Hilaire (1999) fez com que o imaginário de boa parte da historiografia gaúcha acreditasse que realmente o Rio Grande do Sul teve uma colonização diferente do resto do Brasil – com um número menor de escravos e sendo os mesmos bem tratados pelos seus proprietários. Essa questão, de um menor número de escravos, foi destacada também por Robert Ave-Lallemant (1980) ao analisar as dificuldades da província em desenvolver a sua agricultura, “Prosperou também na colônia a cana-de-açúcar. No ano de 1854 havia 34 engenhos. Todavia há falta de braços para estender-se a indústria açucareira...Tentou-se ultimamente a sericicultura e obteve-se belíssima seda. Todos esses ramos são porém, prematuros numa colônia onde ainda faltam braços para os indispensáveis trabalhos de lavoura.

No entanto, numa outra passagem o botânico demonstra que a violência imposta pelos gaúchos não seria apenas praticada pelos charqueadores, pois vejamos:

Os brasileiros são em geral prestimosos e generosos, mas o hábito de castigar os escravos embota-lhes a sensibilidade. Nesta Capitania acresce uma outra modalidade da dureza de coração – o modo impiedoso com que tratam os cavalos, oriundo da facilidade com que se adquirem tais animais, aqui. Vivem, por assim dizer, no meio de matadouros; o sangue dos animais corre sem cessar ao redor deles e desde a infância se acostumam ao espetáculo da morte e dos sofrimentos. Não é pois de estranhar sejam mais insensíveis que os seus compatriotas (SAINT-HILAIRE, 1999, p. 58).

Os historiadores positivistas e liberais gaúchos elaboraram a tese da democracia racial a partir de escritos de Saint-Hilaire (1999, p. 58). Para confirmarem essa pseudo-superioridade racial do habitante do Rio Grande do Sul eles esvaziaram a importância de índios e negros na formação dessa população. Quando viajou pelas Gerais o botânico francês descreveu o português que veio para o Brasil como rude e sem educação e concluiu afirmando que eles atrasavam a civilização brasileira. Na análise positivista, o rio-grandense não teria recebido esse elemento colonizador, pois os portugueses que foram para a capitânia de São Pedro eram açorianos e não a escória que veio de Portugal continental. Nas palavras de Moacyr Flores o “mito açoriano”, seria o que formaria “a nova raça” do Rio Grande do Sul, teria altos princípios morais, amor pela liberdade, culto a honradez, caráter forte, destemor e respeito pela liberdade.

Em várias passagens Saint-Hilaire (1999) mostra todo o seu preconceito em relação às raças que não seja a do branco europeu, isto deve ter dado elementos para a tese dos positivistas. Quando descreve as Missões ele afirma que o mestiço – oriundo das relações entre brancos e índios – é sem virtude e sem amor ao trabalho e que terminará por tomar o lugar de brancos e índios, mas que com a chegada de europeus, paulistas e mineiros fará com que os Guaranis desapareçam ao término de uma ou duas gerações. Noutra passagem ele aponta que a promiscuidade entre índios e europeus gera hábitos mistos entre as duas raças e que conduz os brancos à barbárie e que os índios pouco melhoram com o contato com os brancos, estes, ao contrário, acabam por perderem através deste contato.

Saint-Hilaire (1999, p. 57) também destacou as culturas cultivadas na província, tais como: mandioca, nos Campos de Viamão; algodão, na Lagoa dos Patos; trigo, nos arredores de Rio Pardo.

Esta Capitania é certamente uma das mais ricas de todo o Brasil e uma das mais aquinhoadas pela natureza. Situada a beira mar possui inúmeros lagos e rios que oferecem fáceis meios de transporte. O solo produz trigo, centeio, milho e feijão com abundância e experiências têm provado que todas as árvores, legumes e cereais da Europa aí, produzirão facilmente se forem cultivados. Várias pastagens comportando uma imensidão de gado não exigem dos estancieiros grandes despesas com escravos, como acontece nas regiões de mineração ou indústria açucareira.

Ele destaca também a grande variedade de frutas da capitânia, tais como pêssegos, figos, melancias e melões: “De todas as regiões até agora percorridas por mim, na América, não encontrei outra em que os frutos europeus produzissem tão bem quanto aqui” (SAINT-HILAIRE, 1999, p. 123).

A análise do médico alemão Robert Ave-Lallemant (1980) em Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858) apesar de ser voltada, quase que exclusivamente, para a história da colonização alemã fornece importantes dados sobre a geografia, a economia e a antropologia da região. O autor demonstra a importância e a dificuldade de transpor a barra do Rio Grande; descreve a Lagoa dos Patos – grande lago de água salgada – onde compara com os golfos do Mar Báltico; destaca a extensa e larga bacia do rio Guaíba, formada pelos rios Gravataí, Rio dos Sinos, Saí e Jacuí.

Em relação à economia ele destaca o solo fértil e o clima ameno, que são propícios para o cultivo da terra. Num estudo sobre a colônia de São Leopoldo, que o médico Hildbrandt o emprestou, os destaques ficam para as exportações de milho, feijão preto, farinha de mandioca e batatas. Além da produção de carne, peles, chifres, artefatos de couro, aves, ovos, mel, frutas, cerveja, navios fluviais, óleos, manufaturados e industriais. Havia 34 engenhos de cana-de-açúcar, em 1854, mas ele assinalava que faltavam braços para que se produzisse em grande escala. A produção de arroz ainda não era importante, mas Ave-Lallemant (1980) dava a entender que ela teria um futuro promissor devido a qualidade e grande procura no comércio.

Ave-Lallemant (1980) também reforça a tese de Saint-Hilaire (1999) sobre o pequeno número de escravos na província.

Como em todas as cidades do Império, a população brasileira não tem expressão nacional, não possui coloração determinada. Vêm-se, contudo, certamente, muito menos negros, relativamente, ao número de habitantes, do que no Rio de Janeiro. Ao contrário, parece-me apagar-se o elemento índio. Mas, indubitavelmente a população de Porto Alegre tem mais aparência européia do que aparenta à primeira vista; e esses leves matizes raciais despertam mais a atenção do entendido que a do leigo (AVE-LALLEMANT, 1980, p. 158).

O viajante destacou que a alimentação popular no Brasil era excelente tanto em qualidade como em quantidade. Se pudesse existir alguma queixa seria em

relação a alimentos de luxo. Cita uma passagem pela ainda incipiente colônia de Santo Ângelo em que, ao chegar, nela estes colonos se aproximaram e iniciaram um protesto em relação à alimentação que recebiam. Ele perguntou, então, se, na Europa, tinham comido tão bem em sua casa. A resposta foi um silêncio generalizado. Como a imigração foi realizada de uma forma nem sempre transparente ele destaca a presença de idosos, que, segundo suas próprias palavras, “jamais deveriam ter emigrado para um colônia em formação.” (AVE-LALLEMANT, 1980, p. 198).

O médico alemão é um grande narrador de paisagens e do modo das pessoas – isto ficará mais claro no capítulo sobre a colonização alemã. Mas podemos destacar que grandes escritores não têm a mesma habilidade para tratar desses assuntos como o fez Ave-Lallemant (1980). Em alguns momentos a obra chega-se até a ficar um pouco cansativa. A obra toda é marcada por relatos de florestas misteriosas e de difícil penetração. Numa das passagens ele narra que mesmo acompanhado de um índio conhecedor da região, em alguns momentos ele se perdia devido à relva dos pampas ser mais alta que o cavalo e o cavaleiro. A única forma de um grupo de pessoas não se perderem uns aos outros é ficarem demasiadamente juntas. Ave-Lallemant (1980, p. 207) descreve até o ato de beber o mate. “Todos os presentes tomaram mate. Não se creia, todavia que cada um tivesse sua bomba e sua cuia próprias; nada disso! Assim perderia o mate toda a sua mística significação... todos os homens se tornam irmãos, tomam mate em comum.” A descrição das cidades ou dos lugarejos pelo qual passava também é digno de nota. Em todas o lugares a descrição era minuciosa, até mesmo a casa das pessoas que o hospedavam era descrita. Desde a formação de uma nova cidade até as ruínas das Missões nada escapou ao olhar arguto de Lallemant.

A obra é recheada de observações de práticas condenáveis e que até nossos dias ainda são comuns. Uma dessas práticas era a da queimada.

Em todos os cantos e recantos aproveita-se o tempo seco para queimar a relva. Em ininterruptas colunas sobem os vapores brancos, dando à região, antes completamente solitária, aspecto verdadeiramente sinistro. Em parte alguma se vê um homem nesse fogo. O elemento que corrói em torno de si parece completamente independente; parece que se gerou espontaneamente e a si mesmo se incita (AVE-LALLEMANT, 1980, p. 258).

Uma outra, ainda mais grave, são as obras que começam a ser construídas e que por questões econômicas ou políticas acabam por serem abandonadas e tem por resultado o gasto irresponsável do dinheiro público.

[...] começou-se a construir um teatro para uma vila de 700 habitantes. A princípio o teatro parecia ir muito bem, mas já não está mais sendo construído, ficou no começo, exatamente como a cidadela, o quartel, a penitenciária e a igreja! Cidadela, quartel, penitenciária, igreja e teatro, tudo junto, deve custar alguns milhares de contos... e nada ficará pronto, tenho certeza (AVE-LALLEMANT, 1980, p. 336).

Ao narrar a decadência da língua guarani ele nos dá indiretamente a história dos vencedores.

A língua guarani ainda é falada pelo povo nas margens do Uruguai, do Paraná e do Paraguai. Está, todavia decaindo à medida que os moradores daqueles rios se apóiam na cultura que lhes é trazida da Europa e talvez que 60 a 100 anos mais tarde só se encontre em vocabulários, gramáticas e missais (AVE-LALLEMANT, 1980, p. 273).

O alemão costumava comparar os guaranis aos chineses devido as semelhanças entre os dois povos.

A viagem de Ave-Lallemante (1980, p. 352) pelo Rio Grande do Sul serviu para que estudos posteriores refizessem os mapas e aspectos geográficos, pois continham muitas falhas de localização das cidades e de sua geografia.

[...] a Província do Rio Grande do Sul absolutamente não é aquela terra uniforme, de planícies imensas, como algumas vezes se tem tentado descrever. Possui belas serras, magníficas, por vezes de um selvagem romantismo, com ásperos desfiladeiros, sombrias encostas, torrentes impetuosas e imponentes cascatas, como a que visitei no Rio da Cadeia, na próspera colônia de São Leopoldo.

Outro viajante, mas este de forma oficial, que percorreu a província no século XIX foi Luís Felipe Maria Fernando Gastão de d' Orleans, mais conhecido como Conde d'Eu. Em Viagem Militar ao Rio Grande do Sul, que realizou em 1865, durante a Guerra do Paraguai, o marido da herdeira do trono brasileiro, dona Isabel Cristina – princesa Isabel -, também, teceu importantes comentários sobre a geografia da região.

Ao dissertar sobre o litoral gaúcho o comentário é de uma verdadeira monotonia. “Umas vezes uma praia plana, outras vezes eram cômoros ondulados; mas sempre areia, nada mais que areia, sem um átomo de verdura perceptível;

aspecto que a saudade da Província do Rio de Janeiro tornava duplamente triste.” (D’EU, 1981. p 22)

Como a situação financeira do Império não era das melhores, o exército brasileiro sofria não apenas com a falta de material bélico como, também, de material humano. O autor relata que as cidades eram defendidas pelas Guardas Nacionais locais. Eram os próprios habitantes da cidade que compunham a guarda. Ele destaca que não se via nenhum negro e que a educação desses homens era superior às das guardas nacionais do norte. Descreve a fronteira do Rio Grande do Sul, com os rios que a separam de seus vizinhos e os pontos em que as tropas inimigas tinham maior facilidade para invadir o País. Outro aspecto militar importante apontado por ele se refere aos cavalos, que por serem alimentados apenas por capim têm pouquíssima força e que é, por isso, necessário viajar com, no mínimo, três cavalos para terminar a viagem. O autor faz uma crítica em relação a isso dizendo que o gaúcho prefere gastar com arreios a comprar grãos para sustentar seus cavalos (D’EU, 1981).

Destaca a produção de vinho realizada na província:

[...] vinho brasileiro, que eu ainda não vira, pois a Província do Rio Grande do Sul é a única que por enquanto o produz. Este é feito na própria cidade do Rio Grande com uvas que se colhem numa ilha próxima. É de cor vermelho-clara e tem um sabor que não é propriamente desagradável, mas que é acre e se não parece como o de nenhum vinho europeu. (D’EU, 1981, p. 43)

Outro ponto relevante são as grandes distâncias percorridas sem que surgisse qualquer ser humano, isto se deve aos poucos proprietários e ao tamanho de suas propriedades (de grandes extensões). Segundo o autor, isto lhe dava pena, pois as enormes distâncias entre uma propriedade e outra causava um enorme isolamento, atenuado apenas pela visita de viajantes. Nestas propriedades são inteiramente dedicadas à criação de gado bovino, para transformá-los em carne seca e couro.

Os brasileiros das outras regiões são chamados de baianos e são considerados seres inferiores. Já o castelhano, apesar de ser inimigo, é considerado como igual, pois afinal de contas é um gaúcho (D’EU, 1981).

3.2 - AS PRIMEIRAS VERSÕES HISTORIOGRÁFICAS

Alcides Lima, Assis Brasil e Alfredo Varella redefiniram as relações do Rio Grande do Sul com o Centro. Esses autores passaram a enfatizar as especificidades da província gaúcha apoiando a introdução de um regime republicano e de laços federativos entre as províncias. Esses teóricos buscavam uma identificação da sociedade gaúcha, que não era mais voltada para o Brasil, mas que olhava, agora, para dentro de si. Trocando em miúdos, a região teria condições de andar com suas próprias pernas, sem precisar do governo central, pois, através de suas potencialidades e interesses, conseguiriam sobreviver. É interessante destacar que os três eram estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, lugar em que as idéias positivistas eram difundidas com mais fervor. Segundo Ieda Gutfreind (1992) as obras desses autores tinham um claro objetivo político-ideológico: a propaganda republicana.

Um dos principais analistas da formação do Rio Grande de São Pedro é Manoelito de Ornellas (1976). Um herói que ele admirava era Sepé Tiaraju, que será retratado em *Tiaraju - romance histórico sobre as Missões* –, uma das figuras históricas mais controvertidas na historiografia gaúcha. No entanto, a obra de maior destaque é *Gaúchos e beduínos* (1948), onde o autor, na procura pela origem étnica do gaúcho irá chacoalhar o ambiente intelectual rio-grandense. A conclusão a que chegará, após muita leitura e pesquisa, é de que a influência moura nos primeiros habitantes da região é muito maior do que até então se supunha.

Logo na nota do autor à primeira edição ele já irá destacar a influência árabe entre os primeiros moradores do Rio Grande do Sul, que virá através da sua influência na Península Ibérica (Portugal e Espanha). A influência castelhana estará presente nas fisionomias dos habitantes das Missões, Campanha e Depressão Central. Já a do mameluco paulista estará presente nas regiões do Planalto Médio e nordeste. Os açorianos estarão presentes nas cidades litorâneas.

O precursor do gaúcho ou mesmo o gaúcho primitivo é originário, segundo Ornellas (1976), dos mestiços de espanhóis e índias que passavam pelos campos do Rio Grande conduzindo gado do Paraguai para Buenos Aires. Essa influência espanhola não era característica apenas do território gaúcho, mas sendo importante também na capitania de São Paulo. Da mesma forma, a influência portuguesa entre os cisplatinos também foi importante. Durante toda a obra, Ornellas (1976) vai apresentando traços e influências do espanhol na formação do território brasileiro. A disputa entre portugueses e espanhóis pela Colônia do Sacramento e o Território das Missões levou a um enorme intercâmbio entre os habitantes do Rio Grande do Sul e do Uruguai.

Entretanto, mesmo defendendo a tese da influência platina no Rio Grande do Sul, o autor destaca o sentimento de brasilidade do gaúcho.

[...] em novembro de 1801, que os rio-grandenses do sul, aproveitaram da confusão européia e especialmente da de ambos os reinos senhores da América Meridional e resolveram, eles sós, anular, pelas armas a espoliação sofrida com o Tratado de Santo Ildefonso. Reintegraram no território português o território das Missões Orientais sobre o qual nossos direitos jamais haviam caducado...O civismo era a força secreta que animava aquela gente. Na alma daqueles homens quase rudes, nascia, por entre as arestas de uma tumultuária formação moral, a mais legítima consciência de pátria (ORNELLAS, 1976, p. 68).

Ornellas (1976, p. 159) destaca também como outro ponto de aproximação a presença do cavalo e do gado vacum, que estão no cerne de sua vida e em seus hábitos e costumes. “Os dois elementos que criaram o gaúcho são, portanto, da mesma origem espanhola e árabe”.

Ao falar sobre a escravidão negra o pouco destaque para a economia da província fica claro, como em praticamente todas as obras da historiografia gaúcha até os anos 60 do século passado. Esta diminuta importância dada à escravidão é vista como um ponto positivo, além disso, Ornellas (1976, p. 7) também defende a idéia da “democracia racial gaúcha”. No Sul, pela natureza do trabalho, a escravidão não tomou as cores dramáticas de outras parcelas territoriais do Brasil...Nossa lenda, do Negrinho Pastoreio, fala com muita eloquência da nossa relação sentimental diante das raras manifestações de crueldade ou da violência que o Rio Grande registrou.

Outro autor importante é Walter Spalding (1953). Em *Gênese do Brasil-Sul* (1953), o autor começa retratando os aspectos da geografia física do Rio Grande do Sul e depois passa a descrever sobre os seus primeiros habitantes. Desde o início ficará marcada a sua tendência platina. Spalding (1953) irá atentar aos aspectos da história social e, propositadamente, esquecendo-se da questão política. Dessa maneira, a questão central dessa formação se dará através da fronteira. Assim, os tratados de delimitação dos territórios são inócuos, pois o intenso movimento de um lado e outro da fronteira em busca de gado e mão-de-obra indígena fazia com que os interesses econômicos sobressaíssem em detrimento do diplomático.

No primeiro capítulo, o autor trata das tribos indígenas que habitavam o Rio Grande do Sul antes da chegada do europeu. A catequização pelos padres jesuítas espanhóis, entre 1626 e 1759, anterior, portanto, a chegada dos bandeirantes paulistas³². A influência que essas tribos tiveram na formação do elemento gaúcho como, por exemplo, a vida campeira da tribo Charrua.

Apesar dos portugueses terem chegado e batizado a Capitania por São Pedro, em 1534, e em 1620, a incluírem nos bens de Portugal, ela apenas começou a ser conquistada e desbravada efetivamente a partir de 1680, após a fundação da Colônia do Sacramento. Os espanhóis não desejando que os portugueses ficassem tão próximos do Prata passaram a investir contra a Colônia. Enquanto a Espanha fixava posição em Buenos Aires, Portugal funda em 1684 Laguna, com o objetivo de facilitar o acesso e, posterior, posse nas margens do Rio do Prata. Os lagunistas, descendentes de paulistas em sua grande maioria, irão fundar as primeiras estâncias no território rio-grandense. As estâncias eram a base de toda atividade cívico-guerreira. Para Spalding (1953) será desses lagunistas e paulistas unidos aos açorianos, que chegaram a partir de 1751, que se dará o nascimento do gaúcho.

Como Manoelito de Ornellas (1976) o autor também defende a tese da democracia racial que existia na estância.

³² As incursões bandeirantes começam a aparecer depois de 1635

[...] as estâncias formadas nas sesmarias eram, ao mesmo tempo, pequenas fortalezas ou quartel, bem como residência da família do sesmeiro ou estancieiro, da de seus agregados, da de seus parentes ou não, e escravos e peões... As estâncias, portanto, ...semelhavam pequenos feudos medievais, - feudos democráticos, - e os proprietários, senhores absolutos, soldados e generais... Os senhores de estância exerciam grande influência moral sobre os inferiores, peões, agregados e escravos... os estancieiros não costumavam dominar pelo terror e sim pela brandura, mas principalmente pelo exemplo... e, no campo da luta, com raríssimas exceções, senhores, escravos, peões e agregados, nivelavam-se tratando-se quase como de iguais para iguais (SPALDING, 1953, p. 34-35).

Esta cordialidade entre estancieiros e agregados teve reflexos entre soldados e chefes e comandantes e comandados.

Spalding (1953, p. 36) tem convicção na defesa de sua tese sobre a democracia racial. Nas páginas seguintes ele continua a dar exemplos de como ela se processava:

Não eram os patrões, senhores, chefes ou comandantes que se rebaixavam até os escravos, peões ou soldados, mas estes é que se elevavam, pela dedicação e pelo carinho até seus amos e superiores... Daí, também, não termos tido o trágico período da escravatura que tão doloroso e malsão foi no nordeste e no centro. Raros foram no Rio Grande do Sul, os casos capazes de mais enegrecer as negras páginas da escravidão.

Ele também acreditava que a escravidão no Rio Grande do Sul não tinha sido tão importante como nas demais províncias brasileiras, daí a concluir que os escravos eram bem tratados e, por isso, não havia, por parte dos estancieiros, muitas reclamações sobre os escravos. A justificativa para o bom tratamento dispensado aos escravos era que os estancieiros estavam em constante contato com a morte, devido as sucessivas guerras pela qual passou a província.

3.3 - O RACISMO DE OLIVEIRA VIANNA

O fluminense Oliveira Vianna (1987) foi consultor jurídico do recém-criado Ministério do Trabalho, entre 1932 e 1940, no governo Getúlio Vargas. Em *Populações meridionais do Brasil*, sua obra inaugural publicada em 1920, ele nos apresentará importantes aspectos da formação da sociedade brasileira, porém recheada de racismo. A obra é dividida em dois volumes: *Populações Rurais do Centro-Sul* e *O Campeador Rio-Grandense*.

Vianna (1987), diferentemente de outros autores como, por exemplo, Manoelito de Ornellas (1976), considerava os bandeirantes não apenas predadores, mas, também, povoadores. Segundo ele, ao contrário do que ocorria nas bandeiras em direção ao sertão mineiro em busca de ouro, no sul, o objetivo dos paulistas era essencialmente o de povoar.

...O bandeirismo predatório, que capta pela força ou pela insídia o ínclito nas suas malocas, e o bandeirismo minerador, que desvenda os sertões bravios e explora as minas e ouro e diamantes, são formas eventuais, intercorrentes e transitórias da política conquistadora dos antigos paulistas. Dessa política imperialista, a única expressão realmente característica é o bandeirismo pastoril, que eles praticam desde os primeiros grupos que enxameiam de São Vicente (VIANNA, 1987, p. 16).

O tema sobre o clã fazendeiro é desenvolvido durante os dois volumes. Em *O Campeador Rio-Grandense*, o autor demonstra toda a admiração que nutre pela região, pelo povo e pela cultura gaúcha e, principalmente, pela “raça”. Como veremos a seguir, ele destaca a pequena presença do negro em relação às demais regiões brasileira e valoriza a presença dos índios locais.

A formação inicial da população gaúcha se deu através de dois fluxos populacionais distintos: os “resistentes e tenazes sertanistas paulistas” – que segundo ele, eram retraídos e tinham um orgulho sombrio, características de seu temperamento e de sua vida social – e os açorianos, que formavam o elemento estático.

O autor se pergunta por que os paulistas num determinado momento deixaram de adentrar nas campinas do extremo-sul (região compreendida pela Cisplatina), que era rica em gado, sem proprietário e de grande valor econômico. Ele passa a analisar as várias possibilidades: direito da Espanha às terras,

dificuldades de transporte, a falta de estradas. A mudança de atitude se deve a tomada de consciência do valor econômico da região. O comércio de tropas e boiadas tinha se tornado da máxima importância com a descoberta das minas de ouro e prata no planalto central. O tráfico de tropas ganhou um enorme peso e representantes das principais famílias paulistas passaram a praticá-lo com desenvoltura. A partir disso e depois com o desenvolvimento do regime pastoril o assalto ao gado castelhano passou a ocorrer com cada vez mais intensidade. A disputa cada vez mais acirrada acabará levando ao chamado ciclo de guerras platinas. Para Vianna (1987) na partilha dos campos do sul a parte que tocou para os portugueses era menos valiosa e fértil do que a os espanhóis. Dessa maneira, os bandeirantes e sertanistas avançaram pelo território através de movimentos bélicos.

Os açorianos foram colonizar as terras férteis amenas. O seu sistema de colonização era diverso do que ocorria, não apenas na própria província, mas como em toda colônia. Era o regime da pequena propriedade com mão-de-obra familiar, diferentemente dos latifúndios paulistas e nordestinos, baseados no sistema escravocrata. Existia, também, uma maior diversidade de produtos, como: milho, feijão, cana, cânhamo, centeio, cevada e vinha.

As guerras fronteiriças entre portugueses e espanhóis na formação da sociedade gaúcha, que já havia sido apontada por outros pesquisadores, como Capistrano de Abreu, será herdada, posteriormente, por brasileiros e argentinos. Os líderes resistentes, que serão de fundamental importância para os exércitos de seus respectivos países, serão, em grande parte os donos de estâncias. Desses estancieiros surgirá a figura do caudilho. "...O caudilho não é outra coisa senão o primitivo chefe de preadores da campanha platina, que, sob a pressão das guerras e das invasões, se improvisa em chefe militar". (VIANNA, 1987, p, 100)

O segundo volume é quase todo de exaltação das qualidades do gaúcho quando comparado os habitantes das demais regiões do país. Eles são melhores militares, são mais aptos para exercerem a vida pública. O seu preconceito com os demais povos brasileiros pode ser destacado em vários momentos do texto. Quando, por exemplo, se refere à Revolução Farroupilha:

O decênio de Piratini foram dez anos de autonomia e independência real, em que esses campeadores encontraram inteiramente libertos da influência e da inspiração do governo central, e, portanto, entregues exclusivamente às sugestões da sua própria cultura política. Representou um admirável teste de capacidade política e governamental... Não cremos que os 'praiheiros' urbanizados e os 'matutos' mineiros, ou paulistas, ou cariocas, postos em circunstâncias tão prementes e graves – como as que se encontram aqueles campeadores do sul – se saíssem com tamanha destreza e habilidade (VIANNA, 1987, p. 133).

As sucessivas guerras, segundo o autor, foram importantes, também, por fazer com que povo e governo estivessem sempre unidos na defesa do bem comum. O gaúcho respeitava governo e as autoridades, não por temê-lo, mas por ser grato. Enquanto a população das demais províncias o respeitava devido ao temor. “Daí está a consciência – que o campeador rio-grandense possui em grau sensível que, entretanto, falta inteiramente ao matuto do centro-sul ou ao criador dos sertões: - a consciência do valor do governo, da utilidade do poder público, da sua necessidade, da sua função suprema de órgão de defesa coletiva.” (VIANNA, 1987, p. 150).

Como os autores anteriores, Vianna (1987, p 170), também, é defensor da democracia social gaúcha. Observemos a seguinte passagem:

Entre os pastores rio-grandenses há, por exemplo, uma tradição, cuja gênese só é possível no pampa e que de modo algum poderia surgir entre os grupos de base agrícola do centro-sul, ou entre grupos de base pastoril dos sertões do norte. É essa tradição de igualdade e familiaridade entre patrões e servidores, essa interpenetração das duas classes rurais – a alta e a baixa, a senhoril e a servil; fenômeno este que constitui, na sua substancialidade, o espírito da democracia rio-grandense.

O autor em outras passagens continua a destacar esse mito.

Talvez o fator que mais se sobressaía em sua obra seja mesmo a questão racial. O seu contentamento em destacar a pouca presença do negro e uma predominância do branco “ariano”. O seu deslumbramento com o corpo atlético do gaúcho. Até a questão climática vem a tona para justificar o destaque dado a esse elemento.

Um outro fator completa esse sistema de forças de higidez e eugenismo: este fator é a raça...O H. afer, por exemplo, contribuiu ali com menor coeficiente do que para outro qualquer grupo regional do nosso povos. Os elementos principais da formação da população gaúcha são o H. americanus, representado pelos bravios e robustíssimos 'minuanos', 'tapes' e 'charruas', e o homem branco representado pelos contingentes

peninsulares que para ali afluíram – ou em massa como os açorianos, ou em imigração formigueira, como os de São Paulo, de Curitiba, Guarapuava e Lapa...Os elementos brancos tiveram a preponderância: - e os elementos arianos, especialmente nas classes superiores, que contribuíram para a sua formação, eram mais puros do que em qualquer outro núcleo nacional e, mesmo do que entre os espanhóis fronteirinhos. (VIANNA, 1987, p. 194)

Pela citação acima pode-se perceber que Oliveira Vianna (1987) procura senão desconsiderar, pelo menos, diminuir em muito a importância da raça negra na formação da sociedade do Rio Grande do Sul. As raças indígenas e européias foram as principais no desenvolvimento dessa província, daí ela ser considerada a melhor preparada para dirigir o país.

3.4 - FHC E A DESMISTIFICAÇÃO DO MITO

Até o aparecimento de Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional³³, os intelectuais gaúchos e mesmo os de outras regiões davam pouca ou quase nenhuma importância ao elemento escravo naquela sociedade. A visão tradicional era de uma paisagem agrária conformada apenas por grandes latifúndios pecuários manejados por poucos e indômitos peões livres. Fernando Henrique Cardoso (1977) mostrou que em determinadas áreas – que atuavam como economia subsidiária à economia colonial – a utilização da mão-de-obra escrava era regular; enquanto outras áreas se organizaram como economia de subsistência, onde o trabalho escravo era insignificante. Entretanto, em momentos de boom, em que economias de plantation apresentavam um grande crescimento econômico, estas economias de subsistência do sul se articulavam com as áreas de economia exportadora e passavam a empregar o braço escravo. Cardoso mostra que o elemento escravo foi utilizado no Rio Grande do Sul desde o início de sua colonização, na primeira metade do século XVIII. Os relatos de Saint-Hilaire (1999) sobre a região são fartos sobre a presença do escravo nas mais diversas atividades.

Cardoso aponta um dado importante e que parece ser ignorado por boa parte dos pesquisadores gaúchos atuais:

A subsistência das populações locais em condições normais era provida, portanto, pela agricultura da região. Na agricultura empregava-se mão-de-obra escrava, não deve ter havido concentração de escravos nas mãos de poucos agricultores poderosos. Dito noutras palavras: a riqueza não se concentrou no período inicial na formação do Rio Grande...os estancieiros do Rio Grande realmente ricos e poderosos no período aqui considerado basearam sua riqueza muito mais no comércio dos gados do que na posse das terras ou animálias (CARDOSO, 1977, p. 54).

Mais para frente ele continua:

[...] Ao lado da 'estância gaúcha', havia a 'chácara', na acepção originária da palavra, que abastecia as populações locais. E, sem que se designassem como 'chácaras', havia as plantações de subsistência em quase todas as estâncias do Rio Grande do Sul. Predominava a criação

³³ Esta obra é resultado da elaboração da sua tese doutorado, defendida em 1962, sob orientação de Florestan Fernandes

do gado, mas a estância, na medida em que tendia para o padrão de organização de unidade econômica autárquica produzia para o auto-consumo. Não só o consumo alimentar, como para o consumo dos utensílios necessários à vida, incluindo-se o vestuário corriqueiro da campanha e os objetos necessários para a faina rústica (CARDOSO, 1977, p. 66-68).

Fernando Henrique (1977) destaca ainda a importância que teve a produção tritícola³⁴ no último quartel do século XVIII. Segundo ele, o produto provocou um fluxo de trocas entre a região e mercados externos a ela. Este novo produto aliado ao comércio de gado, couros e charque transformaram a economia gaúcha fazendo com que ela se integrasse com as demais áreas coloniais e mesmo com Portugal. A economia gaúcha conseguiu, dessa forma, estimular o seu crescimento econômico e, dessa forma, fazer os reinvestimentos necessários em sua produção e, conseqüentemente aumentar a sua renda, o que levou a uma procura maior por mão-de-obra, que foi atendida pela compra de escravos.

Fernando Henrique (1977) analisando o processo de formação da sociedade gaúcha conclui que, diferentemente do que a historiografia rio-grandense admitia (uma sociedade formada a partir de princípios democráticos e igualitários), era, na verdade, patrimonialista, pois os representantes da sua elite (os estancieiros e charqueadores), foram beneficiados pela Coroa – pelos serviços militares prestados e pelo regime de favoritismo – com a exploração dos cargos públicos para fins pessoais. Diferentemente de Oliveira Vianna (1987), que destacava a intrepidez de paulistas e lagunistas no desbravamento do extremo sul, Cardoso se apóia exatamente no sistema de organização de trabalho transposto para o sul (apropriação e distribuição da terra) e o sistema de poder vigente nas demais regiões (grande propriedade dirigida por famílias patriarcais à base de trabalho escravo) para concluir que uma sociedade estruturada dessa forma jamais poderia ser democrática.

Um aspecto levantado pelo autor, é que a imigração européia com o objetivo de criar colônias em pequenas propriedades na região das serras e

³⁴ Com a vinda dos açoritas desembarcados em 1752, a agricultura tomou um novo impulso com as plantações de trigo ao redor da cidade de Rio Grande, expandindo-se para outras áreas até ser destruída, ao redor de 1820 pela praga da ferrugem. Os açoritas visto o desastre do trigo, tornaram-se, então pecuaristas e charqueadores.

diminuir o poder dos latifundiários – seria que a camada de senhores, ao ser criada pela Coroa com o objetivo de fortalecê-la, a partir do momento em que se fortaleceu passou a agir independentemente dos interesses coloniais portugueses. Isto faria com que já no Império fosse estimulada uma forma de diminuir o poder desses latifundiários. Ele conclui: “... desfigurava-se, assim, o sentido original da ordem patrimonial-estatal e lançavam-se as bases para o desenvolvimento da sociedade latifundiária, escravocrata e pastoril do Rio Grande do Sul, mais próxima do patrimonialismo patriarcal que do patriarcalismo-estatal.” (CARDOSO, 1997, p. 113)

É importante destacar também o processo de “coisificação do escravo”, ou seja, o tratamento coercitivo e sem direito que eles recebiam. A coisificação social do escravo até a sua coisificação subjetiva – o escravo se auto-representava como não-homem, a partir da representação branca dominante.

A reificação do escravo produzia-se objetiva e subjetivamente. Por um lado, tornava-se uma **peça** cuja necessidade social era criada e regulada pelo mecanismo econômico de produção. Por outro lado, o escravo auto-representava-se e era representado pelos homens livres como um ser incapaz de ação autonômica. Noutras palavras, o escravo se apresentava, enquanto ser-humano tornado **coisa**, como alguém que, embora fosse capaz de empreender ações com ‘sentido’, pois eram ações humanas, exprimia, na própria consciência e nos atos que praticava, orientações e significações sociais impostas pelos **senhores**. Os homens livres, ao contrário, sendo **pessoas**, podiam exprimir socialmente a condição de ser humano organizando e orientando a ação através de valores e normas criados por eles próprios. Nesse sentido a consciência do escravo apenas registrava e espelhava, passivamente, os significados sociais que eram impostos (CARDOSO, 1997, p. 125).

Como o escravo não era visto como pessoa e sua valorização social ocorria através da sua condição de produção o senhor se sentia autorizado a praticar a violência como forma de coação.

A análise feita sobre a economia do charque levou-o a concluir que o fim da escravidão se deveu à insuficiência numérica, isto é, ao fim do tráfico e à alta mortalidade e à incompatibilidade com o avanço capitalista, embora tivesse sido compatível com ele em um primeiro momento. O avanço do capitalismo depende do fim da escravidão.

A situação específica da economia do charque no mercado internacional permite a discussão das possibilidades de desenvolvimento capitalista da sociedade escravista, mostrando como a escravidão foi, num primeiro

momento, o recurso possível para a exploração mercantil numa região de terras abundantes e escassez de mão-de-obra, e, no momento seguinte, se transformou num obstáculo à generalização do sistema mercantil de produção capitalista (CARDOSO, 1977, p. 155).

O maior exemplo disso era que o charque e o couro não tinham condições de competir com a indústria platina – baseada na mão-de-obra livre – que tinha um custo de produção muito menor por ser mais produtiva. Assim, desenvolveu-se no sul a consciência de que só o trabalho livre, através da imigração, poderia trazer a prosperidade.

Nas palavras de Fernando Henrique Cardoso (1977) o fim do “Antigo Regime” se deu com a imigração europeia e com a Abolição. O sistema escravocrata era ineficiente diante do modo-de-produção capitalista, pois era uma economia de desperdício (o custo de produção do trabalho escravo é menor, por ser menos produtivo, do que o trabalho assalariado) e é pouco flexível diante das necessidades de inovação na técnica de produção, ou seja, a partir de um dado momento ela é um obstáculo à formação do capitalismo. A partir da proibição do tráfico negreiro as províncias periféricas viram seus escravos migrarem para as economias centrais – as produtoras de café. A escassez de mão-de-obra fez com que se realizassem esforços no sentido da imigração. O sociólogo admite que os partidários da imigração respondiam por uma atitude crítica contra a escravidão e contra as formas de produção geradas pela escravidão. O objetivo era atingir uma nova forma de produção, com novas formas de propriedade e novos tipos de relação de produção. A diversidade econômica alcançada pelos pequenos proprietários fez

Surgir como a grande alavanca que impulsionava a região para o futuro. Por volta da década de 70 e, principalmente em 80, a imigração constituía um êxito estrondoso diante do marasmo da economia escravocrata... Com o êxito da economia das áreas de imigração a escravidão e a sociedade senhorial que lhe era correlata ficaram postas em xeque duplamente: porque não eram capazes de competir com o dinamismo da área colonial e por constituírem-se em obstáculos à intensificação desejada da imigração. Resultou que o movimento pela imigração, se não constituiu uma crítica direta à escravidão, implicou a sua condenação prática (CARDOSO, 1997, p. 199-200).

A crescente importância dos pequenos proprietários e da mão-de-obra livre era inversamente proporcional à decadência dos grandes proprietários e da mão-

de-obra escrava. Paulatinamente a imigração possibilitou a abolição dos escravos sem trazer muitos prejuízos para a Província.

Como vimos nesse capítulo, os viajantes e os primeiros intelectuais gaúchos e mesmo Oliveira Vianna (1987) difundiram a idéia do mito da democracia racial do Rio Grande do Sul. Esse mito, como pudemos ver, perdurou até a publicação da tese de Fernando Henrique Cardoso (1977), nos anos 1960. Veremos nos próximos capítulos que essa idéia desenvolvida por Fernando Henrique passou a ser majoritária, mas como vimos no capítulo anterior ocorre uma certa retomada, não quanto ao discurso sobre a democracia racial, mas que o Rio Grande do Sul teve uma colonização diferente das demais regiões do país.

No próximo capítulo, veremos como se deu a entrada do elemento escravo na sociedade gaúcha. Em que tipo de economia ele foi mais utilizado e o grau de importância que teve para o Rio Grande do Sul.

4 – A ESCRAVIDÃO NO RIO GRANDE DO SUL

4.1 – O ESCRAVO NO RIO GRANDE DO SUL

No capítulo anterior pudemos observar quais foram as primeiras impressões realizadas pelos viajantes europeus e as análises feitas pelos primeiros intelectuais gaúchos e brasileiros sobre a província meridional. Além disso, vimos como a obra de Fernando Henrique Cardoso (1977) rompeu com a tão propalada “democracia racial do Rio Grande do Sul” e que mudou radicalmente a forma de olharmos para este período da história brasileira e da gaúcha em particular. Neste capítulo veremos como se deu o processo de introdução e acomodação do escravo na sociedade e economia gaúcha.

O escravo entrou na província meridional brasileira junto com os primeiros povoadores, incorporando-se às diversas atividades econômicas. Segundo Petiz (2006), foi a essência da base produtiva rio-grandense nos três primeiros séculos da sua história. Contudo, a historiografia defendia a idéia de que o Estado fora constituído à imagem e às expensas únicas de povos europeus. A província era diferenciada das demais regiões brasileiras, pois o negro recebia um tratamento diferenciado, principalmente nas estâncias, onde o trabalho seria realizado de uma forma benevolente. Pouca importância foi dada às revoltas, fugas e motivos que teriam levado o negro a cometer crimes. Nem foram estudadas as origens, história e miscigenação que ocorreram (PETIZ, 2006).

Levantamento populacional, através da leitura de inventários das grandes propriedades, de 1780, revela a presença do escravo nas regiões onde se desenvolve a cultura do trigo, nas charqueadas, nos primeiros centros urbanos e nas primeiras estâncias gaúchas de criação. Sua função principal é o cultivo do trigo, mandioca, feijão, além da produção do charque e da farinha para uso doméstico. Além dessas atividades, o trabalho escravo também existia nas atividades de couro e nas plantações de linho cânhamo.

No decorrer do século XIX, existiam muitos anúncios de venda de escravos na província meridional. A figura do negociante de escravos aparece com

freqüência em todas as regiões do País, registrando sua presença até 1878. Segundo Margaret Bakos (1997), existia o hábito dos senhores de eliminarem os recém-nascidos de suas escravas mediante pagamento em clínicas especializadas nesses serviços, para depois alugar as mães como amas-de-leite durante um ano pelo menos. Esta foi, provavelmente, uma prática adotada também no Rio Grande do Sul. Diferentemente do que ocorria nos Estados Unidos, em que o fazendeiro tinha preocupação com a saúde do escravo exatamente para que ele tivesse um maior número de anos em atividade e, também, que fosse estimulado o maior número de nascimentos possíveis, pois estes recém-nascidos seriam a futura mão de obra. Vejamos a seguinte passagem da obra de Fogel e Engerman (1995, p. 117):

That adequate maintenance of the health of their slaves was a central objective of most planters is repeatedly emphasized in instruction to overseers and in the other records and correspondence of planters... the larger plantations maintained substantial hospitals... slave health care was at its best pregnant women... the period of confinement generally lasted about four weeks, during part of which time mothers were attended to by a midwife or a nurse... women were expected to nurse their children... until the sixth or eighth month after birth, nursing took place four times per day during working hours, and nursing mothers were expected to work at only 50 to 60 percent of normal levels. For the balance of the first years infants were usually nursed twice a day during hours of work.

A sociedade colonial do Rio Grande do Sul, diferentemente do que a maior parte da historiografia imagina não era uma terra de gaúchos, vivendo envoltos de lides guerreiras. Segundo Fábio Khun (2004), era uma sociedade típica do Antigo Regime português, baseada em hierarquia social e por uma forte presença da escravidão, extremamente excludente em que uma pequena minoria de famílias detinha uma grande parte da riqueza existente – fosse na forma de terra, gado ou homens.

A partir dos anos 80 do século passado, autores como Décio Freitas (1981) e Mario Maestri Filho (1984) entre outros, através da análise minuciosa de arquivos, levantamento de números e o emprego de métodos estatísticos avançaram enormemente na descoberta da importância do escravo na formação da sociedade gaúcha. O uso do recurso da antropologia e da economia e as

pesquisas no exterior foram fundamentais para este revisionismo³⁵. Diferentes aspectos da escravidão foram abordados, dentre estes estão trabalhos que tratam da resistência escrava, estudos que comprovam a importância da utilização dessa mão-de-obra, como também o grau de violência dessa relação. As fugas podem ser consideradas como elementos de resistência. Petiz (2006) analisa o período compreendido entre 1815 e 1851 para mostrar um conhecimento mais abrangente dessa sociedade rio-grandense. O ano inicial foi escolhido pelo seu caráter relevante, pois foi nesse ano que Artigas, com seu “Programa Agrário” atraiu os escravos brasileiros pela promessa de terras e liberdade. Dessa forma, escravos gaúchos foram tentados a lutar pela independência do Estado que se formava. Os conflitos platinos, dessa maneira, foram um fator catalisador para essas rebeliões. O ano final representa o término da Guerra Grande³⁶, em que a vitória brasileira preservou os interesses escravistas (PETIZ, 2006).

Apesar de ser dada pouca importância à escravidão em território gaúcho³⁷, pesquisas recentes têm reavaliado a importância da população escrava em sua formação social. O tipo de terminologia que aparece nas primeiras fontes dificulta

³⁵ A obra de Fogel e Engerman, acima citada, foi uma das precursoras desse movimento.

³⁶ A Guerra Grande foi o enfrentamento ocorrido no Uruguai entre 1839 e 1851, entre as facções blancos e colorados. Tais facções eram apoiadas por cada um dos principais partidos da Confederação Argentina: federalista ou unitário. *Federalistas* unidos aos *blancos* contra *unitaristas* unidos aos *colorados*. Além da intervenção temporária da França e Inglaterra e Império do Brasil, pendendo aos *colorados*. Iniciou por ser um conflito de bandos entre Oribe e Fructuoso Rivera na República Oriental do Uruguai. O enfrentamento ocorreu devido às diferentes visões de como encarar a condução do novo Estado que se encontrava com muitos problemas: *blancos* conservadores, ligados à economia rural e *colorados* progressistas, ligados a Montevideú. O conflito ultrapassou as fronteiras nacionais uma vez que os bandos orientais se ligaram com correntes políticas regionais, sobretudo com as argentinas: (*federales* e *unitarios*), mas também, no início os *colorados* se uniram com aos farrapos riograndenses em plena Revolução Farroupilha e posteriormente com o Império. A paz foi assinada em 8/10/1851 sem ter sido declarado um vencedor. Após quase doze anos de guerra o Uruguai estava arruinado. A população se reduzira, abandonando o país. Havia 132.000 habitantes, sendo cerca de 34.000 em Montevideú. Acentuou-se a pobreza da população. Os analfabetos eram 80 por cento da população. A criação de gado estava falida. O estado teve que fazer frente a grandes dívidas com a França, Império brasileiro e Inglaterra. Havia muitas dívidas privadas com gastos de guerra.

³⁷ A escravidão ocupou pouco ou nenhum espaço na historiografia tradicional, que davam maior importância às reduções jesuíticas, à Revolução Farroupilha e ao processo imigratório. A historiografia dividia-se, basicamente, entre os que ignoravam a presença do escravo, como se fosse insignificante a sua participação em nossa formação social, e os que tratavam de apresentá-lo colocando-o em situação de “extrema liberdade”. A produção historiográfica desse período esteve em consonância com seu tempo, recheada de teorias racistas, que, na época, chegavam a duvidar da igualdade entre negros e brancos. Entre as décadas de 1930 e 1960, a influência entre os historiadores rio-grandenses por essa linha de atuação foi marcada em razão das análises de Gilberto Freyre em sua obra clássica *Casa Grande e Senzala*, na qual vigora a opinião corrente da passividade diante do sistema escravista e enfatiza o “caráter dócil do negro” e o predomínio das relações paternalistas que teriam vigorado.

sobremaneira a verificação da quantidade de escravos existentes no período, pois se fazia grande confusão entre negro, pardo e índio, sem especificá-los devidamente. A partir de documentos de origem eclesiástica, como os róis de confessados, possibilitou a compreensão da formação da sociedade do Rio Grande do Sul. Dessa forma, Khun (2004) concluiu que houve uma expressiva presença de cativos de origem africana desde o período formativo dessa sociedade.

Fernando Henrique Cardoso (1977) já alertava para esse problema: A importância relativamente pequena do escravo na organização do trabalho do Brasil Meridional tem sido acentuada por todos os autores que se preocuparam com o problema. A existência generalizada de escravos também tem sido ressaltada, por outro lado, por quase todos.

Converge, portanto, grande parte de nossos historiadores, na visão do nosso processo de formação histórica como o resultado do trabalho do homem livre, europeu ou indígena. Descarta-se, então, a participação e contribuição do trabalho escravo africano.

Podemos exemplificar esta tese na passagem da obra de Manoelito de Ornellas (1976): O Rio Grande nascia do impulso desbravador de três correntes humanas, diferenciadas nos seus propósitos mas semelhantes nas suas origens raciais. E o lastro, em que se fundiam as correntes alienígenas, era o índio – o tape, no litoral, o guarani, nas missões e o charrua, nos plainos da Banda Oriental. Pelo oeste e sul, ingressavam os espanhóis com os estandartes cristãos dos jesuítas. Pelo norte, os mamelucos de Pirantininga e Laguna, impelidos, não mais pelo sonho do ouro e das esmeraldas, mas à procura dos rebanhos espanhóis e do índio traficável. Pelo litoral, os ilhéus, simples arroteadores da terra. Como se pode observar, não existe nenhuma referência ao escravo negro.

Segundo Maestri Filho (1984, p. 13), a ausência do escravo na historiografia gaúcha deve-se, por um lado, à preocupação quase exclusiva com a história política das classes senhoriais; por outro, a uma leitura ideológica do nosso passado. A própria existência de um escravismo gaúcho, por si só, já seria uma contradição com o mito da sociedade democrática sulina, construída no

contexto da fazenda, em torno da “roda do chimarrão”. A historiografia tradicional não poderia deixar de referir-se ao escravo sem levar em consideração o “senhor-de-escravo” e este, simplesmente, não “existiria” no quadro idílico delineado por ela. A expansão em direção ao Sul, no início da formação da sociedade gaúcha, esteve, principalmente, em seus primeiros anos, profundamente determinada e condicionada pela dinâmica da sociedade colonial, ou seja, pela realidade social e hegemônica em nível nacional.

Os escravos estiveram nos séculos XVIII e XIX, presentes em quase todos os segmentos produtivos da sociedade brasileira, que viviam diretamente ligados à produção mercantil. No Rio Grande do Sul, não será diferente. A não ser nas regiões tardiamente incorporadas ao domínio lusitano (onde existia a mão-de-obra indígena) e no espaço geo-econômico ocupado pelo imigrante ítalo-germânico – onde, no decorrer da colonização, foi proibida a utilização de escravos africanos -, o escravo quase sempre se encontrava em destaque. Podemos dizer que habitava, com desigualdade, em todos os poros da sociedade produtiva de então. Será, porém, nas principais aglomerações urbanas que assume papel determinante.

As plantações coloniais de cana-de-açúcar, algodão, tabaco, assim como a mineração, adaptavam-se sem problema ao trabalho escravo. O processo produtivo poderia ser facilmente desmembrado em uma sucessão de atos simples e rotineiros, executados sob coação. A solução necessária para a colonização do Brasil numa ótica mercantilista, isto é, voltado para a produção de mercadorias coloniais para o mercado internacional, será o escravismo. Ele será, num primeiro momento, indígena e, mais tarde, essencialmente negro. O escravismo se encontrava na América lado a lado com outras formas de produção e, muitas vezes, vivendo uma situação de subordinação a estas últimas; no Brasil se desenvolve, no entanto, com tal vitalidade que, por séculos, será a produção hegemônica. Penetrando em todos os poros da sociedade, determinará e influenciará até mesmo aqueles setores produtivos que, por diversos motivos, se adaptavam com dificuldades à realidade escravista (MAESTRI FILHO, 1984).

4.2 – AUMENTO DA IMPORTÂNCIA DO ESCRAVO NA ECONOMIA GAÚCHA

O “escravismo” gaúcho dos primeiros tempos foi um prolongamento do escravismo colonial brasileiro; vivia, no Sul, uma situação de dependência em relação às regiões produtoras para o mercado externo. O escravo é parte da vida da Capitania, mas o escravismo sulino é um prolongamento do escravismo colonial. O negro participa da vida produtiva, mas ela não está, como em outras capitanias, assentada centralmente sobre ele. O trabalhador assalariado, o agregado, o colono, o indígena aculturado encontram-se em destaque e são o eixo fundamental da tropeada, da fazenda. Até mesmo na plantação é significativa a mão-de-obra livre (MAESTRI FILHO, 1984).

A utilização do escravo na agricultura gaúcha não criou as bases para uma plantação escravista. Os produtos plantados no Sul, cevada, milho, batatas, feijão trigo, etc., definitivamente, não se adaptavam à grande plantação escravista. A baixa rentabilidade permitia aos agricultores mais felizes comprar, com muita economia, um ou mais escravos, mas era só. Não teremos a possibilidade de uma acumulação que permita a compra significativa de mão-de-obra negra e a constituição de dezenas de escravos. Na verdade, o trabalho escravo não chega nem mesmo a expulsar o trabalho livre da agricultura.

No final do século XVIII aumentou o número de estâncias na província de São Pedro do Sul. Essas estâncias representavam um maior controle e influência sobre o território, possibilitando uma posição de defesa frente aos ataques espanhóis. Além disso, a carne salgada produzida nas charqueadas abastecia a mão-de-obra escrava utilizada no sudeste. A necessidade de gado contribuía para a valorização da terra, o que causou alterações nas relações de trabalho. Passou a aumentar, cada vez mais, a necessidade de mão-de-obra escrava, destinada às atividades específicas da charqueada, à criação de gado, bem como às atividades ligadas à agricultura. Foram estimuladas, tanto por portugueses como por espanhóis, a vinda de imigrantes agricultores para o povoamento e defesa da região (PETIZ, 2006).

Será a charqueada, na última vintena do século XVIII, a responsável pela estruturação de um sólido regime social de produção escravista no Rio Grande do Sul. O escravo era a mão-de-obra fundamental nas charqueadas, mas não nas colônias. Isto ajudou a desenvolver a tese da pouca utilidade do trabalho escravo na província de São Pedro, o que não acontecia nas províncias eminentemente monocultoras como São Paulo e Rio de Janeiro, que receariam não sobreviver economicamente sem o trabalho escravo. A articulação de uma importante indústria charqueadora na capitania de São Pedro deveu-se a fatores climáticos ocorridos em terras nordestinas: as secas de 1777, 1779, 1792. Até então, os salgadeiros cearenses eram os importantes fornecedores de carne-seca para o mercado colonial e internacional, a escassez de gado a abater, determinada pela estiagem, termina levando à decadência a antiga produção. Abre-se então espaço para as carnes gaúchas. O saque de milhares de cabeças de gado espanhol ajuda, também, a lançar o ciclo das charqueadas na província meridional.

É difícil definir com precisão o caráter dos trabalhadores das primeiras charqueadas. Possivelmente, foram uma mescla de peões, escravos africanos e indígenas semi-escravizados. Com a estratificação da produção, o problema desaparece. Todos os relatos e documentos afirmam: o escravo africano era a mão-de-obra central nessa produção. O trabalho livre reduzia-se, freqüentemente às tarefas de administração e controle e, mais tarde, às tarefas mais complexas (caldeiras, movimentos de máquinas, etc.) Por mais de um século, a classe econômica relativamente mais dinâmica da província viveu da exploração direta do trabalho escravo. A partir da charqueada, por outro lado, constitui-se toda uma trama de interesses econômicos (a charqueada devia ser abastecida, seus produtos vendidos e transportados, etc). A produção escravista toma, então, um caráter extremamente importante nessas regiões (MAESTRI FILHO, 1984).

Antes da indústria do charque, a não ser relativamente para a agricultura, como visto acima, não existia a necessidade significativa de mão-de-obra escrava, nem os fundos necessários para uma importação sistemática. Com a indústria do charque, ocorrerá uma atividade produtiva que “consome”, sistematicamente,

mão-de-obra negra e cria inúmeras possibilidades colaterais de utilização do braço escravo.

Em recente trabalho, Nogueira (2007), irá contestar esta análise de que no Rio Grande do Sul não comportava grandes propriedades produtoras de mercadorias exportáveis empregando mão-de-obra escrava. Ele coloca em dúvida a tese de que a escravidão era incompatível com a pecuária extensiva. Segundo ele, as estâncias utilizavam mão-de-obra escrava na criação de gado. Através de uma amostra de 7677 cativos, 22,8% (262), em diferentes períodos, se declararam campeiros. Demonstrou que a criação de bois e cavalos de maneira extensiva não era incompatível com a escravidão e que, ao contrário de muitos pesquisadores defendem, havia mais escravos trabalhando com gado do que com agricultura no Rio Grande do Sul.

A escravidão crescia em importância na província meridional, atingindo na primeira metade do século XIX, o maior contingente ao longo de sua história, quando ocorreu um grande aporte de escravos como reflexo da maior inserção da província no cenário econômico do Império. Em 1751, a população cativa de Viamão era de 45%, um percentual muito semelhante ao das zonas mineradoras ou de plantation e não muito adequado à uma região voltada ao mercado interno. Outro ponto destacado por Khun (2004), que merece ser ressaltado, refere-se à estrutura de posse de escravos em Viamão, onde existia uma grande dispersão no padrão de posse. Além, da baixa posse média de cativos – quatro escravos por unidade doméstica. A concentração precoce do número de escravos em mãos de grandes proprietários indica que os doze maiores proprietários – com oito ou mais cativos – detinham conjuntamente 132 escravos (46% do total), com uma posse média de 11 cativos por plantel, típico padrão dos estancieiros. Os demais 62 proprietários tinham uma posse média de 2,5 escravos, típica do padrão dos lavradores. Dessa maneira, pode-se depreender uma sociedade fortemente dependente de mão-de-obra cativa, especialmente africana. O elevado percentual de população cativa em Viamão no final do período colonial era suplantado apenas nas províncias de Minas Gerais e Piauí e superava regiões tipicamente voltadas à economia de plantation, como Rio de Janeiro e Bahia.

Entre 1751 e 1778, ocorreu uma certa estagnação no processo de concentração de mão-de-obra escrava em Viamão. Contudo, os grandes proprietários continuavam a concentrar significativa parcela dessa mão-de-obra. Segundo o censo de 1780, a população escrava era de 39,6%. Era a terceira maior da província, enquanto o Rio Grande de São Pedro registrava um percentual cativo de 28,5%. Contudo, em 1802, a população escrava de Viamão aumenta para 43,8% e, em 1830, atinge 46% da população total, retornando ao patamar de 1751.

O Rio Grande do Sul no início do século XIX tornou-se o maior produtor e fornecedor de charque. A ascensão deste produto no mercado nacional, e a conseqüente necessidade de mão-de-obra levaram a província a receber o maior afluxo de escravos de toda sua história. Documentos comprovam que estancieiros competiam, com sucesso, com proprietários das charqueadas pela provisão de escravos. Na zona de Chuí e São Miguel, 35 estâncias rio-grandenses tinham mais de 200 escravos. Testamentos de proeminentes produtores de gado e chefes caudilhos registraram a alta proporção de escravos nesse extensivo sistema de trabalho (PETIZ, 2006). Em 1858, a população escrava representava 25% do total da província, chegando a um máximo absoluto de 98.450 em 1874, representando 21%. Nesse ano, a escravaria gaúcha era a sétima maior do Brasil, ficando atrás das províncias do Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. A partir dessa data, a tendência foi diminuir a população escrava e aumentar a livre. Em 1887, menos de 1% da população total do Rio Grande de São Pedro constituía-se de escravos.

4.3 – O ESCRAVO NAS GUERRAS E NA RESITÊNCIA

Os negros tiveram intensa participação nas guerras fronteiriças do Prata. Segundo Petiz (2006), foram utilizados nos efetivos militares e agiram de acordo com seus interesses, aproveitando-se dos momentos de maior descuido para fugir em direção para o lado hispânico em busca de uma melhor condição de existência. Foram beneficiados pelos vizinhos que, ao longo do período, foram receptadores de negros sul-rio-grandenses, procurando atraí-los para seus territórios. As fugas para o além-fronteira são contemporâneas ao mito da democracia racial, que concebia a idéia de que a escravidão não teria tido grande peso nas atividades produtivas do estado, tendo sido pouco empregado o negro escravizado. Nessa perspectiva, a fronteira, facilitadora das fugas era mais um elemento comprobatório da ineficácia de sua utilização, motivo pelo qual os senhores teriam preferido indígenas e peões livres aos negros escravizados (PETIZ, 2006). As falhas de fiscalização faziam com que os escravos mostrassem sua revolta, individual ou coletivamente, fugindo das senzalas e formando quilombos.

Participação marcante também tiveram durante a Revolução Farroupilha, mesmo sem existir um cálculo exato, foi considerável sua presença tanto entre as tropas farroupilhas como entre as legalistas. A revolução abriu novas possibilidades de protesto, pois seria difícil distinguir um soldado de um escravo fugitivo. As guerras platinas e a Revolução Farroupilha levaram, segundo Petiz (2006), a elite de São Pedro a encontrar alternativas ao uso do trabalho escravo. Com a promessa de Artigas de conceder liberdade e distribuir terras aos escravos sul-rio-grandenses muito destes foram atraídos pela oportunidade causando transtornos aos proprietários gaúchos, que se viam ameaçados em sua força de trabalho e prejudicados economicamente. Segundo Petiz (2006), mais do que ameaçar os proprietários meridionais, a proposta de Artigas ameaçava toda sociedade brasileira, calcada no escravismo e no latifúndio.

Além da possibilidade de liberdade, os escravos eram atraídos pelos melhores tratos que recebiam nas regiões sob domínio espanhol. O viajante

francês Arsène Isabelle, em passagem por Buenos Aires afirmou que os escravos negros recebiam um melhor tratamento e não recebiam chicotadas como no Brasil, onde eram tratados como cães. Por isso teriam, tomado em armas para lutar, escolhendo o lado que os favorecia (ISABELE, 1983).

As fugas fronteiriças não foram uma prática restrita a poucas pessoas e nem a uma determinada localidade, pois os escravos fugiam tanto de proprietários que possuíam seus empreendimentos junto à fronteira, como Jaguarão, como de áreas bem mais distantes destes centros de atração, como foi o caso da fugas praticadas por escravos de São Leopoldo; foram freqüentes e permearam todo tecido social; todas as localidades estiveram envolvidas e tiveram, em maior ou menor grau, de se preocupar com esses empreendimentos praticados pelos escravos no sul (PETIZ, 2006).

Cálculos feitos por Petiz (2006), levando em consideração o valor aplicado na sua aquisição e na sua manutenção até a data da fuga, o preço unitário do escravo adulto do sexo masculino em idade produtiva na faixa dos 250\$000 e considerando apenas a documentação analisada tem-se um montante aproximado de 2250:000\$000 (este número corresponderia a nove mil escravos) das perdas decorrentes de escravos que fugiram para os países vizinhos durante a Revolução Farroupilha. As perdas, contudo, devem ter sido muito maiores, devido a falta de outros registros. A maior parte dos escravos fugitivos do Rio Grande do Sul para os países vizinhos era constituída por escravos africanos. Entretanto, Petiz (2006) constatou que haviam fugido 49 escravos pertencentes a outras províncias o que, segundo ele, revelaria o Rio Grande do Sul foi um receptor de cativos oriundos de outras regiões, o que evidenciaria a importância do tráfico interprovincial.

Os escravos não foram somente contrabandeados do Rio Grande do Sul para o Uruguai. Com o advento da lei de 15 de dezembro de 1842, que abolia a escravatura no Uruguai, o tráfico clandestino recomeça em direção contrária. Essa é uma página quase desconhecida da história da província gaúcha: a escravidão ilegal de cidadãos uruguaios de origem africana. Este tráfico levava também crianças clandestinamente para serem vendidas no Brasil. Este processo de re-escravização somente terminou com a abolição da escravatura no Brasil

(MAESTRI FILHO, 1984). Esta tese vai de encontro a de Nogueira (2007), no trabalho acima citado, de que a fronteira tornava a propriedade escrava insegura, pois, segundo ele, a escravidão foi importante tanto na Argentina como no Uruguai, neste, inclusive, ela perdurou até 1846. Além disso, os estancieiros brasileiros e uruguaios conviviam com uma fronteira indefinida e ambos possuíam escravos em suas propriedades. Dessa forma, seria um erro acreditar que a fronteira seria perigosa à propriedade escrava. E mais, segundo Nogueira, existiam muito mais intervenções portuguesas no lado espanhol do que o contrário.

Os anos que transcorreram entre o término da Revolução Farroupilha e o início da Guerra do Paraguai são marcados, no Rio Grande do Sul, pelo contínuo sucesso do trabalho do imigrante. Os relatórios dos presidentes da província, no período, documentam, a alta produtividade do trabalho nas colônias. Todavia, são poucos os que antevêm as profundas modificações que o imigrante traria para o estilo de vida no Brasil meridional. A escravidão impede o aumento da imigração devido ao preconceito do colono branco no serviço de parceria com os negros (BAKOS, 1997).

Segundo Bakos (1997), o fato do Rio Grande do Sul estar incluído, quatro anos antes da abolição, entre as províncias de maior população escrava no Brasil³⁸, é um dado por demais significativo da presença de um número proporcionalmente grande de escravos entre os gaúchos. Isto mostra o porquê de tantas discussões político-partidárias em torno da questão servil no Rio Grande do Sul.

³⁸ Segundo Bakos, a frente da província gaúcha se encontravam Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, pp.19.

4.4 – A ETAPA FINAL DO ESCRAVISMO GAÚCHO

A partir de 1884 a escravaria diminui rapidamente devido a dois fatores:

a) o grande número de libertos que aceita cumprir mais alguns anos de serviço;

b) a relação existente entre a chegada do imigrante na província e o paulatino desprestígio da mão-de-obra servil (BAKOS, 1997).

Diferentemente de São Paulo, como veremos nos próximos capítulos, a política de imigração do Rio Grande do Sul não objetivava resolver o problema da falta de mão-de-obra. O europeu nesta província era o senhor de seus próprios meios de produção, pois o Rio Grande do Sul recebia a maior colonização oficial do País, que tinha por objetivo garantir a posse e a exploração de regiões menos povoadas, possibilitando o surgimento da pequena propriedade rural.

A Secretaria de Negócios Estrangeiros do Rio de Janeiro, em 1824, tomou a primeira iniciativa de bloquear o possível relacionamento entre imigrante e escravo, que determinou o retorno dos escravos de São Leopoldo para a Corte, na medida em que chegavam os imigrantes alemães. Entretanto, nada proibia a entrada de escravos trazidos por imigrantes. A tentação de possuir escravo levou o governo a criar a Lei Fluminense n 226, de 30 de maio de 1840, que proibia a presença de escravos nas colônias. Em 1848, é criada a Lei Imperial n 514, de 24 de outubro, que proibia qualquer província em que existissem colônias de possuírem escravos.

Em vista do resultado de seu trabalho, o imigrante tem sido classificado como elemento propiciador de uma crítica indireta ao trabalho escravo. Outros elementos, relacionados também com o imigrante, podem ser entendidos como estimuladores da diminuição da escravaria na Província, tais como a Legislação Imperial e Provincial que acompanha a chegada desses colonos ao Rio Grande do Sul e a concorrência que estabelece nos mercados de trabalho rurais e urbanos (BAKOS, 1997).

Quando começaram a chegar os primeiros imigrantes alemães, tópico que abordaremos nos capítulos seguintes, através da imigração financiada pelo

governo imperial, em 1824, procurou-se encontrar formas de impedir que houvesse um relacionamento entre imigrantes e colonos. A primeira medida foi tomada pela Secretaria de Negócios Estrangeiros do Rio de Janeiro, através de um aviso do Secretário de Estado, José de Carvalho e Mello, ao Presidente da Província gaúcha, em 31 de março de 1824³⁹.

Assim, através do plano de retornar ao Rio de Janeiro a escravaria de São Leopoldo, estava previsto o esvaziamento da colônia desses escravos. A tentação de possuir escravos devia ser muito grande, pois em 30 de maio de 1840, é criada a Lei Fluminense 226, que proibia a presença de escravos nas colônias. A Lei Provincial 183, de 18 de outubro de 1850, proibia a entrada de escravos nas colônias existentes e nas que fossem criadas no futuro. Essas medidas, entre outras, visavam a impedir o imigrante de concorrer com o latifundiário pastoril.

Em 30 de novembro de 1854, uma nova legislação proíbe definitivamente o trabalho escravo nas colônias. Ela estabelecia que os colonos deveriam cultivar suas terras com sua própria força de trabalho ou, então, contratar mão-de-obra assalariada. Era estritamente proibida a utilização de cativos.

Entretanto, como destaca Bakos (1997, p. 33) citando Fernando Carneiro, assim que a colônias passavam à condição de vila, libertando-se dos regulamentos coloniais os escravos retornavam.

É possível afirmar que a estrutura produtiva sul-rio-grandense não é prejudicada ao longo do processo de desagregação da ordem escravocrata, se

³⁹ *Esperando-se brevemente nesta Corte uma colônia de alemães, a qual não pode deixar de ser reconhecida a utilidade para este império para a superior vantagem de se empregar gente branca livre e industriosa, tanto nas artes como na agricultura e constando a S.M. o Imperador que o terreno em que se acha estabelecimento de Linho e Cânhamo na Província de São Pedro é o mais apropriado para nele se estabelecerem os mesmos alemães. Manda o mesmo Augusto Senhor, pela secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros, que o Presidente do Governo daquela Província proceda:*

- 1) *a mandar medir o mesmo terreno, para ser dividido em datas de 400 braças;*
- 2) *que dê logo parte da quantidade de terra e dos casais que nela poderão arranjar, visto estar muito próxima a chegada dos colonos;*
- 3) *que faça avaliar os escravos pertencentes à Fazenda Pública, que ali acharem, remetendo a sua avaliação e ficando na inteligência de que, à chegada dos colonos, deverão os referidos escravos virem para esta Corte.*

S.M. Imperial está mui certo da inteligência e zelo do Presidente do Governo para duvidar um só instante que nele empregará toda a eficácia e esmero nesta comissão que lhe há por mui recomendada.

Palácio do Rio de Janeiro, em 31 de março de 1824.

Ass. Luiz José de Carvalho de Mello. HUNSCHÉ, Carlos. O biênio 1824/1825 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro), in BAKOS, Margaret M.op.cit.pp.31.

comparada com as das províncias monocultoras, pois a economia gaúcha, no processo descrito de reciclagem interna, estriba-se basicamente no trabalho livre (BAKOS, 1997).

Entre o momento em que a charqueada torna-se a principal força centrífuga da economia gaúcha até poucos anos antes da Lei Áurea a mão-de-obra escrava foi importante para o Rio Grande do Sul. Para exemplificarmos essa afirmação, podemos observar que a província meridional foi, junto com Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, as únicas a votarem contra a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871⁴⁰. Os gaúchos foram contrários porque era grande a concentração de escravos – mais de 21% – na população total da província. Além disso, estava junto com as outras três entre as que não haviam votado as verbas especiais para a alforria dos escravos.

No Rio Grande do Sul, o processo de libertação deu-se pelas permeabilidades abertas na estrutura escravagista através da diversificação econômica, estimulada pelo trabalho livre, principalmente do imigrante, que sentenciou o fim da instituição (BAKOS, 1997).

O crescimento e diversificação das atividades produtivas da província, aliados à formação social e dinâmica interna, peculiares no país, permitiu que o Rio Grande do Sul admitisse a abolição da escravaria sem grandes apreensões. Na província já se tinha demonstrado, através das regiões de colonização alemã e italiana, a potencialidade do trabalho livre na organização econômica regional, o que conferia a essa forma de produção uma superioridade em relação ao trabalho escravo, que superava qualquer expectativa anterior à sua adoção (BAKOS, 1997).

A abolição da escravatura no Rio Grande do Sul foi precedida por uma fase de freqüentes disputas político-ideológicas em favor e contra a libertação dos escravos e por um momento de evidente indefinição na economia regional: continuar submissa às determinações do Centro ou procurar soluções próprias.

Podemos observar neste capítulo que diferentemente do que afirmavam os viajantes que chegaram à região e, posteriormente, as primeiras análises

⁴⁰ Por essa Lei seriam libertos os filhos de mulher escrava que nascessem depois da data de sua assinatura.

realizadas por estudiosos locais, a mão-de-obra escrava no Rio Grande de São Pedro foi importante tanto na atividade econômica como em número de escravos. Isso pode ser demonstrado até na resistência que os mesmos realizaram, ora lutando em favor dos brasileiros em busca de sua carta de alforria, ora buscando a liberdade através da fuga para os vizinhos Uruguai e Argentina.

Nos próximos capítulos veremos como se deu à formação das colônias, principalmente de origem alemã e, especificamente, a de São Leopoldo.

5 – O REVISIONISMO SOBRE A FORMAÇÃO DO RS

No capítulo anterior vimos como se deu o processo de introdução do escravo na sociedade gaúcha. Pudemos observar que, diferentemente do que pensava uma boa parte da historiografia, os escravos não só estiveram presentes desde o início da formação do Rio Grande de São Pedro como foram importantes nas principais atividades desenvolvidas na região.

Neste capítulo veremos como ocorriam as relações travadas entre a região sul-rio-grandense com as áreas hegemônicas, ou seja, as que produziam o produto rei. A partir das teses defendidas por Fernando Henrique Cardoso (1977) na já citada, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, que rompeu com o ponto de vista hegemônico da intelectualidade gaúcha da primeira metade do século passado, de que haveria uma democracia racial na província meridional, e a inauguração de uma nova hegemonia, a de que o Rio Grande do Sul era uma região similar às demais áreas brasileiras. Veremos, também, que a tese de Fernando Henrique tornou-se incontestável até o final dos anos 1980. A partir daí, alguns cientistas sociais gaúchos passaram a questionar não apenas do processo de formação do Rio Grande do Sul, mas também a obra do sociólogo. Veremos que dos principais teóricos a defender que o estado meridional teve um processo de formação diferente do resto do país foi o economista Luiz Roberto Pecoits Targa, que procurou não apenas demonstrar essas diferenças, como também apontar inconsistências na obra de Fernando Henrique e criticar os intelectuais do centro do país – principalmente os paulistas – de quererem transformar uma particularidade em etnocentrismo.

Antes, contudo, de entrarmos na tese de Targa veremos como a historiadora Helen Osório analisa o processo de formação do Rio Grande do Sul. Lembremos que Osório parte do pressuposto de que a província gaúcha faria parte da engrenagem comandada pela província, ou províncias, que controlavam o produto-rei, mas, principalmente, estava inserida dentro do rol de influência dos grandes comerciantes da praça do Rio de Janeiro. Osório, diferentemente de Targa, não acredita que o Rio Grande do Sul apresentou um processo de formação diferente do resto do Brasil.

5.1–RELAÇÕES DO RS COM ECONOMIAS HEGEMÔNICAS NACIONAIS

As raízes da integração regional brasileira tiveram início no século XIX. Foi a criação de interdependências que formaram um determinado mercado interno e nacional. A mineração foi o primeiro produto a criar a integração econômica, mas com a decadência dos núcleos migratórios a partir da década de 50 do século XVIII foi enfraquecida. As regiões tendiam à autonomia e à independência umas das outras.

A província de Rio Grande de São Pedro se formou com base na grande propriedade, na pecuária extensiva e na pouca necessidade de mão-de-obra para o desenvolvimento de sua economia. Essas características marcariam o desenvolvimento econômico gaúcho no século XIX. Essa pecuária sempre esteve atrelada ao produto-rei que puxava o desenvolvimento, primeiro da colônia e depois do Império, da província líder, Minas Gerais, com a mineração e, posteriormente, o Rio de Janeiro e São Paulo, com o café. Enquanto essas últimas tinham suas dinâmicas determinadas pelo mercado internacional, a pecuária gaúcha tinha sua dinâmica determinada por elas, ou seja, o mercado interno.

É nesta conjuntura de crescimento e diversificação de culturas de exportação (confirmada pelo aumento das exportações do Brasil para Portugal) e de dinamização do mercado interno, que o Rio Grande terá um papel importante como produtor e abastecedor de gêneros alimentícios - charque e trigo - para outras regiões da América portuguesa, secundado pela exportação de couros, dirigida ao mercado europeu. Em 1797, as exportações coloniais brasileiras caíram bruscamente, mais de 60% - o Rio de Janeiro apresentou uma queda de 55%, índice menor do que a média, mas bastante acentuado -, enquanto o Rio Grande de São Pedro, na contra-mão, apresentou um aumento em suas exportações de 9%. De 1802 a 1807, o valor das exportações do Rio Grande oscilaram entre 27,7 e 49,4% do valor das exportações realizadas pelo porto do Rio de Janeiro para Portugal (excluídas as remessas de metais). No mesmo período, representaram de 7,5 a 9,9% da totalidade das exportações do Brasil

para a metrópole. A partir de 1808, quando praticamente nada foi exportado do Brasil para Portugal; o Rio Grande, entretanto, continuou aumentando seu comércio (para o Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Santa Catarina, Campos, Maranhão e Pará), de tal forma que suas exportações atingiram 1670% do valor das do Rio de Janeiro, e 177% das brasileiras. O pior ano para as exportações sul-rio-grandenses foi o subsequente, 1809, quando seu valor caiu 35% em relação a 1807. De qualquer forma, queda muito menos acentuada que a do Brasil (65%) ou a do Rio de Janeiro (76%) (OSORIO, 1999).

Entre 1810 e 1812, se fizermos uma comparação com a capitania de São Paulo as exportações sulistas para o porto carioca foram, respectivamente, três, sete e onze vezes maiores que as do porto de Santos com igual destino. Nesse mesmo período, o Rio Grande importou do Rio de Janeiro 552, 1.174 e 1.168 escravos, enquanto entraram pelo porto de Santos, com a mesma origem, apenas 320, 248 e 299 escravos, respectivamente. São Paulo também fazia parte do hinterland do Rio de Janeiro. O porto carioca era a origem da maior parte das importações marítimas paulistas (de 67,2 a 74,6%, entre 1813 e 1819). No cotejo das exportações totais, os valores do Rio Grande do Sul também avultam: em 1813 elas foram oito vezes e meia superiores às paulistas; em 1816, mais de duas vezes; em 1818 três, e em 1821, cinco vezes e meia. Nos anos citados, no mínimo 90% do valor das exportações paulistas para o Rio de Janeiro correspondeu ao açúcar, produto destinado ao mercado externo, enquanto os produtos rio-grandenses dirigiam-se majoritariamente ao mercado interno da colônia (à exceção do couro, que nos mesmos anos representou de 12,3 a 26% do valor total de suas exportações). O Rio Grande constituiu-se, portanto, em um exemplo de região de recente ocupação que rapidamente integrou-se a circuitos mercantis intercoloniais (OSORIO, 1999).

O Rio Grande do Sul constituiu-se em importante região produtora de alimentos, charque e trigo, para o mercado interno da América portuguesa. Segundo Osório (1999, p. 167), os circuitos mercantis em que estava inserido eram dominados, não por negociantes locais, mas por grandes negociantes do Rio de Janeiro, que também monopolizaram a arrematação de contratos da Coroa.

Mesmo assim, determinou-se que o grupo mercantil local constituiu-se na elite econômica da capitania, possuindo patrimônios superiores aos dos grandes “estancieiros”.

Entre 1790 e 1821, o porto da Bahia foi o principal destino do charque. O Rio de Janeiro foi o segundo comprador do produto, em volume. Sua importação foi inferior a da Bahia entre 9,5 e 40% (em 1810). A partir de 1818, no entanto, os volumes importados pelos dois portos assemelharam-se e, nos anos finais desse período, 1820 e 1821, o Rio de Janeiro tornou-se o principal importador do charque rio-grandense. Pernambuco manteve-se sempre como terceiro porto de destino, e numa faixa bem inferior: entre 100.000 e 200.000 arrobas de charque anuais. As vendas para estes três portos representaram, no mínimo, 82% (em 1817) e, no máximo, 99,4% (em 1802) das exportações totais de charque. A participação máxima alcançada pelo porto carioca foi em 1821, quando recebeu 46% do charque exportado. A balança comercial era deficitária com a capital do Vice-Reino. A regra era o comércio deficitário, exceto em 1803 e 1815, quando ocorreram modestos superávits. Os superávits com Bahia e Pernambuco - o que significa dizer obtidos com venda essencialmente de charque - financiavam os déficits constantes com o Rio de Janeiro (OSORIO, 1999).

Toda uma corrente de historiadores de ampla circulação regional afirmou a pouca significação da escravidão, a origem ariana da população e o igualitarismo das relações sociais: "no campo de luta, com raríssimas exceções, senhores, escravos, peões e agregados, nivelavam-se tratando-se quase como de iguais para iguais" (SPALDING, 1953, p. 35). Em toda essa produção afirma-se a "democracia racial" e a "democracia rural gaúcha". O fato conformador da sociedade sulista, para esta corrente, seria a situação de fronteira. Além disso, toda a historiografia sul-rio-grandense afirma o caráter subsidiário, periférico e complementar da economia local em relação ao "Brasil".

Fragoso (1992), em *Homens de Grossa Aventura*, compreende que as áreas do Rio Grande, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais, abastecedoras

da agro exportação fluminense⁴¹, possibilitavam a reiteração do escravismo colonial. Este "mosaico de formas não-capitalistas de produção" articulado à plantation escravista compõem uma formação econômica e social que abarcaria o atual centro-sul do país (FRAGOSO, 1992, p. 120). Assim, ganham dimensão categorias pouco utilizadas na análise das sociedades coloniais: acumulação endógena, mercado interno e capital mercantil residente. Por outro lado, perde sentido a idéia da transferência maciça do excedente produzido pela economia colonial para a metrópole.

Segundo Osório (2005, p. 35), a noção de formação econômica e social, que procura estabelecer a diversidade e a unidade específicas das relações econômicas e sociais de uma certa sociedade, parece potencialmente mais explicativa das relações estabelecidas entre os diversos espaços coloniais da América portuguesa, que os adjetivos comumente utilizados pela historiografia para qualificar as relações do Rio Grande com tais espaços. Economia subsidiária, complementar, periférica ou "periferia da periferia" são qualificações pouco esclarecedoras que dão, primordialmente, a idéia de um objeto que passivamente sofre as determinações ou a dominação de um "centro". Trata-se, no entanto, de perceber como se produzem e reproduzem as vinculações, qual sua natureza e modificações no tempo.

Em sua tese, Helen Osório (1999) fez uma análise da estrutura econômica do Rio Grande de São Pedro e verificou o peso de suas diferentes atividades e bens econômicos identificados através da composição das fortunas, através dos dados da amostra de inventários post-mortem (1765-1825). Inexistiam atividades industriais e uma freqüência residual do setor artesanal, presente em apenas três quinquênios, em percentuais sempre inferiores a jóias ou dinheiro, apontavam de imediato para uma débil divisão social do trabalho e um mercado com escassas opções econômicas. Os baixos percentuais de moeda nos inventários post-mortem, que variam de 0,1 a um excepcional 10,8%, indicam, por sua vez, uma

⁴¹ Para estas regiões que constituíam o mercado interno ver, entre outros, MARCÍLIO, Maria L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo, USP, 1974 (tese de livre-docência); LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979. LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista - Minas no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

das características do mundo colonial luso-espanhol na América: pequena circulação monetária e iliquidez. No essencial, é aplicável ao caso do Rio Grande a análise realizada por Fragoso para a região nucleada pela cidade do Rio de Janeiro: economia regional pré-industrial, caracterizada por circulação monetária e liquidez precárias, e um mercado restrito. O contraste com o Rio de Janeiro se apresenta no tocante ao peso dos prédios urbanos e bens rurais⁴². Enquanto ali o setor imobiliário urbano representou 25% das fortunas no período de 1799-1820 e os bens rurais não ultrapassaram a faixa dos 15% , no Rio Grande o primeiro oscilou, para todo o período da amostra, entre 0,5 e 18,8%, e os segundos entre 25,7 e 56,0%.

Na amostragem utilizada por Fragoso (1992), apenas 35,4% dos inventários são rurais, enquanto para o Rio Grande, apenas 26% são exclusivamente urbanos. As dívidas ativas (letras, contas-correntes e créditos pessoais), previsivelmente, têm uma participação inferior nas fortunas do Rio Grande do que nas do Rio de Janeiro, já que em suas atividades comerciais os negociantes sulistas eram tributários dos créditos cariocas. Enquanto no Rio o capital usurário e mercantil (soma das dívidas ativas mais comércio⁴³) alcançava em torno de ¼ dos ativos, no Rio Grande o montante, para a maior parte dos quinquênios, aproximava-se de 1/5. Passada a fase da ocupação espanhola, a partir de 1785 verifica-se o aumento da participação dos bens rurais que atingem percentagens superiores a 30,9, chegando mesmo a 55,6%, das atividades comerciais, dos prédios urbanos e da monetarização. Enquanto isso, a parcela que os escravos ocupavam nas fortunas decaiu significativamente - com a exceção do ano 1785, em que atingem 25,6%, não ultrapassam 19,6% (OSORIO, 1999).

De 1765 a 1795, com exceção do ano 1770, as fortunas máximas estão no patamar de 2.000 libras (ou 7 contos de réis), quantia bastante modesta. As fortunas com até 500 libras, que representam os mais pobres, oscilaram entre 60 e 100% dos inventariados. Após 1780, a presença de inventariados na faixa com até 200 libras jamais ultrapassou 48% do total, denotando o enriquecimento da

⁴² Os bens rurais compreendem as terras com suas benfeitorias, instrumentos e equipamentos de trabalho e a produção agrícola e pecuária.

⁴³ Foram considerados como bens comerciais armazéns, estoques de mercadorias, lojas e barcos.

sociedade. Já, a partir de 1800, os mais ricos estão na faixa com até 10.000 libras e em 1810 são encontradas fortunas acima de 20.000 libras. A presença de inventariados com até 500 libras diminui em relação ao período anterior: entre 1800 e 1825, representam entre 71,9 e 42,5% da população inventariada. Confrontando especificamente fortunas de negociantes, o maior monte-mor encontrado no extremo sul, para Helen Osório (1999), é de 40.400 libras, enquanto, para o Rio de Janeiro, Fragoso (1992) apresenta mais de 20 nomes de negociantes de grosso trato que ultrapassam as 50.000 libras.

Nesse mesmo período, se levarmos em consideração a fortuna detida em cada faixa de renda, observaremos que as camadas mais pobres, com exceção de 1765, possuem um percentual de escravos superior à sua fortuna; enquanto nas maiores riquezas esse percentual é inferior à sua fortuna acumulada. Os mais pobres, por não terem capital suficiente, eram apartados das operações relativas ao capital mercantil (negócios mercantis e barcos), participavam, contudo, das transações com bens rurais em que necessitavam de maior mão-de-obra escrava. Já as grandes fortunas tinham seus capitais investidos, em sua maior parte, no capital mercantil, que eram mais onerosos, mas também mais lucrativos. Assim, os inventariados mais pobres detinham um percentual de escravos superior ao dos seus montes-brutos. Os escravos eram um investimento possível, acessível, às suas fortunas, além de demarcar socialmente a posição de homem livre. Quanto mais alta a faixa de fortuna, mais decresce o percentual de escravos, pois as opções de investimento aumentam e os negócios diversificam-se. A consequência é a diminuição do peso dos cativos na composição dos patrimônios. Nos inventários rurais predominam famílias que plantam trigo e mandioca e criam uma pequena quantidade de animais, quase sempre inferior a 100 cabeças. Utiliza-se a força de trabalho dos membros da família, podendo esta ser complementada por um modesto número de escravos: de 1 a 5, sendo predominante 2 escravos nos primeiros sub-períodos e 3 escravos no último. E o percentual de proprietários de escravos é de 67%, 76% e 68% dos inventariados, respectivamente. O percentual total de proprietários de cativos na amostra trabalhada para o Rio Grande do Sul é de 85%, número muito semelhante aos

verificados para outras regiões do centro-sul da América Portuguesa (OSÓRIO, 1999).

Quando se comparou o perfil da composição média das fortunas de negociantes e estancieiros, viu-se que os itens dívidas ativas (27,4%) e prédios urbanos (22,4%) definiam o perfil dos comerciantes. Este padrão confirma, ainda que de forma não tão marcada, o que ocorre na elite mercantil do Rio de Janeiro, Buenos Aires e Lisboa. Nesta última praça, as dívidas ativas correspondiam a 52,2% dos patrimônios e os bens de raiz vinham em segundo lugar, com 17,61%. A matriz da fortuna dos negociantes encontra-se nos elementos constituintes do capital mercantil. A diversificação dos ramos de negócio foi, simultaneamente, uma das principais características da elite mercantil, uma das explicações de seu sucesso e uma necessidade. A rapidez das mudanças conjunturais obrigava o negociante a diversificar suas atividades como medida de segurança. A instabilidade do mercado pré-capitalista obrigava à diferenciação dos ramos de negócio (1999).

Osório (1999) agrupou os negociantes, das praças de Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo, conforme os tipos de bens predominantes em seus patrimônios e/ou a combinação de tipos de atividades que praticavam. Determinou-se assim a existência de 6 subgrupos, cuja homogeneidade foi confirmada pela análise da composição média das fortunas. Um primeiro subgrupo, é o dos comerciantes-charqueadores⁴⁴ que, além destas duas atividades são ainda produtores pecuários e grandes proprietários de escravos. Os rentistas urbanos⁴⁵, para além da predominância dos imóveis em suas

⁴⁴ Estão no topo da hierarquia. Na composição de seus patrimônios destacam-se os bens rurais, dívidas ativas e escravos. Possuem o maior percentual de dívidas passivas, o que indica sua capacidade de endividamento, e uma participação importante dos bens comerciais (4,4%). Também são os maiores proprietários de escravos - média de 67 - grande parte deles especializados em tarefas da charqueada. Os três únicos plantéis com mais de 70 escravos encontrados em todos os inventários levantados pertencem a estes *comerciantes-charqueadores*.

⁴⁵ Estão pouco abaixo dos comerciantes-charqueadores. Os bens rurais (23%) compunham-se exclusivamente de terras, sem vestígios de qualquer produção, benfeitorias ou instrumentos de trabalho. Foram negociantes que abandonaram suas atividades comerciais e produtivas (charqueadas) e aplicaram o capital acumulado em bens de raiz. Pierre Goubert, estudando os comerciantes de Beauvais no século XVII, define, a partir dos seus inventários, dois tipos de fortuna. As *jovens*, compostas essencialmente por dívidas ativas e estoques, indicam o negociante em plena atividade e fase de acumulação ; as *velhas*, compostas de terras, prédios urbanos e

fortunas, têm em comum o fato de terem sido charqueadores (e comerciantes) no passado. Duas categorias abandonaram totalmente a atividade comercial em sentido estrito, não possuindo mais bens comerciais (armazéns, estoques ou barcos): os estancieiros⁴⁶, em cujo patrimônio predominam em mais de 60% os bens rurais, e os prestamistas⁴⁷, que possuem 49% de suas fortunas em dívidas ativas. Há ainda o grupo dos comerciantes-agricultores⁴⁸ cujos ativos principais dividem-se entre bens rurais e dívidas ativas e, o maior deles, os que são exclusivamente comerciantes⁴⁹, cujas fortunas dividem-se entre os três ativos mais típicos do grupo mercantil: bens comerciais, dívidas ativas e prédios urbanos (OSORIO, 1999).

Apesar do enriquecimento dos negociantes do sul, pela análise de seus bens e testemunhos de época, o confronto dos tipos de negócio a que se dedicavam com os da elite mercantil carioca deixa claro que os primeiros estavam em um nível inferior de acumulação e alijados dos negócios mais lucrativos que existiam na América Portuguesa. Os negociantes sul-rio-grandenses dominavam apenas os circuitos locais. Eram abastecidos por todo tipo de mercadorias pelo porto do Rio de Janeiro para onde era escoada a maior parte da produção de charque, trigo e demais derivados do gado. Com Bahia e Pernambuco entretinham

rendas, refletem o idoso comerciante que se retirou do exercício mercantil e como proprietário de terras ascende na hierarquia social do Antigo Regime.

⁴⁶ Estão na base da hierarquia e não exerciam nenhuma atividade relacionada ao comércio. A dedicação exclusiva à agro-pecuária (67,5% de bens rurais e 14,2% de escravos), no caso, indica o fracasso da carreira mercantil, a impossibilidade de se manter exercendo negócios. A elite mercantil investia e dedicava-se às atividades rurais depois de acumular no comércio, como forma de galgar degraus na hierarquia social, adquirir o prestígio de serem senhores de escravos e terras (no caso da América Portuguesa), de diversificar seus investimentos em aplicações mais seguras, protegidas de abruptas flutuações econômicas.

⁴⁷ Estão pouco acima dos estancieiros na hierarquia dos que foram negociantes e também não apresentavam bens comerciais em suas fortunas. Concentravam seu parco patrimônio entre as dívidas ativas (49,3%) e os prédios urbanos (30,3%). Eram pequenos usurários urbanos, que tampouco conseguiram diversificar suficientemente seus negócios e ter sucesso na carreira.

⁴⁸ Em um patamar semelhante de fortuna encontram-se os *comerciantes-agricultores*, que representam 24% de todo o grupo mercantil. Seu patrimônio divide-se majoritariamente entre bens rurais, dívidas ativas, escravos e prédios urbanos, enquanto os bens comerciais representam apenas 1,1% do total. A participação das dívidas ativas na fortuna média é 45% superior a do subgrupo dos *comerciantes*. O número médio de escravos do subgrupo é superior a qualquer um dos até agora observados: 27.

⁴⁹ Numericamente o maior grupo (27,8% do total). Seu patrimônio médio é 62% superior aos dos *prestatistas*, mas corresponde a menos da metade do que detém os comerciantes-charqueadores. Suas fortunas repartem-se principalmente entre imóveis, dívidas ativas e bens comerciais, composição de fortuna típica do grupo mercantil. Os bens comerciais atingem neste subgrupo o seu percentual máximo: 18,8%. Possuem 37% dos barcos existentes na amostra e uma diversificação de atividades não encontrada entre os *estancieiros e prestatistas*.

o comércio de charque e recebiam sal, produto básico para o processamento das carnes. Os negociantes sulistas dominavam apenas os circuitos comerciais internos à capitania; atuavam como intermediários, que recolhiam a produção em seus pontos de origem. A comercialização do charque, trigo, couros e sebo era comandada pelos negociantes do Rio de Janeiro, bem como o abastecimento de manufaturas, como atestam os inventários e testamentos consultados, que referem fazendas e “feitos” de lá enviados. Os comerciantes baianos e pernambucanos participavam, em muito menor medida, do comércio do charque e sal (OSORIO, 1999).

A formação de um grupo mercantil sediado no Rio Grande esteve, portanto, intimamente ligada aos interesses dos homens de negócio da praça do Rio de Janeiro no comércio daquela região e no da Colônia de Sacramento. Vários dos negociantes de grosso trato que se estabeleceram naquela cidade iniciaram suas carreiras na Colônia de Sacramento, e a seguir criaram vínculos com o Rio Grande do Sul. Os principais negociantes do Rio Grande do Sul eram correspondentes ou foram momentaneamente sócios dos homens de grosso trato do Rio de Janeiro (OSORIO, 1999).

Em todas as atividades produtivas do país, o escravismo se apresentava como a base das relações de trabalho. Mesmo no Rio Grande, que teve uma presença constante de índios oriundos principalmente das regiões missioneiras, o escravismo foi expressivo na região. Como pudemos observar nos demais capítulos, alguns autores afirmaram que não teria existido o tradicional sistema de plantation, no Rio Grande do Sul, o trinômio básico que caracterizou as demais atividades da economia brasileira: latifúndio, lavoura destinada à exportação e escravidão.

Além de existir escravos nas estâncias, como já vimos nos capítulos anteriores, a indústria do charque, conseqüência da atividade de criação de gado, apresentava uma estrutura fundamentalmente escravista. O charque gaúcho tinha por função alimentar a escravaria nacional e a população urbana pobre. Dessa indústria, também saíam produtos como banha, couros, chifres e adubos. Na charqueada gaúcha, ao contrário do que afirmam alguns estudiosos, existia um

setor de subsistência responsável por atender às suas necessidades primárias, como alimentação e pequenos artesanatos. Existiam setores, não apenas nas charqueadas, como também nas estâncias dedicados à economia de subsistência. As charqueadas podiam não ser totalmente autônomas das demais atividades econômicas, pois delas necessitavam de muitos outros produtos para sua manutenção, mas existia uma área dedicada à subsistência.

Os charqueadores gaúchos enfrentavam a concorrência dos saladeros argentinos e uruguaios, que produziam um charque mais barato que o produzido na província brasileira, por utilizarem mão-de-obra livre, ao contrário do que acontecia no Rio Grande de São Pedro, que usava a força de trabalho escrava. O trabalho assalariado utilizado pelos saladeros vizinhos possibilitava uma maior divisão do trabalho e, assim, aumentos da produtividade das charqueadas castelhanas. Sob o escravismo, a coerção necessária sobre o trabalhador impediria a divisão do trabalho. Além disso, a mão-de-obra livre caracteriza-se por sua elasticidade em relação à produção, outro fator que deve ser destacado, era os impostos pagos à Coroa⁵⁰. Estes dois aspectos eram mais prejudiciais aos charqueadores do que a ausência de diversificação de atividades nas charqueadas, que poderiam impedi-la de deslocar sua mão-de-obra escrava para outras funções, fazendo com que a produção do charque fosse inelástica às variações que o preço do produto tinha no mercado e, portanto, muito vulnerável a elas. As grandes estâncias rio-platenses eram plenamente vinculadas ao mercado, tanto para a obtenção de tudo o que necessitavam para o seu funcionamento, quanto em relação ao destino de sua produção. Aproximava-se, por outro lado, da situação da plantation fluminense e baiana, que não eram autárquicas, como apontaram Fragoso (1992) e Schwartz (2005).

⁵⁰ Neste ponto convém lembrar que Fernando Henrique escreveu sua tese antes da seminal obra de Fogel e Engerman, que mostraram que os escravos longe de serem improditivos e menos eficientes do que os trabalhadores brancos e livres do Norte dos Estados Unidos apresentavam, na verdade, uma produtividade muito próxima dos trabalhadores assalariados e, em muitos casos, os superavam. A obra de Fernando Henrique Cardoso foi escrita, portanto, antes da revolução da historiografia norte-americana sobre a escravidão, razão pela qual se dá de barato que o escravo é um trabalhador qualitativamente pior do que um homem livre.

Dentre as explicações para o charqueador gaúcho não utilizar mão-de-obra livre para concorrer com os castelhanos, temos: a de Targa (1991), de que eles não seriam capitalistas, mas senhores de escravos e, dessa forma, não estariam interessados na obtenção de lucro, mas na renda escravista. Seriam assim, escravistas racionais. O economista gaúcho segue a mesma linha de Fernando Henrique Cardoso (1977, p. 177-186) que afirma que haveria um “componente irracional” no comportamento dos charqueadores, no sentido de que eles não estariam imbuídos da mentalidade capitalista maximizadora - uma vez escravocratas, sempre escravocratas. Uma outra linha é a adotada por Monastério (2004), que utiliza o método de Conrad e Meyer (1958) e Fogel e Engerman (1995), para explicar a racionalidade econômica do escravismo gaúcho nas charqueadas. A utilização do escravo seria economicamente racional se a expectativa de sua taxa de retorno fosse maior que a taxa de juros corrente, a exemplo de qualquer outro ativo econômico. Durante a maior parte do século XIX, o trabalho cativo nas charqueadas foi uma forma de, em uma situação de escassez de mão-de-obra, obter altas taxas de retorno. Durante muito tempo, os charqueadores se aproveitaram das condições favoráveis dos mercados e da exploração dos trabalhadores negros escravos.

Ao contrário do que afirmavam Targa (1991), Cardoso e tantos outros, o problema das charqueadas não estava na condição dos seus trabalhadores, nem na irracionalidade dos proprietários. O autor define como a responsável pela crise do charque a Dutch Disease (doença holandesa)⁵¹, provocada pela expansão das exportações café. A valorização real do câmbio e a elevação do preço do trabalho (cativo, no caso) fizeram com que o charque perdesse competitividade frente ao produto similar importado. A crise do charque foi o resultado, em última instância, do sucesso das províncias cafeeiras. O uso de trabalhadores livres não evitaria a crise que se seguiu (MONASTERIO, 2004). Dessa forma, a mudança do

⁵¹ O termo "*Dutch Disease*" foi criado pela revista *Economist* em 1977 ao analisar os inesperados fatos que estavam se dando com a economia holandesa na época. A descoberta e exploração de petróleo, iniciadas na década anterior, motivaram uma onda de otimismo na Holanda. Supunha-se que o resultado do *boom* exportador de petróleo seria a aceleração do crescimento econômico no país. No entanto, não foi isso que aconteceu. Ao longo dos anos 70, o produto cresceu lentamente, a inflação aumentou, o desemprego cresceu e as exportações de manufaturados minguaram.

escravismo para a mão-de-obra livre não seria economicamente racional para o produtor gaúcho, pois o salário do trabalhador livre seria mais alto que os rendimentos que o valor do escravo traria a juros correntes, portanto, a charqueada gaúcha somente podia existir sob um regime de monopólio.

As charqueadas estiveram desde o início vinculadas às condições de comercialização da produção no mercado nacional. Se o mercado consumidor de charque formado pela mão-de-obra escrava tendeu a crescer rapidamente em razão da expansão da cafeicultura, as condições de comercialização do produto eram função inversa das condições de produção dos concorrentes platinos. Para os charqueadores, a deficiente infra-estrutura, o contrabando e o sistema tributário nacional eram os fatores determinantes do aviltamento das condições de comercialização de seus produtos. Essa percepção implicou no posicionamento desse grupo contrária a emancipação do escravo e voltado para a busca de vantagens econômicas para seus produtos através da política fiscal do governo central.

A receita provincial era essencialmente proveniente dos impostos de exportação do charque e outros produtos bovinos. O comércio interno e externo de escravos, assim como sua propriedade era outra fonte de receita, mesmo que isso impusesse limites à ampliação do mercado interno. A província meridional era produtora de alimentos para o mercado interno e a questão da insuficiência de recursos próprios do governo aliado à incapacidade de reduzir o ônus fiscal sobre o charque exportado (principalmente para o mercado interno) às províncias produtoras de café e açúcar, que destinavam o charque para alimentação da escravaria conferiam grande importância aos impostos não relacionados com as exportações para as outras regiões. A expansão da economia charqueadora, no início de 1860, viabilizou o aumento do ingresso de escravos e a elevação da arrecadação que chegou a representar 10% da receita tributária provincial.

Como a tributação da propriedade da terra mostrava-se, no século XIX, uma opção politicamente inviável, a circulação e o consumo de mercadorias eram importantes fontes de receitas alternativas. E, a partir da década de 1860, a expansão da economia da zona colonial e as transformações na estrutura

produtiva evidenciavam a potencialidade de novas bases de arrecadação decorrentes da diversificação da produção e da ampliação do mercado interno.

Os vários tributos criados a partir da década de 1850 estavam associados ao lento processo de emancipação da escravidão e à transformação da estrutura produtiva de corrente imigratória. A legislação buscou não apenas adaptar o sistema tributário a esses movimentos de transformação, mas também torná-lo um instrumento catalisador desse processo. A legislação tributária relativa à propriedade e ao comércio de escravos no Rio Grande do Sul apresentou duas finalidades: gerar recursos para a formação de colônias de imigrantes europeus e interferir no ritmo do processo de emancipação⁵².

A imigração européia para o Rio Grande do Sul, ao contrário do ocorrido no centro do país, não visava a ser um complemento ou um substituto da mão-de-obra escrava nas atividades em que esta era utilizada, nesse caso, as charqueadas. Pelo contrário, as colônias somente podiam ser criadas longe das indústrias de charque, visando à construção de uma nova relação de propriedade e de trabalho, garantindo o domínio do governo imperial sobre a província. Analogamente, a existência de escravos era proibida nas colônias, sendo os existentes em São Leopoldo, em tese, anteriores à sua formação ou posteriores à sua emancipação. Portanto, a imigração visava a resolver um problema do RS, e não dos charqueadores, ao contrário do visto em São Paulo, onde a imigração tinha por finalidade atender aos interesses dos cafeicultores.

A colonização da região norte da Província do Rio Grande de São Pedro não tinha por finalidade introduzir mão-de-obra livre como substituta da escrava. A vinda de imigrantes estava relacionada ao estabelecimento de um novo padrão de produção baseado na pequena propriedade e na difusão de um novo tipo de relação de produção, por isso a necessidade de coibir a utilização do elemento escravo. Entretanto, a proibição efetiva surgiu 26 anos, após o início da imigração – apenas em 1850 foi criada a Lei que proibia a utilização de escravos nas

⁵² A legislação apresentou dois momentos aparentemente contraditórios: de 1850 a 1870, a conservação da mão-de-obra escrava existente e, a partir da década de 1870, visava precipitar a libertação “espontânea dos escravos” e dificultar o ingresso de mais cativos.

colônias e foi, ainda, criado um imposto de 32\$000 réis sobre o ingresso de escravos na província, cuja receita destinava-se ao auxílio à colonização. Dada a ineficácia dessa Lei, foi proibida, quatro anos depois, definitivamente o ingresso e a manutenção de escravos nas colônias, reafirmando-se o objetivo de que as propriedades fossem trabalhadas por mão-de-obra familiar ou assalariada (BAKOS, 1997).

No final da década de 1840, o dinamismo da zona colonial (região norte e nordeste da província) indicava a diversificação da economia provincial através da policultura e da criação de pequenos animais, cujos excedentes eram exportados para Porto Alegre. O desenvolvimento de uma rede de comércio, liderada por comerciantes alemães entre a zona colonial e a capital da província, usando principalmente o transporte fluvial, e o ingresso mais intenso de imigrantes italianos, localizados na costa da serra, tornaram possível o desenvolvimento da agricultura comercial especializada a partir da década de 1870. Através de Porto Alegre, acessava-se o mercado consumidor nacional, ampliado em decorrência da expansão cafeeira (MIRANDA, 2004).

Ao contrário do que ocorria no nordeste brasileiro, o movimento de evasão de escravos do Rio Grande do Sul não foi contínuo. Entre 1854 e 1855, as vendas de escravos para as províncias do sul se elevaram, levando a um aumento da arrecadação do imposto de 32\$000 réis sobre o ingresso de escravos. Prevendo a progressiva redução do número de escravos disponíveis em decorrência do comércio interprovincial e do obstáculo à importação de escravos representado pelo imposto de fomento à colonização, a Assembléia Provincial criou, em 1856, um imposto com o objetivo de coibir a saída de escravos⁵³. O Rio Grande do Sul, apesar do crescimento do comércio intraprovincial de escravos, detinha um plantel significativo e a mão-de-obra era vital para o setor de maior peso em termos de arrecadação tributária, o setor charqueador.

O sucesso das colônias gaúchas significava uma campanha implícita contra o escravismo, fazendo com que os charqueadores fossem contrários à sua instalação. Seu êxito também foi importante para preparar politicamente a

⁵³ Lei Provincial n 367, de 4 de março de 1856.

província de forma a isolar os charqueadores da discussão acerca do fim do escravismo.

O movimento abolicionista no Rio Grande do Sul implicou na proliferação de alforrias com cláusulas de prestação de serviços, o que poderia levar a uma interpretação equivocada quanto à redução abrupta do número de cativos, da ordem de 69% no período de 1885 a 1887. Os proprietários de escravos gaúchos, a exemplo dos cearenses, estabeleceram um “compromisso astuto entre os abolicionistas”, alforriando seus escravos, mas assegurando o direito de usufruir de seu trabalho por um período pré-definido de anos, como uma forma de compensação. Dessa maneira, aproximadamente 40 mil dos 60 mil escravos da província foram libertos no auge do movimento de manumissões que tomou conta de Porto Alegre, Pelotas e outros municípios no segundo semestre de 1884 (MIRANDA, 2004).

Isolados e em decadência, sem conseguir competir com a indústria da carne que se desenvolvia fortemente no Uruguai e na Argentina, sem acesso à força de trabalho escravo e tendo a imigração europeia contra seus interesses econômicos, a prosperidade gaúcha foi aos poucos se transferindo do sul para o norte da província.

Conforme aponta Rodrigues (2007), com o fim da escravidão em 1888, a participação desse ativo na composição da riqueza dos indivíduos decrescia conforme a proximidade dessa data. Ou seja, o fim do escravismo, por si, já explica a queda da participação dos escravos na composição da riqueza dos indivíduos. A queda dos escravos na composição da riqueza começou antes de 1888, de forma gradual, conforme se observou em todas as comarcas. Isso se deve às expectativas que os proprietários tinham acerca da manutenção do escravismo no país. É natural que, diante da perspectiva de término da escravidão, os proprietários passassem a transferir suas riquezas a outros tipos de ativos a fim de salvar suas riquezas. Por isso a redução da participação dos escravos na composição da riqueza foi ocorrendo aos poucos, conforme aumentassem os recursos investidos em outros ativos, como forma de proteção do patrimônio.

O ativo que passou a substituir a maior parte da riqueza dos indivíduos foi os bens de raiz. Em sua tese Helen Osório (1999) quando compara o perfil da composição média das fortunas de negociantes e estancieiros, observou que o item bens de raiz era um dos principais na formação do patrimônio. Com o decorrer das décadas do século XIX, observa-se um decréscimo da proporção de inventários sem bens de raiz em todas as comarcas, exceto na de Porto Alegre, que não apresenta uma tendência clara. Nas demais, a quantidade de inventários sem bens de raiz vai se tornando cada vez menor, o que sinalizaria para uma maior disseminação de bens de raiz entre os indivíduos. Em comarcas como Rio Pardo, São Leopoldo e, principalmente, Pelotas, é evidente a forma brusca como a taxa de escravos cai da década de 1870 e de 1880. Esse fenômeno é particularmente mais visível em Pelotas, comarca que apresentava o maior contingente de escravos e onde, mesmo com a aproximação da abolição, ainda manteve a maior porcentagem de escravos.

Rodrigues (2007) mostrou que não houve empobrecimento dos inventariados. Pelo contrário, a riqueza média apresentou uma tendência à elevação ao longo do tempo. O que se pôde verificar foi um aumento na concentração da renda, pois o enriquecimento ocorreu dentro de um mesmo segmento da sociedade (a mais rica), e, logo, as alterações na composição da riqueza significaram a alteração da riqueza de uma mesma classe de indivíduos. Assim, com a aproximação do fim do escravismo, a riqueza composta em escravos se transferiu, pouco a pouco, para os bens de raiz, como forma de preservação da riqueza.

5.2) O REVISIONISMO DE TARGA

A partir dos anos 90 do século passado um grupo de historiadores econômicos ligados à Fundação de Economia e Estatística (FEE) decidiram realizar estudos regionais comparados com o objetivo de demonstrar que o Rio Grande do Sul teve um desenvolvimento distinto dos demais estados brasileiros. O principal representante desse grupo é Luiz Roberto Pecoits Targa e sua linha de pensamento está demonstrada em sua tese de doutoramento *Le Rio Grande do Sul et la Création de L'Etat Développmentist Brésilien*, defendida em 1992 na Université Pierre Mendes, na França, e em duas coletâneas organizadas por ele com textos de outros autores: *Gaúchos e Paulistas: dez escritos de história regional comparada*, 1996, e *Breve Inventário de Temas do Sul*, 1998, além de outros textos escritos posteriormente.

Como fica claro já no prefácio de *Gaúchos e Paulistas*, “o objetivo mais amplo é o de dar relevo às particularidades relativas dessas duas sociedades” e segue justificando: “...a questão regional apresenta-se, hoje, como fundamentalmente política...por outro lado, a questão regional aparece nas manifestações separatistas de algumas regiões brasileiras e, sobretudo, na manifestação pública dos ódios e preconceitos inter-regionais” (TARGA, 1996). A impressão que se tem é que eles retomam uma discussão que aparentemente já havia sido encerrada com a obra de Fernando Henrique Cardoso (1977). A discussão não será mais o mito da “democracia racial” e/ou da “democracia rural gaúcha”, a formação histórica do Rio Grande do Sul será diversa das sociedades que constituíram as regiões Nordeste ou a Leste do Brasil devido à guerra, ao militarismo e a ditadura.

A justificativa da escolha das sociedades gaúcha e paulista é que foram elas que:

Encaminharam, cada uma por seu lado, as duas revoluções essenciais para o ingresso do Brasil no mundo moderno: São Paulo fabricou os fundamentos da revolução industrial, e o Rio Grande do Sul, através de uma revolução política, confeccionou os alicerces do Estado burguês.

[...] temos sido, historicamente, muitas “nações”, que foram convergindo progressivamente – com marchas, contramarchas, acelerações, retardamentos, mas sempre sob a égide de um Estado centralizador

impiedoso – para formar uma só nação, unidade custosamente construída e ainda hoje difícil e questionável, pois continua defrontada com um espaço social profundamente variegado (TARGA, 1996, p. 9-10).

Estas afirmações são para questionar a generalização que é feita pela intelectualidade dos estados centrais - Rio de Janeiro e São Paulo – com relação à história do Brasil. Segundo eles, em história econômica, por exemplo, a história do capitalismo no Brasil que tem sido apresentada seria a história do capitalismo de São Paulo. Dessa forma, para esses autores, são negadas outras passagens regionais do escravismo ao capitalismo. São abolidas outras histórias econômicas regionais ao ser apresentada a história da região de São Paulo como sendo a história nacional. Uma segunda vertente é identificada com o trabalho de Fernando Henrique Cardoso (1977). A crítica nesse caso é que o autor citado teria estudado a sociedade escravista do Rio Grande do Sul como se fosse uma forma incompleta – ou de realização imperfeita – do escravismo brasileiro.

Ele pensou, implicitamente, no escravismo das plantations de açúcar e café. Cardoso não realizou a comparação de modo explícito, como seria necessário na utilização do método comparativo, e é por isso, também, que ele pôde incorrer em um viés regionalista. Esse viés regionalista (e paulista) do pesquisador impedi-lo-ia de ver que o escravismo gaúcho não era um caso imperfeito de realização de escravismo clássico brasileiro (na verdade paulista e nordestino), mas que ele estava diante de um outro escravismo, de uma outra realidade social e econômica. Cardoso descaracterizou a sociedade escravista gaúcha, ao apresentá-la como um caso incompleto do escravismo paulista, e, assim despojou o Rio Grande do Sul de sua própria história (TARGA, 1996, p. 12).

Não quero afirmar que este grupo de pesquisadores adotou teses do início do século passado, mas na minha opinião, como podemos notar no segundo capítulo, eles beberam muito na fonte de Alcides Lima, Assis Brasil e Alfredo Varela. Ao analisarmos os trabalhos desses teóricos do final dos anos 1990 notamos, principalmente em Targa, a defesa de que as idéias positivistas, colocadas em prática pelo Partido Republicano, após 1895 e que ficou no poder até 1930, foram fatores determinantes, em termos de inovação política e administrativa, não apenas para o Rio Grande do Sul como para todo o Brasil. Logo no prefácio de *Gaúchos e Paulistas*⁵⁴ o autor nos dá um primeiro exemplo,

⁵⁴ *As elites e a sociedade paulistas elaboraram as bases e criaram as características daquilo que viria a se tornar a economia capitalista brasileira contemporânea, enquanto as elites e a sociedade gaúchas fizeram*

que serão inúmeros no decorrer não apenas desta obra, como em outros escritos seus. Comparando com uma análise feita por Gutfreind (1992) sobre os historiadores que viriam a partir dos anos 1920, esses novos pesquisadores procuram recuperar a imagem de um Rio Grande do Sul forte, pujante e com líderes capazes de estarem à frente do poder nacional, o que foi obtido com a Revolução de 1930.

Segundo Targa, “... desde as suas origens o Rio Grande do Sul constituiu uma formação social particular dentro do Brasil, pois que sempre esteve envolvido com guerras de fronteiras, dadas as características e o período de formação dos estados limítrofes” (TARGA, 1996, p. 17). O Rio Grande do Sul apresenta – como fronteiras atuais, definidas ao longo do século XIX – 3.307km de limites; desses, 622km delimitam com o oceano Atlântico (18,81%), 958km com o território brasileiro (28,97%), 724km com o Uruguai (21,89%) e 1.003 com a Argentina (30,33%). No cômputo geral de seus limites 1.727km, correspondendo a mais de 50% (52,22%) de seu território, são fronteiras com nações vizinhas, Uruguai e Argentina Moreira (apud GUTFREIND, 1992, p. 25).

Para o autor, o simples fato de existir um debate - realizado por pensadores gaúchos, diga-se de passagem - sobre o tema já é suficiente para afirmar que a formação histórica do Rio Grande do Sul é diversa das Regiões Leste e Nordeste. Para ele,

[...] essa sociedade alcançou o final do século XIX com uma estrutura social inédita para o Brasil de então. Essa estrutura social se multiplicou e aprofundou os laços já existentes entre a economia do Rio Grande do Sul e as cidades dos subsistemas agroexportadores do Brasil; e o Rio Grande do Sul tornou-se o único subsistema brasileiro voltado para as trocas inter-regionais (TARGA, 1996, p. 26).

Para Targa (1996), um dos problemas apresentado na obra de Fernando Henrique foi a necessidade de provar a existência de uma sociedade escravista no Rio Grande do Sul. Isto porque a historiografia regional apresentava essa sociedade como sendo democrática e não-escravista. Isso, segundo Targa (1996, p. 53), provocou um exagero nas características do escravismo do sul.

um trabalho, também impar, no campo dos fenômenos políticos que cercaram a elaboração dos estados burgueses. Cf. Luiz Roberto Pecoits Targa – *Gaúchos e paulistas: dez escritos de história regional comparada*, Porto Alegre, 1996, Página 9.

[...] se São Paulo foi uma das províncias mais escravistas do Brasil, é preciso “inventar” um segredo de classe dos cafeicultores – os do “novo oeste paulista” – que teria sido o agente da modernização no Brasil, pois teria erguido a bandeira da promoção da substituição dos escravos trabalhadores livres. Ou seja, se São Paulo concentrou os escravos sediando o que havia de mais retrógrado, é urgente também colocar lá o contrapeso da vanguarda.

Para provar que o sistema escravista era diferente dos da plantation, Targa parte do pressuposto de que o latifúndio do sul não era agroexportador para o mercado mundial e, por isso, não era fundamentalmente escravista. Com relação às charqueadas, em que o autor admite a utilização de escravos, a sua resposta a Fernando Henrique seria de que

A charqueada nunca concentrou tantos escravos quanto a agricultura de exportação. Enquanto uma boa charqueada possuía de 60 a 90 escravos, no século XVI, na Bahia, os engenhos de açúcar concentravam de 100 a 200, e grande parte das fazendas de café do Vale do Paraíba de 200 a 400 escravos (TARGA, 1996, p. 60).

Targa (1996), procurando acentuar essas diferenças, parte, citando Gorender, de que a estrutura de organização da produção era diferente no Rio Grande do Sul das demais regiões da colônia, pois a charqueada, diferentemente das plantations e da mineração, não comportou uma produção de subsistência.

Foi à existência desse setor de subsistência que tornou as fazendas escravistas imensas unidades de produção, com elevado grau de autonomia em relação ao resto da sociedade. Foi isso também que, ao lado do escravismo, fez do latifúndio brasileiro um entrave à expansão da divisão social do trabalho e, portanto, a aparição do mercado interno (TARGA, 1996, p. 60).

Para Targa (1996), os escravos não tiveram uma participação relevante em atividades como artesanato, trabalhos de reparação, pequeno comércio e serviços, como tiveram nas demais regiões do Brasil. Os escravos só desempenham um papel produtivo na produção de charque.

Um outro ponto que Targa (1996) apresenta como sendo diferente do resto do país seria a estrutura fundiária gaúcha⁵⁵. Segundo ele, esta estrutura

⁵⁵ O primeiro fluxo regular de imigrantes ocorreu em meados do século XVIII com a vinda dos primeiros casais de das ilhas atlânticas, principalmente dos Açores, o seu destino seria as Missões dos Sete Povos, em substituição aos indígenas, mas acabaram ficando nos campos de Viamão e a margem do Guaíba, avançando atingiram Rio Pardo. Em 1824, chega a Porto Alegre o primeiro grupo de colonos alemães. A idéia de trazer esses colonizadores partiu da Imperatriz Dona Leopoldina, esposa de Dom Pedro I, que era de origem austro-húngara. Eles serão enviados para o Vale do Rio dos Sinos. As novas técnicas introduzidas, as novas culturas cultivadas e a indústria caseira, alteram enormemente a vida econômica da Província. Em 1875, será a vez da

seria única: de um lado, uma região de grandes propriedades (região da pecuária), de outro, uma região de pequenas propriedades (região de policultura-pecuária). Além disso, os motivos que levaram à imigração para o Rio Grande do Sul foram diversos dos da região cafeeicultora. Enquanto para esta a imigração veio para suprir a falta de mão-de-obra, na província gaúcha o motivo não seria o de fornecer braços para a área do charque. O autor considera que esse novo tipo de colonização foi inovador em termos sociais, pois, seguindo a tese formulada por Antônio Barros de Castro, “a economia do Rio Grande do Sul foi precocemente voltada para o mercado interior brasileiro” (TARGA, 1996, p. 32). A inovação acabou gerando uma classe média rural proprietária, que tinha por objetivo, por parte do Trono, diminuir ou, pelo menos, criar um contraponto ao poder dos grandes proprietários com uma organização de produção diversa da escravista.

O território do Rio Grande do Sul serviu de palco para uma experiência original no Brasil de então: a diversificação social. Nesse sentido, a estrutura social clássica brasileira foi precocemente transformada no Rio Grande do Sul na medida em que foi criada uma nova classe social rural. Podemos afirmar, também, que a sociedade agrária do Rio Grande do Sul se modernizou precocemente em relação à sociedade brasileira (TARGA, 1996, p. 33).

A escravidão, segundo Targa (1996, p. 69), seria interdita nas áreas das colônias.

A presença de escravos nas colônias de imigrantes derivava de sua existência no período anterior à fundação da colônia – caso de São Leopoldo – ou no período posterior a sua emancipação. O sucesso econômico das colônias de imigrantes permitia a aquisição de escravos,

chegada dos italianos. Da mesma forma que os alemães, os italianos serão enviados para trabalharem na lavoura. Irão se instalar, como os teutos, na região da Serra. Irão introduzir a viticultura. Terminam por criarem anos depois, a indústria de artefatos e a metalurgia. A vinda de imigrantes europeus para colonizarem a província meridional e estabelecerem uma área de colonização de pequenas propriedades foi uma solução encontrada pelo governo imperial com a intenção de diminuir a força dos grandes proprietários de terras. Além disso, essa nova forma de colonização seria também uma resposta à pressão exercida pelo governo inglês pela abolição da escravidão, às convulsões advindas da formação dos Estados do Prata e ao conseqüente estabelecimento de fronteiras. Apesar da oligarquia gaúcha não ter o mesmo poder de influência das oligarquias centrais, ela terminou por aceitar a introdução da pequena propriedade por imigrantes europeus, a área destinada a esse novo tipo de colonização seria aonde não fosse de interesse da pecuária: regiões de florestas, de montanhas e de índios. Além disso, à distância entre as pequenas e grandes propriedades ficavam a uma distância suficiente para que não ocorresse o risco da pequena ser absorvida pelos grandes proprietários ou receberem influências como, por exemplo, a utilização da mão-de-obra escrava, que nesse primeiro momento ainda era permitida a sua utilização por parte dos novos colonos, mas que foi proibida posteriormente pelo governo imperial. A colônia de São Leopoldo foi a que mais recebeu imigrantes, entre 1823 e 1830, o número é aproximadamente de 4.856 pessoas. O seu sucesso se dava a sua proximidade com Porto Alegre.

mas as leis imperiais e provinciais interditavam o seu uso. A colonização do Sul fazia-se, também nesse sentido, em oposição à sociedade escravista. A intenção imperial explícita era a de criar uma classe de pequenos proprietários que valorizassem suas propriedades com o trabalho familiar. O que o Trono desejava era criar uma classe média rural que servisse de contrapeso ao latifúndio escravista das plantations. Para isso, o Governo Imperial incentivava o assentamento de novas relações de propriedade e de produção. Por isso, as pequenas propriedades e as relações de produção não escravistas.

A conclusão de Targa (1996, p. 74) é que isso:

Reflete uma diferença estrutural radical entre essas duas sociedades regionais... e mais isso nos induz a pensar que o movimento abolicionista, no Sul, foi muito diverso do que se desenrolou na Região Leste do Brasil, porque ele atuou sobre uma outra estrutura social, com outras classes sociais em cena e com uma outra situação para o segmento escravista dentro da economia regional.

Como já foi apontado na obra de Fernando Henrique sobre a questão dos escravos, o Rio Grande do Sul pode não ter sido igual às áreas de plantations no que versa ao poder econômico destas, mas havia uma produção de subsistência dentro das estâncias e, portanto, neste aspecto ele não diferia em nada do restante da colônia. O que é mais interessante neste ponto é o fato de Targa não dar muita atenção ou fazer vistas grossa para a questão, que é um ponto importante dentro da sua linha de argumentação, pois para ele não houve no Rio Grande do Sul uma atividade de subsistência como ocorreu nas atividades voltadas para o setor externo da economia. O escravo e a economia de subsistência pode não ter sido importante nas áreas de colonização de pequenas propriedades, mas, sem dúvida alguma, foram utilizadas com freqüência nas áreas de colonização antiga.

A questão do trigo é muito pouco abordada pelos pesquisadores gaúchos, Targa dedica poucos parágrafos ao abordar a questão e mesmo assim não deixa claro não apenas o acúmulo de riqueza que foi gerado por ela como também que a mão-de-obra empregada foi a escrava, como uma forma de reinvestir o seu capital.

Apesar da estância e dos produtores de trigo terem utilizado mão-de-obra escrava, foram os produtores de charque⁵⁶ os que mais se utilizaram o trabalho

⁵⁶ As charqueadas foram implantadas no final do século XVIII na região de Pelotas e do rio Jacuí. Com a nova técnica de conservação de carnes se abriu um novo e promissor mercado. Era possível, agora, atingir

escravo. Essa indústria sofreu uma forte concorrência da produção platina, que levava vantagem por ter um gado de melhor qualidade, de cobrarem menores impostos sobre exportação e, principalmente, por utilizar mão-de-obra assalariada. No entanto, mesmo enfrentando esses problemas, o seu retorno foi importante o suficiente para ser um dos principais destaques da economia gaúcha, isto porque, como a região do Prata até a segunda metade do século XIX vivia em constante instabilidade política e em conflitos militares, os charqueadores sul-rio-grandenses se utilizavam desses momentos para venderem seus produtos, principalmente para as províncias brasileiras.

No entanto, quem imagina que a utilização de cativos era feita apenas nas zonas rurais está completamente equivocado. Existia um número grande de escravos que vivia nas cidades, pois o comércio já representava, no início do século XIX, um importante papel nos meios urbanos e gerava uma grande acumulação de riqueza.

Logo no início do texto *As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das plantations do Brasil*, Targa (1996) introduz uma nota de rodapé em que afirma que o leitor não irá encontrar naquele ensaio argumentos como: o escravismo gaúcho foi mais suave do que na cafeicultura; os senhores gaúchos foram mais bondosos para com seus escravos que os das plantations entre outras afirmações típicas da historiografia gaúcha da primeira metade do século passado. No entanto, ao ler alguns escritos de Targa (1996, p. 49), em que ele bate na tecla de que “no Sul, o escravismo não foi igual e não jogou o mesmo papel que nas regiões das plantations de café e de açúcar.”, a minha opinião é de que ele acaba por se aproximar de um autor do período anteriormente referido como Walter Spalding (1953, p. 114), que afirma: “... Daí, também, não termos tido o trágico período da escravatura que tão doloroso e malsão foi no Nordeste e Centro. Raros foram, no Rio Grande do Sul, os casos capazes de mais enegrecer as negras páginas da escravidão.” Um outro discurso que aproxima muito as duas gerações

além da região central e do Nordeste, os mercados caribenhos e do sul dos Estados Unidos, visto que o charque era a alimentação básica dos escravos. Com a venda do charque, o lucro era reinvestido na compra de escravos, isto resultou na expansão da indústria das carnes manufaturadas e salgadas que se multiplicaram por Pelotas e beiras da Lagoa dos Patos e do rio Jacuí.

é o de Salis Goulart, que segundo Fernando Henrique tenta dar um aspecto científico à sua obra. Vejamos o que este autor diz:

O gaúcho nunca admitiu preeminências de classes ou raças. Estudando a existência do gaúcho não descobrimos classes intransponíveis por qualquer preconceito ou interesse. Surge apenas, nessa época embrionária da nossa formação, uma indiferenciação de classes sociais; como que se nota uma classe única a dos gaúchos (igual sempre, quer se trate de ricos ou de pobres, pelo garbo dos gestos, pelo amor da guerra, pelo gosto das aventuras... revelando todos, humildes e potentados, os mesmos hábitos, os mesmos costumes, os mesmos ideais (GOULART, 1997, p. 115).

Para Targa (1996), quando os republicanos assumem o poder, em 1893, a preocupação que existia era com o bem comum, com vistas ao interesse geral da sociedade e não aos interesses exclusivos de uma única classe. Na minha opinião, ele resgata uma forma de interpretar a história realizada pelos historiadores simpatizantes do positivismo do início do século passado.

Os maus-tratos contra os escravos, que durante um longo período foi tratado marginalmente ou de uma forma amena pelos historiadores gaúchos, não diferiu do resto da colônia como só foi abrandado no período de desagregação da ordem escravocrata. Targa (1996) apresenta uma série de números para particularizar o escravismo gaúcho, no entanto, em sua análise, ele descarta Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional, apesar de denominar Fernando Henrique Cardoso de “mestre”. Segundo Targa (1996), a obra não apresenta nenhum instrumento analítico útil para o que ele se propõe a fazer.

[...] a nossa intenção é identificar as diferenças do escravismo que vigeu na sociedade gaúcha em relação às outras sociedades regionais brasileiras, e o estudo de Fernando Henrique Cardoso continua sendo, seguramente, o melhor estudo já realizado sobre a sociedade escravista do Rio Grande do Sul e, diga-se de passagem, um dos mais criativos estudos sobre a sociedade do Rio Grande do Sul em qualquer época. Sobre esse trabalho... que se constitui em uma verdadeira e intocável 'vaca sagrada' dos sociólogos e economistas gaúchos e, quiçá, também de historiadores e antropólogos. Nesse sentido, as observações críticas que se possam endereçar ao trabalho de Fernando Henrique Cardoso, mesmo que muito simples, talvez auxiliem numa revisão crítica dos gaúchos sobre si próprios. em sua análise da sociedade gaúcha, ele procura explicitamente borrar a maior parte das diferenças mais significativas entre os escravismos regionais por ele considerados... a tese de Fernando Henrique Cardoso sobre o capitalismo e a sociedade escravista no Rio Grande do Sul...necessitava provar a existência de uma sociedade escravista no Brasil meridional. Fato que não era per se evidente e que fora acompanhando por uma produção histórica gaúcha

que representava a sociedade sul-rio-grandense como democrática e escravista. Isto provocou, pensamos, uma exageração das características do escravismo no sul, o que pode ser muito criticado no trabalho de Cardoso (CARDOSO, 1977, p. 51-52).

Targa (1996) primeiro faz reverências a Fernando Henrique Cardoso para, em seguida, afirmar que ele carregou nas tintas o escravismo da região, com o objetivo de provar a sua tese. Se o autor referido é, como suas palavras dizem, uma “vaca sagrada”, ao exagerar essas características ele, na minha opinião, estaria de fato descaracterizando a região e, portanto, falseando a realidade para justificar o seu objetivo. Se Fernando Henrique Cardoso realmente fez isso, a sua obra não pode ser considerada uma vaca sagrada; agora se o que ele escreveu está correto, quem carregou nas tintas para tentar provar a sua tese foi o economista gaúcho. Pelo que foi exposto durante todo este trabalho, parece que quem exagerou não foi Fernando Henrique Cardoso, mas Targa (1996) e, dessa forma, uma boa parte de suas afirmações sobre o Rio Grande do Sul, como ter apresentado uma colonização diferente das demais, precisar ser revista.

Em várias passagens dos textos de Targa (1996), parece querer existir uma tentação de criticar mais contundentemente a obra de Fernando Henrique, mas sempre que faz alguma crítica ela o é, me parece, feita com medo – através de aspas ou com alguma justificativa – de atingir a “vaca sagrada”. Os momentos em que suas críticas ficam menos despojadas da reverência ao autor é ao criticá-lo pelo viés regionalista paulista. Isto talvez aconteça de forma inconsciente porque, nesse momento, se sobressai o regionalismo gaúcho de Targa (1996), pois para justificar sua tese ele se utiliza, além de Fernando Henrique, de mais quatro autores para mostrar que existe em São Paulo um etnocentrismo por parte de sua intelectualidade. Ora, querer mostrar que todo um grupo de intelectuais de uma determinada região é regionalista e etnocentrista se baseando em apenas cinco obras chega às vias da xenofobia. O autor em vários momentos mostra através de suas palavras e expressões uma virulência que se aproxima do ódio. Passagens como estas, por exemplo: “... se São Paulo foi uma das províncias mais escravistas do Brasil, é preciso ‘inventar’ um segmento da classe dos cafeicultores – os do ‘novo oeste’ paulista – que teria sido o agente da modernização do Brasil, pois teria erguido a bandeira da promoção da substituição dos escravos pelos

trabalhadores livres.” (CARDOSO, 1997, p. 53) ou em alguns casos como no de Paula Beilguelman o autor chega até a ser indelicado e deselegante, “... Nous ignorons s’il s’agit là d’une grave imprécision théorique, d’une profonde ignorance ou simplement d’une sottise gigantesque.”(TARGA, 1996, p. 161). Esta última frase, no meu modo de entender faz com que qualquer análise científica ou séria acabe por perder sentido, pois pode-se discordar ou até comprovar que um determinado autor foi errôneo em sua análise, porém, não é necessário utilizar termos agressivos como, por exemplo, sottise (burrice). Como havia citado acima, com Fernando Henrique o autor passou longe de utilizar estes termos virulentos com que tachou Beilguelman. Por que Targa, ao reconhecer que as críticas sobre a indiferenciação e ao regionalismo não se devem aplicar em relação A formação do estado burguês no Brasil, de Décio Saes, não toma como sendo esta a visão majoritária dos intelectuais paulistas. O autor gaúcho prefere tomar, talvez para justificar o etnocentrismo paulista, as análises de autores que destacam São Paulo como o principal pólo de influência da sociedade brasileira.

Fernando Henrique apontava que a sociedade gaúcha apresentava características diferentes das demais sociedades brasileiras. Os motivos seriam: a instabilidade, gerada pelos constantes conflitos devido a grande extensão fronteiriça; a falta de condições, diferentemente do que acontecia nas demais províncias, de um estilo senhorial. Este último ponto é importante, pois pode explicar os motivos que fizeram Targa enfatizar em sua tese o que levou à guerra de 1893, entre liberais e republicanos. Estes, apesar de serem grandes proprietários de terras e pecuaristas, não tinham compromisso histórico com a monarquia e, portanto, com a elite que estava no poder, diferentemente das demais oligarquias brasileiras. A conclusão de Targa (1996) é que nas outras colônias os simpatizantes do Partido Republicano eram membros do Partido Liberal e o deixaram por divergências internas e não de concepção ideológica. Acredito que o motivo que levou às divergências e a uma luta fratricida foi o exposto por Fernando Henrique na seguinte passagem:

No Sul, ao contrário, as relações de violência necessárias para a manutenção da escravidão e para a definição das posições de prestígio de grupos de senhores entre si afloravam a todo instante... denunciando

a ausência de formas mais elaboradas de exercício da dominação senhorial. Por outro lado, a inexistência de camadas senhoriais estáveis era, ao mesmo tempo, causa e consequência de uma série de desequilíbrios que se manifestavam no plano econômico (CARDOSO, 1997, p. 157).

A explicação para o conflito armado entre maragatos e chimangos foi muito mais relacionado a um conflito entre senhores do que a uma posição ideológica definida, como quer nos fazer ver Targa (1996) e outros pesquisadores do período. Existia é claro uma forte influência positivista, mas penso que o motivo maior era um confronto entre oligarquias com o objetivo de manter ou tomar o poder político e econômico do Rio Grande do Sul.

Outro aspecto que consciente ou inconscientemente Targa (1996) acaba por resgatar em seus escritos, principalmente os relacionados à historiografia paulista, é o que Fernando Henrique destacava em sua obra:

A questão se resumia, em última análise, à dominação exercida pelas 'Províncias do Norte', isto é, pelos produtores de açúcar e café, sobre o resto do país e, particularmente sobre o Rio Grande, isto é, sobre os charqueadores. As reivindicações destes não se transformavam em resoluções e leis emanadas dos Poderes Centrais. Esta situação criava tensões violentas a ponto de transformarem-se, ocasionalmente, em conflito aberto de interesses, quando não, na situação mais crítica das relações entre o Poder Central e a Província, no caso da Revolta dos Farrapos em luta armada. (CARDOSO, 1997, p. 165).

Targa (1996), ao meu ver, assume estas antigas reivindicações por parte do gaúcho.

Outro ponto importante a ser destacado é que Targa (1996), pegando carona na obra de Fernando Henrique, lembra que no Rio Grande do Sul não foram os charqueadores que se transformaram em empresários industriais, que tiveram sua origem nas famílias de imigrantes; enquanto em São Paulo, pelo menos alguns capitalistas industriais importantes provinham da classe dos cafeicultores. Não fica claro, mas parece que o autor quer com isto diminuir a importância da formação industrial paulista, ora, o fato de industriais terem surgido das ordens do café deixaria de ser um fator inovador? Além disso, não podemos esquecer que uma parte grande dos industriais paulistas também foram imigrantes basta lermos sobrenomes de alguns deles: Matarazzo, Crespi entre outros. Vale

lembrar que estes imigrantes que se transformaram em industriais não receberam terras gratuitas por parte do governo nacional ou paulista.

O verdadeiro aspecto inovador na sociedade gaúcha foi a introdução da imigração europeia promovida pelo governo imperial e posteriormente pelo provincial. E, com toda razão, Targa (1996) destaca que diferentemente da imigração promovida em São Paulo, que tinha por objetivo substituir a mão-de-obra escrava pela livre; no Rio Grande do Sul o objetivo não era fornecer mão-de-obra para os charqueadores ou estancieiros. Além disso, existia uma expressa proibição de que os colonos fossem estabelecidos nas proximidades das regiões das grandes fazendas, principalmente as de charque. Outro ponto, é que as colônias eram proibidas de ter trabalho escravo. Esse novo tipo de colonização seria contrária à sociedade escravista. O objetivo era criar uma classe média rural que fizesse frente aos latifundiários escravistas das plantations.

Targa critica Fernando Henrique em relação à questão da imigração e do abolicionismo exposto no tópico anterior. Ele diz que o sociólogo paulista foi muito discreto ao analisar a questão. Acredita que a relação entre imigração e abolição do escravismo é uma questão fundamental para analisar a forma como se deu em São Paulo. Targa quer passar a idéia de que a forma como se desenrolou foi típica de São Paulo e para exemplificar ele cita, em nota de rodapé, o trabalho de Anna Lúcia Lanna, que a relação acima inexistiu em Minas Gerais, ou seja, que os escravos foram substituídos, nessa província, não por imigrantes europeus, mas pelo trabalhador livre nacional. Concluí com a afirmação de que mais uma vez é imposta para todo o País uma situação que se verificou apenas em São Paulo. Para embasar ainda mais sua tese ele cita uma passagem da obra *A crise do escravismo e a grande imigração* (1985), de Paula Beiguelman, em que a autora defende a idéia de que os cafeicultores do Oeste paulista teriam sido o setor de vanguarda da cafeicultura e ao se desinteressar pela mão-de-obra escrava das demais regiões teriam terminado por impor a solução imigrantista.

Targa (1996, p. 72-73) diferencia a questão da abolição e do imigrantismo entre paulistas e gaúchos da seguinte maneira:

[...] De uma maneira pelo menos implícita, os imigrantistas do Rio Grande do Sul manifestavam-se contra a implantação do trabalho livre do tipo assalariado-proletário, pois para eles, a introdução do trabalho na Província não tinha por objetivo resolver os problemas dos charqueadores. Essa posição, como se pode ver, era exatamente oposta àquela praticada pelos cafeicultores paulistas – os verdadeiros promotores da imigração em São Paulo –, que propunham explicitamente a manutenção da condição de expropriados para os trabalhadores imigrantes. Na cafeicultura, os imigrantes estavam sendo trazidos para ocupar o lugar que seria deixado vago pelos escravos. Portanto, a proposta da cafeicultura paulista era a de manter os trabalhadores imigrantes na situação de força de trabalho assalariável, sem acesso aos meios de produção e de vida, verdadeiramente livres para serem usados pelo capital.

Por esta citação fica claro quem realmente realizava um capitalismo moderno. Era claro que os cafeicultores ansiavam manter seu poder e privilégios e ao fazerem isso contribuíram para o desenvolvimento do capitalismo, pois, como o Brasil era um país atrasado para superar essa fase e entrar no modo capitalista de produção era necessário antes acumular capital. Foi exatamente isso que a elite cafeicultora fez ao retirar os meios de produção em poder dos imigrantes e deixá-los entregues à concorrência no mercado de trabalho, forçando a baixa dos salários. No Rio Grande do Sul ocorria, exatamente, o contrário, com os imigrantes tendo a própria terra e sendo donos dos seus meios de produção eles se sentiam completamente desestimulados a venderem sua força de trabalho. A única saída encontrada para atrair essa mão-de-obra seria através do aumento dos salários. Foi por isso que durante toda a Primeira República o Rio Grande do Sul registrou um patamar salarial maior do que o de São Paulo. Não quero com isso afirmar que o meio encontrado por São Paulo foi o melhor e deveria ser seguido, muito pelo contrário, na província gaúcha as rendas eram melhores distribuídas e as desigualdades sociais menores. Contudo, ficam algumas perguntas a serem respondidas: 1) fossem os charqueadores os detentores do produto-rei será que seus interesses não seriam atendidos?; 2) não tivesse o Império a intenção de enfraquecer os latifundiários e desejoso de ter uma classe proprietária média para fazer frente àquela teriam ocorrido estímulos à imigração? No fruir dos ovos a economia que saiu vencedora, se é que existem vencedores, no olhar da elite econômica nacional e internacional foi a paulista.

Para finalizar a sua tese, Targa procura demonstrar que os Partidos Republicanos Rio-grandense (PRR) e Paulista (PRP) tinham uma diferença muito nítida: o PRR não abrigava escravagistas em seus quadros, podendo ser abolicionista sem qualquer ambigüidade ou hesitação; já no PRP este fenômeno não ocorria, pois existiam escravocratas em suas hostes. Fernando Henrique irá denominar os membros do PRR de radicais e que não teriam nada a perder, pois não existia na província gaúcha um eleitorado controlado por escravagistas, que deveria ser disputado pelos republicanos como ocorria em São Paulo. Novamente, em minha opinião, Targa se equivoca ao querer justificar a diferença entre gaúchos e paulistas, pois para ele, em São Paulo o PRP só não foi abolicionista por contar com correligionários escravistas e Fernando Henrique preferiu enxergar os políticos paulistas como sábios políticos do que pelo fato de terem um grande número de escravistas em suas fileiras. Vejamos, nas palavras do próprio Fernando Henrique para mostrar o equívoco na análise de Targa (1996, p. 217): “... o abolicionismo não foi uma formulação possível de um ponto de vista dos escravos’. A situação dos escravos na sociedade brasileira apresentou muitos matizes.” Ou seja, não se quer negar as diferenças regionais que existiram na sociedade brasileira, não apenas com a questão do abolicionismo, como também com as demais questões.

Talvez este seja o ponto mais importante e melhor fundamentado na tese desenvolvida por Targa (1996) e que, realmente, diferencia o Rio Grande do Sul em relação às demais colônias brasileiras. Estou falando da Revolução Federalista, que estoura em 1893. Foi a guerra civil mais sangrenta da história brasileira. De um lado estavam os Republicanos, que estavam administrando o Estado. Do outro, estavam reunidos os partidos de oposição, liderados pelos maragatos⁵⁷ (faziam parte deste agrupamento, dissidentes dos republicanos, liberais e mornarquistas). A guerra durou 31 meses, encerrando-se em 1895, com vitória das forças republicanas.

⁵⁷ A denominação de maragatos origina-se de uma região da Espanha (Maragatia) de onde vieram imigrantes para o interior do Uruguai. Muitos deles tornaram-se peões nas estâncias uruguaias e saíram para combater a mando de seus patrões. O apelido era pejorativo, pois indicava eles serem estrangeiros, não brasileiros.

Os maragatos eram representantes da decadente oligarquia rural, mas eram quem dava as cartas em termos políticos. Com a Proclamação da República, em 1889, eles são aliados do poder. Ao perderem a administração, o grupo descontente com a ascensão do Partido Republicano fundou o Partido Federalista. O partido defendia os ideais liberais e parlamentares, além de desejar um aumento no poder da União em relação aos estados.

Os republicanos são bem mais novos. O seu primeiro Congresso ocorreu em 1882. A agremiação, apesar de não ser grande, possuíam um grupo de jovens, que haviam cursado a Faculdade de Direito de São Paulo e tinham tomado contato com as idéias positivistas de Augusto Comte. O seu líder era Júlio de Castilhos. Em 1891, eles aprovam uma Constituição Estadual de cunho positivista, que entre os vários artigos polêmicos tinha um que propugnava a instalação de uma ditadura.

O PRR⁵⁸ governou o estado de 1893 até 1930, ou seja, durante 37 anos. Na verdade, a disputa pelo poder se dava entre oligarquias, pois se os adeptos do Partido Liberal, que eram favoráveis à Monarquia, representavam a decadente classe de proprietários de terras das estâncias e das charqueadas, os republicanos também faziam parte da elite gaúcha, pois eram grandes proprietários de terras e pecuaristas. Apesar de reconhecer esta característica Targa (1996, p. 40) procura justificá-los da seguinte forma: “Não que os republicanos não fossem também grandes proprietários de terras e pecuaristas, mas era uma geração sem compromisso histórico com a política imperial e sem prática de controle do aparelho de Estado.” Ao colocar essa falta de compromisso histórico por parte dessa elite republicana, Targa termina por não levar em

⁵⁸ O Partido Republicano Rio-grandense (PRR) foi criado pelo Clube republicano de Porto Alegre, em 1882, o seu objetivo era mudar o sistema político brasileiro de monárquico para republicano. Em 1883 realiza o seu primeiro congresso, tendo como líder Júlio de Castilhos. É criado o jornal “A Federação”, com a finalidade de se tornar seu porta-voz. Desde o início o PRR se pautou pela ideologia positivista, do filósofo francês Augusto Comte, que defendia uma doutrina de caráter autoritário e baseado em fundamentos científicos. Com a Proclamação da República, o partido coloca sua concepção ideológica no governo do Rio Grande do Sul, através da Constituição de 1891, de cunho eminentemente positivista. A nova constituição e a forma de governar dos republicanos gerou insatisfação e protesto por parte da oposição, representada no Partido Liberal, representante dos defensores da Monarquia. As disputas entre os dois grupos logo deixou de ser uma questão político-partidária para se transformar em guerra – a Revolução Federalista. Os conflitos se iniciaram em 1893 e perdurou até 1895, aproximadamente 1% da população gaúcha (algo próximo de 10 a 12 mil pessoas) morreram. A vitória foi do governo oficial, com a consolidação do PRR no poder.

consideração que foi o próprio Império que, no início do século XIX, incentivou a imigração dos colonos alemães, com o objetivo de introduzir um novo estilo de colonização – baseada na pequena propriedade e com mão-de-obra livre – para diminuir o enorme poder dos latifundiários. Além disso, não podemos nos esquecer que ao pertencerem à elite e ao se dividirem poderia acontecer algo, que as elites das outras oligarquias sempre temeram: numa guerra ou revolta pode ocorrer o imponderável, ou seja, pode-se correr o risco de classes subordinadas acabarem por tomar o poder. Uma parte dos historiadores gaúchos, no meu modo de ver, parece exaltar estas atitudes por parte da elite republicana, mas se analisarmos friamente as demais oligarquias, mesmo as que não detinham tanto poder econômico e/ou político, agiram de uma forma muito mais pragmática, ou seja, jamais colocaram em risco o seu poder e nem derramaram a quantidade de sangue que vimos no Rio Grande do Sul.

Não quero com isso diminuir a influência que a administração do PRR teve em sua província e muito menos não reconhecer a importância que ela teve para o Brasil no século passado. Desconhecer isso seria uma atitude de quem não consegue enxergar a história com um olhar livre dos preconceitos e bairrismos. É inegável que a introdução de pequenos proprietários nas Serras gaúchas e a introdução de novos plantios, no início do século XIX, aliado a administração do PRR durante toda a Primeira República gerou uma série de transformações positivas e que, posteriormente, foram implantadas no resto do País.

O PRR possuía como ideário o positivismo⁵⁹ e exerceu grande influência, no final do século XIX e início do XX no Brasil. Foi muito difundido entre os

⁵⁹ O **Positivismo** é uma corrente filosófica que teve como principal representante Augusto Comte (1798-1857). O movimento surgiu a partir das idéias iluministas e dava relevância à afirmação social das ciências experimentais. Ele propôs à existência humana valores completamente humanos, afastando-se radicalmente da teologia ou metafísica. Comte associava o positivismo a uma interpretação das ciências e uma classificação do conhecimento a uma ética humana. Todavia é importante notar que a palavra positivismo não é unívoca, pois existem outras correntes que se consideram “positivistas” sem guardar relação com a obra de Comte. O positivismo fez grande sucesso na segunda metade do século XIX, mas, a partir da ação de grupos contrários (marxistas, comunistas, fascistas, reacionários, católicos e místicos) perdeu influência no século XX. O positivismo teve influência fundamental nos eventos que levaram à Proclamação da República no Brasil. A bandeira brasileira é um reflexo dessa influência na política nacional. Ela procura ao mesmo tempo a continuidade social do Brasil (o retângulo verde e o losango amarelo) e a mudança (o avanço) do regime político que então se operava no país (a esfera armilar). Além disso, nela lê-se a máxima política positivista

militares brasileiros e no meio acadêmico na Faculdade de Direito da USP. Algumas das teses defendidas foram adotadas pelos positivistas gaúchos: a implantação da ditadura; a introdução dos impostos diretos em detrimento dos indiretos – no Rio Grande do Sul foi introduzido um imposto territorial com o objetivo de desonerar a produção e o consumo, tornando-se um dos principais itens de arrecadação; não favorecimento, por parte do governo estadual, a grupos ou classes sociais; cuidar do bem comum e atender as necessidades de toda a sociedade (foram construídas estradas de rodagem, estatização de ferrovias e participação na construção do único frigorífico nacional da Província). Outro fator importante que eles realizaram e que foram pioneiros foi os gastos em educação, que fizeram do Rio Grande do Sul a região com os melhores níveis de alfabetização no Brasil na Primeira República.

[...] a administração da República foi vista como uma questão de competência e não de representatividade; aos 'sábios' cabia a tarefa de administrar 'cientificamente' a sociedade, pairando acima das classes e dos interesses de grupos. Era a ditadura republicana. A partir dessa proposta, era sempre o bem comum que era visado pelas ações do Executivo, o interesse geral do corpo social e não os interesses de uma classe ou de uma fração de classe (TARGA, 1996, p. 44).

Apenas com o final da Revolução de 1923⁶⁰ é que ocorreu a união da elite dominante gaúcha. Essa aglutinação foi consolidada com a vitória de Getúlio Vargas no governo do Rio Grande do Sul, em 1928 e acentuada com sua subida ao posto de presidente da República dois anos depois.

Os positivistas do PRR defendiam a erradicação do escravagismo brasileiro. Além disso, elaboraram um programa em que pretendiam realizar desde pequenas reformas até a transformação política do Império em República. Ao defenderem a libertação dos escravos não deixaram de levar em consideração o despreparo dos mesmos quando fossem colocados em liberdade, uma vez que

Ordem e Progresso, surgida após a divisa comtiana: *O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim*.

⁶⁰ Na Primeira República seja em nível federal seja no estadual a eleições sempre eram fraudadas. Em 1922, Borges de Medeiros foi eleito para o seu quinto mandato consecutivo como Governador do Estado. As denúncias de fraudes fizeram com que os partidos de oposição se unissem em torno da Aliança Libertadora, sob a liderança de Assis Brasil, que havia sido derrotado nas eleições, declararam guerra aos republicanos. Mais uma vez, as mães do Rio Grande do Sul viam seus filhos pegarem em armas.

não era possível prever como reagiriam. Havia duas linhas, dentro do positivismo brasileiro em relação a escravidão:

1. a abolição deveria ser imediata e sem indenização – filiavam-se a essa linha Júlio de Castilho e seus seguidores;
2. o outro grupo defendia que ela deveria terminar por si só, para isso seria necessário ter uma imigração abundante e criar condições novas de trabalho – os representantes desta vertente eram, entre outros, os republicanos paulistas.

A diferença entre os partidos republicanos paulista e sul-rio-grandense, sobre este assunto, pode ser assim exemplificado: em 1884, quando se definem as bases republicanas no Rio Grande do Sul, figura entre elas a abolição imediata e pronta, sem que a imigração recebesse ênfase. Já os republicanos paulistas se diziam indiferentes à escravidão e interessados na imigração.

Dessa forma, o positivismo fornece aos escravocratas a argumentação a favor da imigração, mantendo-se a escravidão. Porém, fornece argumentos aos abolicionistas, que buscam a liquidação imediata da instituição, sem indenização pecuniária ao senhor.

Para exemplificarmos de que as divergências entre o PRR e o PRP não era apenas sobre a abolição ou não dos escravos, temos um outro aspecto importante nessa diferenciação, que é o processo de formação da indústria em cada uma dessas regiões. A industrialização brasileira, enquanto processo de reprodução de capital, teve início durante a década de 30 do século passado. De acordo com João Manoel Cardoso de Mello, a falta de recursos – financeiros e técnicos – fez com que ela se constituísse, nesse primeiro momento, de forma restringida. Devido a essas insuficiências a acumulação de capital nacional era dependente do fornecimento de produtos externos. Conforme Pedro Fernando Cunha de Almeida (1996)⁶¹.

⁶¹ Os parágrafos referentes à industrialização se basearam nos textos de Pedro Fernando Cunha de Almeida, *A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha* in *Gaúchos e Paulistas e As razões materiais na posição periférica da indústria gaúcha na industrialização restringida brasileira*.

A posição cêntrica ou periférica das diferentes economias regionais brasileiras decorreu, respectivamente do elevado grau de integração de suas estruturas produtivas industriais, grau este que dependeu do desenvolvimento capitalista pretérito alcançado em cada uma das ditas economias regionais... a posição periférica da indústria gaúcha no movimento nacional de acumulação de capital consubstanciado na industrialização restringida brasileira (1930-55) foi predeterminada pelas condições materiais que caracterizavam a indústria sul-rio-grandense ao início do mesmo movimento, condições estas que expressavam o exíguo desenvolvimento capitalista alcançado no Rio Grande do Sul até o fim da década de 20 (ALMEIDA, 1996, p. 118).

Esta incipiente indústria gaúcha surge na década de 90 do século XIX e se expande com os sucessivos governos positivistas até 1930. Os principais investidores nessa fase inicial foram dos capitais comercial, externo e do Estado, que segundo Almeida (1996), envolveu as sociedades da Campanha e da Colônia gaúchas.

Diferentemente de São Paulo, que realizava suas transações com os mercados internacionais (com a venda do café), a capitania gaúcha não tinha a mesma receita, pois apesar de contar com uma diversidade de produtos, as suas transações comerciais eram com os mercados inter-regionais. Como já vimos nos parágrafos anteriores a Campanha era uma área decadente e com uma escassa área de povoamento enquanto a Colônia estava em franca ascensão econômica e vegetativa. Enquanto o Estado entrou com as obras de infra-estrutura – como ferrovias e a construção do porto de Rio Grande. O governo republicano fez uma reforma tributária, na qual, substituiu os impostos indiretos, entre eles os de exportação, pelo Imposto Territorial, o objetivo era estimular o investimento e o consumo.

Se compararmos a participação das exportações do Rio Grande do Sul com as de São Paulo veremos, segundo Almeida (1996), que as destes elevaram-se de um terço a um terço e meio entre o início do século passado até 1928. Segundo ele, a economia paulista tinha condições materiais muito mais adequadas do que a de qualquer outro estado brasileiro para se enquadrar no movimento de expansão capitalista. Já o Rio Grande do Sul, se compararmos a dimensão de suas exportações com a do estado da região Sudeste, veremos que sua capacidade para se engajar no movimento de expansão externa é bem

reduzida. Essa condição periférica da indústria gaúcha foi determinada pelas condições materiais do desenvolvimento capitalista alcançado pelo Rio Grande do Sul antes de 1930.

As indústrias regionais brasileiras assumem dentro do contexto nacional a condição cêntrica ou periférica. Esta dinâmica se dá de acordo com o desenvolvimento capitalista pretérito por elas alcançado. Serão cêntricas as que compõem o centro dinâmico da acumulação de capital. Na definição de Almeida (1996), elas contam com um importante desenvolvimento capitalista pretérito, com conjuntos dos capitais regionalmente instalados, generalizado assalariamento, desenvolvida infra-estrutura urbana e de produção e com um parque industrial não só de grande porte, mas também, caracterizado por elevado grau de diversificação – que abrange a maior parte dos ramos líderes e subordinados necessários à reprodução da economia nacional. Devido a esses fatores, esta indústria dispõe de um elevado grau de integração. Por isso, acabam por constituir um processo relativamente autônomo de expansão e diversificação produtiva e contam com uma particular forma de expansão e diversificação industrial. Isto leva a um crescimento do mercado regional cêntrico, que viabiliza a realização da produção em expansão. No entanto, este processo não fica restringido apenas a essas economias e se expandem para as periféricas, que se expandem e diversificam.

Nas indústrias periféricas o seu processo de crescimento e diversificação tem sua estrutura produtiva apoiada num reduzido desenvolvimento capitalista regional e, portanto, dispõem de um grau restrito de integração, com escassa presença de ramos industriais líderes no processo de acumulação. Dessa forma, essa indústria não consegue reproduzir a dinâmica de expansão industrial das economias regionais cêntricas. O seu processo de expansão e diversificação se dará através do vínculo que estabelecer com o centro dinâmico da acumulação de capital. Como sua diversificação é restrita sua exportação inter-regional tende a concentrar-se nos produtos primários. A sua expansão para viabilizar-se irá necessitar de grandes volumes de importações de meios de produção, que advém do centro dinâmico de acumulação de capital em nível nacional ou do mercado externo.

O autor oferece toda essa explicação para concluir que a economia regional de São Paulo assumiu o papel de centro dinâmico da economia brasileira no decorrer da industrialização restringida, enquanto as demais economias regionais ocuparam a posição periférica. O grau de integração do desenvolvimento capitalista paulista propiciou nas décadas seguintes a 1930, gerar mercados não só para a própria economia regional, como também para as demais economias regionais brasileiras.

Quanto ao Rio Grande do Sul, apresentava “reduzido potencial de desenvolvimento capitalista existente entre 1870 a 1930; pequena disponibilidade de recursos utilizáveis para implantação e para operação de uma estrutura produtiva industrial; adequação da estrutura produtiva industrial efetivamente implantada à pequena possibilidade de recursos utilizáveis, de modo a consubstanciar, em fins da década de 20, um parque industrial de pequeno porte e, especialmente, de reduzidos graus de diversificação e integração; e, finalmente, a posição periférica da indústria gaúcha na industrialização restringida brasileira⁶². Como vimos em parágrafos anteriores o Rio Grande do Sul passou por importantes transformações durante todo o século XIX e início do XX.

Embora importante, a transformação capitalista ocorrida no Rio Grande do Sul, seguindo a regra geral no Brasil, não foi equiparável à que, concomitantemente, teve curso na economia regional de São Paulo, única economia regional brasileira a reunir as condições materiais necessárias para integrar o centro dinâmico do movimento brasileiro de acumulação de capital no período posterior a 1930 (ALMEIDA, 1996, p. 130).

A partir desta constatação, o autor irá procurar demonstrar as diferenças entre Rio Grande do Sul e São Paulo, tais como os volumes das exportações – com uma supremacia por parte dos paulistas –; o volume de produção industrial gaúcho, apesar de ser considerável era infinitamente menor que o de São Paulo; a pouca difusão no estado meridional de segmentos industriais mais complexos⁶³. O

⁶² Cf. *As razões materiais na posição periférica da indústria gaúcha na industrialização restringida brasileira*, pp. 130.

⁶³ Em *Raízes da concentração industrial em São Paulo* (1977), Wilson Cano classifica os principais segmentos industriais brasileiros de 1907 em três categorias: simples, intermediários e complexos. Nestes últimos estariam concentrados os segmentos industriais mais intensivos em energia elétrica, mais mecanizados e em que ram mais decisivas as economias de escala. Os segmentos seriam: fiação e tecelagem, fabricação de papel, cimento, vidro fósforos, siderurgia, construção naval e moinhos de trigo.

autor chega à conclusão que as diferenças entre as estruturas industriais das duas regiões se deve ao fato de que, durante os anos 20, praticamente, apenas São Paulo foi beneficiado com a implantação de segmentos industriais necessários à complementação da indústria de bens de consumo em expansão. E termina por concluir que, a principal diferença estava no fato de que entre os novos empreendimentos implantados em São Paulo se encontravam as empresas produtoras de meios de produção. Isto propiciou uma diversificação e integração na indústria paulista na entrada dos anos 30 que não existia similar no País.

Num outro estudo é destacado que o mercado de trabalho do Rio Grande do Sul era favorável ao estabelecimento das pequenas empresas que eram pouco dependentes do emprego assalariado de operários, mais adequadas às condições de uma pequena oferta de mão-de-obra e, por outro lado, existia uma forte pressão sobre a demanda. Em São Paulo, devido à forma como se desenvolveram as relações de trabalho no campo, houve o favorecimento à formação do mercado de trabalho urbano-industrial, pois o trabalhador nessa região não era dono de seus meios de produção, mas empregado do fazendeiro de café, ou seja, quando ele resolvia deixar o seu emprego ele não tinha nada a perder. Já o Rio Grande do Sul não contava com a mesma abundância de mão-de-obra, pois era muito mais difícil o colono abandonar as suas terras para ir trabalhar numa fábrica nos centros urbanos. Além disso, a sua remuneração no campo era maior do que a do trabalhador rural paulista, o que dificultava ainda mais a sua ida para a cidade. Por estes motivos o empresário gaúcho tinha que pagar uma remuneração mais elevada do que em São Paulo (HERRLEIN; DIAS, 1996).

O mercado de trabalho do Rio Grande do Sul contava com uma menor proporção de estrangeiros 17,9%, ante 49,4% de São Paulo. O salário médio diário pago na indústria gaúcha tinha uma média salarial maior do que na indústria paulista. Um dos fatores que pode explicar isto é o peso que tinha a mão-de-obra feminina na indústria paulista 30,8%, ante 19,9% na gaúcha – dados de 1919. A população infantil era semelhante para os dois estados: 7,7%, em São Paulo e 7,8%, no Rio Grande. Segundo Herrlein e Dias (1996), apesar dos salários

nominais nos dois lugares serem semelhantes, o poder de compra no estado meridional era superior. Os grandes estabelecimentos em ambas regiões eram os que concentravam a maior parcela da mão-de-obra. As reivindicações trabalhistas também eram tratadas de forma diversa nos dois estados. Enquanto em São Paulo os empresários e o poder público tratavam o conflito capital/trabalho como caso de polícia, ou seja, reprimiam qualquer manifestação dos trabalhadores na base da violência. No Rio Grande do Sul, tanto empresários como governo, tratavam a situação de uma forma assistencialista e paternalista, que favorecia os empregados.

O peso industrial de São Paulo fica evidente quando comparamos sua performance com o resto da indústria brasileira. Em 1919, das 13.336 fábricas que existiam no país, o estado bandeirante detinha 31,1% desses estabelecimentos e 30,4%, ou seja, 95 mil, das pessoas ocupadas. No Rio Grande do Sul, esse número era bem inferior, com 13,3% dos estabelecimentos e 9,4% (29mil) das pessoas ocupadas. Entretanto, sob critérios qualitativos (níveis salariais, níveis de produtividade, intensidade de capital) a indústria gaúcha apresentava uma certa superioridade ante a paulista. Quando o assunto é lucratividade a da região do Sudeste é superior à sua congênere do Rio Grande do Sul. Mesmo tendo uma produtividade maior do que São Paulo isso não era suficiente para que a sua lucratividade superasse a paulista.

A partir da implantação do governo republicano no Rio Grande do Sul promoveram-se medidas econômicas inovadoras⁶⁴ até então para o Brasil e, principalmente, quando comparada com São Paulo. Os novos mandatários praticaram uma administração de extrema austeridade fiscal e orçamentária. Essa postura se refletia em orçamentos equilibrados, onde as previsões de gastos eram fundamentais, procurando evitar que o que se realizasse, pouco se desviasse do que fora orçado. Esta postura era completamente diferente do que era praticado nos demais estados brasileiros, com enormes déficits públicos e sempre que possível pegando dinheiro emprestado. Em São Paulo não havia qualquer

⁶⁴ Os próximos parágrafos são baseados no trabalho *A política fiscal dos Estados e as funções de acumulação e de legitimação*, in *Gaúchos e Paulistas*, de Maria Lúcia Leitão de Carvalho.

previsão orçamentária e os custos com a defesa do café não eram incluídos dentro do orçamento. O resultado eram os constantes estouros orçamentários e a recorrente busca por empréstimos externos. A “farra do boi” era possível, pois a Constituição permitia que os estados pudessem recorrer a empréstimos externos sem precisar do aval do Ministério da Fazenda.

Outra importante inovação promovida pelos republicanos gaúchos foi a reforma tributária. Eles mudaram o enfoque da arrecadação, dando ênfase nos impostos diretos em detrimento dos indiretos – que era onde a União e os estados assentavam seus sistemas tributários. O objetivo era desonerar a produção e o consumo. Para isso substituíram o Imposto de exportação por um imposto sobre a propriedade rural, o Imposto Territorial sobre a Propriedade Rural. Enquanto em São Paulo o seu sistema tributário era direcionado para atender a elite econômica dominante, ou seja, proteger o interesse dos cafeicultores em momento de crise no setor.

Vimos neste capítulo, primeiro a análise de Helen Osório (1999) de que o Rio Grande do Sul era dependente dos comerciantes de grosso trato da praça do Rio de Janeiro. Muitos deles, aliás, tinham negócios na província meridional e tornaram-se proprietários de estâncias e charqueadas, além de escravos. Em seguida, vimos o revisionismo de Targa. Para este autor, o Rio Grande do Sul teria uma formação diferente das demais regiões brasileiras e, que as teses de Fernando Henrique Cardoso, apesar de terem sido muito importantes, não caberiam para explicar a formação do estado meridional. Ele destaca que a visão formada pelo resto do país teria sido a desenvolvida pelos autores dos estados centrais, principalmente os intelectuais paulistas, que procuraram transformar uma questão regional numa análise para toda sociedade brasileira. Procuramos demonstrar que o economista gaúcho estava equivocado em suas críticas aos autores paulistas, principalmente Fernando Henrique, e que o Rio Grande do Sul teve particularidades, sim, como todas as demais regiões, mas que numa análise mais geral ele fazia parte, como as demais províncias, de uma engrenagem maior, liderada pela província ou região que detinha o produto hegemônico.

No próximo capítulo iremos apresentar a região de colonização alemã, mais especificamente a colônia de São Leopoldo, que é o objeto de estudo deste trabalho. E no último capítulo utilizaremos o modelo estatístico aplicado à essa colônia para verificarmos como ela se integrou à província de Rio Grande de São Pedro.

6 – A COLONIZAÇÃO ALEMÃ

No capítulo anterior procuramos apresentar o revisionismo pelo qual passa a historiografia sobre o Rio Grande do Sul. Partindo de estudos, que estão em revisão sobre o processo de formação brasileira, realizados por pesquisadores sediados no estado meridional e que passaram a utilizar a metodologia aplicada em outras regiões apresentamos as pesquisas que apresentam a influência dos comerciantes de grossa ventura na economia gaúcha. Além disso, foi mostrado o trabalho de Luiz Roberto Peicots Targa, de que, segundo sua tese, o Rio Grande do Sul teria tido uma formação diferente das demais regiões brasileiras e que a tese defendida por Fernando Henrique Cardoso (1977), apesar de sua importância capital, não serviria para analisar as diferenças entre o estado meridional e as demais regiões do país. Para comprovar sua tese, o economista gaúcho teria utilizado o método comparativo entre os processos de formação e desenvolvimento das províncias de Rio Grande de São Pedro e de São Paulo.

Neste e no próximo capítulo iremos tratar sobre a comarca de São Leopoldo, objeto de estudo desse trabalho. Neste capítulo, procurarei apresentar como ocorreu o processo de formação da primeira colônia com mão-de-obra recrutada na Europa para desenvolver uma das regiões mais despovoadas do Rio Grande do Sul. Essa área, como veremos, será de fundamental importância não apenas para a província gaúcha como para as demais regiões brasileiras. Na primeira parte do capítulo, veremos como ocorreu o processo de formação das colônias alemães, no segundo item suas características e finalmente sua contextualização. No próximo capítulo, será feita a análise quantitativa sobre a colônia e sua importância econômica, onde será verificado se os colonos alemães passaram a possuir escravos a partir do momento em que aumentaram sua riqueza; será feita uma comparação com outras quatro comarcas gaúchas e com outras regiões brasileiras.

6.1 – A ORIGEM DAS COLÔNIAS ALEMÃS

O Rio Grande do Sul encontrava-se no século XIX ainda pouco povoado. Com 283 mil Km² de território, contava com, aproximadamente 450 mil pessoas. Sub-povoados encontravam-se ainda um solo fértil e vias de comunicação favoráveis. Faltava mão-de-obra para explorar esta extensa quantidade de terras férteis. Por isso, D. Pedro I decidiu trazê-la de fora, fixando sua preferência nos de origem germânica. Apesar do governo desejar que os imigrantes fossem brancos e livres é importante salientar que as autoridades não queriam portugueses, pois em sua concepção a escravidão havia degradado o trabalho manual aos olhos luso-brasileiros.

Houve no país três tipos de colônias: do governo, de empresas e de iniciativa privada. As de governo foram implantadas ou pelo poder central, ou estadual ou municipal. As colônias governamentais mais antigas são: São Leopoldo, Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara (entre 1824 e 1825). A partir da metade do século XIX, várias empresas privadas realizaram, paralelamente às colonizações do governo, a colonização de complexos de terras mais ou menos extensos. Foram 27 colônias implantadas por este tipo de empreitada. A colonização de particulares foi, em sua maior parte, marcada por polêmicas de fraude de títulos forjados. A saída encontrada foi o governo ceder áreas públicas em outras regiões da província para que as pessoas prejudicadas pudessem ter direito à terra pela qual pagaram (AMSTAD, 1999).

Em virtude das dificuldades de transporte e das diferenças de meios e gêneros de vida a imigração espontânea era quase impossível, dessa maneira, o governo brasileiro adotou uma política de atrair os imigrantes europeus, A saída foi oferecer diversas vantagens em dinheiro ou em espécie, além de bancar os custos da viagem, que era duas vezes mais elevado que para os Estados Unidos. A iniciativa foi do próprio imperador D. Pedro I que se interessou pessoalmente pelo povoamento e exploração da região por brancos não-portugueses⁶⁵. Esse

⁶⁵ Até aquele momento só haviam vindo para o Brasil agricultores procedentes de Portugal, mais exatamente das densamente habitada Ilha dos Açores. Esses imigrantes escolheram faixas costeiras e terras de campo. Não se arriscaram para dentro das matas com medo dos índios. A primeira tentativa para assentar colonos europeus foi feita por D. João VI em 1812, com a colônia de Santo Agostinho no Espírito Santo e em escala

empreendimento, contudo, era contrário à estrutura social e econômica herdadas do período colonial, portanto, tinha caráter revolucionário.

A colonização foi assim, num primeiro momento de caráter oficial para, posteriormente, transformar-se em evento particular. Essa tutela administrativa deu à colonização um aspecto moderno e originalidade em relação às demais regiões sul-rio-grandenses e às outras províncias, onde a quantidade de terras devolutas pertencentes ao estado não era tão elevada (ROCHE, 1967).

Os milhares de indivíduos, pioneiros da colonização da província meridional brasileira, buscavam na colônia portuguesa uma melhor condição de vida ao deixarem as duras condições de sobrevivência na Europa pós-napoleônica. Como dissemos acima, eram oferecidas condições extremamente favoráveis aos colonos, que viajariam a expensas do governo brasileiro, com naturalização imediata, com liberdade de culto e receberiam propriedades de 160 braças de terra (77 hectares) por família, cavalos, vacas, bois, entre outros benefícios. Durante um ano, perceberiam uma ajuda, em moeda corrente, de um franco por cabeça, além disso, seriam isentos de todo imposto e de toda prestação de serviço durante dez anos. Entretanto, pela Constituição imperial era proibida a concessão imediata e automática da cidadania brasileira e ainda havia a religião oficial – Católica Romana. Assim, em 1827, essas duas cláusulas contrárias à Constituição, foram retiradas dos contratos. A partir de 1830, foi suprimida a ajuda financeira, o recrutamento, que havia sido lento, foi então suspenso (ROCHE, 1967).

As vantagens oferecidas os levaram a se desfazerem de suas propriedades e se aventurarem numa travessia oceânica que durava aproximadamente três meses. Ao chegarem ao porto do Rio de Janeiro, desembarcavam na Armação da Praia Grande e passavam por um período de aclimatação aos trópicos. Após este período de aclimatação seguiam uma nova viagem, que podia durar até dois

maior em 1819, com 1.800 suíços, para os quais destinou terras no planalto do Rio de Janeiro para a instalação da colônia Nova Friburgo. Os frutos deste primeiro empreendimento colonizador, entretanto, não corresponderam aos recursos em dinheiro levantados para esse fim. A terra destinada aos colonos era pouco propícia à agricultura. Destino semelhante tiveram as duas tentativas de colonização na província da Bahia, a colônia Leopoldina (fundada em 1818) e São Jorge dos Ilhéus (1822). D. Pedro decidiu então fazer uma experiência no extremo sul em vez do norte, e isto na nova e pouca povoada província do Rio Grande do Sul. Esperava que o clima mais moderado favorecesse os colonos europeus e o trabalho daria melhores resultados.

meses, num pequeno barco costeiro até Porto Alegre. Seguiam então de lanchão até o porto do Rio dos Sinos, alojando-se no barracão que servira à Real Feitoria do Linho-Cânhamo, que era explorada, até então, com mão-de-obra servil, mas sem sucesso, nas proximidades da atual cidade de São Leopoldo, em 25 de julho de 1824. Foram concedidos, pelo presidente da província, lotes para 38 germânicos, sendo este o primeiro núcleo de colonização alemã em São Leopoldo.

O galpão foi destinado à função de abrigo de imigrantes pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande, José Feliciano Pinheiro, em 31 de março de 1824, as famílias e os colonos avulsos aguardavam a chegada até o seu destino: um lote em meio à mata onde começariam nova vida. Foram colonizar um espaço que já era parcialmente ocupado por brasileiros, descendentes de portugueses e escravos africanos e seus descendentes, em conflito com as populações indígenas, nativas dos vales dos rios dos Sinos, Cadeia, Feitoria e Caí.

Assim, em 1824, duas propriedades imperiais foram destacadas para a instalação das primeiras colônias: Feitoria Velha e Estância Velha. Distantes 33 quilômetros de Porto Alegre, onde se encontra o município de São Leopoldo, separadas pelo Rio dos Sinos. Segundo o padre Ambros Schupp, a Feitoria Velha, no lado esquerdo do rio, fora uma feitoria na qual os escravos cultivavam linho e cânhamo, que era industrializado e transformado em cabos para navios mercantes e de guerra. A Estância Velha, no lado direito do rio, estende-se em direção às elevações da “Costa da Serra”, uma planície interrompida por colinas de pouca altura e coberta de capim alto, servia de pastagem para o gado vacum e cavalos em estado semi-selvagem (AMSTAD, 1999).

A colônia de São Leopoldo está localizada na porção centro nordeste da Província de São Pedro do Rio Grande, situada no Rio dos Sinos. Seu desenvolvimento teve por quadro a bacia desse rio e seus afluentes; assim constituiu-se a primeira área agrícola teuto-brasileira. Estendeu-se da linha de

divisão das águas, entre o Rio Caí e o Rio dos Sinos⁶⁶, a oeste, até os últimos contrafortes da Serra do Mar, a leste, no Município de Santo Antônio da Patrulha, entre a Depressão Central, ao sul, e Nova Petrópolis, ao norte. Tem como centros São Leopoldo e Novo Hamburgo (ROCHE, 1967).

Após um período hesitante, a administração adotou diversas medidas que constituíram a primeira lei da colonização. O primeiro período, denominado Colonização Imperial, ocorreu entre 1824 e 1847, nele o governo imperial organizou e dirigiu a colonização. Nesse primeiro momento, os imigrantes dirigiram-se para São Leopoldo (ver mais detalhes no tópico posterior e no próximo capítulo)⁶⁷.

Contudo, a partir de 1830, a colonização foi paralisada por crises políticas no Rio de Janeiro (abdicação de D. Pedro I) e no Rio Grande do Sul (Revolução Farroupilha). A Lei de Orçamento de 1830 suprimiu todos os créditos para a imigração. Os colonos são-leopoldinenses ficaram preocupados com o prejuízo que sofriam, pois não estavam recebendo nem as indenizações vencidas nem as que haviam sido prometidas. A desconfiança no estado e os apuros financeiros fizeram com que apenas lhes restasse uma saída: a solidariedade étnica. Essa situação perdurou até 1837, quando uma nova lei sobre o trabalho estrangeiro lhes deu condições mais favoráveis.

A colônia de São Leopoldo sobreviveu à Revolução Farroupilha e, ao contrário do que se poderia pensar, desenvolveu-se um frutuoso comércio de São Leopoldo com Porto Alegre e teve conseqüência direta sobre o estatuto dos colonos alemães, que receberam, em 1846, a nacionalidade brasileira mediante simples declaração do Conselho Municipal, e sem custas. Entre 1841 e 1844, o governo Imperial não elaborou novo sistema agrícola e quando a colonização prosseguiu, foi através de autoridades provinciais (ROCHE, 1967).

⁶⁶ As áreas do Rio dos Sinos e do Caí compreendem vários municípios, os de Montenegro, Caí, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Taquara e os mais tardiamente criados de Canela, Gramado, Nova Petrópolis e Rolante.

⁶⁷ As chamadas “antigas colônias alemãs” são: São Leopoldo, Novo Hamburgo, Caí, Montenegro, Taquara, Rolante, Três Forquilhas, Torres, Gramado, Nova Petrópolis, Estrela, Roca Sales, Arroio do Meio, Lajeado, Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Candelária, Sobradinho, São Lourenço do Sul, São Feliciano e Barão do Triunfo.

A segunda fase ocorre antes mesmo do final da Revolução Farroupilha. A cidade tira proveito da calma renascente sob a influência do conde de Caxias. Enquanto entre 1824 e 1827 tinham sido distribuídos 155.760 hectares em torno da cidade, em 1849, os colonos fixavam-se nas picadas Costa da Serra, Dois Irmãos, Bom Jardim, Picada Café e Linha Hortêncio, em 712.800 hectares, ou 4,5 vezes mais do que vinte e cinco anos antes. Além disso, o número de plantas cultivadas e a quantidade de produtos colhidos tiveram rápido aumento. Além dos cultivados no primeiro momento, passou-se ao cultivo de: cevada, aveia, centeio, amendoim, rícino, linho, arroz, fumo, vinha e a erva-mate.

Se com D. Pedro I havia interesse na mão-de-obra européia não-portuguesa, os primeiros anos da Regência foram de pouco interesse. O segundo período, entre 1848 e 1874, foi denominado Colonização Provincial. É difícil registrar o número exato de alemães imigrados depois de 1853, porque, a partir desta data, começaram a ser instaladas as colonizações privadas. Não foram mais publicadas listas dos imigrantes que se dirigiram para essas colonizações, muitas vezes recrutados às expensas dessas companhias, ao contrário do que acontecia com aqueles que se encaminhavam para as colônias do governo. Entretanto, é certo que o número de imigrantes alemães que chegou à colônia a partir de 1853 superou bastante o que entrou antes deste período.

Em 1849, é instalada a colônia de Santa Cruz. Seu desenvolvimento ocorre, principalmente, a partir de 1854. Contudo, por falta de meios de comunicação, seu progresso foi muito lento. Em 1858, é estabelecida a colônia de Nova Petrópolis com o inconveniente de que ocupava um terreno montanhoso. O sucesso de São Leopoldo entusiasmou o governo provincial e, em 1847, o Marechal D'Andrea propôs a criação de um cinturão de colônias que deveria rodear a borda florestal do Planalto e propagar os benefícios da pequena propriedade. O objetivo era mudar a mentalidade da população em se dedicar a pecuária e deixar, em segundo plano, a agricultura.

Em 12 de abril de 1864, São Leopoldo, que até então era uma vila, foi elevada à categoria de cidade.

Um terceiro período da colonização aconteceu entre 1874 e 1889. Este momento foi marcado pelo descaso do governo provincial e quem passou a conduzir a colonização foi o governo Imperial.

As primeiras tentativas de colonização da região serrana falharam. A primeira tentativa ocorreu em 1872, quando foram levados alemães-russos do Volga, que só aceitavam ficar sob a condição de morar em aldeias como viviam na Rússia. Como não foi possível atender o desejo desses imigrantes, foram enviados, a custa do governo imperial, para a Argentina. Em 1874, o governo brasileiro fechou um contrato com um empreendedor privado para que recrutasse cem mil colonos. Como o recrutamento de alemães se tornara praticamente impossível, devido à proibição do governo alemão, os agentes dirigiram-se à Itália. Essas novas colônias evoluíram mais rapidamente do que as antigas colônias de São Leopoldo e Santa Cruz. Os gastos realizados pelo governo foram muito dispendiosos. Enquanto em São Leopoldo as despesas foram da ordem de 500 contos nos seus 22 primeiros anos de existência; o governo imperial gastou na fundação das colônias italianas em cinco anos (1875-1880) não menos do que 25.782 contos, cinquenta vezes mais do que com São Leopoldo (AMSTAD, 1999).

6.2 – CARACTERÍSTICAS DAS COLÔNIAS ALEMÃS NO SÉCULO XIX

A criação de gado nas estâncias⁶⁸, segundo Roche (1967), e, posteriormente, a produção industrial do charque, que, entre 1780 e 1835, foi a principal fonte de renda do Rio Grande do Sul, foram as causas determinantes da rápida e irremediável decadência da agricultura. Dessa forma, deu-se aos colonos açorianos a possibilidade de plantar nas pequenas áreas concedidas – próximas dos mercados urbanos e portos internos. Entretanto, essa produção era insuficiente para o mercado consumidor interno, o que terminava por supri-lo via importação, principalmente produtos como: arroz, vinho, aguardente, açúcar e fumo.

Os primeiros colonos alemães encontram essa situação ao desembarcarem em solo brasileiro. Isto irá marcá-los profundamente, pois a auto-suficiência da estância colocará uma barreira nas trocas e contatos profissionais entre os dois grupos.

Ao chegar no Rio Grande do Sul a maior parte dos colonos demorou a se adaptar à vida rural; desejava se estabelecer nas cidades, após um estágio nas colônias agrícolas ou, até mesmo, logo no desembarque. De 1824, início da imigração alemã, a 1830, ano da supressão dos créditos para a colonização, entraram ao todo 5.350 imigrantes, destes, 4.856 se estabeleceram em São Leopoldo (ROCHE, 1967).

Apenas aos primeiros habitantes foram concedidas terras sem atraso, no entanto, os colonos que chegaram em dezembro de 1824 encontraram dificuldade de se instalarem, já os que vieram em seguida, tiveram, muitas vezes, de esperar meses para ver concederem-lhes lotes (ROCHE, 1967). A paralisação da colonização, em 1830, devido às crises políticas que sobrevieram do Rio de Janeiro e terminaram por atingir o Rio Grande do Sul, fizeram com que os colonos de São Leopoldo se agitassem em consequência do prejuízo que sofriam.

⁶⁸ A palavra estância tem como raiz o verbo estar e revela, por isto mesmo, o papel da criação de gado na fixação dos primeiros sul-rio-grandenses.

A atividade econômica na Colônia, com apenas cinco anos após ser implantada, era intensa. Nas palavras de Roche (1967, p. 95):

Os primeiros colonos, ao cabo de cinco anos de trabalho, possuem uma relativa abundância graças às suas culturas (cerais, feijões, batata, etc); remetem-se os excedentes da produção para o mercado de Porto Alegre; os vários corpos de profissão já são representados: moleiros (com 8 azenhas), sapateiros, tecelões, pequenos curtumes, células-mãe da indústria do couro que prospera hoje em São Leopoldo e Novo Hamburgo...Em São Leopoldo, trinta anos depois da fundação da colônia, provia-se 'in loco' a todas as necessidades da vida".

A relativa facilidade de comunicação interna e o rápido deslocamento até Porto Alegre asseguraram a essa área antiga prosperidade agrícola, favorecendo o desenvolvimento das vilas-mercados, que se tornaram povoações semi-rurais, semi-manufatureiras ou mesmo centros urbanos industriais, como São Leopoldo e Novo Hamburgo. Esta foi a região que sofreu as mais profundas transformações e a evolução mais completa (ROCHE, 1967). O rio, inicialmente, depois a via férrea, e, por fim, a estrada de rodagem foram os elementos essenciais da atividade e do progresso dessa região. A prosperidade de São Leopoldo foi feita com o comércio. A planta da cidade é regular e se assemelha um tabuleiro de xadrez. A cidade era ligada, por uma ponte, a um porto. Era uma vila de contato entre a zona de campo e a zona da mata, por onde se estendeu a colonização. O berço da colonização alemã, que constituiu o da indústria nas colônias, é também o centro cultural e espiritual do germanismo sul-rio-grandense: estabelecimentos de ensino, redes escolares, seminários e o Sínodo sul-rio-grandense têm sua sede em São Leopoldo (ROCHE, 1967).

Na primeira fase da colonização de São Leopoldo foram distribuídas as terras. A colônia recebeu subvenções do governo e a agricultura praticada era essencialmente "de subsistência". Os principais produtos cultivados nessa fase eram a batata-inglesa, o arroz, o feijão, a mandioca e o milho. Este primeiro momento durou quinze anos, entre 1824 e 1840.

Segundo o padre Theodor Amstad (1999), no Rio Grande do Sul existia uma grande variedade de solos: ao longo dos rios se estendem grandes baixadas, na campanha e no alto da Serra extensões de coxilhas a perder de vista, cobertas em grande parte por campos interrompidos por ilhas de mato de diversos

tamanhos. Nos declives das montanhas e nos vales da Serra Grande, encontra-se solo arável, íngreme, mas de grande fertilidade, que foram os preferidos pelos imigrantes alemães ao se estabelecerem na província. Transformaram o emaranhado impenetrável da mata na porção mais bela, mais rica e mais densamente povoada de toda província.

O clima, em linhas gerais, é moderado e foi perfeitamente tolerável ao agricultor alemão. Os invernos são suaves e os verões não são excessivamente quentes. A neve praticamente inexistente nas colônias alemãs. As condições de saúde oferecidas na província eram especialmente favoráveis. As doenças tropicais e as febres não ocorriam – não houve registro de febre amarela no Rio Grande do Sul. O que havia, na região das colônias, era uma espécie de amarelão, denominado “doença da terra”, relacionado a um parasita intestinal (AMSTAD, 1999).

Em cada enchente, a cidade de São Leopoldo passava por uma situação peculiar. Devido à grande extensão da planície fluvial, a elevação e a posterior descida do nível da água acontecia com muita lentidão, visto que o Rio dos Sinos quase não apresenta desnível até Porto Alegre, 35 quilômetros distante. Um papel importante nas enchentes cabe ao vento. Em Porto Alegre, a elevação da água se acelera, quando o vento sul represa as massas de água. A influência do vento se faz notar no Rio dos Sinos até São Leopoldo e no Caí, até São João do Montenegro e São Sebastião do Caí. Enchentes fora do normal, no século XIX, ocorreram nos anos de 1856, de 1875 e de 1878 (AMSTAD, 1999).

Outro fator de dificuldade era a localização geográfica e os meios de comunicação entre as regiões de colonização alemã e as demais áreas. São Leopoldo só podia ser atingida pelos animais de carga. No início, o governo emprestava os cavalos para o transporte das colheitas, mas com a Revolução Farroupilha, os colonos foram obrigados a adquirir seus próprios animais. Dessa maneira, o custo do transporte deixava o preço do produto muito maior. A navegação também tinha grande importância para as colônias, tanto que os primeiros colonos chegaram até seu destino em barca. Foram os alemães quem organizaram as primeiras oficinas de construção naval e, também, os primeiros a

organizarem empresas de navegação. Este desenvolvimento permitiu baratear os custos de transporte e aumentar enormemente suas exportações. A primeira via férrea da província foi traçada através do Rio dos Sinos, ligando Porto Alegre a São Leopoldo. Esta, além de Novo Hamburgo e Taquara, conseguiu desenvolver o comércio e, posteriormente, a indústria devido a estrada de ferro. Mesmo após a decadência da região com a perda de tráfego ao longo da linha férrea, essas cidades adquiriram impulso suficiente para resistir. As primeiras rodovias chegaram após a pacificação do Rio Grande do Sul, sob a presidência de Caxias, com o objetivo de melhorar as comunicações dentro das colônias.

Em todas as colonizações da província setentrional brasileira, segundo Roche (1967), existia só uma cidade, a que se beneficiou com os principais meios de comunicação, pois as funções econômicas eram mais importantes que as administrativas. Os rios, primeiramente, e, posteriormente, a via férrea e terminando pela estrada de rodagem foram os elementos essenciais da atividade e progresso dessas aglomerações (ROCHE, 1967).

Para Roche (1967), como as colônias eram direcionadas para determinadas regiões da província, acabaram por se constituírem em povoamentos homogêneos (língua, fidelidade às tradições alemãs e religião)⁶⁹ e com técnicas diferentes de produção das dos luso-brasileiros. Isto levou a geração de uma dupla nacionalidade que, no final do século XIX, levou os movimentos pan-germanistas a quererem tirar proveito da situação. Passaram a denominar-se “teuto-brasileiros”, afirmaram a influência alemã no sul brasileiro e “pareceram favorecer os planos do estado-maior da Weltpolitik, que teria desejado manobrar a população das colônias como uma infantaria já desembarcada” Tratava-se de uma tentativa de colonização moderna e discreta, que gerou inúmeros problemas

⁶⁹ Isto levou a uma falta de consciência de classe, pois o fator étnico sobrepujou o social. Estavam demasiado isolados para adquirirem combatividade necessária a toda classe. Os imigrantes alemães e seus descendentes distinguiram-se do resto da população rio-grandense pela devoção e pelo zelo religioso. Não existia, contudo, maiores e mais profundas diferenças do que em matéria de religião. Os protestantes e os católicos alemães jamais têm a mesma hierarquia de valores. As comunidades protestantes eram mais numerosas e foram as primeiras a serem organizadas, pois era a religião da maioria dos colonos e o protestantismo não exige intervenção de um sacerdote entre Deus e o fiel.

culturais e cívicos entre brasileiros e alemães⁷⁰. O fato de não estarem instalados nas mesmas regiões de colonização luso-brasileira tornou a integração difícil pelo processo de povoamento e pela estrutura social sul-rio-grandense.

Os colonos sentiam-se em situação de inferioridade em relação aos antigos habitantes da província, na qual não podiam integrar-se, mesmo que o desejassem. A vinda para o Rio Grande do Sul, sob o aspecto econômico, lhes conferiu vantagens individuais. Contudo, quando se trata do aspecto do gênero de vida ou de sua origem se constituíram num grupo isolado.

Entre 1824 e 1853 dirigiram-se à província gaúcha 7.491 colonos alemães. Se levarmos em consideração a média de imigrantes/ano (265), ela é pequena. Contudo, mesmo assim, a nova colônia de São Leopoldo evoluiu para uma colônia modelo. A maior concentração, dos 6.355 habitantes, estava na Villa de São Leopoldo e suas imediações. A distribuição entre brasileiros e imigrantes na Villa de São Leopoldo, no período acima, era de 653 alemães (338 homens e 315 mulheres) ante 222 brasileiros (110 homens e 112 mulheres) (LICHT, 2005).

Roche (1967) o considerou o mais propício à colonização por ter tido um estatuto legal. Houve duas séries de leis: a Lei Geral (28 de outubro de 1848), em que cada província recebia do Império trinta e seis léguas quadradas de terras devolutas, exclusivamente reservadas à colonização. A introdução e o emprego de escravos eram proibidos, e os colonos se tornariam proprietários das terras concedidas apenas após haverem desbravado e explorado-as num prazo, máximo, de cinco anos. O objetivo, dessa lei, era desenvolver a agricultura, através da exploração direta. Foi ela que permitiu a criação das colônias provinciais e que regeu, até a Proclamação da República, o domínio territorial da província. A medida mais eficaz tomada pelo governo Imperial foi a circular enviada, em 1865, aos cônsules brasileiros na Europa, ordenando-lhes que pagassem aos imigrantes, com destino ao Brasil, o preço da passagem. O Regulamento de 1867 estabelecia novas normas para a concessão dos lotes a crédito e concedia diversas vantagens aos colonos, tais como, ferramentas,

⁷⁰ No volume “*O Retrato*”, de “*O Tempo e o Vento*”, Érico Veríssimo coloca este embate, quando explode a Primeira Guerra. Os teuto-alemães ficaram em situação delicada, em relação aos demais povoadores brasileiros. Chegavam a ser agredidos física e verbalmente.

sementes, cuidados médicos gratuitos durante a fase de instalação, recompensa em dinheiro, ensino primário e liberdade de culto. Contudo, apenas, a partir de 1870, o governo Imperial interveio diretamente na colonização do Rio Grande, que, até então, era de responsabilidade da administração provincial (ROCHE, 1967). Em 1872, o Rio Grande do Sul era a terceira província com maior número de estrangeiros, com 41.725. Vinha logo atrás de Rio de Janeiro e Minas Gerais e, muito à frente de São Paulo, que estava em sexto lugar e ainda não era o grande receptor de imigrantes, que viria a ser futuramente.

Entre 1824 e 1914, entraram no Rio Grande do Sul, aproximadamente, 48 mil alemães, 64,3%, entre 1824 e 1889, e 35,7% entre 1889 e 1914. Os imigrantes alemães que foram para o Rio Grande do Sul eram originários, principalmente, de zonas rurais, mas não eram de regiões homogêneas, de forma que apresentaram grande variedade de tipos. Isto levou a variedade de profissões, desigualdade de nível cultural e diferença de mentalidade. A maioria, ao chegar à nova terra, teve dificuldade em se adaptar à nova vida. Além das diferenças de características regionais juntaram-se as religiosas. Essa aglutinação de imigrantes, que tinham a mesma origem, falavam a mesma língua e praticavam a mesma religião, contribuiu, dessa maneira, para limitar o raio do seu horizonte de vida e conservar tradições familiares ou regionais e fortalecer a tendência à segregação (ROCHE, 1967). Comparado aos demais povos, que imigraram para o Rio Grande do Sul – principalmente os italianos e portugueses – os estabelecimentos mostraram-se muito mais originais.

Entre 1847 e 1849, foi realizado o primeiro recenseamento, que abrangeu as localidades de colonização alemã mais antigas do Rio Grande do Sul, no vale do Rio dos Sinos, com a ocupação datada de 1824 e que foi promovida pelo Governo Imperial, como a Feitoria, Sendente e Guary (atual Lomba Grande) e a Picada Dois Irmãos. Incluiu também a colônia mais recente do Novo Mundo (atual cidade de Taquara) implantada em 1846 e a Picada de Feliz, também em 1846 (LICHT, 2005).

A população registrada pelo recenseamento de 1847-1849 totalizava 6.562 pessoas, composta por 6.355 moradores brasileiros, imigrantes e seus

descendentes e por 207 escravos. A densidade era bastante variável, pois o censo foi realizado em uma região bastante heterogênea, englobando uma área urbana, colônias antigas e colônias novas. A concentração populacional era de forma evidente adensada nos arredores da Villa de São Leopoldo que atuava como núcleo político, comercial, educacional e cultural da região colonial (LICHT, 2005).

Em 1854, 57% dos colonos de São Leopoldo eram protestantes. No decorrer dos anos 1854-1874, existam 15.587 alemães, 57% dos quais do sexo masculino. Havia 4.339 “jovens” de mais de 12 anos, o que explicaria o número de casamentos e nascimentos na colônia no decorrer dos anos seguintes. São Leopoldo ter-se-ia formado, entre 1824 e 1834, com 4.856 entradas de imigrantes e 1099 nascimentos, ou seja, em dez anos, 22,6 nascimentos para 100 adultos. Entre 1843 e 1849, possuía uma média de 3,1 filhos por família. A colônia, em pleno progresso, era composta de indivíduos com menos de 20 anos, na proporção de 58,8%. Em 1859, o número de crianças elevou-se a 5,9 por família e, em 1867, caiu para 5,4. Para exemplificarmos a importância de São Leopoldo, mesmo durante a segunda fase da colonização, em 1870, enquanto 15.538 alemães haviam entrado no Rio Grande do Sul e certo número deles se tinha instalado diretamente em Santa Cruz e nas colônias do Caí e do Taquari, só a colônia de São Leopoldo contava com 23.902 habitantes, não incluída a cidade (sua população total era de 25.034). Se considerarmos que eram estimados em 15 mil indivíduos a emigração de São Leopoldo para as colônias vizinhas e para as povoações luso-brasileiras podemos concluir que seu crescimento populacional foi rápido (ROCHE, 1967).

Licht (2005) constatou a dificuldade de aprofundar pesquisas sobre a população de escravos, pela escassez de dados e imprecisão dos registros. Além disso, a distribuição da população em faixas etárias é distorcida devido à própria condição da escravatura, com preferência por adolescentes e adultos jovens do sexo masculino para o trabalho braçal, e pelas péssimas condições sanitárias e alimentares que se refletiam em elevadas taxas de mortalidade infantil. Há que também considerar os castigos físicos impostos aos escravos “infratores” ou

“desobedientes”, em decorrência dessa violência eram inevitáveis os impactos na saúde e na sobrevivência dos indivíduos e conseqüentemente na estratificação em faixas etárias.

As informações registradas para esse grupo populacional são incompletas, a ponto de oito escravos homens e quatro mulheres serem atribuídos em bloco a seu proprietário, sem discriminação de nome, idade, relação de parentesco, religião ou nação. Em dois outros casos, foi citada a existência de escravos, porém, sem qualquer referência à quantidade ou outras características. Essa imprecisão impede uma avaliação mais aprofundada sobre essa importante parcela da população recenseada (LICHT, 2005).

Quanto à religião, dos 5.858 que registraram a religião que pertenciam, declararam-se católicos 2.216 (37,83%) e 3.642 (62,17%) declararam-se evangélicos ou protestantes.

O transporte de pessoas e de mercadorias entre os diversos pontos da Colônia era feito por via terrestre, por meio de comboios de cavalos e mulas por carretas e carroças. Já o transporte por via fluvial entre os diversos locais da Colônia de São Leopoldo e desta com Porto Alegre, a capital da província, para transporte de pessoas, escoamento da produção e intercâmbio comercial era baseado em lanchões que percorriam os rios dos Sinos, Caí e Guaíba.

Podemos distinguir três setores em que a atividade material dos imigrantes alemães se desenvolveu: agricultura, manufatura e comércio. A agricultura é que viabiliza, através do fornecimento de matéria-prima, o que o comércio e a indústria necessitam. Por outro lado, a indústria fortalece a agricultura, industrializando seus produtos e fortalece o comércio, na medida em que lhe confia a circulação dos produtos dentro e para fora do país. Ou seja, as três atividades sustentam-se mutuamente. E foi este o desenvolvimento de toda região colonial rio-grandense (AMSTAD, 1999).

O ressurgimento da agricultura no Rio Grande do Sul deve-se à colonização alemã. Entre 1824 e 1875, segundo Roche (1967), a agricultura foi atividade característica e exclusiva dos colonos alemães e, até o início da Segunda Guerra, ainda forneciam dois terços da produção agrícola gaúcha. Geralmente praticavam

a policultura. O tipo de agricultura praticado oferecia uma série de dificuldades para os recém-chegados, em muitas picadas cobertas de mato e entregues a si mesmos, não tiveram ninguém que lhes pudesse dar orientações. Poderíamos esperar que os alemães trouxessem novas técnicas, contudo, os processos científicos que recentemente haviam surgido não foram empregados e o método empregado foi o que era utilizado pelos nativos: a queimada. Não ocorrera aos colonos melhorarem a situação financeira por meio de um manejo metódico de suas terras. Assim como fizeram os primeiros, aprenderam os que seguiram e os descendentes continuaram a proceder da mesma forma, sem se preocupar que outras formas de agir pudessem ser mais proveitosas. Sempre a mesma maneira de cultivar a terra, as mesmas variedades de produtos, a mesma forma de lidar com a criação de animais. Quando uma área de terra estava esgotada, procurava-se outra ainda não cultivada, sem tomar consciência de que era possível tornar a terra novamente produtiva lançando mão de cuidados e métodos de manejo racionais. Explicam-se assim as constantes mudanças nos primeiros tempos. Uma família que hoje fixava-se aqui surgiria em outra parte amanhã. A agricultura era o recurso essencial dos colonos, que se exercia por meio da queimada e a pecuária era uma atividade secundária.

O incentivo à agricultura foi feito através do assentamento dos colonos em terras devolutas de baixo valor por não servirem para pastagem. Tal incentivo aliado à racionalização da pecuária com os cercamentos das estâncias, visando a diminuição dos custos e ao aumento do rendimento dos rebanhos, libera uma grande parcela de mão-de-obra rural. De outra parte, a comercialização intensa dos produtos agrícolas e a chegada de novos contingentes imigrantes propiciaram o desenvolvimento dos meios de comunicações e dos centros urbanos (BAKOS, 1997).

Os alemães tiveram um caráter essencialmente pioneiro no desenvolvimento da agricultura. Após o esgotamento do solo, os colonos das gerações seguintes passaram a se dirigir para novas áreas. O esgotamento das terras e o crescimento da população, entre outros fatores, motivaram as migrações internas, a natalidade e a técnica incompatíveis com a estrutura agrária

tornaram fatal o êxodo da população excedente (ROCHE, 1967). Os filhos dos primeiros colonos, por serem pequenos proprietários, foram obrigados a voltarem a ser desbravadores.

A produção aumentou constantemente. Entre 1849 e 1853, a do milho, triplicou; a de mandioca quase dobrou. Entre 1854 e 1858, aumentou 30% com relação ao feijão; 50% com respeito à mandioca e ao milho; e o dobro em relação à batata inglesa. Entre os fatores que favoreceram o desenvolvimento da agricultura, deve-se contar com a tenacidade dos colonos no trabalho. Esse aumento da produção teve a ver com as relativas facilidades de comunicação com Porto Alegre (ROCHE, 1967).

Quanto à pecuária, a criação de gado não passou, na maioria dos casos, de um ramo secundário praticado ao lado da agricultura, e destinado, sobretudo, para cobrir o consumo próprio. Pois a criação de gado em grande escala é praticada pelos criadores da Serra e da Campanha e, portanto, não compensava aos colonos criarem gado para vender. Entretanto, existiam distritos coloniais em que a produção de leite era a ocupação principal. Nessas regiões, o rebanho de gado era significativamente maior. A criação de suínos representava para o colono a maior fonte de banha. O colono produtor de banha era sinônimo de riqueza. Já a galinha era a fonte de administração doméstica (AMSTAD, 1999).

O desenvolvimento da indústria no Rio Grande do Sul, desde seu início, teve uma linha ascendente. Roche (1967) destaca, contudo, que apesar do relativo isolamento da província, o desenvolvimento dessa atividade não se explica unicamente pela história do Rio Grande do Sul, pois sua economia esteve estreitamente ligada à do Brasil inteiro. O crescimento da população e de suas necessidades, a conquista do Oeste brasileiro, a navegação de cabotagem e a conquista de uma rede de venda no Centro e Norte do Brasil desempenharam, na evolução da indústria rio-grandense, uma função mais importante que a existência do artesanato nas colônias. Os primeiros estabelecimentos industriais, segundo Roche (1967), no Rio Grande foram fundados por alemães.

A que mais contava com estabelecimentos alemães foi aquela que primeiramente se praticou em São Leopoldo, o curtume. Dois terços do curtume

tinha origem germânica e três quintos situavam-se nos limites de São Leopoldo e Novo Hamburgo. Associada a ela estava a de fabricação de calçados, que foi a grande atividade artesanal dessa colônia. A metalurgia era um dos principais ramos dos especialistas alemães nas cidades, concentravam-se em Porto Alegre e São Leopoldo 7/10 (ROCHE, 1967).

Segundo Amstad (1999), o desenvolvimento do comércio e da indústria alemão deu-se de três formas:

1. Adaptou-se às necessidades e às exigências da vida, cuidando de si mesmo e colocando seus conhecimentos e práticas a serviço de todos os povoadores da terra sem distinção de origem;
2. Desenvolveu-se de maneira uniforme e harmoniosa. A indústria alemã orientou-se, de um lado, pelas matérias-primas disponíveis e, de outro, pela demanda;
3. O desenvolvimento foi constante. O número de indústrias e de casas comerciais e, também, o tamanho cresceu proporcionalmente ao número de habitantes (AMSTAD, 1999, p. 242).

Em 1874, havia no Rio Grande do Sul 34 estabelecimentos industriais pertencentes a alemães. Estas instalações distribuíam-se entre as seguintes cidades: São Leopoldo (12), Porto Alegre (7), Pelotas (5), Rio Pardo (4), Santa Cruz, São Lourenço, Montenegro e Taquara, com uma cada (AMSTAD, 1999).

Porto Alegre, em 1874, tinha apenas 12% de população de origem alemã. Entretanto, sua participação no comércio era de 28% e na indústria de 32%, ou seja, de duas a três vezes o que corresponderia ao número de indivíduos. A mesma análise pode ser feita para Rio Grande e Pelotas. Novo Hamburgo, na década de 1850, era um pólo emergente de comércio e de produtos. A cidade e suas localidades próximas, Estância Velha e Campo Bom, tornou-se o centro mais importante da colônia alemã. Santa Cruz desenvolveu-se através da indústria do fumo (AMSTAD, 1999).

É impossível dissociarmos as colônias sul-rio-grandenses do comércio, pois o desenvolvimento de um está relacionado com o do outro e isto deve ser creditado nas trocas, cada vez mais intensas, que foi decisiva na produção e na economia

das colônias. Houve uma simbiose entre comércio e agricultura. As primeiras colônias tinham como único mercado a cidade de Porto Alegre, que terminou por se tornar o principal centro comercial da província. Existia uma grande diferença entre os preços praticados em Porto Alegre e pelos colonos, que sempre foram reféns do custo de transporte. Segundo Amstad (1999), a relação entre os preços dos produtos coloniais e o dos importados fez com que, ao final do século XIX, o colono não possuísse maior poder aquisitivo que seu pai e avô. A regra era que o comerciante também tivesse sob suas mãos o meio de transporte.

O primeiro banco da província, Banco da Província do Rio Grande do Sul, foi fundado em 1858. De acordo com o desenvolvimento de seus negócios, os comerciantes teuto-riograndenses, contribuíram para o desenvolvimento do banco, pois aumentavam as necessidades de crédito. Foram os principais comerciantes que constituíram o crédito com os lucros que obtinham em suas transações comerciais.

São Leopoldo foi pioneira também nos primeiros estabelecimentos comerciais. As primeiras vendas estabeleceram-se, primeiro, no “Passo” e nos pontos onde as picadas partiam do Rio dos Sinos. À medida que o arroteamento se afastava do rio, as vendas se seguiam nas picadas, no meio da floresta. Ao fim de 25 anos, por volta de 1850, estavam espalhadas por toda a colônia. Em 1874, o número de vendas rurais representava 55% do total (ROCHE, 1967). De São Leopoldo, onde as comunicações pelo Rio dos Sinos eram relativamente fáceis, os primeiros comerciantes iam a Porto Alegre vender os produtos agrícolas e comprar as mercadorias destinadas às suas lojas. Estas se transformavam logo em fortes estabelecimentos de meio-atacado, pois os comerciantes rurais instalados nas picadas quase não podiam transportar, vender ou comprar em Porto Alegre. Embarcavam-se, em seguida, os produtos locais, em São Leopoldo, com destino a Porto Alegre, e os mesmos barcos transportavam as mercadorias a serem distribuídas entre as vendas rurais. É o semi-atacadista de São Leopoldo que efetua os transportes de mercadorias até Porto Alegre. É ele quem paga aos comerciantes porto-alegrenses (ROCHE, 1967).

A cidade de São Leopoldo desenvolveu-se, pois, à medida que cresciam, em número e importância, as casas de comércio ligadas a Porto Alegre pelas gabarras que navegavam no Rio dos Sinos. Paradoxalmente, os avanços no meio dos transportes e na distribuição da produção agrícola foram um golpe tremendo para o comércio de São Leopoldo. Contudo, seu papel de entreposto e intermediário foi favorecido, em definitivo, pela navegação a vapor. Isso perdurou até 1874, quando do estabelecimento da via férrea Porto Alegre - São Leopoldo, que transformou as condições de transporte e do negócio, especialmente encurtando as distâncias e criando novos laços entre comerciantes de Porto Alegre e os das colônias. O nascimento da nova rede de comunicações permitiu que a praça de Porto Alegre estendesse seu raio de influência direta. São Leopoldo foi, portanto, ameaçada de colapso e sofreu também a concorrência das casas fundadas em Novo Hamburgo, logo que a estrada de ferro ali chegou, em 1876 (ROCHE, 1967).

Segundo Roche (1967), na metade do século XIX, as pessoas que detinham as maiores riquezas, em São Leopoldo, eram os comerciantes, e a superioridade de seu patrimônio ante os colonos acentuou-se cada vez mais. Isso decorria da exploração que aqueles exerciam sobre estes, pois seu crescimento deu-se através da produção agrícola. Claro que existia o fato desses comerciantes terem a perspicácia suficiente para perceberem quando uma determinada atividade estava em declínio e migrarem para outra região ou atividade. Foram eles que exerceram grande influência na orientação da produção agrícola, regularizando as trocas e levando os colonos a cultivarem determinadas culturas em áreas pré-definidas. Dessa forma, eles ficavam cada vez mais ricos em relação aos colonos.

Entre 1875 e 1880, os comerciantes teuto-rio-grandenses superaram a influência da praça do Rio de Janeiro, com a criação das linhas alemãs de navegação a vapor para a América do Sul, passando a negociar diretamente com a Alemanha. Com a multiplicação das casas comerciais, a economia das colônias deixa de ser puramente de subsistência.

Foi o comércio que fez as grandes famílias tornarem-se grandes produtores e comerciantes nas colônias, permitindo que elas multiplicassem suas empresas de

forma, cada vez mais, vantajosa. Voltavam-se para atividades capazes de aumentar suas receitas mesmo quando a produção agrícola de base diminuísse na região. Por terem mais capital, terminaram por possuírem o domínio da técnica, o que permitiu a passagem da produção do modo artesanal ao da manufatura.

O comerciante adaptou-se a situações novas e soube criar ou recriar uma prosperidade estável, não apenas em suas empresas, como também nas vilas em que residiam. Além disso, souberam manter e ampliar suas fortunas através dos matrimônios arranjados, formando, assim, uma classe coerente e dinâmica. Conservou, assim, o caráter étnico e uma homogeneidade e coesão que outros grupos não apresentavam.

6.3 – CONTEXTUALIZAÇÃO DAS COLÔNIAS ALEMÃS NO RS

Os alemães procederam de diversas regiões da Alemanha: de Hannover, das redondezas de Mogúncia do Palatinado Bávaro, da Saxônia. A maior parte, porém, procede de Coblenz, de Trier, das margens do Mosela e do Hansruck. Segundo Schupp, após alguns anos de trabalho duro, todos os alemães podiam se orgulhar de um certo bem-estar. Na hipótese de que um simples povoador fosse transferir-se com as propriedades que possui para a Alemanha, seria um homem rico em sua antiga pátria.

O imigrante do Rio Grande do Sul não chega, como no caso de São Paulo, para resolver basicamente a falta de mão-de-obra. Na província, o europeu torna-se senhor de seus próprios meios de produção. Isto se deve ao fato de ter o Rio Grande do Sul recebido a maior colonização oficial do Brasil, que visava, em primeiro lugar, garantir a posse e a exploração de regiões menos povoadas, possibilitando o surgimento da pequena propriedade rural.

Não resta dúvida de que a vinda dos alemães transformou o Rio Grande do Sul. O governo Imperial considerava a imigração fundamental à exploração brasileira. A necessidade de povoar a imensa área deveria ser associada a empregá-la em estabelecimentos agrícolas.

Não se deve o êxito da colonização alemã nem aos investimentos nem aos capitais de exploração. Somente dois fatores estiveram em jogo no século XIX: a qualidade da terra e o trabalho do homem. Segundo Roche (1967), o patrimônio dos colonos manteve-se senão estacionário, pelo menos bem próximo do que era no século XIX. É o valor nominal, e não o real, do patrimônio agrícola que aumenta. A primeira geração de colonos deixa, em inventários, muita pouca coisa e/ou de muito pouco valor. Contudo, não se pode deixar de destacar que, apesar das dificuldades, esses imigrantes achavam-se livres da influência dos grandes proprietários como não ocorria com os que se dirigiam para o Estado de São Paulo. Essa independência foi mais importante do que não terem que pagar renda territorial.

A pequena propriedade, através da propriedade agrícola diversificada, foi sem dúvida, o que diferenciou o Rio Grande do Sul dos demais Estados Brasileiros. Nos latifúndios setentrionais, associavam-se monoculturas tropicais (açúcar, café, etc); nas estâncias era a criação extensiva, enquanto nas pequenas propriedades desenvolvia-se a policultura. O regime da pequena propriedade, promovido, de início, pelo governo, adquirira força, suficiente, para impor-se em todas as colônias sul-rio-grandenses. O sistema de pequenas propriedades suscitou em grande escala um aumento da migração interna, pois não conseguia acomodar a divisão entre co-herdeiros em razão da alta natalidade, e bem assim à longa fidelidade dos colonos ao gênero de vida agrícola (ROCHE, 1967). O fenômeno da migração rural, em sua fase inicial, passou completamente despercebido, pois foi confundido com a expansão territorial das colônias. Com a expansão da colônia de São Leopoldo tornou-se necessária a fundação de novas colônias. Inicia-se a marcha para o Oeste. Segundo Roche (1967), as migrações internas foram a marca distintiva da colonização alemã no Rio Grande do Sul: num primeiro momento, seu dinamismo agrícola e, posteriormente, sua asfixia rural.

Comparando a colonização de origem portuguesa com a alemã fica evidente a diferença de uma ante a outra. Enquanto aqueles tinham 32 núcleos de colonização com uma população global de 100 mil habitantes, dispersas por todo território sul-rio-grandense, estes tinham 200 núcleos e a soma de seus 18 municípios coloniais com 600 mil habitantes. O Rio Grande do Sul cresceu vinte vezes nos anos que se seguiram à chegada dos primeiros imigrantes. Diante disto, fica evidente que o progresso da província deveu-se à colônia (AMSTAD, 1999).

A imigração alemã, que se iniciou logo após a Proclamação da Independência, encontrou, segundo Roche (1967), um ambiente desfavorável à sua adoção imediata, por estar num momento de nítida consciência patriótica, pois, além da emancipação política, o País vinha de vitória sobre Buenos Aires e Montevideú. A Revolução Farroupilha (1835/45) foi um catalisador da produção agrícola e artesanal. Ao final da guerra, o Império reconheceu a colaboração prestada durante a luta e concedeu naturalização em massa aos colonos.

Segundo Roche (1967), a atividade pastoril, até o início do século XX, viveu sob uma economia de subsistência e a relação exportações de produtos locais e importações manteve-se estacionária, com preponderância das exportações. O comércio no interior da zona de pecuária era reduzido. Esta análise serve para uma parte da província, pois nas colônias, com a supremacia do comércio, o agricultor e posteriormente o artesão tiveram uma orientação essencialmente comercial. Ainda, segundo Roche (1967), ao contrário das regiões pecuárias, o comerciante era o único agente das trocas, tornando-se muito poderoso em suas terras.

A diversificação econômica, ocasionada pelo trabalho do imigrante, proporciona ao Rio Grande do Sul o desenvolvimento de um “importante mecanismo de ajuste de oportunidades ditadas pelo mercado externo”. Assim, o modelo de “perspectivas unilinear de involução-evolução”, usado tradicionalmente na interpretação da economia brasileira, não encontra aplicação no Rio Grande do Sul, pois o desenvolvimento de um mercado e de uma economia diversificada apontaram várias alternativas para atender às exigências nacionais (BAKOS, 1999, p. 34). O imigrante, no meio rural e no urbano, apresenta-se como um elemento adaptável às exigências do mercado de trabalho.

O Rio Grande do Sul, pela sua posição de província complementar da economia nacional, precisou desenvolver mecanismos de adaptação para atender às necessidades do restante do país, diversificando sobremaneira a economia regional. Essa realidade gerou uma série de grupos econômicos com atividades e interesses conflitantes entre si. Era necessário conciliar os múltiplos interesses regionais com os interesses nacionais.

A Lei Geral n 514, de 28 de outubro de 1848, entre outras disposições, estabelecia que a introdução e o emprego de escravos nas terras destinadas à colonização eram proibidos. Apesar dessa determinação legal, foi possível identificar a existência de 217 escravos (3,15% da população recenseada), dos quais 130 do sexo masculino e 77 do sexo feminino. Licht (2005) não conseguiu identificar os efeitos da lei na propriedade de escravos por imigrantes alemães e

seus descendentes, pois a data da promulgação da lei coincidiu com o período de realização do censo.

A maior concentração de escravos ocorria nas regiões mais próximas da Vila de São Leopoldo, por tratar-se de região de colonização mais antiga, com cultura escravagista e população escrava já consolidada. Já nas colônias mais novas, não há ou são muito poucos os registros. Oitenta e uma famílias eram proprietárias de escravos. A maioria das famílias proprietárias (56 ou 68,29%) possuía um ou dois escravos.

Se levarmos em consideração os sobrenomes dessas famílias veremos que apenas uma possuía sobrenome germânico: Jacob Blaudt possuía 10 escravos; Manoel Bento Alves Filho e Manoel Joaquim da Silveira (1996) possuíam 11 cada um; e o maior proprietário era José de Quadros Bittencourt, com 12 cativos (LICHT, 2005).

Como já foi visto anteriormente a maioria dos escravos era do sexo masculino. A idade da maior parte dos escravos era de adolescentes e adultos, com poucos indivíduos de meia-idade e quase nenhum idoso. A explicação era os maus tratos e as péssimas condições a que estavam submetidos. A média de idade era de 21,15 anos.

Neste capítulo, vimos como se deu o processo de formação das colônias alemãs, principalmente a de São Leopoldo, que é o objeto de estudo desse trabalho, e sua importância para a atividade econômica colonial e imperial brasileira. No próximo, veremos, através de uma análise quantitativa, qual foi a efetiva importância de São Leopoldo, se foi um região povoada por escravos, o que motivava o processo de compra desses escravos por parte dos colonos e a importância da economia colonial para a província.

7 – MODELO ESTATÍSTICO

7.1 - CLIMETRIA

No capítulo anterior vimos como ocorreu o processo de formação das colônias, primordialmente a de São Leopoldo. Neste último capítulo, como foi apresentado na introdução, irei analisar os inventários de São Leopoldo e compará-los com os de outras comarcas gaúchas (Bagé, Pelotas, Porto Alegre e Rio Pardo).

Será utilizado o método quantitativo para aferir as hipóteses levantadas. No caso, será feito um levantamento quantitativo nos inventários para verificar se os colonos alemães, que se instalaram naquela província, tinham ou não escravos devido a uma questão financeira, a exemplo do que ocorria no resto do Brasil. Este procedimento se destina a conferir, do ponto de vista material, as coincidências e diferenças existentes entre a comarca de São Leopoldo e as do restante do Estado, isto porque esta comarca apresentou maior concentração de inventariados de origem alemã e que possuíam escravos. Para fazer esta análise será utilizado um banco de dados com 1.278 inventários das comarcas do Rio Grande do Sul: Pelotas (331 inventários), Porto Alegre (345 inventários), São Leopoldo (210 inventários), Bagé (100 inventários) e Rio Pardo (264 inventários). Destes inventários, serão investigados apenas aqueles cujos proprietários eram possuidores de escravos.

De São Leopoldo, comarca que efetivamente interessa nesse trabalho, obtiveram-se informações sobre escravos, sobre propriedades agrícolas, sobre instrumentos de trabalho, além de outras informações. Esta quantidade enorme de material aliado a informações constantes em outros trabalhos de pesquisas, como os apresentados durante a revisão bibliográfica abordada nos capítulos anteriores forneceram elementos para testá-los estatisticamente e compará-los com os de outras regiões.

Como já havia escrito anteriormente, este trabalho tem como inspiração as obras *Time on the Cross*, de Robert William Fogel e Stanley L. Engermann, e

Railroads and American Economic Growth, de Fogel, que utilizaram de métodos quantitativos para entender, respectivamente, a variação dos preços relativos dos escravos do Sul dos Estados Unidos e o papel desempenhado pelas ferrovias no desenvolvimento econômico dos Estados Unidos. *Time on The Cross* escrito em 1974 tornou-se um dos marcos da cliometria.

As recentes evoluções da história econômica em Wallerstein (apud CARVALHO, 1995), distinguem dois tipos de abordagem, a “nomotética” e a “ideográfica”, que ilustram o tipo de discussão em presença: a estratégia nomotética privilegia o “empenhamento na modernização rigorosa e no teste de hipóteses (usando preferencialmente a econometria)”; a estratégia idiográfica, por seu turno, “salienta a riqueza de detalhe e a complexidade de explicação que uma abordagem narrativa tem para oferecer”, apontando os limites da abordagem anterior na “análise da textura” do tempo histórico.

Esta abordagem “nomotética” é mais conhecida entre os economistas como cliometria, representada pela história serial e pela história quantitativa. Esse movimento é uma corrente que marcou a produção historiográfica dos anos 1960 e 1970 em muitos países, em especial nos Estados Unidos (mas também na França) afetando campos de estudo históricos amplos. Pode-se distinguir uma metodologia quantificadora aplicável a uma vasta área de estudos sócio-históricos, e não apenas ao âmbito próprio da historiografia, e um paradigma quantitativista da explicação do social, questão que apresenta implicações cognitivas muito mais fortes e abrangentes.

O movimento quantitativista iniciou-se na história econômica, na qual é essencial até hoje, pelo menos desde os anos 1930. No panorama atual da historiografia, raros são os setores de investigação cujo horizonte seja a quantificação ou, mais ainda, o quantitativismo, mesmo no caso particular da história econômica. Estevão de Rezende Martins (2004) divide a história chamada quantitativista em dois grupos de orientação. Um é o representado pela cliometria, termo cunhado para referir o quantitativismo estrito, expresso na matematização de modelos específicos de comportamento temporal, pretendendo “explicar” formalmente os “processos” históricos de longo prazo. O outro se pode definir

como uma história estrutural-quantitativista, que recorre em ampla medida à estatística, à informatização, à quantificação, enfim, de uso instrumental, subsidiando a especificação de “estruturas” econômicas, sociais ou culturais, no quadro de explicações mais complexas do fenômeno social da história, não redutível à linguagem formal da matemática.

A época clássica da historiografia quantitativa foi, sem dúvida a dos anos 1960. Para ela, os historiadores “científicos” aplicam ao estudo da história métodos quantitativos e modelos de comportamentos elaborados pelas ciências sociais. A história “científica”, por conseguinte, seria a que se integrasse plenamente aos métodos das ciências sociais, em especial aos da economia.

Ainda segundo Carvalho (1995), no quadro das posições nomotéticas, a ciência econômica constitui – pelo menos em nível do que é comumente qualificado como *mainstream economics* – uma entrada exemplar, pois segundo Georgescu-Roegen (apud CARVALHO, 1995), “nenhuma ciência ilustra melhor que a economia o impacto do entusiasmo pela epistemologia mecanicista sobre a sua evolução”. Voltando a Carvalho (1995), nesta perspectiva, o processo histórico começa a ser reduzido aos elementos que possam ser adaptáveis a estruturas cognitivas (necessariamente) invariantes no espaço-tempo (e por isso “científicas”), acabando, como seqüela lógica, o conhecimento histórico por sair claramente desvalorizado. Para Wallerstein (apud CARVALHO, 1995), “os economistas ainda agem como se a história econômica fosse, na melhor das hipóteses, uma insensatez excêntrica e, na pior, um sério desvio de recursos de investigação escassos”. Acontece que, como afirma significativamente Solow (apud CARVALHO, 1995), “a tentativa de construção da economia enquanto uma ciência dura de base axiomática está condenada ao falhanço”, pois “infelizmente, (...) a economia é uma ciência social”. A significância da posição de Solow advém do fato de, ao longo de grande parte da sua extensa carreira, este autor ter sido um dos grandes paladinos da ortodoxia dominante na ciência econômica.

A cliometria é a escola que transforma a história econômica em economia retrospectiva. Ela quantifica e aplica ferramentas estatísticas e matemáticas, pois quem não consegue quantificar, não consegue escrever história. Seguindo a

definição de August Ludwig von Schlozer: a estatística é história estática, a história é a estatística em movimento. A cliometria sugeriu ou mesmo estabeleceu uma série de revisões das repostas a determinadas questões de história econômica, principalmente do século XVIII em diante.

Entretanto, para o historiador Eric Hobsbawm (2006), utilizando as palavras do próprio Fogel, a cliometria tem sido menos que revolucionária, pois os cliometristas podem ter alterado, mas não substituído às narrativas básicas do crescimento da agricultura, o surgimento da manufatura, a evolução do sistema financeiro, a expansão do comércio e muitas outras coisas que foram reconstituídas e documentadas por métodos tradicionais. Alguns economistas recorrem à história na esperança de que o passado forneça respostas que o presente por si só parece relutante em produzir. A história parece um componente natural de qualquer diagnóstico sobre o que há de errado com a economia.

A econometria ganha importância com o surgimento de uma economia de base teórica para o planejamento e administração, que surge durante a era das guerras mundiais. A aplicação da teoria neoclássica à política cresceu à medida que os teóricos puros abandonavam a notável falta de interesse que, até então, demonstravam na expressão e verificação numérica de seus conceitos. A economia deve se tornar o que Ludwig Von Mises chamou de “praxiologia”, uma ciência, e conseqüentemente, um conjunto de técnicas para programar. Contudo, não é isso o que fazem as ciências naturais ou sociais. Schumpeter se recusava a definir seu campo exceto como uma “enumeração dos ‘campos’ principais hoje reconhecidos na prática do ensino”, porque não era, em sua opinião, “uma ciência no sentido em que a acústica é uma ciência, mas antes, como um aglomerado de campos de pesquisa mal coordenados e superpostos”. Segundo Hobsbawm, Fogel (1974, p. 116-117) teria inconscientemente colocado o dedo na mesma fragilidade, quando louvou a economia pelo “grande acervo de modelos econômicos”, do qual os cliometristas poderiam se valer. Acervos não possuem outro princípio além do de classificação arbitrária. Os economistas não podem deixar de se interessar pela análise do material empírico, passado ou presente, mas isto é apenas metade da história. A outra metade se baseia principalmente em modelos

estatísticos que se apóiam em premissas generalizadas e altamente simplificadas, cujas conseqüências são discutidas, hoje principalmente em termos matemáticos.

Hobsbawm (2006, p. 125) diz não conseguir ver muita relevância na história – aquilo que de fato aconteceu – para a construção de modelos de economias possíveis ou imaginárias. Os econométricos às vezes estão menos testando teorias quanto descrevendo como seria o mundo caso as teorias estivessem corretas. Também é possível e usual formular modelos tão gerais que possam ser universalmente aplicáveis, mas à custa da banalidade. Numa crítica direta à Fogel, o historiador britânico afirma que “para os historiadores, a questão principal é por que se construíram ferrovias, e não como poderiam ter sido abolidas no século XIX”.

A mensuração na história por parte dos cliometristas e a engenhosidade e originalidade de Fogel, na busca e utilização de fontes e técnicas matemáticas deve ser destacada. Entretanto, a característica específica dos cliometristas não é essa, mas a de testar proposições da teoria econômica, na maioria de inspiração neoclássica. Sua contribuição é valiosa, mas até agora foi predominantemente pedagógica. O próprio caráter definido dos novos métodos confinou-os a uma estreita amplitude de problemas. Os historiadores econômicos tradicionais supõem proposições oriundas da teoria econômica, muitas vezes de uma maneira confusa e impropriamente formulada, os cliometristas procuraram explicitar tais proposições e, na medida em que possam ser formuladas de modo rigoroso e significativo, testá-las mediante evidências estatísticas. O primeiro exercício nunca é supérfluo. De qualquer modo, uma grande parte da literatura econômica ainda parece consistir desse tipo de esclarecimento. O segundo é admirável, na medida em que possa provar como errôneas proposições históricas ampla e acriticamente aceitas. É sabido que às vezes também podem se verificar errôneas mediante a simples contagem, podendo-se dispensar referências à teoria. Inversamente, é claro, a estatística pode não ser adequada a solução definitiva de uma discussão. Em todo caso, na medida em que a cliometria obriga os historiadores a pensarem com clareza e atua como detector de absurdos, desempenha funções necessárias e valiosas (HOSBAWN, 2006).

As limitações da cliometria são rígidas, vejamos:

Na medida em que projeta sobre o passado uma teoria essencialmente a-histórica, sua relevância para os problemas maiores do desenvolvimento histórico é vaga ou marginal. Os economistas são incapazes de construir modelos que expliquem grandes eventos como a Revolução Industrial;

A escolha de um aspecto da realidade econômica ao qual aplicar a teoria pode falsear o quadro;

A cliometria necessariamente tem de se basear não só em dados reais, muitas vezes remendados e inconfiáveis, mas também, e em grande parte, em dados inventados ou supostos. Sobre muitas questões relevantes, faltam informações até para nossa era bem mensurada. A maior parte da história continua a ser, em termos quantitativos, uma zona de imprecisões e conjecturas;

A cliometria corre o risco da circularidade por afirmar a partir do modelo para dados, na medida em que esses não são independentemente disponíveis. E ela não pode sair de sua teoria que é a-histórica, e para fora de seu modelo específico, que é fastidioso se for irrelevante.

Em suma, a cliometria pode criticar e modificar a história produzida por outros meios, mas não pode produzir respostas próprias (HOSBAWN, 2006). Feitas estas explicações convém voltarmos um pouco a *Time on the Cross* o qual rompeu com uma série de pressupostos já arraigados na historiografia estadunidense. Podemos destacar as seguintes correções, feitas à historiografia sobre o Sul dos Estados Unidos: o sistema escravista não era irracional e a aquisição de escravos obteve taxas de retorno que eram comparadas favoravelmente com as oportunidades de investimento nas manufaturas; o sistema escravo não estava moribundo pouco antes do início da guerra civil – esta é, aliás, um dos aspectos que levaram os proprietários de escravos serem surpreendidos; a agricultura escrava não era ineficiente quando confrontada com a livre – a economia operava em grande escala, com efetivo gerenciamento e utilização intensiva de capital e trabalho; o escravo não era ocioso e não-produtivo, ao contrário ele era mais eficiente do que o seu contemporâneo branco; os escravos empregados nas indústrias eram comparados favoravelmente com os

trabalhadores livres em aplicação e eficiência; a família escrava foi a base da organização social escrava; as condições materiais de vida dos escravos eram melhores do que a dos trabalhadores industriais livres.

Em *Railroads*, o objetivo de Fogel era dismantelar explicações do passado que atribuíam às ferrovias uma contribuição imprecisa, mas enorme, ao crescimento da economia norte-americana, retirando-as do cenário e depois calculando como as necessidades da economia poderiam ter sido atendidas por outras vias então disponíveis – canais, por exemplo.

Colocado estes pontos é necessário fazer alguns comentários. Como observa Noguero (1997), para Fogel e Engermann (1995) a racionalidade de tipo capitalista dos escravistas parece ser mais importante na tipificação de uma determinada estrutura social do que as próprias relações de produção. Para eles, o fato de se ter encontrado taxas de retorno, sobre investimentos em escravos, compatíveis com os custos de oportunidade, é suficiente para atribuir o adjetivo de capitalistas aos escravistas do sul dos EUA no século XIX. Os termos que esses autores usam para estudar a exploração dos escravos são os mesmos empregados quando o assunto são os trabalhadores das sociedades atuais. No caso da escravidão do sul dos EUA, a exploração beneficiaria não apenas os escravistas, mas também os consumidores dos bens produzidos pelos escravos.

Diante do exposto acima, vamos agora à análise dos resultados encontrados, através do modelo estatístico utilizado, para a comarca de São Leopoldo.

7.2 - ESTATÍSTICAS SOBRE A POSSE DE ESCRAVOS NAS CINCO COMARCAS INENTARIADAS

Nesta seção apresentamos o resumo do levantamento realizado junto aos possuidores de escravos das cinco comarcas investigadas, a saber: Bagé, Pelotas, Porto Alegre, Rio Pardo e São Leopoldo. A partir da quantidade de inventários notamos uma forte concentração desses nas cidades de Porto Alegre e Pelotas, que eram consideradas as maiores comarcas do Estado, e verificamos ainda diferenças entre o número de inventários das décadas de 40 e 50. Isso decorre principalmente dos conflitos da época como a Revolução Farroupilha que impossibilitava um maior controle na elaboração da listagem de bens, principalmente nas regiões das charqueadas.

O período relativo às décadas de 50 e 60 concentram um maior número de inventários coincidindo com o aumento nos preços dos escravos, devido à proibição do tráfico de escravos e a forte escassez de mão-de-obra. Em função disso, notamos o início da decadência das charqueadas e prosperidade dos núcleos coloniais. Nesse período, verificamos também uma maior concentração da riqueza.

O levantamento das informações sobre escravos nas cinco comarcas investigadas, Tabela 1, mostra que de fato os alemães e seus descendentes eram proprietários de escravos. Também se verifica que o percentual de proprietários de escravos de origem alemã é mais pronunciado em São Leopoldo do que nas demais comarcas. Enquanto em São Leopoldo 24% dos escravos pertenciam a proprietários alemães, que correspondiam a 31% do total de inventariados da comarca, nas demais localidades, estes percentuais oscilavam apenas entre 1 a 4%. Importante observar que os inventariados foram classificados como alemães, ou não, conforme a origem de seu sobrenome, uma vez que não se dispunha de maiores informações sobre eles. Interessante observar que o valor médio do escravo possuído pelos alemães (306\$375) era menor que o valor médio dos escravos dos não alemães, que eram predominantemente de origem portuguesa (394\$308,37). Tais médias são maiores no caso alemão, apenas nas comarcas de

Pelotas e Porto Alegre, mas nestas o percentual de escravos dos alemães representa apenas 1% do total de escravos em cada região.

Tabela 1 – Proprietários de escravos e escravos por origem

Local	Informação	não german	German	total = 100%	Não german	German
Bagé	número de escravos	270	6	276	98%	2%
	valor dos escravos	13.674.040,00	38.400,00	13.712.440,00		
	número de inventários	29	1	30	97%	3%
	valor médio do escravo	50.644,59	6.400,00	49.682,75		
Pelotas	número de escravos	2453	84	2537	97%	3%
	valor dos escravos	366.616.837,00	13.845.200,00	380462037		
	número de inventários	239	6	245	98%	2%
	valor médio do escravo	149.456,52	164.823,81	149.965,33		
Porto Alegre	número de escravos	932	14	946	99%	1%
	valor dos escravos	396.607.904,00	10.932.000,00	407.539.904,00		
	número de inventários	138	2	140	99%	1%
	valor médio do escravo	425.544,96	780.857,14	430.803,28		
Rio Pardo	número de escravos	1773	16	1789	99%	1%
	valor dos escravos	1.346.483.920,00	4.950.000,00	1.351.433.920,00		
	número de inventários	238	4	242	98%	2%
	valor médio do escravo	759.438,20	309.375,00	755.413,04		
Sao Leopoldo	número de escravos	178	56	234	76%	24%
	valor dos escravos	87.110.000,00	8.485.000,00	95.595.000,00		
	número de inventários	31	14	45	69%	31%
	valor médio do escravo	489.382,02	151.517,86	408.525,64		
Total	número de escravos	5606	176	5782	97%	3%
	valor dos escravos	2.210.492.701,00	38.250.600,00	2.248.743.301,00		
	número de inventários	675	27	702	96%	4%
	valor médio do escravo	394.308,37	217.332,95	388.921,36		

A tabela 1 ilustra o fenômeno da posse de escravos pelos colonos alemães de São Leopoldo e apresenta um percentual muito diferenciado em relação às

demais comarcas. A comarca de São Leopoldo era a que possuía menor riqueza inventariada, o que se deve ao seu desenvolvimento recente se comparado às outras comarcas. As atividades agrícolas predominavam na colônia de São Leopoldo, em contrapartida às charqueadas, que se mantinham extremamente ricas, como verificamos em Pelotas.

A distribuição de terras na colônia parece seguir certo padrão conforme constatamos nos inventários: a distribuição baseou-se em minifúndios com medida média de uma colônia⁷¹ para cada imigrante nas décadas de 30 e 40. A partir da década de 50 verifica-se um aumento na concentração de terras, porém essa concentração atingia no máximo o equivalente a 1,652 colônia, ou seja, os imigrantes possuíam uma colônia e um incremento de “terreno”, “chácara” ou “campo”.

Ao longo do século XIX as terras de São Leopoldo de propriedade dos alemães obtiveram uma média 1.321.486 réis (1.321\$486), sendo que os que possuíam escravos alcançavam uma média maior no valor de suas terras (1.867\$617 contra 1.240\$514)⁷².

A partir da análise dos dados, observamos que a utilização dos cativos por parte dos imigrantes não se processou em função da falta de posses para manter essa mão-de-obra. A partir do momento que os alemães adquiriam riqueza compravam escravos, mas o que ocorreu foi que essa riqueza começou a surgir na década de 50, coincidindo com a proibição do tráfico de escravos e a conseqüente elevação de seus preços.

Na pesquisa de Rodrigues (2007) sobre as diferentes colônias gaúchas ele afirma que em quase todo o período observa-se a predominância da participação dos bens de raiz, em torno de 40% do total da riqueza dos indivíduos pesquisados durante quase todo a período. Segundo ele, a partir de 1840, o hiato da participação na riqueza dos bens de raiz em relação aos demais se torna maior, até o fim do século, quando os bens de raiz passam a compor cerca de 80% da

⁷¹ 1 colônia = 75 ha. No apêndice desse capítulo colocamos uma tabela sobre as medidas utilizadas no Brasil Colonial.

⁷² Elaboramos este cálculo através de uma média ponderada, baseada nos valores constantes dos inventários, e não consideramos no cálculo a possível inflação da época.

riqueza. Os animais têm uma queda brusca já a partir de 1840, a partir de quando passam a compor menos de 20% da riqueza. Os escravos, por sua vez, têm uma queda mais gradual em tendência a zero, devido ao fim do escravismo no país que gradualmente se aproximava. O fenômeno é observado em todas as comarcas individualmente (RODRIGUES, 2007).

Pelotas, a mais rica comarca da província durante o século XIX devido ao dinamismo do charque, foi lida uma amostra de 331 inventários, onde foi encontrado o maior número de escravos de todas as comarcas, composta de 2537 registros. Destes, 3% - 84 cativos – pertenciam a proprietários alemães. Os inventários de Pelotas foram os que apresentaram a maior riqueza agregada em praticamente todos os períodos, com uma forte presença de escravos. Os animais mantêm constantemente uma baixa participação na riqueza, se encontrando, exceto por anos isolados, em torno dos 10% de participação na riqueza. Com a aproximação do fim do século, inversamente à posse de escravos, os bens de raiz passam a compor a maior parte da riqueza, chegando ao pico de 80% da composição.

Em Porto Alegre, com 946 escravos, sendo 14 que pertenciam a alemães, 1% do total, observa-se a constância da participação relativa dos bens analisados no total da riqueza ao longo do século. Os bens de raiz continuam a ter maior participação na riqueza, seguidos por escravos e animais. Os escravos apresentam queda de sua participação no total da riqueza com a aproximação da abolição no fim do século. Nessa província, não se encontra, com a queda da participação dos escravos, um aumento da participação dos bens de raiz, que se mantém em torno de 50% durante todo o período.

Em Bagé, a comarca mais próxima da fronteira com os países do Prata e onde a atividade pecuarista mais se desenvolveu no Estado, existiam 276 escravos, em 10 dos inventários lidos. A cidade era a principal fonte de abastecimento das charqueadas. Para essa comarca, no entanto, a participação dos animais na composição da riqueza manteve-se na maioria do tempo superior a de escravos, ao contrário do observado nas demais comarcas. Esse fenômeno provavelmente se deve à característica da cidade, fornecedora de gado para os

charqueadores. Entretanto, a partir da década de 1860, os bens de raiz passam a assumir definitivamente uma importância maior na composição da riqueza, como nas demais localidades.

A comarca de Rio Pardo é a que apresenta a maior extensão de período de tempo com dados disponíveis, desde o final do século XVIII, sendo sua amostra composta por 264 inventários. Existiam 1789 escravos, sendo 16, ou 1% do total, pertencentes a alemães. Os dados apresentam uma tendência pouca clara em suas variações, sendo todos os bens analisados aqui componentes entre 20% e 40% do total da riqueza de seus indivíduos. Somente a partir da década de 1860, vê-se uma definição mais clara da composição da riqueza, com os bens de raiz, como nas demais comarcas, assumindo a maior parte da composição da riqueza, enquanto há queda da participação de escravos e animais. Rodrigues (2007) observa a forma brusca com que ocorre a queda da participação dos escravos e a subida da de bens de raiz, a partir da década de 1860. Os animais, por sua vez, já apresentavam uma tendência de declínio mais gradual.

Em todas as comarcas, como no agregado dos dados coletados, conforme se aproxima o final do século, os bens de raiz passam a assumir uma participação maior na composição da riqueza dos indivíduos. Isso ocorre enquanto a riqueza composta em escravos e animais apresenta queda.

Como veremos adiante a queda do bem escravo foi origem ou consequência do aumento da participação dos bens de raiz, o que demonstra uma complementariedade entre eles. A queda mais saliente na composição da riqueza foi dos escravos, pois, embora os animais também tenham apresentado queda de suas participações, estes, de forma geral, não faziam parte da maior parte da riqueza nas diferentes comarcas.

7.3 – ESTATÍSTICAS DE SÃO LEOPOLDO

Vamos agora apresentar o levantamento das evidências empíricas mais específicas sobre os cidadãos de origem alemã, moradores de São Leopoldo, que de fato possuíam escravos, com o intuito de verificar se as condições econômicas eram de fato um dos determinantes da posse de escravos pelos colonos alemães. Fenômeno que se comprovado evidência que, mesmo com poucos recursos e com uma lei que proibia a aquisição de escravos pelos imigrantes alemães, ainda assim alguns colonos os adquiriam por motivos econômicos.

7.3.1 - METODOLOGIA

Para esta finalidade, foram utilizados os dados dos 209 inventários post-mortem da comarca de São Leopoldo⁷³, dos quais somente 45 eram possuidores de escravos. Deve-se notar que os inventários são úteis para a determinação do patrimônio dos inventariados, mas não permite a identificação dos fluxos de renda e do ciclo produtivo (relativo a sazonalidade), podendo haver limitações quanto à falta ou ao excesso de mercadorias listadas. Além dos escravos, constavam nos inventários animais, barcos, instrumentos de trabalho entre outros.

A metodologia de análise consiste na estimação de um modelo econométrico probabilístico para verificarmos se os colonos alemães que adquiriam escravos, o faziam por questões econômicas. O enfoque econométrico permitirá analisar a probabilidade de um colono alemão comprar um escravo além de outros determinantes da compra de escravos. Importante notar que os dados disponíveis sobre o período colonial e imperial brasileiros não estão disponíveis de forma sistemática, como no caso dos Estados Unidos. A inexistência dessa sistematização de informações detalhadas no Brasil é certamente uma dificuldade para pesquisas referentes à história econômica.

⁷³ Os inventários foram colhidos no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, elaborado, e cedido gentilmente, pelo meu orientador e Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Noguezól.

Nosso objetivo é especificar um modelo econométrico probabilístico visando: (i) a mensuração/comparação da posse de escravos entre os alemães e não alemães; e (ii) verificar se entre os determinantes da posse de escravo estão elementos que possam explicar as razões econômicas da posse desses escravos.

Deve-se observar, que o ideal seria usar em nossa amostra apenas os alemães e verificar entre eles os motivos da posse de escravos, mas como o número de observações de alemães possuidores de escravos é muito pequeno para inferência estatística usamos uma modelagem alternativa. A idéia foi tomar os alemães como de fato possuidores de escravos, pois os inventários nos revelam essa informação, tabela 1, e verificar os determinantes da posse de escravos entre todos os inventariados, seja ele alemão ou não.

Essa análise foi feita através da utilização de um modelo probabilístico Probit (WOOLDRIDGE, 2006), que investiga a probabilidade de um inventariado possuir escravos em função de variáveis explicativas. Assim, a variável posse de escravos foi denominada escravo. Para este exercício, selecionamos as seguintes variáveis explicativas: a) se o proprietário de escravo era alemão; b) o sexo do proprietário; c) animais; d) riqueza financeira e dinheiro; e) outros (jóias e relíquias); f) dívidas ativa e passiva; g) valor dos instrumentos de trabalho (equipamentos); h) quantidade de equipamentos; i) valor de mercado do escravo. Esta seleção condicionou o número de inventários investigados em 209, pois utilizamos os inventários com maior número de informações entre os disponíveis. Além disso, esta escolha foi condicionada pela disponibilidade das informações.

Calculou-se, para cada inventário de São Leopoldo, a porcentagem de escravos. Associada a ela, foi gerada uma nova variável dicotômica que assume valor 1 se aquela porcentagem superar x% e valor 0, caso contrário. Desenvolveu-se, então, uma rotina que fez esse valor mínimo variar entre 1% e 95%, com incrementos acima de 1%. Para cada valor novo do limite de corte x foram obtidos os valores da variável dicotômica que serviriam como variável endógena no modelo Probit.

A estimação do modelo probit se baseia, usualmente, no método de máxima verossimilhança, onde cada observação é tratada como um único resultado de uma distribuição de Bernoulli.

Vale ressaltar que no modelo probit as estimativas dos parâmetros representam o impacto de cada variável explicativa no índice latente, e não na variável dependente. O impacto sobre a variável dependente é denominado efeito marginal. Para determinada variável x_i esse efeito é calculado pela derivada parcial da função de resposta binária em relação à x_i (WOOLDRIDGE, 2006). Tais efeitos foram calculados para possibilitar inferências sobre a influência das variáveis explicativas na probabilidade de adquirir ou não um escravo.

7.3.2 – DADOS

Os dados utilizados neste estudo são de origem primária obtidos a partir de uma amostra de 209 inventários da comarca de São Leopoldo. Essa comarca foi a primeira a adotar a imigração de origem alemã na província do Rio Grande de São Pedro.

Por serem objetos muito caros, os inventários, até o início do século XX, descreviam detalhadamente as posses do inventariado. Eram descritos, desde pequenos utensílios domésticos e objetos pessoais, até bens de raiz, escravos e riquezas financeiras. As informações colhidas nos inventários descrevem a realidade econômico-social de uma época e de uma determinada região, elementos da riqueza e, sob algum aspecto, os costumes e mentalidades dos indivíduos da época. Desses inventários, estavam descritos os seguintes pertences:

Escravos: Nos inventários, constavam as informações sobre seus nomes origem, idade, estado de saúde, profissão e preço, sempre que disponíveis. Os escravos formaram uma das principais partes da composição da riqueza, variando muito, no entanto, a quantidade de cada plantel. Sua posse, no entanto, não era muito comum pelos inventariados de São Leopoldo. As origens dos escravos também tinham grande variação, como crioula, cabinda, cassange etc. A descrição do estado de saúde nem sempre era precisa, constando somente quando doente e sem, necessariamente, especificação da doença. As idades variavam de inferior a 10 anos até acima de 60, o que pesava em seu preço. As profissões variavam de artesãos até campeiros e lavradores, também sendo encontradas profissões domésticas, como cozinheiros.

Animais: Estavam descritos o tipo (gado, suíno, eqüino, ave, ovino etc), suas quantidades e preços por unidade. A maioria se encontra agrupada, contudo, seus preços, estão definidos por unidade. Os animais se constituíam numa das principais formas de riqueza encontradas, não sendo feito, no entanto, nenhuma análise dos animais de forma específica, sendo eles tratados de forma agrupada.

Bens de Raiz: São os imóveis (casas, chácaras, terras, benfeitorias etc). Em alguns são feitas breves descrições de suas dimensões, geralmente de forma

imprecisa. Essas diferentes variedades não foram tratadas de forma específica. Tampouco, foi possível definir uma unidade de medida para os bens de raiz, pois as descrições não permitem esse tipo de conclusão.

Dívidas ativas / passivas: Dívidas dos inventariados, no primeiro caso, a receber, e no segundo, a pagar. Dívidas não eram comuns nos inventários analisados, tendo, logo, uma participação pequena no total da riqueza. As descrições de dívidas contavam com o valor a ser pago e o nome do devedor ou a quem deveria ser paga. As causas das dívidas nem sempre eram descritas, assim como os juros sobre elas incidentes.

Instrumentos de trabalho: Utensílios caracteristicamente utilizados para o trabalho, como enxadas, foices, carros de boi etc. Essa classificação nem sempre é precisa, pois não estavam definidas no inventário. Um cavalo, por exemplo, classificado aqui como animal, poderia se constituir num instrumento de trabalho. Nesse quesito, logo, somente bens bem caracterizados, como os exemplos citados, foram agrupados, consciente de que a indeterminação referida é passível de ocorrência.

Jóias e relíquias: Neste quesito estão descritos os objetos em metais tradicionalmente valiosos, como ouro e/ou prata. Foram encontrados desde quadros e jóias de família, como anéis, colares e broches. Objetos simples, como talheres, mas descritos como feitos em algum metal precioso, também foram aqui classificados.

Utensílios domésticos: Aqui foram classificados os objetos de casa, dos mais variados e sem uma classificação mais precisa, como móveis, objetos de cozinha, acessórios de algum cômodo, objetos aparentemente sem valor etc.

Riqueza Financeira e dinheiro: Neste item, encontram-se os títulos e/ou ações de propriedade de empresas, além de dinheiro em espécie. Apesar de raro de geralmente de pouca expressão no total da riqueza, sua existência de maneira tão específica numa economia pouca desenvolvida como a do século XIX fez de sua descrição algo a considerar de forma específica.

Os inventários são fontes imperfeitas da composição da riqueza dos indivíduos, devido a seu período de origem e por terem sido coletados diretamente

de fontes primárias e, principalmente a imprecisão da descrição dos inventários, particularmente em relação ao preço dos bens. Contudo, diferentemente, de trabalhos que têm o preço dos bens como principal objeto de análise, este trabalho não sofrerá desse problema, pois o modelo adotado tem como principal objetivo verificar se os inventariados alemães da comarca de São Leopoldo possuíam ou não escravos. Assim, não correremos o risco de que os preços descritos não sejam os de mercado, devido à opinião do avaliador ou os preços estarem subestimados como forma de fugir de algum imposto ou de alguma divisão dos bens que não interessasse a algum envolvido. Os inventários são úteis para a determinação do patrimônio dos inventariados, mas não nos permite a identificação dos fluxos de renda e do ciclo produtivo (relativo à sazonalidade), podendo haver limitações quanto a falta ou excesso de mercadorias listadas. Os inventários tratam, contudo, apenas de uma pequena parcela da população, a mais rica, que tinha acesso aos cartórios.

Feitas estas explanações vamos passar agora à análise dos dados extraídos dos inventários da comarca de São Leopoldo. A **tabela 2** apresenta a descrição das variáveis que extraímos dos inventários e algumas estatísticas: a primeira coluna descreve as variáveis utilizadas; a segunda apresenta o número de observações, no caso 209, que corresponde ao número de inventários; a terceira apresenta a sua média; na quarta, o desvio padrão e; nas quinta e sexta coluna, respectivamente, os valores mínimos e máximos.

Vejamos:

Tabela 2 – Variáveis derivadas dos inventários de São Leopoldo

Variável	Num.Obs.	Média	Desv. Pad	Val. Mín.	Val. Máx.
Registro	209	1.87e+07	136408.2	1.84e+07	1.96e+07
Nome	209				
German	209	.7320574	.4439509	0	1
Sex	209	.5789474	.4949134	0	1
cod.mus.	209				
num.escr.	209	.8995215	3.249.919	0	28
Preçoescr.	209	526095.7	2455749	0	2.89e+07
v_animal	209	2255516	1.19e+07	0	1.29e+08
val_dinhe.	209	24552.73	161098.1	0	1556800
val_outros	209	38203.44	353591.6	0	4870000
div_ativa	209	371163.9	1801322	0	2.02e+07
div_pass	209	290785.3	1744292	0	2.28e+07
val equip	209	53366.22	179385.5	0	2138680
q equip	209	3.444976	1.636.536	0	217
val_merc	209	45287.27	211847.9	0	1729000
d_escr	209	.1722488	.3785031	0	1
Rique	209	2788089	1.25e+07	0	1.38e+08

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos inventários da Comarca de São Leopoldo, guardas no Arquivo Público RS

A variável **registro** é uma variável chave que discrimina o proprietário. O **nome** descreve o nome do proprietário.

- **german**: variável binária; 1 se sobrenome alemão; 0 caso contrário
- **sex**: 1 se masculino; 0 c.c.
- **cód_museu**: código do indivíduo no museu
- **n_escr**: número de escravos possuídos
- **preçoescr**: valor dos escravos possuídos
- **v_anima**: valor dos animais possuídos
- **val_dinheiro**: valor em dinheiro possuído
- **outros e val_outros**: outras riquezas
- **ativa**: valor da dívida ativa
- **passiva**: valor da dívida passiva
- **val equipa**: valor de equipamentos de trabalho (em geral para o trato da terra)
- **q_euipa**: quantidade de equipamentos
- **val_mercado**: valor das mercadorias possuídas
- **d_escravo**: 1 se possui escravo; 0 c.c
- **riqueza**: soma das riquezas menos as dívidas passivas

7.4 – RESULTADOS

7.4.1. ESTATÍSTICAS

As estatísticas apresentadas nas **tabelas 3 e 4** mostram que os alemães eram maioria em São Leopoldo, 73,21% dos proprietários locais, mas percentualmente possuíam menos escravos, embora efetivamente os possuíssem. Destes, 5,88% dos alemães eram detentores de escravos; enquanto para os não germânicos (majoritariamente descendentes de portugueses) 48% eram detentores de escravos.

Tabela 3 Distribuição conjunta: proprietário alemão X possui escravo

	não possui escravo	possui escravo	Total
não german	29	27	56
German	144	9	153
Total	173	36	209

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos inventários da Comarca de São Leopoldo, guardas no Arquivo Público RS

Tabela 4 Distribuição conjunta (%)

	não possui escravo	possui escravo	Total
não german	13,88%	12,92%	26,79%
German	68,90%	4,31%	73,21%
Total	82,78%	17,22%	100,00%

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos inventários da Comarca de São Leopoldo, guardas no Arquivo Público RS

Comparando com a **tabela 5**, que apresenta o monte-mór da Comarca de São Leopoldo, podemos averiguar que nas primeiras quatro décadas (1831 a 1870) os colonos alemães, apesar de serem quase três quartos da população, detinham uma renda inferior aos não-alemães. Apenas a partir da década de 1870 é que a sua riqueza será superior. Quando os seus ascendentes passaram a ter condições de possuírem escravos dois motivos os levaram a não contratarem: a Lei Geral de 1848, que proibia a introdução de escravos nas colônias; e a proibição do tráfico negreiro, em 1851. Sabemos que a maior parte das leis era

“para inglês ver”, mas estas duas efetivamente foram para valer. O período em que os colonos alemães conseguiram recursos suficientes para que pudessem comprar escravos, além das duas leis acima citadas, contribuiu para que não se lançasse mão dessa alternativa o início do movimento abolicionista. Se pegarmos apenas os valores totais, veremos que a riqueza em posse de alemães representava 61%, mas não podemos nos esquecer que foram apenas nos últimos 30 anos de colonização que os alemães superaram em riqueza os não-germânicos.

TABELA 5 – Monte-mór da Comarca de São Leopoldo
Dividido entre alemães e não-alemães (valor em reis)

SÃO LEOPOLDO

	Alemão	Não Alemão	Geral
1821/30	0	0	0
1831/40	4.534.000	0	4.534.000
1841/50	5.895.840	10.538.373	16.434.213
1851/60	36.772.980	68.957.380	105.730.360
1861/70	146.496.310	171.807.949	318.304.259
1871/80	120.851.330	101.924.707	222.776.037
1881/90	332.866.516	55.275.866	388.142.382
Total	647.416.976	408.504.275	1.055.921.251

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos inventários da Comarca de São Leopoldo, guardas no Arquivo Público RS

A **tabela 6** mostra, para os indivíduos alemães e não alemães, os valores médios de suas riquezas (as variáveis descritas abaixo) e pela soma das riquezas, neste item somei as riquezas e incluí apenas a dívida ativa. A tabela mostra que: em média, os alemães possuem menos escravos (0,2) em relação aos não alemães, 2,8 escravos, conseqüentemente o valor dos escravos em média é menor (preçoescr); os alemães em média são mais pobres e mais endividados; em média, os alemães possuem uma maior quantidade de equipamentos, mas de preço médio menor; e os alemães em média, possuem maiores valores em mercadorias.

A posse de escravo, como foi observado em capítulos anteriores, não era proibida durante as três primeiras décadas de colonização germânica. Assim, os

escravos apresentaram uma participação considerável na riqueza dos indivíduos dessa comarca, semelhante ao observado nas demais comarcas de Rio Grande de São Pedro. Entretanto, através dos inventários podemos perceber que a composição da riqueza permaneceu constante ao longo do tempo, com os bens de raiz representando aproximadamente 70%. Essa participação será ainda maior a partir dos últimos anos da década de 1880, quando é assinada a Lei Áurea, e os bens de raiz passaram a representar 90% da riqueza dos inventários. Isso se caracteriza, principalmente, pela função diferenciada, particularmente as terras, que tiveram na formação de São Leopoldo. A redução da participação da variável escravo na distribuição da riqueza deveria cair a partir dos movimentos abolicionistas e de sua intensificação com o passar do tempo. Ou seja, paulatinamente o proprietário de escravo passou a abrir mão dessa mercadoria em substituição de outras, no caso animais e equipamentos.

A queda da participação do escravismo é de fácil compreensão. Tendo o escravismo terminado no Brasil em 1888, obviamente a participação desse ativo na composição da riqueza dos indivíduos haveria de cair conforme essa data se aproximava e, a partir da qual, deveria ser nula. Ou seja, o fim do escravismo, por si só, já explica a queda da participação dos escravos na composição da riqueza dos indivíduos. A queda dos escravos na composição da riqueza começou antes de 1888, de forma gradual, conforme se observou em todas as comarcas. Isso se deve às expectativas que os proprietários tinham acerca da manutenção do escravismo no país. É natural que, conforme se percebia que a abolição se tornava cada vez mais inevitável, os proprietários passassem a transferir suas riquezas a outros tipos de ativos a fim de salvar suas riquezas. Por isso a diminuição da participação dos escravos na composição da riqueza foi ocorrendo aos poucos, sendo esses recursos investidos noutros tipos de riqueza, como forma de proteção do patrimônio. O ativo que passou a absorver a maior parte da riqueza dos indivíduos foram os bens de raiz.

Rodrigues (2007) cita que uma mudança de perfil dos inventariados poderia alterar a composição da riqueza obtida, sem que isso tivesse significado, todavia, uma alteração real da composição da riqueza. A mudança do perfil do inventariado

poderia ser oriunda, por exemplo, de avanços no sistema de registros durante o século XIX, o que possibilitaria o alcance de indivíduos mais pobres e, assim, alterações na composição da riqueza. Para averiguar essa possibilidade, ele fez uma análise da variação do nível da riqueza média da sociedade ao longo do tempo, a partir da soma das riquezas individuais de cada ano dividida pelo número de inventários daquele período. O objetivo disso foi averiguar se houve ou não um empobrecimento dos inventariados ao longo do tempo, o que alteraria a composição da riqueza. A conclusão a que chegou foi de que não havia ocorrido um empobrecimento dos inventariados. Pelo contrário, a riqueza média apresentava uma leve tendência de elevação ao longo do tempo.

Segundo ele, poder-se-ia argumentar que o enriquecimento verificado dos inventariados poderia alterar a composição da riqueza. É exatamente essa alteração, porém, que nos interessa, pois, como dito anteriormente, os inventários tendem a refletir a riqueza dos indivíduos mais ricos de uma sociedade. Não existe razão para supormos que, em decorrência de alguma alteração no critério dos registros, os inventários tenham passado a refletir a riqueza de uma parcela da sociedade ainda mais rica, ou seja, de uma terceira parcela. É evidente que o critério se manteve o mesmo, qual seja, refletir a riqueza da parcela mais rica, e que isso parece ter se mantido durante o século XIX. O enriquecimento da amostra sinaliza, portanto, que se trata de um mesmo segmento da sociedade (a mais rica), e, logo, as alterações na composição da riqueza significam a alteração da riqueza de uma mesma classe de indivíduos.

TABELA 6 - Valores médios das riquezas de alemães e não-alemães em SL

Variável	Não germânicos = 56 indivíduos (27%)		Germânicos = 153 indivíduos (73%)	
	Valor Médio	Desvio Padrão	Valor Médio	Desvio Padrão
n_escr	2,80	5,65	0,20	1,03
Preçoscr	1.708.607,00	4.495.901,00	93.281,05	484.604,50
v_anima	6.694.259,00	2.230.000,00	630.877,50	1.468.256,00
val_dinheiro	47.264,29	251.780,10	16.240,00	110.978,20
val_outros	26.402,11	119.028,10	42.522,88	407.299,70
Ativa	371.194,90	1.301.545,00	371.152,60	1.956.331,00
Passiva	72.031,11	202.001,30	370.852,10	2.030.923,00
val Equipa	87.396,07	299.818,60	40.910,85	104.524,80
q Equipa	2,66	4,64	3,73	18,93
val_mercado	15.000,00	75.846,74	56.372,81	242.633,20
riqueza total	7.241.516,00	2.330.000,00	1.158.077,00	3.020.525,00

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos inventários da Comarca de São Leopoldo, guardas no Arquivo Público RS

A **tabela 7** está dividida por sexo. É interessante observarmos que, dos 209 inventariantes, 88, ou 42%, eram mulheres, ante 121 (58%) homens. É interessante notarmos também que este número é grande tanto entre as germânicas como entre as não-germânicas, pois o valor da variável *german* é praticamente igual para homens e mulheres. Estes dados nos induzem a afirmar que era grande o número de viúvas na sociedade sãoleopoldinense do século XIX.

TABELA 7 - Distribuição por sexo

Variável	Mulheres proprietárias = 88 (42%)		Homens = 121 (58%)	
	Valor Médio	Desvio Padrão	Valor Médio	Desvio Padrão
German	0,72	0,45	0,74	0,44
n_escr	0,60	3,12	1,12	3,34
Preçoescr	502.409,10	3.121.526,00	543.322,30	1.840.695,00
v_anima	3.398.904,00	1.720.000,00	1.423.960,00	5.215.029,00
val_dinheiro	31.529,55	204.945,60	19.478,68	120.295,00
val_outros	6.460.432,00	54.927,74	61.289,26	461.789,80
Ativa	473.427,10	2.375.916,00	296.790,70	1.232.233,00
passiva	402.188,50	2.456.404,00	209.764,70	939.919,80
val_equipa	56.196,36	136.267,20	51.307,93	205.681,10
q_equipa	3.147.727,00	9.663.939,00	3.661.157,00	1.991.003,00
val_mercado	40.964,09	211.655,50	48.431,40	212.812,00
riqueza total	4.007.482,00	1.800.000,00	1.901.258,00	5.900.556,00

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos inventários da Comarca de São Leopoldo, guardas no Arquivo Público RS

Os resultados das estatísticas acima reafirmam o fato de alguns alemães de São Leopoldo serem proprietários de escravos, embora sejam donos de menores riquezas em média. Isso vai ao encontro do que foi exposto no capítulo 4, de que os proprietários de menor poder aquisitivo destinavam uma grande parcela de sua renda à compra de cativos – em muitos casos até se endividavam –, pois os escravos não representavam um custo tão elevado se comparado, por exemplo, com as atividades dos comerciantes de grosso trato.

7.5 – MODELO ESTIMADO PROBIT

O modelo probit⁷⁴ permite calcular qual a probabilidade de uma variável afetar as demais. A seleção desse modelo para realizarmos este estudo foi efetuada com base na possibilidade de obtenção das probabilidades das variáveis explicativas afetarem a variável explicada, que se constitui na posse de escravos. O modelo probit descreve o comportamento da variável dummy em termos de uma regressão linear sobre variáveis explicativas não-aleatórias. Para a obtenção das estimativas utilizou-se o pacote econométrico Stata. Todas as variáveis foram usadas em nível, entretanto, o modelo com base nos logaritmos das variáveis não se mostrou estatisticamente diferente. No modelo probit, que é não linear, os coeficientes estimados não são as elasticidades e o comando `dprobit` do stata permite calcular diretamente os valores das elasticidades (dF/dx) a partir dos coeficientes estimados. A Tabela 8 sumariza os resultados obtidos. Controlou-se também o modelo estimado pela variância, de modo que se utilizou uma matriz de variância robusta ao problema de heterocedasticidade.

Estimou-se a seguinte equação: $Y_i = X_i\beta + v_i$, em que Y_i é o vetor de variáveis binárias que descreve a posse do escravo, já mostrado na seção de dados; X é uma matriz de variáveis explicativas, tendo a variável origem alemã como uma de seus componentes; e v_i é uma variável aleatória com média zero e variância constante.

Os resultados encontrados indicam bom ajustamento do modelo. Em todos os modelos, os valores do qui-quadrado são significativos ao nível de pelo menos 5%, levando à rejeição da hipótese de que as variáveis explicativas são conjuntamente iguais a zero. O percentual de classificação correta (% certa) é elevado. O valor do pseudo R2, também, mostra-se elevado em 0.51.

⁷⁴ O Modelo *Probit* é utilizado em áreas como comércio exterior, agricultura, saúde entre outras.

Tabela 9 - Probit

	Robust						
d_escrv	dF/dx ⁷⁵	Std.Err	z ⁷⁶	P> z	x-bar	[95% C I]	
german	(-.5256487)	.092521	(-5.78)	0.000	.732057	(-.706987)	(-.344311)
Sex	.1779735	.0589232	2.99	0.003	.578947	.062486	.293461
v_anima	5.52e-08	2.69e-08	2.48	0.013	2.3e+06	2.5e-09	1.1e-07
val_dinhe	(-1.70e-06)	9.39e-07	(-2.11)	0.034	24552.7	(-3.5e-06)	1.4e-07
val_outros	(-8.92e-08)	8.30e-08	(-1.11)	0.265	38203.4	(-2.5e-07)	7.4e-08
Ativa	4.75e-08	2.35e-08	2.01	0.044	371164	1.5e-09	9.3e-08
passiva	8.16e-08	7.80e-08	1.10	0.272	290785	(-7.1e-08)	2.3e-07
val equip	6.97e-07	1.74e-07	4.02	0.000	53366.2	3.6e-07	1.0e-06
q equip	(-.0032842)	.0070139	(-0.47)	0.639	344.498	(-.017031)	.010463
val_merc	(-2.42e-08)	1.09e-07	(-0.22)	0.826	45287.3	(-2.4e-07)	1.9e-07

obs. P I .1722488

pred. P I .1172154 (at x-bar)

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos inventários da
Comarca de São Leopoldo, guardas no Arquivo Público RS

Probit regression, reporting marginal effects Number of obs = 209
Wald chi2(10) = 77.91
Prob > chi2 = 0.0000
Log pseudolikelihood = -46.975617 Pseudo R2 = 0.5108

Os resultados do modelo estimado sugerem que:

1. o fato de ser alemão diminui a probabilidade de possuir escravo em 52,5%;
2. o fato de ser do sexo masculino aumenta a probabilidade de possuir escravo, confirmando o padrão familiar patriarcal do período;
3. possuir altos valores de animais e equipamentos aumenta a probabilidade de possuir escravos;
4. possuir altos valores em dinheiro diminui a probabilidade de posse de escravo;
5. dívida ativa aumenta a probabilidade de possuir escravos, podendo indicar compra de escravos através de empréstimos.

⁷⁵ DF/dx é discreto para mudança de variável dummy de 0 a 1.

⁷⁶ z e P>|z| correspondem ao teste do coeficiente de estar subjacentes a 0.

Considerando o exercício com riquezas, pode-se dizer que a riqueza é um dos determinantes da posse de escravos, assim sendo os alemães mais pobres devem possuir menos escravos. O fato de ser alemão diminui sua probabilidade de possuir escravos, mas como a posse de animais e equipamentos, que são bens complementares ao trabalho escravo, é positiva pode-se inferir que o escravo era demandado por motivos econômicos. Para produzir provavelmente bens agrícolas.

7.6 – CONCLUSÃO GERAL DO CAPÍTULO

A conclusão que chegamos após a análise do modelo estatístico é que ele confirmou o que já era observado empiricamente:

1. Os alemães possuíam escravos em São Leopoldo, isso é evidente, sem a necessidade de um estudo estatístico, basta observarmos os inventários;
2. a probabilidade de ser do sexo masculino, como verificamos, e possuir escravo era maior do que se fosse do sexo feminino. Como pudemos observar era quase 50% o número de mulheres que comandavam o núcleo familiar, isso poderia fazer com que a tivesse ocorrido uma redução espontânea no número de escravos por parte do colono de origem alemã.
3. o valor médio dos escravos alemães era menor do que os não alemães. Isto deveria ocorrer, provavelmente, porque os alemães por serem mais pobres deveriam comprar escravos de qualidade inferior;
4. os escravos eram demandados juntamente com animais e equipamentos, sugerindo existir uma relação de complementariedade entre estes bens e, portanto, sendo possível sustentar que sua demanda pelos alemães tinha caráter econômico.

Diante do exposto neste, e nos demais capítulos, a conclusão que cheguei é que em primeiro lugar a colonização do Rio Grande do Sul, em linhas gerais, não foi diferente das demais regiões brasileiras como querem acreditar alguns revisionistas gaúchos. Como pudemos observar, até mesmo numa região recém habitada, como São Leopoldo, e com poucos recursos financeiros, quando existia algum recurso sobrando ou mesmo através de endividamento, os escravos eram adquiridos.

A importância do mercado interno é inegável. Como foi apresentado por Helen Osório (1999), no início do século XIX existia um grande intercâmbio entre os comerciantes gaúchos com os comerciantes de grosso trato da praça do Rio de

Janeiro, que detinham, segundo Fragozo (1992), a maior parcela da riqueza no Brasil Colônia e do Império e mesmo a maior parte dos negócios rentáveis na província meridional. Dessa forma, deveria existir uma asfixia por parte desses comerciantes de grosso trato ante os demais comerciantes e produtores do país, que os tornavam dependentes e sem muito potencial de crescimento. Entretanto, no final do século XIX houve um aumento do poder aquisitivo por parte das futuras gerações de colonizadores alemães o que pode nos levar a duas conclusões:

- 1) ter aumentado ainda mais a influência do setor interno (o que confirmaria a tese de Fragozo);
- 2) ter ocorrido uma perda da influência dos comerciantes de grosso trato, que teriam perdido, paulatinamente, sua influência nas demais regiões brasileiras. Ou, ainda, essa influência teria sido perdida apenas no Rio Grande do Sul, devido a influência dos colonos e a diferente forma de colonização implantada naquela região quando comparada com o resto do país. Se foi isso que ocorreu, talvez a tese defendida por Targa, de que o Rio Grande do Sul teria apresentado uma colonização diferente das demais localidades, fosse a correta.

Entretanto, através dos dados coletados nos inventários não é possível afirmar nem que o mercado interno era mais importante para a colônia e, posteriormente, para o Império do que o mercado externo, e nem que o Rio Grande do Sul foi marcadamente diferente das demais regiões brasileiras. Dessa maneira, apesar de todo esforço revisionista que vem sendo realizado – e que tem tido grande importância na quebra de paradigmas – a tese clássica, pelo menos neste estudo sobre São Leopoldo, de que o sentido da colonização brasileira era o mercado externo, continua sendo a principal para explicar o processo de formação da nossa história.

8 – CONCLUSÃO

Nesta tese busquei apresentar qual era o verdadeiro sentido da colonização. Com *Evolução política do Brasil e Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Jr. deu um novo rumo à historiografia nacional. A resposta que dava sobre qual era o verdadeiro sentido da colonização, tornou-se majoritária. Autores como Celso Furtado, João Manoel Cardoso de Mello e Fernando Novais (1995), apesar de divergirem num ponto ou outro, foram imensamente influenciados pela tese de Caio Prado Jr. (2000), que adotou uma metodologia baseada na leitura livre do marxismo. Ele deixa de procurar o “caráter nacional” e passa a analisar a evolução política do país com enfoque nas condições econômicas e sociais, das lutas de classe e das contradições geradas pelo processo histórico. Caio Prado, dessa forma, rompe com a historiografia anterior e antecipa uma boa parte do que foi produzido no Brasil nos trinta anos seguintes. Apesar das diferenças entre as visões destes autores existem muitas coincidências também, além disso, não podemos esquecer que cada estudioso faz um recorte diferente em sua análise. Celso Furtado (1977), por exemplo, destaca, como ponto principal em sua obra *Formação Econômica do Brasil*, a mudança do centro dinâmico da economia brasileira a partir da década de 1930, a partir da alteração do mercado externo para o interno na formação da renda nacional. Furtado (1977), dessa forma, levaria em conta dois momentos: antes e depois da mudança do centro dinâmico. Já Fernando Novais (1995) chamou a atenção para a influência dos interesses mercantis no tráfico de escravos. Ele situa a expansão colonial portuguesa como inserida dentro da expansão geográfica do capital mercantil europeu. Diferentemente do predomínio do capital industrial sobre a produção, o predomínio do capital mercantil seguiria movimentos próprios. Para estes três autores, no caso brasileiro, a colonização somente adquiriria sentido se entendida dentro dos moldes da expansão mercantil européia. Em *O capitalismo tardio*, João Manoel Cardoso de Mello (1986) enfoca as possibilidades de valorização do capital ao longo do tempo, indicando cinco fases distintas para a história econômica brasileira.

A partir de História da agricultura brasileira, Maria Yedda Linhares, faz uma das primeiras críticas a linha criada por Caio Prado. Na tentativa de entender melhor as estruturas internas e seu papel na construção da sociedade, ao invés de privilegiar os aspectos externos. Ciro Flamarion Cardoso (1982), um dos principais representantes dessa linha historiográfica, procurou apresentar uma visão da sociedade colonial com uma autonomia maior concedida ao sistema de classes, a setores econômicos cuja lógica era interna ao Brasil Colonial, não externa, e constatando haver soluções negociadas com a Metrópole, muitas vezes com sucesso para os interesses da Colônia. Um de seus alunos foi João Luiz Fragoso, que junto com Manolo Florentino (2001), tiveram importante contribuição na tese do domínio das trocas internas no Brasil por parte de um capital mercantil sediado no Rio de Janeiro. Em Homens de Grossa Ventura, ele supõe uma certa independência de ritmos entre a economia brasileira e a europeia. Fragoso e Florentino (2001) puseram em dúvida o caráter reflexo da economia brasileira, com a existência de um mercado interno de dimensões não desprezíveis, no século XIX, dominado pelos comerciantes que controlavam o tráfico de escravos com a África. São trabalhos sobre o mercado interno e sobre o tráfico direto, que retratam, principalmente, o final do século XVIII, mostrando o que eles chamam de capital residente, procurando mostrar que havia acumulação interna, colocando em dúvida o peso da acumulação externa. Dessa forma, suas produções teóricas procuram mostrar que está errado o modelo de interpretação e, ao expor o modelo de interpretação proposto por Caio Prado Jr. e aceito por Celso Furtado, por Fernando Novais (1995), dentre outros. Já Alcir Lenharo, mostrou como o comércio interno de feijão, de arroz, de milho e de gado repercutiu na prática política do início do século XIX e voltou o país para ele mesmo. Na tentativa de desinflar a importância do mercado externo, esses autores chegam, em alguns casos, a dizer que a perda do mercado brasileiro não foi muito importante para Portugal, uma idéia polêmica, pois muitos documentos e obras apontam o contrário.

Por fim, como podemos observar no segundo e terceiro capítulos, temos uma terceira vertente, que é a dos pesquisadores sul-rio-grandenses, que

passaram a defender que o estado meridional teve um processo de formação diferente do resto do país. Esses pesquisadores alegavam que a escravidão no Rio Grande do Sul seria diferente, principalmente nas regiões de plantation, que não seria encontrada na província meridional. Verificamos também que existiam relações de produção diferente da escravidão, mas isso não significa que não existia o predomínio da escravidão sobre as relações de produção da época. O principal representante desta tendência foi o economista Luiz Roberto Pecoits Targa, que procurou não apenas demonstrar essas diferenças, como também apontar inconsistências na obra de Fernando Henrique Cardoso (1977) e criticar os intelectuais do centro do país – principalmente os paulistas – de quererem transformar uma particularidade em etnocentrismo. Noguieról, em trabalho recente, mostra que existia escravidão, inclusive nas estâncias que faziam fronteira com o Uruguai, assim, o papel do cativo não era secundário nas lides campeiras.

Para verificarmos a importância da colonização alemã no Rio Grande do Sul, especificamente a comarca de São Leopoldo, utilizamos a história quantitativa, baseada na obra *Time on the cross*, de Fogel e Engerman (1995), através do método estatístico probit. Para atingirmos o nosso objetivo, partimos da análise de um banco de dados com 1.278 inventários das comarcas do Rio Grande do Sul: Pelotas (331 inventários), Porto Alegre (345 inventários), São Leopoldo (210 inventários), Bagé (100 inventários) e Rio Pardo (264 inventários). Destes inventários, foram investigados apenas aqueles cujos proprietários eram possuidores de escravos.

O modelo estatístico confirmou o que já era observado empiricamente: os alemães possuíam escravos em São Leopoldo; a probabilidade de ser do sexo masculino e possuir escravo era maior do que se fosse do sexo feminino; o valor médio dos escravos alemães era menor do que os dos não alemães; os escravos eram demandados juntamente com animais e equipamentos, o que sugeria existir uma relação de complementariedade entre estes bens e, portanto, sendo possível sustentar que sua demanda pelos alemães tinha caráter econômico.

A conclusão a que cheguei é que, em primeiro lugar, a colonização do Rio Grande do Sul, em linhas gerais, não foi diferente das demais regiões brasileiras

como querem acreditar alguns revisionistas gaúchos. Como pudemos observar, até mesmo, numa região recém-habitada, como São Leopoldo, e com poucos recursos financeiros, quando existia algum recurso disponível ou mesmo através de endividamento, os escravos eram adquiridos.

A importância do mercado interno é inegável. Como foi apresentado por Helen Osório (1999), no início do século XIX existia um grande intercâmbio entre os comerciantes gaúchos com os comerciantes de grosso trato da praça do Rio de Janeiro, que detinham, segundo Fragoso (1992), a maior parcela da riqueza no Brasil Colônia e do Império e mesmo a maior parte dos negócios rentáveis na província meridional. Dessa forma, deveria existir uma asfixia por parte desses comerciantes de grosso trato promovida contra os demais comerciantes e produtores do país, que os tornavam dependentes e sem muito potencial de crescimento. Entretanto, no final do século XIX houve um aumento do poder aquisitivo por parte das futuras gerações de colonizadores alemães o que pode nos levar a duas conclusões: aumento da influência do setor interno (o que confirmaria a tese de Fragoso) ou ter ocorrido uma perda da influência dos comerciantes de grosso trato, que, paulatinamente, teriam perdido sua influência nas demais regiões brasileiras. Ou, ainda, essa influência teria sido perdida apenas no Rio Grande do Sul, devido a influência dos colonos e a diferente forma de colonização implantada naquela região quando comparada com o resto do país. Se foi isso que ocorreu, talvez a tese defendida por Targa, de que o Rio Grande do Sul teria apresentado uma colonização diferente das demais localidades, fosse a correta.

Através dos dados coletados nos inventários não é possível afirmar nem que o mercado interno era mais importante para a colônia e, posteriormente, para o Império do que o mercado externo, e nem que o Rio Grande do Sul foi marcadamente diferente das demais regiões brasileiras. Dessa maneira, apesar de todo esforço revisionista que vem sendo realizado – e que tem tido grande importância na quebra de paradigmas – a tese clássica, pelo menos neste estudo sobre São Leopoldo, de que o sentido da colonização brasileira era o mercado

externo, continua sendo a principal para explicar o processo de formação da nossa história.

Como podemos observar nesta tese, existe até hoje no curso de nossa história dois vetores interdependentes: um ligado ao tipo de inserção no mercado internacional e outro dependente das formas de utilização dos recursos internos e da estruturação das classes sociais que leva à criação de uma camada social responsável pela definição dos nossos rumos. Pressões internas e externas continuam moldando a nossa história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Pedro F. C. A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Gaúchos e paulistas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1996.

ALMEIDA, Pedro F. C. As razões materiais da posição periférica da indústria gaúcha na industrialização restringida brasileira. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Gaúchos e paulistas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1996.

AMSTAD, Theodor. **Cem anos de Germanidade no Rio Grande do Sul (1824-1924)**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999.

ARAÚJO, Homero J. V.; FISCHER, Luís A. Para ler Raymundo Faoro. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1998.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagem pela província do Rio Grande do Sul. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.

AXT, Gunter. Política portuária e de navegação e a formação do Estado no Rio Grande do Sul (1900-1930). In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1998.

BAKOS, Margaret M. A escravidão negra e os farroupilhas. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **A revolução farroupilha: história e interpretação**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

BARCELLOS, Jader de Souza. **Os alemães de São Leopoldo: as raízes da diferenciação regional do Rio Grande do Sul por meio da análise dos inventários “post-mortem” do século XIX**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Ciências Econômicas) – Departamento de Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BERGARD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru: Edusc, 2004.

BRUNO, Ernani S. **Café e negro**. São Paulo: Atlanta Editorial, 2005.

CARDOSO, Ciro F. **Escravidão e abolição no Brasil**. Rio de Janeiro: JZE, 1988.

CARDOSO, Ciro F. Prefácio. In: MATTOSO, Kátia de Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 9 e 10.

CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CARVALHO, Luís F. **História e desenvolvimento**: dinâmica afro-islâmica na África Oriental oitocentista. Lisboa: CEsA, 1995. (Documentos Estudos de Trabalho n. 36)

CARVALHO, Maria L. L. de. A política fiscal dos estados e as funções de acumulação e de legitimação. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Gaúchos e paulistas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1996.

CARVALHO, Maria L. L. de; PEREIRA, Paulo R. D.; CUNHA, Pedro F. O incentivo fiscal às exportações gaúchas durante a Primeira República. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1998.

CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul**: período colonial. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

COSTA, Hernani Maia. **As barreiras de São Paulo**: estudo histórico das barreiras paulistas no século XIX. 1984. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

D'EU, Conde. **Viagem militar ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

FAORO, Raymundo. Antônio Chimango, almoz de Blau Nunes. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1998.

FAORO, Raymundo. Introdução ao estudo de Simão Lopes Neto. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1998.

FARINATTI, Luís A. E. Nos rodeios, nas roças e em tudo o mais: trabalhadores e escravos na Campanha Rio-Grandense, (1831-1870). In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2., 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2005. 1 CD-ROM.

FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder**: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial. Bauru: Edusc, 2003.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FOGEL, R. W. **Time on the cross**. London: Wildwood House, 1974.

FOGEL, W.; ENGERMAN, S. **Time on the cross**: the economics of american negro slavery. New York: Norton, 1995.

FONSECA, Pedro C. D. 1930: a revolução parte do sul. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1998.

FRAGOSO, João L. R. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, 1790-1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREITAS, Décio. Farrapos: uma rebelião federalista. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **A revolução farroupilha**: história e interpretação. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

FREITAS, Décio. **O capitalismo pastoril**. Porto Alegre: Universidade de Caxias do Sul, 1981.

FREITAS, Décio. **O escravismo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1977.

GANS, Magda R. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX – 1850/1889**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004.

GOULART, Salis. Aspectos da formação do Rio Grande do Sul (1937). In: CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GUAZZELLI, Cesar A. B. A república Rio-Grandense e o Rio Prata: a questão dos escravos libertos. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2006. 1 CD-ROM.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.

HERRLEIN JR., Ronaldo. **Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil Meridional**. 2000. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

HERRLEIN, Ronaldo; DIAS, Adriana. Trabalho e indústria na Primeira República. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Gaúchos e paulistas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1996.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ISABELE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1983.

KHUN, Fábio. **Gente da fronteira**: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et. al. (Orgs.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 47-74.

LEITMAN, Spencer. Revolucionários italianos no Império. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **A revolução farroupilha**: história e interpretação. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

LICHT, Otavio Augusto Boni. **Povoadores Alemães do Rio Grande do Sul (1847-1849)**. Porto Alegre: Edições Est., 2005.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: Edusp, 2005.

MAESTRI FILHO, Mário José. **O escravo no Rio Grande do Sul**: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

MARTINS, Estevão de R. **História**. 2004. Disponível em: <http://criticanarede.com/fil_historia.html>.

MATTOSO, Kátia de Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAYA, Alcides. Inimigos. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império (1871-1889)**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MELLO, João Manoel Cardoso de. **O capitalismo Tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MIRANDA, Márcia Eckert. Tributação e escravidão na província do Rio Grande de São Pedro. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2., 2004, Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: FEE, 2004. 1 CD-ROM.

MONASTÉRIO, Leonardo M. e ZELL, Davi C. O Rio Grande do Sul em 1872: Análise setorial da ocupação nos municípios, In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2., 2004, Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: FEE, 2004. 1 CD-ROM.

MONASTÉRIO, Leonardo M. FHC errou? A economia da escravidão no Brasil Meridional. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2., 2004, Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: FEE, 2004. 1 CD-ROM.

MORAES, Maria I. Rio Grande do Sul y Uruguay: historias fronteirizas (aportes para uma agenda de historia comparada). In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1998.

NOGUEROL, Luiz P. et al. Elementos da escravidão no Rio Grande do Sul: a lida com gado e o “seguro” contra a fuga na fronteira com o Uruguai. In: Encontro nacional de Economia, 35., 2007, Recife. **Anais...** Recife: ANPEC, 2007. Disponível em: <www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A025.pdf>.

NOGUEROL, Luiz P. F. **Economia escravista e preços de escravos em Minas Gerais**: o caso de Sabará entre 1850 e 1887. 1997. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 1997.

NOGUERÓL, Luiz P. F. Preços de bois, de cavalos e de escravos em Porto Alegre e Sabará no século XIX: mercadorias de um mercado nacional em formação. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2., 2004, Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: FEE, 2004. 1 CD-ROM.

NOGUERÓL, Luiz P. F. **Sabará e Porto Alegre na formação do mercado nacional no século XIX**. 2003. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1995. (Coleção Estudos Históricos)

OLIVEN, Ruben G. Na fronteira da nação: o regionalismo gaúcho, In TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1998.

ORNELLAS, Manolito de. **Gaúchos e beduínos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

OSÓRIO, Helen. Campeiros e domadores: escravos da pecuária sulista, século XVIII. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2., 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2005. 1 CD-ROM.

OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América**: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Niterói: UFF, 1999.

Parei aqui

PEREIRA, Paulo R. D. As políticas de gasto público dos Estados e a promoção do desenvolvimento. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Gaúchos e paulistas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1996.

PESAVENTO, Sandra J. Farrapos, Liberalismo e Ideologia, In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **A revolução farroupilha**: história e interpretação. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. **Buscando a liberdade**: as fugas de escravos da província de São Pedro para além-fronteira. Passo Fundo: Editora UPF, 2006.

PICCOLO, Helga I. L. O autoritarismo de Júlio de Castilhos a Getúlio Vargas: a "gauchização" da política brasileira no pós-1930. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1998.

PICCOLO, Helga, I. L. A guerra dos farrapos e a construção do Estado Nacional. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **A revolução farroupilha**: história e interpretação. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PICCOLO, Helga, I. L. O federalismo como projeto político no Rio Grande do Sul. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1998.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil**. 44. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROCHE, Jean. **A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1967.

RODRIGUES, Diego da Silva. **Uma análise exploratória das mudanças na composição da riqueza dos indivíduos do século XIX verificadas em inventários post-mortem do Rio Grande do Sul**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Ciências Econômicas) – Departamento de Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1999.

SCARANO, Julita. **Negro nas terras do ouro: cotidiano e solidariedade no século XVIII**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVEIRA, Fernando Gaiger: 1920-1985: percursos das estruturas de posse da terra. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Gaúchos e paulistas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1996.

SPALDING, Walter. **Gênese do Brasil-Sul**. Porto Alegre: Sulina, 1953.

TARGA, L. R. P. As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das plantations do Brasil - incluindo no que e por que discordamos de F.H.C. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 445-480, 1991.

TARGA, Luiz R. P. As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das “plantations” do Brasil. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Gaúchos e paulistas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1996.

TARGA, Luiz R. P. Elites regionais e formas de dominação. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1998.

TARGA, Luiz R. P. **Le Rio Grande do Sul et la création de l'état développementiste brésilien**. 2002. Thèse (Doctorat économiques) - Université Pierre Mendès France, França, 2002.

TARGA, Luiz R. P. O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Gaúchos e paulistas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1996.

TARGA, Luiz R. P. Permanências na longa duração. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Gaúchos e paulistas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1996.

TARGA, Luiz R. P. Violência revolucionária e fundação do estado burguês. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Gaúchos e paulistas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1996.

TARGA, Luiz R. P.; RIBEIRO, Paulo S. S.; HERRLEIN JR., Ronaldo. O Rio Grande do Sul e o mercado nacional. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1998.

VERISSIMO, Erico. **O tempo e o vento**: o continente. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. v. 1.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil (história-organização-psicologia)**: o campeador Rio-Grandense. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. v. 2.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. M. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria**. São Paulo: Thomson, 2006.

XAVIER, Regina. Deslindando a história sobre a escravidão no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2., 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2005. 1 CD-ROM.